



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1229

Terça-feira - 30 de Abril de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Ascurra.....	10
Biguaçu.....	11
Braço do Trombudo.....	13
Caçador.....	13
Camboriú.....	15
Campo Alegre.....	22
Campos Novos.....	23
Canoinhas.....	25
Capinzal.....	25
Catanduvas.....	26
Chapadão do Lageado.....	28
Concórdia.....	28
Cordilheira Alta.....	30
Coronel Martins.....	33
Corupá.....	35
Curitibanos.....	44
Ermo.....	45
Ervai Velho.....	45
Forquilha.....	46
Fraiburgo.....	46
Garopaba.....	95
Garuva.....	98
Gaspar.....	98
Governador Celso Ramos.....	103
Guaramirim.....	103
Herval d'Oeste.....	103
Imbituba.....	103
Ipumirim.....	108
Irineópolis.....	116
Itapoá.....	120
Joaçaba.....	121
Lages.....	130
Lauro Muller.....	130
Lebon Regis.....	132
Leoberto Leal.....	132
Lindóia do Sul.....	146
Luzerna.....	146
Macieira.....	148
Maracajá.....	149
Meleiro.....	151
Monte Carlo.....	151
Navegantes.....	170
Nova Trento.....	171
Novo Horizonte.....	177
Palhoça.....	178
Palmitos.....	180
Papanduva.....	181
Passo de Torres.....	187

Porto União.....	187
Rio do Sul.....	188
Salto Veloso.....	234
Santa Rosa do Sul.....	236
São Bento do Sul.....	236
São Domingos.....	240
São João do Sul.....	240
São Lourenço do Oeste.....	246
Schroeder.....	255
Siderópolis.....	267
Timbé do Sul.....	268
Timbó.....	269
Tunápolis.....	279
Turvo.....	281
Vargeão.....	282
Vidal Ramos.....	283
Videira.....	284

Associações

AMOSC.....	298
EGEM.....	298

Consórcios

ARIS.....	301
CIDEMA.....	302
CIGA.....	307
CIMVI.....	307
CINCO.....	308
CIS/AMMVI.....	311
CVC.....	352

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Lei Complementar N° 080/2013

LEI COMPLEMENTAR N° 080/2013 - DE 23 DE ABRIL DE 2013.
ALTERA DISPOSITIVO DA LEI COMPLEMENTAR N° 058/2009 DE 09 DE JUNHO DE 2009 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SANTA CATARINA.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei Orgânica Municipal, submete a Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 8º da Lei Complementar nº 058/2009 de 09 de junho de 2009 passa a ter a seguinte redação:

Artigo 8º - Compete a Assessoria Jurídica:

I - Orientar, com vista ao cumprimento dos Princípios Constitucionais e normas infra constitucionais que regem a administração pública, todos os agentes públicos ou políticos que detenham prerrogativa de comando de pessoal, disposição e uso de bens públicos e gestão de recursos financeiros do Município.

II - Emitir parecer sobre questões de interesse do Poder Executivo e da Administração quando requisitado. Elaborar e supervisionar a elaboração de projetos de lei.

III - Proceder acompanhamento administrativo e judicial de processos em que o Município for réu, autor ou interessado, mediante determinação e por procuração com atribuição de poderes específicos, e outorgada pelo Prefeito Municipal.

IV - Exercer outras atividades compatíveis com a advocacia de conformidade com a disposição legal ou regulamentar, ou para as quais seja expressamente designado.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a consolidação dos textos legais modificados.

Água Doce, 23 de abril de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal de Água Doce

Lei Complementar N° 081/2013

LEI COMPLEMENTAR N° 081/2013 - DE 23 DE ABRIL DE 2013.
CRIA O ESTATUTO JURÍDICO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SANTA CATARINA.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município que Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas sobre

procedimento administrativo disciplinar, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Água Doce, visando a uniformização dos procedimentos administrativos disciplinares.

Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se a todos os servidores da administração direta e indireta incluindo-se os servidores em estágio probatório, com vínculo temporário e em cargo comissionado.

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, entre outros, os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, impessoalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, razoável duração do processo, interesse público e eficiência.

Art. 3º A autoridade que de qualquer modo tiver conhecimento de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração imediata, pelos procedimentos previstos nesta Lei Complementar, assegurado ao acusado a ampla defesa.

§ 1º Caso a autoridade não tenha competência legal para determinar a instauração de processo para a apuração do fato, incumbelhe comunicar à autoridade própria, no sentido de que a providência se verifique.

§ 2º Mediante solicitação da autoridade referida no caput deste artigo, a apuração dos fatos poderá ser promovida por servidor de órgão ou entidade diverso daquele em que tenha ocorrido a irregularidade, mediante delegação de competência específica para tal finalidade concedida pelo Chefe do Executivo ou do Legislativo, no âmbito do respectivo Poder, preservadas as competências para o julgamento que se seguir à apuração.

§ 3º A autoridade competente, sendo o Chefe do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, determinará a expedição de portaria de constituição de comissão que será previamente submetida ao respectivo órgão jurídico para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

Art. 4º Ao ter ciência de fatos noticiados que configuram ilícito administrativo e constatada a inexistência de providências, é facultado à Assessoria Jurídica determinar ao órgão onde ocorreram os fatos, para que este proceda à abertura de sindicância ou processo administrativo.

Art. 5º A jurisdição disciplinar não exclui a comum e, quando o fato constituir crime ou contravenção, deve ser comunicado às autoridades competentes.

Parágrafo único. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 6º Caso o servidor esteja respondendo a mais de um procedimento administrativo disciplinar, todos deverão ter prosseguimento até o seu julgamento final, independentemente da pena aplicada em cada um, inclusive em caso de demissão anterior.

Art. 7º A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato, a sua autoria ou a culpabilidade.

Art. 8º Não haverá sobrestamento do processo administrativo disciplinar em virtude de ações na esfera judicial contra o servidor acusado, salvo na hipótese de necessidade declarada pela comissão, após prévia consulta à Assessoria Jurídica do respectivo Poder.

Parágrafo único. Ocorrendo o sobrestamento do feito o prazo ficará suspenso até que seja resolvido o incidente.

CAPÍTULO II DO AJUSTAMENTO DE CONDUTA ADMINISTRATIVO

Art. 9º A autoridade poderá optar pelo ajustamento de conduta nas infrações puníveis com repreensão verbal ou escrita, advertência

ou suspensão de até 15 (quinze) dias, a ser adotado como medida alternativa de procedimento disciplinar e de punição, visando à reeducação do servidor, e este, ao firmar o termo de compromisso de ajuste de conduta, deve estar ciente dos deveres e das proibições, comprometendo-se, doravante, em observá-los no seu exercício funcional.

§1º Para adoção do instituto do ajustamento de conduta são competentes os Chefes dos respectivos Poderes.

§2º Em sindicâncias e processos em curso, presentes os pressupostos, a respectiva comissão poderá propor o ajustamento de conduta como medida alternativa à eventual aplicação da pena.

Art. 10. Constituem requisitos para o ajustamento de conduta:

I - inexistência de dolo ou má-fé na conduta do servidor infrator;
II - inexistência de dano ao erário, ou uma vez verificado o dano, este ter sido prontamente reparado pelo servidor;

III - que o histórico funcional do servidor lhe abone a conduta precedente; e

IV - o servidor não poderá estar em estágio probatório.

Parágrafo único. Não se admitirá o ajustamento de conduta caso tenha sido o servidor beneficiado anteriormente, no prazo de 3 (três) anos, com a medida alternativa de procedimento disciplinar e de punição.

Art. 11. Exclusivamente para os fins do disposto no parágrafo único do artigo anterior, o termo de compromisso de ajuste de conduta deverá ser registrado nos assentamentos funcionais do servidor.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Art. 12. Observar-se-á o procedimento sumário para a apuração e regularização das seguintes infrações disciplinares:

I - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

II - abandono de cargo; e

III - inassiduidade.

Art. 13. O procedimento sumário se desenvolverá nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 3 (três) servidores que deverão ser ocupantes de cargo efetivo e estável superior ou de mesmo nível da categoria funcional do acusado e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;

II - instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e

III - julgamento.

§ 1º No caso de acumulação ilegal de cargos, a indicação da autoria dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas ilegalmente acumulados, bem como dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.

§ 2º Na hipótese de abandono de cargo, que se caracteriza pela ausência do servidor ao serviço por período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, a materialidade dar-se-á pela indicação precisa desse lapso temporal.

§ 3º No caso de inassiduidade, a materialidade dar-se-á pela ausência ao serviço sem justa causa, por 40 (quarenta) dias intercalados, no período de 12 (doze) meses, independente do desconto dos dias de falta.

Art. 14. A comissão lavrará em até 5 (cinco) dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indicição em que serão transcritas as informações de que tratam os parágrafos anteriores, bem como promoverá a citação do servidor acusado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa técnica e juntar documentos, assegurando-se lhe vista do processo na repartição, aplicando-se no que couber o disposto no art. 44.

Art. 15. Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre as supostas irregularidades, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.

§ 1º No prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no § 1º do artigo 59.

§ 2º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação, se as circunstâncias o exigirem.

§3º O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições do Capítulo V desta Lei Complementar.

§ 4º Nas infrações previstas no artigo 12, o servidor poderá requerer a exoneração do cargo desde que o faça antes do julgamento.

CAPÍTULO IV

DA SINDICÂNCIA

Art. 16. A sindicância é o meio de que se utiliza a Administração Pública para, sigilosa ou publicamente, com sindicados ou não, proceder à apuração de ocorrências anômalas, de licitude duvidosa, ocorrentes no serviço público.

Art. 17. A sindicância se divide nas seguintes espécies:

I - investigativa ou preparatória;

II - acusatória ou punitiva com penalidade de suspensão de até 30 (trinta) dias; e

III - patrimonial;

§ 1º A sindicância investigativa será instaurada quando o fato ou a autoria não se mostrarem evidentes ou não estiver suficientemente caracterizada a infração.

§ 2º Na portaria de sindicância investigativa constará a identificação da autoridade instauradora e dos membros que compõem a comissão, a denúncia ou descrição das eventuais irregularidades ocorridas e o prazo para conclusão dos trabalhos.

§ 3º A sindicância investigativa ou preparatória, será conduzida por um ou mais servidores efetivos e estáveis pertencentes a categoria funcional compatível com o objeto da apuração.

§ 4º A sindicância acusatória ou punitiva será conduzida por comissão composta por 3 (três) ou mais servidores ocupantes de cargo efetivo e estável, superior ou de mesmo nível da categoria funcional do sindicado.

§ 5º Na portaria de sindicância acusatória ou punitiva constará a identificação da autoridade instauradora, dos membros da comissão e dos prováveis servidores responsáveis, que poderá ser na forma do disposto no parágrafo único do art. 37, o resumo circunstanciado dos fatos irregulares e a capitulação legal, caso seja possível.

Art. 18. Ao tomar conhecimento de fundada notícia ou de indícios de enriquecimento ilícito, inclusive evolução patrimonial incompatível com os recursos e disponibilidades do servidor público, a autoridade competente determinará a instauração de sindicância patrimonial, destinada à apuração dos fatos.

Parágrafo único. Na portaria de sindicância patrimonial constará a identificação da autoridade instauradora, dos membros da comissão, o resumo dos fatos objeto da investigação e prazo para conclusão dos trabalhos.

Art. 19. O procedimento da sindicância patrimonial será conduzido por comissão composta por 3 (três) ou mais servidores, ocupantes de cargo efetivo e estável superior ou de mesmo nível da categoria funcional do sindicado.

§ 1º A sindicância patrimonial constituir-se-á em procedimento sigiloso e meramente investigatório, não tendo caráter punitivo.

§ 2º Concluídos os trabalhos da sindicância patrimonial, a comissão responsável por sua condução fará relatório sobre os fatos apurados, opinando pelo seu arquivamento ou, se for o caso, por sua conversão em processo administrativo disciplinar.

Art. 20. Da sindicância poderá resultar:

- I - arquivamento do processo;
- II - aplicação de penalidade de repreensão verbal ou escrita, ou suspensão de até 30 (trinta) dias; e
- III - instauração de processo disciplinar.

Art. 21. Na sindicância não há necessariamente defesa, salvo no caso de sindicância acusatória ou punitiva.

Art. 22. A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar suspende a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

Art. 23. Os autos de sindicância, como peça informativa, poderão integrar o processo disciplinar.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 24. O prazo para a conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

CAPÍTULO V DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 25. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor estável, em estágio probatório, com vínculo temporário ou em cargos comissionados, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

§ 1º O período do estágio probatório ficará suspenso com a instauração de qualquer procedimento administrativo disciplinar.

§ 2º Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, demissão, cassação de aposentadoria, disponibilidade e destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

Art. 26. Verificando-se necessária a aplicação da penalidade, o processo disciplinar será instaurado independentemente de sindicância, quando houver confissão lógica ou forem evidentes a autoria e a materialidade da infração.

Art. 27. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores ocupantes de cargo efetivo e estável superior ou de mesmo nível da categoria funcional do acusado, designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente.

Parágrafo único. A comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo, excepcionalmente, a indicação recair em um de seus membros.

Art. 28. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

§ 1º As reuniões da comissão terão caráter reservado, sendo que as audiências serão públicas.

§ 2º A comissão, sempre que necessário, dedicará todo o tempo ao processo disciplinar, ficando seus membros e secretário, em tais casos, dispensados das atividades no órgão até a entrega do

relatório conclusivo.

§ 3º As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas e ocorrências.

Art. 29. Constatando-se que um dos membros da comissão está em licença médica ou em caso de afastamento de extrema necessidade, o presidente solicitará à autoridade instauradora a imediata substituição.

Parágrafo único. Os membros da comissão que derem motivo para a postergação ou não cumprimento de prazos serão responsabilizados administrativamente.

Art. 30. Todas as autoridades administrativas, independentemente de grau hierárquico, assim como todos os funcionários, servidores e agentes públicos, dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, devem conferir prioridade ao atendimento das requisições das comissões de processo administrativo disciplinar.

§ 1º O atendimento às requisições das comissões processantes deve ocorrer dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, se outro prazo nelas não houver sido fixado, levando-se em conta a preclusão dos atos processuais, assim como a natureza e o grau de complexidade do objeto da requisição.

§ 2º As repartições públicas poderão fornecer todos os documentos em meio eletrônico, certificando, pelo mesmo meio, que se trata de extrato fiel do que consta em seu banco de dados ou do documento digitalizado.

§ 3º A inobservância do disposto no § 1º constitui falta de exatidão no cumprimento de dever funcional e, vindo em prejuízo do interesse público, importará em responsabilidade administrativa, civil e penal.

Seção I Dos Impedimentos

Art. 31. É impedido de atuar em processo administrativo como presidente ou membro da comissão, o servidor ou autoridade que:

- I - esteja em estágio probatório ou exerça cargo em comissão;
- II - tenha participado como perito, testemunha ou representante da parte;
- III - seja cônjuge, convivente ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau;
- IV - tenha integrado comissão de sindicância da qual se originou o processo ou emitido parecer;
- V - esteja litigando judicialmente com o interessado ou respectivo cônjuge ou convivente.

Art. 32. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 33. O interessado poderá arguir o impedimento de forma incidental em autos apartados e sem suspensão da causa.

Art. 34. O indeferimento do incidente de impedimento poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

Seção II Fases do Processo

Art. 35. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

- I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;
- II - instrução;
- III - defesa;
- IV - relatório conclusivo; e
- V - julgamento.

Subseção I
Da Instauração

Art. 36. O processo administrativo disciplinar será instaurado mediante a expedição da Portaria, que indicará:

I - a identificação funcional dos membros da comissão;

II - a identificação dos prováveis servidores responsáveis pelo fato;

III - o resumo dos fatos; e

IV - a capitulação legal, caso seja possível.

Art. 37. A portaria poderá ser aditada, notificando-se o acusado e, caso já tenha ocorrido o interrogatório, deverá ser designado novo depoimento sobre os fatos apresentados na adição.

Parágrafo único. Na hipótese de conhecimento de infrações conexas supostamente cometidas pelo acusado que emergirem no decorrer dos trabalhos, estas serão apuradas no próprio processo disciplinar em andamento, independentemente de aditamento ou da edição de nova portaria.

Art. 38. Iniciar-se-ão os procedimentos processuais disciplinares no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da Portaria no órgão oficial de publicação do Município e encerrar-se-á no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, e em caso de força maior, por prazo determinado a critério da autoridade competente, de qualquer forma não excedente a prorrogação a 60 (sessenta) dias.

Art. 39. A instalação é formalizada pela autuação da Portaria, e outros documentos que a instruírem, certidão ou cópia da ficha funcional do acusado, designação do dia, hora e local para a audiência inicial e citação pessoal do mesmo, para se ver processar e acompanhar, querendo, por si ou por seu procurador devidamente habilitado no processo, a instrução.

Parágrafo único. Constará do mandado de citação/notificação o nome completo e matrícula do servidor, a cópia da portaria instauradora do processo, o local, data e hora da primeira audiência, além do prazo para arrolar as testemunhas de defesa.

Art. 40. Quaisquer documentos, cuja juntada ao processo seja considerada necessária, deverão ser despachados, pelo presidente da comissão, com a expressão "junte-se aos autos" ou equivalente, seguida de data e assinatura, lavrando o secretário o competente termo de juntada.

Parágrafo único. A numeração das folhas nos diversos volumes do processo será contínua, contando-se, porém, não se numerando, a capa e a contracapa, contendo em cada volume termo de encerramento e termo de abertura.

Art. 41. A citação do acusado dar-se-á pessoalmente, por escrito, contra recibo e será acompanhada de cópia da portaria.

§ 1º No caso de se achar o acusado ausente do lugar onde deveria ser encontrado, será citado pessoalmente por via postal, em carta registrada com aviso de recebimento - AR, com declaração de conteúdo, juntando-se ao processo o comprovante do registro e do recebimento.

§ 2º O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar imediatamente à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 42. Quando, por 3 (três) vezes, o membro da comissão processante houver procurado o acusado em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

§ 1º No dia e hora designados, o membro da comissão comparecerá ao domicílio ou residência do acusado, a fim de realizar a diligência.

§ 2º Se o acusado não estiver presente, o membro da comissão

procurará informar-se das razões da ausência, dando por feita a citação, ainda que o acusado se tenha ocultado.

§ 3º Da certidão de ocorrência, o membro da comissão deixará contrafé com pessoa da família ou com qualquer vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.

§ 4º Feita a citação com hora certa, a comissão enviará ao acusado carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), dando-lhe de tudo ciência.

Art. 43. Estando o acusado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no órgão oficial de divulgação do Município, por duas vezes sequentes, com prazo, nessa hipótese, de 15 (quinze) dias para defesa, a contar da última publicação do edital.

§ 1º Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 2º Será designado um servidor, de preferência bacharel em direito, como defensor do acusado, se não atendida a citação por edital.

§ 3º A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e reabrirá o prazo para a defesa.

Subseção II
Da Instrução

Art. 44. Na fase de instrução, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Parágrafo único. É permitido o uso de prova emprestada, desde que respeitado o contraditório.

Art. 45. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º Compete ao advogado que postular no processo administrativo disciplinar informar telefone de contato, endereço eletrônico e profissional no qual receberá as intimações e notificações, bem como comunicar à comissão processante qualquer mudança de endereço ou de meio de comunicação.

§ 2º O presidente da comissão poderá, mediante fundamentação e motivação, denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Art. 46. Na instrução, proceder-se-á à inquirição das testemunhas arroladas pela comissão, seguindo-se à inquirição das testemunhas arroladas pela defesa, interrogando-se, por fim, o acusado.

§ 1º Havendo denunciante, proceder-se-á à tomada de declarações do mesmo, antes de iniciada sequência descrita no caput.

§ 2º No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, poderá ser promovida a acareação entre eles.

§ 3º Incumbe ao acusado, no prazo de defesa, apresentar o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, profissão, telefone, residência e o local de trabalho.

§ 4º Na instrução é lícito ao acusado oferecer até 10 (dez) testemunhas, indicando 3 (três), no máximo, para cada fato.

§ 5º Na hipótese da defesa arrolar testemunhas em número excedente ao fixado no parágrafo anterior, a comissão ouvirá somente as 10 (dez) primeiras constantes do rol oferecido.

§ 6º A comissão poderá arrolar as testemunhas que achar necessário à elucidação dos fatos, bem como proceder a mais de um interrogatório do acusado.

Art. 47. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda

via, com o ciente do mesmo ser juntada aos autos.

§ 1º Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 2º O acusado pode comprometer-se a levar à audiência as testemunhas, independentemente de intimação, presumindo-se, caso não compareçam, que desistiu de ouvi-las.

§ 3º A intimação poderá ser feita por outro meio, desde que atinja a finalidade.

Art. 48. Respeitado o limite disposto no § 4º do art. 46, poderá o acusado durante a instrução, substituir as testemunhas ou indicar outras no lugar das que não comparecerem, desde que esteja presente a substituta na audiência.

Art. 49. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito.

Parágrafo único. As testemunhas serão inquiridas separadamente, o mesmo ocorrendo com os interrogatórios, quando houver mais de um indiciado.

Art. 50. A testemunha, servidor público, não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo caso de proibição legal, nos termos do art. 207 do Código de Processo Penal.

§ 1º Quando a pessoa estranha ao serviço público se recuse a depor perante a comissão, o presidente solicitará à autoridade policial que instaure procedimento inquisitório, se assim entender, a fim de ser ouvida no departamento policial.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, o presidente da comissão encaminhará à autoridade policial, as perguntas sobre o qual deverá ser ouvida a testemunha.

§ 3º O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 51. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, podendo ser designado perito.

§ 1º O incidente de insanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

§ 2º O internamento do acusado voluntário ou judiciário, bem como a licença para tratamento de saúde, após o interrogatório, não suspende a tramitação do processo.

Art. 52. Havendo necessidade de prova pericial suspende-se o andamento do processo até a apresentação do laudo requerido.

Parágrafo único. Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

Art. 53. A fase instrutiva encerrar-se-á com Relatório de Instrução, no qual serão resumidos os fatos apurados, as provas produzidas e a convicção da Comissão Disciplinar sobre as mesmas, a identificação do acusado e das transgressões legais.

Subseção III Da Defesa

Art. 54. Após o relatório de instrução, o acusado, ou seu representante legal, será notificado para apresentar defesa técnica no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade na qual poderá juntar documentos, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, ou fora dela exclusivamente a procurador que seja advogado, mediante carga, no decurso do prazo.

§ 1º Havendo 2 (dois) ou mais acusados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 2º No caso de recusa do acusado ou do seu representante legal em por o ciente na cópia da notificação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a notificação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

§ 3º Na hipótese de não apresentação de defesa técnica, o Presidente designará um defensor ad hoc.

Subseção IV Do Relatório Conclusivo

Art. 55. Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 56. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Subseção V Do Julgamento

Art. 57. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º Proferido o julgamento serão notificados da decisão o servidor e seu defensor.

§ 2º Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 3º Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 4º O acusado, no processo disciplinar, defende-se contra a imputação de fatos ilícitos, podendo a autoridade administrativa adotar capitulação legal diversa da que lhes deu a Comissão Processante, sem que implique cerceamento de defesa.

Art. 58. A extrapolação dos prazos previstos nesta Lei Complementar pela comissão ou pela autoridade julgadora não implica nulidade do processo.

Art. 59. Nos processos administrativos disciplinares em que a comissão processante sugerir a aplicação de quaisquer penalidades previstas em lei, a autoridade competente deverá previamente ao julgamento submetê-lo ao respectivo órgão jurídico para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais, pelo prazo de 15 (quinze) dias, suspendendo o curso do prazo para julgamento.

§ 1º Se a penalidade prevista for a demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, a aplicação da pena caberá à autoridade competente para nomear ou aposentar.

§ 2º A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 60. O julgamento a ser efetuado pela autoridade competente é dirigido pelo livre convencimento, a qual é facultado divergir das conclusões do relatório da comissão, podendo, fundamentado e motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Parágrafo único. Reconhecida pela comissão a inocência do servidor ou a inexistência do fato, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se entender de forma diversa, frente à prova dos autos, quando aplicará a penalidade cabível.

Art. 61. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.

Parágrafo único. A autoridade julgadora que der causa à prescrição da ação disciplinar será responsabilizada administrativa e judicialmente.

Art. 62. Quando a infração estiver capitulada como crime será remetido cópia do processo disciplinar ao Ministério Público para instaurar a ação penal competente, se for este o entendimento.

Art. 63. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade eventualmente aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração quando não satisfeitas as condições do estágio probatório, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Seção III Dos Recursos

Art. 64. São cabíveis os seguintes recursos:

I - pedido de reconsideração;

II - recurso especial.

Art. 65. A petição de recurso observará os seguintes requisitos:
I - será dirigida à autoridade com competência para decidir e protocolizada no órgão no qual tramita o processo principal, devendo neste ser juntada;

II - trará a indicação do número do processo, o nome, qualificação e endereço do recorrente;

III - conterá exposição, clara e completa, das razões da inconformidade; e

IV - conterá o pedido de reforma da decisão recorrida.

Art. 66. Os recursos serão recebidos no efeito meramente devolutivo, salvo se, a juízo da autoridade competente, for concedido efeito suspensivo, devendo ocorrer a manifestação do respectivo órgão jurídico sobre o recurso interposto, para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

Art. 67. Cabe recurso de Reconsideração nas hipóteses em que a penalidade aplicada for de demissão simples, ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 68. O pedido de reconsideração não poderá ser renovado.

Art. 69. Caberá recurso hierárquico:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração; e

II - quando as circunstâncias demonstrarem a inadequação da penalidade aplicada.

Art. 70. O prazo para interposição de pedido de reconsideração é de 15 (quinze) dias, e do recurso especial é de 30 (sessenta) dias, a contar da publicação ou da ciência da decisão recorrida pelo interessado ou defensor.

Art. 71. São peremptórios e improrrogáveis os prazos estabelecidos nesta seção, salvo motivo de força maior.

Art. 72. Ao decidir o pedido de reconsideração ou o recurso especial, a autoridade poderá provê-los total ou parcialmente, motivando as razões de decidir.

Parágrafo único. Os pedidos de reconsideração e os recursos especiais que forem providos indicarão as retificações necessárias.

Seção IV Da Revisão

Art. 73. Caberá revisão da decisão que puniu o servidor com demissão ou cassação de aposentadoria, quando:

I - se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido;

II - quando a decisão revista for contrária a texto expresso em lei ou à evidência de fatos novos, modificativos e extintivos da punição; e

III - na hipótese da decisão proferida se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos ou eivados de vícios insanáveis.

Parágrafo único. O ônus da prova caberá ao requerente.

Art. 74. O direito de propor a revisão se extingue em 2 (dois) anos, contados do fim do prazo para interposição do recurso especial, observado o art. 71.

§ 1º Quando a revisão não se fundar nos casos contidos no elenco do artigo anterior será indeferida, desde logo, pela autoridade competente.

§ 2º A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo.

§ 3º Deverá ocorrer a manifestação do respectivo órgão jurídico sobre o pedido de revisão interposto, para análise relativa ao cumprimento dos requisitos legais.

Art. 75. O processo originário acompanhará, obrigatoriamente, a petição da revisão.

CAPÍTULO VI DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 76. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influenciar na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do procedimento administrativo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

§ 2º Deverá constar da portaria de afastamento a determinação de que o servidor afastado ficará à disposição do órgão ao qual é vinculado, bem como da Comissão Processante durante o horário normal do expediente, em local certo e conhecido, preferencialmente em sua residência no domicílio, a contar da ciência do ato.

§ 3º O não atendimento pelo servidor acusado à determinação disposta no parágrafo anterior configura prática de nova irregularidade e impõe a instauração de novo procedimento administrativo disciplinar.

§ 4º O não cumprimento será informado ao setor de pessoal e os dias ausentes ao chamado da Comissão ou órgão ao qual é vinculado, serão descontados.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 78. Serão assegurados transporte e diárias aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos. (não sei se este artigo caberia nas disposições transitórias)

Art. 79. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 80. Revogam-se os artigos 109 a 149 da Lei Complementar nº 015/99 de 28 de dezembro de 1999, as suas alterações posteriores sobre a mesma matéria e quaisquer disposições em contrário.

Água Doce, 23 de abril de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal de Água Doce

Lei N° 2.191/2013

LEI N° 2.191/2013 - DE 16 DE ABRIL DE 2013

“ALTERA A LEI N° 1.600/2007 DE 03/10/2007, A QUAL: DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DO ENVIO DE CÓPIAS ORIGINAIS DE ATOS ADMINISTRATIVOS BAIXADOS PELO PODER EXECUTIVO, PARA O PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei Municipal nº 1.600/07 de 03/10/07, a qual: “DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DO ENVIO DE CÓPIAS ORIGINAIS DE ATOS ADMINISTRATIVOS BAIXADOS PELO PODER EXECUTIVO, PARA O PODER LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º. O Poder Executivo Municipal encaminhará mensalmente para o Poder Legislativo do Município, juntamente com os balancetes mensais, um original de todos os Decretos, Portarias, Contratos, Convênios, que tenham sido elaborados e das Notas Fiscais, que tenham sido empenhadas naquele mês”.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de abril de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Lei N° 2.192/2013

LEI N° 2.192/2013 - DE 23 DE ABRIL DE 2013

“CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal da Juventude como órgão consultivo, com o objetivo de amparar a administração municipal através de propostas estratégicas de acompanhamento e avaliação da política municipal de juventude.

Art. 2º. O Conselho Municipal da Juventude no exercício de suas atividades tem como princípio fundamental:

§1º. Promover a realização de estudos e pesquisas sobre a realidade da situação juvenil, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas;

§2º. Apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude;

§3º. Articular-se com o Conselho Nacional e Estadual da Juventude e outros conselhos setoriais para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implantação de políticas públicas de juventude;

§4º. Fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis municipais, estaduais e nacionais.

Art. 3º. O Conselho Municipal da Juventude será constituído por um Diretório Municipal composto por até 30 membros, dos quais 07 são representantes indicados pelas associações rurais do município; 07 são jovens indicados pela sociedade civil organizada, 07 membros indicados pelo poder público municipal e 09 jovens

convidados pelo presidente do Conselho.

§1º. O Conselho será coordenado por um Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo, indicados pelo Prefeito Municipal com idade igual ou maior há 18 anos.

§2º. Todos os membros do Conselho, titulares e suplentes, bem como qualquer cidadão água-docense poderão participar das reuniões que serão realizadas mensalmente, no entanto quando houver necessidade de votos e decisões sobre assuntos em pauta, terão direito somente os membros que compõem o diretório municipal e que tenham participado de no mínimo 80% das reuniões.

§3º. Os membros do Conselho Municipal da Juventude de sociedade civil serão representados por jovens que declarem seu real interesse pelas ações de política pública juvenil, comprometendo-se a participar e atuar de forma responsável e séria do propósito principal do Conselho, sendo eles representantes:

Sociedade Civil Organizada:

01 Representante do CEDUP

01 Representante do Ruth Lebarbechon

01 Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

01 Representante do Sindicato dos Produtores Rurais

01 Representante do CDL

01 Representante do Hospital Nossa Senhora da Paz

§4º. Os membros do Conselho Municipal da Juventude indicados pelo poder público, serão representados por pessoas que declarem seu real interesse pelas ações de política pública juvenil, comprometendo-se a participar e atuar de forma responsável e séria do propósito principal do Conselho, sendo eles representantes de setores públicos indicados pelo prefeito;

§5º. Os membros do Conselho Municipal da Juventude não serão remunerados tendo em vista a relevante função social;

§6º. A Administração Municipal poderá prover o ressarcimento de despesas de transportes e alimentação aos membros do Conselho Municipal da Juventude quando a serviço do mesmo, bem como os custos para realização de eventos que façam parte do cronograma de trabalho do Conselho Municipal da Juventude.

§7º. A organização estrutural e/ou funcional do Conselho Municipal da Juventude será estabelecida em Regimento Interno, levando em consideração as necessidades e prioridades de metas a desenvolver, podendo criar Comissões de Estudos, e/ou trabalhos específicos em caráter temporário, de modo atender e/ou elaborar cronograma de trabalhos anuais, bem como o Plano Municipal da Juventude.

§8º. O Conselho Municipal da Juventude terá atuação por tempo indeterminado, e a diretoria executiva terá mandato por dois anos, renováveis por mais dois anos, de acordo com a indicação do Prefeito Municipal.

§9º. A idade mínima para participar como Membro do Conselho é de 16 anos, exceto para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário que deverão ter idade mínima de 18 anos.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de abril de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Lei N° 2.193/2013

LEI N° 2.193/2013 - DE 23 DE ABRIL DE 2013

“DENOMINA-SE DE TAÇA GILMAR FANTIN - “BRUCO” AS EDIÇÕES DOS CAMPEONATOS ABERTOS DE FUTSAL REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara

Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1.º Fica denominado de Taça Gilmar Fantin - "Bruco" as edições dos Campeonatos Abertos de Futsal do Município de Água Doce - SC, realizados por intermédio da Comissão Municipal de Esportes - CME.

Art. 2.º As despesas decorrentes com a execução desta Lei, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal Vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de abril de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Lei N° 2.194/2013

LEI N° 2.194/2013 - DE 23 DE ABRIL DE 2013

"AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE E O HOSPITAL NOSSA SENHORA DA PAZ PARA MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO QUE ESPECIFICA, DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE INTERESSE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, fica sancionada a seguinte LEI.

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a firmar convênio de Cooperação Financeira com o Hospital Nossa Senhora da Paz, CNPJ n° 82.776.550/0001-61, a ser celebrado através de convênio por instrumento próprio, para custeio de despesas de manutenção da entidade de saúde, cujo valor mensal a ser repassado será de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por mês.

Art. 2º O prazo de vigência do Convênio será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município de Água Doce.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º A exposição de motivos passa a fazer parte integrante da presente lei.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de abril de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Lei N° 2.195/2013

LEI N° 2.195/2013 - DE 23 DE ABRIL DE 2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ANULAR PARCIALMENTE E TRANSFERIR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

01 - PODER LEGISLATIVO

01 - CÂMARA DE VEREADORES

2001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

4.4.90/4 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

3.350/2 - Aplicações Diretas R\$ 3.352,00

TOTAL R\$ 14.352,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º desta Lei será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

01 - PODER LEGISLATIVO

01 - CÂMARA DE VEREADORES

2001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

3.1.90.1 - Aplicações Diretas R\$ 14.352,00

TOTAL R\$ 14.352,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de abril de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Decreto N° 027/2013

DECRETO N° 027/2013 - DE 23 DE ABRIL DE 2013

"ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.195, de 23 de abril de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária constante do orçamento municipal vigente:

01 - PODER LEGISLATIVO

01 - CÂMARA DE VEREADORES

2001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

4.4.90/4 - Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

3.350/2 - Aplicações Diretas R\$ 3.352,00

TOTAL R\$ 14.352,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

01 - PODER LEGISLATIVO

01 - CÂMARA DE VEREADORES

2001 - DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES P/ MANUTENÇÃO DO TRABALHO LEGISLATIVO

3.1.90.1 - Aplicações Diretas R\$ 14.352,00

TOTAL R\$ 14.352,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de abril de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Decreto N° 028/2013

DECRETO N° 028/2013 - DE 23 DE ABRIL DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei n° 2.148/2012, de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei n° 2.148/12 de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.065,10 (dois mil e sessenta e cinco reais e dez centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para compra de equipamentos para o Fundo Municipal de Saúde e aplicação de recursos vinculados.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa a seguir especificado, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
4.4.90.00.0.6.0043/43 Aplicações Diretas R\$ 2.065,10
TOTAL R\$ 2.065,10

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica anulado parcialmente o recurso da seguinte dotação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
10.301.0042.2.052 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SUS
3.3.90.00.0.6.0043/39 Aplicações Diretas R\$ 2.065,10
TOTAL R\$ 2.065,10

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º: Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 23 de abril de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto N° 029/2013

DECRETO N° 029/2013 - DE 25 DE ABRIL DE 2013

"CONSTITUI EQUIPE LOCAL E COMITÊ LOCAL PARA ACOMPANHAMENTO NA ELABORAÇÃO DO PAR - PROGRAMA DE AÇÕES ARTICULADAS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina. No uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Equipe Local e Comitê Local para acompanhamento na elaboração do PAR - Programa de Ações Articuladas do Município de Água Doce/SC, composta pelos seguintes membros:

Equipe Local do PAR:

- Juciana Souza de Araújo Soares - Secretária de Educação, Cultura e Esporte

- Rosane Putton Ferreira Hartcopf - Assessora da Secretaria Municipal de Educação
- Zelaine Aparecida Pelicioli - Administradora Escolar
- Marinês Lúcia Casagrande Tonial - Responsável pelo Transporte Escolar
- Carmen Guisleni da Fonseca - Responsável pela Merenda Escolar

Comitê Local do PAR:

- Juciana Souza de Araújo Soares - Secretária de Educação, Cultura e Esporte
- Arlete Lucia Venturin dos Santos - Assessora das Escolas Multisseriadas
- Elisabete Salvador Heberle - Representante dos Professores da Rede Municipal
- Giselle Brezolin Ghidorsi - Diretora do CEM Frei Silvano
- Flávia Aparecida Zanini - Coordenadora do PRODERAD
- Adriana Minati Sari - Representante APP Municipal
- Luiz Isac Ambrósio - Representante do Conselho Tutelar
- Denise Aparecida Celso Putton - Representante do Conselho Municipal de Educação
- Luiz Pedro Pelicioli - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Água Doce

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 25 de abril de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Ascurra**PREFEITURA****Alteração ao Edital de Carta Convite 24/2013**

ALTERAÇÃO AO EDITAL 24/2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

Altera-se a data de abertura do certame:

Onde se lê:

Ultimo prazo para entrega das propostas:

Data: 06/05/2013 - Hora: 14h00min

Local: DEPARTAMENTO DE COMPRAS RUA BENJAMIN CONSTANT, 221 ASCURRA-SC

Abertura das propostas:

Data: 06/05/2013 - Hora: 14h00min

Local: DEPARTAMENTO DE COMPRAS RUA BENJAMIN CONSTANT, 221 ASCURRA-SC

Leia-se

Ultimo prazo para entrega das propostas:

Data: 10/05/2013 - Hora: 14h00min

Local: DEPARTAMENTO DE COMPRAS RUA BENJAMIN CONSTANT, 221 ASCURRA-SC

Abertura das propostas:

Data: 10/05/2013 - Hora: 14h00min

Local: DEPARTAMENTO DE COMPRAS RUA BENJAMIN CONSTANT, 221 ASCURRA-SC

1. Altera-se a cláusula 3.1 do Edital
Onde se lê:

3.1. - A empresa CONVIDADA a participar da presente licitação deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA INSS

CERTIDÃO NEGATIVA FGTS

CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)

CÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ

Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC

Leia-se

3.1. - A empresa CONVIDADA a participar da presente licitação deverá apresentar os seguintes documentos:

CERTIDÃO NEGATIVA INSS

CERTIDÃO NEGATIVA FGTS

CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL

CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)

CÓPIA AUTENTICADA DO CONTRATO SOCIAL

CNPJ

Apresentação da prova de registro cadastral junto ao CRA/SC

Apresentação de prova de qualificação técnica constituída por atestados de aptidão expedidos por entidades públicas, para as quais os licitantes tenham executado serviços da mesma natureza e de valor equivalente ou superior ao deste certame.

Certidão expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte se for o caso, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC

JULIANA FISTAROL

Pregoeira

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto Nº 54/2013

DECRETO Nº 054/2013 DE 18 DE ABRIL DE 2013.

CONCEDE BENEFÍCIOS FISCAIS NOS TERMOS DA LEI Nº 2932, DE 29 DE JUNHO DE 2010, À ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos arts 1º e 2º da Lei nº 2932, de 29 de junho de 2010, combinado com os arts 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262 e 263, da Lei Complementar nº 003, de 13 de dezembro de 2007, e:

- Considerando a Lei Municipal nº 2.932/2010, que autoriza o Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 253 e seguintes da Lei Complementar nº 003/2007, a conceder a isenção, remissão e anistia, parcial ou total, de taxas exigíveis, decorrentes do exercício do poder de polícia, das entidades declaradas de utilidade pública por esta municipalidade;

- Considerando que de acordo com os documentos e informações que instruem o Processo Administrativo nº 2553 - 2013, a entidade SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BIGUAÇU, inscrito no CNPJ nº 82.900.622/0001-30, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 3343/2013, atende os requisitos legais para a obtenção dos benefícios fiscais previstos na Lei 2932/2010;

- Considerando que entidades como a requerente são fundadas e mantidas exclusivamente para fins filantrópicos e sociais, como organismos vitais para o funcionamento do governo republicano, em proveito da coletividade, se colocando por vezes nas funções que, a rigor, o Estado deveria cumprir.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 2.932/2010 os seguintes benefícios fiscais à entidade, SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BIGUAÇU, inscrita no CNPJ nº 82.900.622/0001-30, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 3343/2013:

I - remissão do pagamento da Taxa de Licença para Instalação e Funcionamento de Estabelecimentos (TLIF) do exercício de 2011;

II - isenção do pagamento da Taxa de Renovação de Licença para Funcionamento a partir do exercício de 2012, pelo prazo de 3 (três) anos.

Parágrafo Único - Findo o prazo assinalado no inciso II deste artigo, a pessoa jurídica beneficiária deverá requerer a renovação da isenção, comprovando que mantém as condições para usufruir a isenção prevista neste Decreto.

Art. 2º Fica obrigada a beneficiária a requerer e cumprir todos os requisitos impostos em Lei para eventuais requerimentos de alvarás, licenças e renovações, observados somente as isenções e benefícios de valores descritos no artigo anterior.

Art. 3º Os benefícios concedidos por este decreto são exclusivos ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Biguaçu.

Parágrafo único: Os eventos e demais atividades realizadas de forma terceirizada nas instalações da Beneficiária não ficam abrangidos e beneficiados pelo presente decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de abril de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 07/2013 FUNREBOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 1 (UMA) TV DE LED 32", COM SUPORTE, PARA A SALA DA CENTRAL TELEFÔNICA DA COMPANHIA DE BOMBEIROS. (FUNREBOM DE BIGUAÇU)
RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 15 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 15 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 90/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA QUE ATENDERÃO TODA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DENTRO O PRAZO DE 12 MESES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 16:15 horas, do dia 16 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:30 horas, do dia 16 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 95/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA O SETOR DE FISCALIZAÇÃO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:30 horas, do dia 21 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 21 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 84/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MESA ESCOLAR SEXTAVADA PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS DO CEIM SÃO TOMAZ DE AQUINO, E MESA ADAPTADA PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAL PARA ESCOLAS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 16:15 horas, do dia 21 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:30 horas, do dia 21 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 68/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETOS PARA MANUTENÇÃO DE REDES PLUVIAIS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 14 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 14 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 6/2013 FUNREBOM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E EXPEDIENTE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE CONSUMO ANUAL DO CORPO DE BOMBEIROS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 20 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 20 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 92/2013 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE, ASSESSORIA, CONSULTORIA, TREINAMENTO E AUDITORIA SOBRE OS DOCUMENTOS FISCAIS

ELETRÔNICOS DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA E CONHECIMENTO DE TRANSPORTE. ELETRÔNICO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 14 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 14 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 14/2013 FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA DE FOSSAS, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, CONTROLE DE PRAGAS (DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO), DESENTUPIMENTO DE VASOS E LIMPEZA DE CANOS PARA CASA LAR MUNICIPAL, RECREIA, CRAS, CREAS, E CCI.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 15 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 15 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 16/2013 FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA ATUAR NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADÚNICO. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 16 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 16 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 98/2013 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 11 (ONZE) AR CONDICIONADOS QUE ATENDERÁ A NECESSIDADE DE ALGUNS SETORES DESTA SECRETARIA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 22 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 22 maio, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 25 de abril de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 112/2013

PORTARIA 112/2013

Designa Servidor.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, etc

RESOLVE:

ART. 1º - Designar a servidora Alair Franz Hein, ocupante do cargo efetivo de Escriurário, para ficar responsável pela tesouraria até realização de concurso público

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, ficando revogada a Portaria 097/2013 de 10.04.2013.

Braço do Trombudo, em 26 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Edital Pregão 15/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 17/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 15/2013

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 14:00 horas do dia 16.05.2013, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de peças, serviços de mão de obra e retifica do motor caminhão caçamba 2418 placa MAB 9016 da Secretaria de Obras. Maiores informações na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 26 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Edital Pregão 16/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 18/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 16/2013

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que as 09:00 horas do dia 17.05.2013, estará selecionando a melhor proposta para Contratação de árbitros para jogos municipais envolvendo Campeonatos de Futsal adulto, veterano, juvenil e feminino. Maiores informações na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 29 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal.

Retifica Edital Convite 1/2013

RETIFICA EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONVITE 1/2013. A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que RETIFICA Edital acima mencionado item 7.1.3 - qualificação técnica, alínea "b" do edital, que passa a ter a seguinte redação: que os atestados a serem apresentados independam de uma ou mais assinaturas, bem como não haja distinção entre o ente público, sem a condição de prazo de validade.

Os prazos para a abertura dos envelopes contendo as propostas e a habilitação serão alterados, passando a ser dia 09.05.2013 as 15:00 horas no Departamento de Licitações.

Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179 ou pelo e-mail licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 26 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Portaria N° 22.609

PORTARIA N° 22.609, de 24 de abril de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar n° 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Processo Administrativo a fim de apurar a falta de pagamento ao prestador de serviço "T.W.L. Eventos e Produção Artísticas", referente aos serviços prestados no 52º Jogos Abertos de Santa Catarina realizados em Caçador no ano de 2012. A referida empresa possuía contrato com o Município de Caçador, sendo vencedora da Licitação n°. 06/2012, Convite n°. 01/2012. A TWL Eventos e Produções Artísticas teria prestado todo o serviço contratado pela Fundação Municipal de Esportes de Caçador, mas teria ficado pendente de pagamento parte dos serviços prestados, itens 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 do Contrato Administrativo n° 31/2012, no valor de R\$ 38.490,00 (trinta e oito mil quatrocentos e noventa reais), tudo conforme consta nos documentos apresentados/ protocolizados sob o n°. 3567/2013 e demais documentos que os instrui.

§ 1º - A Comissão de Processo Administrativo tem poderes de ampla e irrestrita investigação, averiguando se efetivamente ocorreu a prestação de serviço, por que não foi empenhada a Prestação de Serviço, inclusive acerca da legitimidade e regularidade das despesas e/ou fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo,

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 233, da Lei Complementar n° 56, de 20/12/04 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais de Caçador), os Servidores Públicos Municipais: Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira, Coordenadora da Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos, FRANCIELI ANTUNES DE MACEDO, ocupante do cargo de Técnica em Contabilidade, lotado na Secretaria de Fazenda, ADRIANA MARIELOUISE VAN PASSEL, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria

de Fazenda, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo nº. 03/2013. Os trabalhos serão secretariados pela estagiária SARA APARECIDA GOMES.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos a contar da publicação da referida portaria no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 4º - Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos denunciados.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 24 de abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETO
PREFEITO MUNICIPAL

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA.

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 36/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
SECRETARIA DE AGRICULTURA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL N° 36/2013
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SEGURANÇA DESTINADOS A SECRETARIA DE AGRICULTURA.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 15/05/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 15/05/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador/SC, 24 de Abril de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETO
Prefeito Municipal

Aviso Licitação PR 19-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 19/2013 - FMS
TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA, DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14:00 Horas do Dia 14/05/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14:05 Horas do Dia 14/05/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 26 de abril de 2013.
REJANE SERAFINI
Secretária Municipal de Saúde

Aviso Prorrogação PR 20-2013 Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Solicitar este Edital pelo e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br

EDITAL: Pregão Presencial nº 20/2013 - FMS
TIPO: Menor Preço

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS TIPO MARMITEX DESTINADAS OS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE
ENTREGA DOS ENVELOPES: 16:00 Horas do Dia 14/05/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 16:05 Horas do Dia 14/05/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Coord. de Licitações e Contratos do Fundo Municipal de Saúde, Site Rua Brasília, 1.111, e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, br, das 13:00 às 19:00 horas ou pelo site www.cacador.sc.gov.br

Caçador, 26 de abril de 2013.
REJANE SERAFINI
Secretária Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preço N° 77 - 2013 - Prefeitura

ATA nº 77/2013 - PREFEITURA-PREGÃO PRESENCIAL N° 30/2013
Registro de Preços para prestação dos serviços de Manutenção Mecânica, Funilaria e Pintura, Eletricidade, Bomba e Bicos injetores Turbina, Estofaria e Tapeçaria, Referente ao processo licitatório nº 39/2013, Pregão Presencial nº 30/2013 Fornecedor COLUSSI & CIA LTDA CNPJ nº 05.070.506/0001-90, com sede nesta cidade de Caçador/SC. Prazo 12 meses

LOTE 01	VOLKSWAGEN	VLR HR	DESC. PÇS		
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO		
01	MHD 3876	GOL	2012	47,25	5,5%
		VALOR ESTIMADO			10.000,00

LOTE 02	PEUGEOT	VLR HR	DESC. PÇS		
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO		
02	MHI 3386	BOXER JAEDITUR	2010	47,25	5,5%
		VALOR ESTIMADO			30.000,00

LOTE 04	FIAT	VLR HR	DESC. PÇS		
ITEM	PLACA	MARCA/ MODELO	ANO		
04	MCR 4143	FIORINO IE	2006	47,25	5,5%
		VALOR ESTIMADO			15.000,00

Camboriú

PREFEITURA

Lei N.º 2.533/2013

LEI N.º 2.533/2013

Dispõe sobre a autorização para celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal de Saúde e a Fundação Hospitalar de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo autorizada a celebrar convênio com a Fundação Hospitalar de Camboriú, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob n.º 76.700.244/0001-49, com sede na Rua José Francisco Bernardes, n.º 787, Bairro Areais, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do convênio consiste no repasse de recursos financeiros à Fundação Hospitalar de Camboriú, exclusivamente para pagamento de plantonistas no atendimento da população no pronto atendimento do hospital.

§ 1º O repasse de recursos mediante o Termo de Convênio objetiva a manutenção do Pronto Atendimento com serviços de plantão médico de urgência e emergência, de forma gratuita, continuada e eficiente, sem distinção discriminatória de qualquer natureza.

§ 2º O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 714.240,00 (setecentos e quatorze mil duzentos e quarenta reais), dividido em 12 (doze) parcelas mensais no valor de até R\$ 59.520,00 (cinquenta e nove mil quinhentos e vinte reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente na conta da Instituição.

§ 3º O serviço de pronto atendimento descrito no § 1º deverá ser prestado por diversos profissionais, respeitando-se a jornada de trabalho estabelecida por lei para a categoria, sendo vedada a cumulação de jornada de trabalho.

§ 4º Dos valores repassados para a Fundação Hospitalar de Camboriú, descritos no § 2º do artigo 2º, serão descontados os valores que serão repassados diretamente pela Prefeitura Municipal aos profissionais que prestarão os serviços objeto do presente convênio.

Art. 3º O Município de Camboriú fica autorizado a ceder até 06 (seis) servidores públicos para atendimento junto ao pronto atendimento da Fundação Hospitalar de Camboriú.

Art. 4º O convênio será celebrado para vigorar na data da assinatura e terá vigência por quinze meses.

Parágrafo único. Para celebração do presente convênio, a Fundação Hospitalar de Camboriú deverá apresentar a seguinte documentação: cópia da Ata da última eleição da Diretoria, CNPJ, CND municipal, Plano de Trabalho e outros documentos cabíveis.

Art. 5º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso não seja efetuada a prestação de contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do pagamento de cada parcela, quando forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 6º As despesas para a execução do convênio correrão por

conta de dotação próprias do orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 26 de abril de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.534/2013

LEI N.º 2.534/2013

Dispõe sobre a autorização para celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Fundo Municipal de Saúde e a Fundação Hospitalar de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a firmar Convênio com a Fundação Hospitalar de Camboriú, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 76.700.244/0001-49, com sede na Rua José Francisco Bernardes, n.º 787, Bairro Areias, Camboriú/SC,

Art. 2º O objeto do convênio consiste no repasse de recursos financeiros à Fundação Hospitalar de Camboriú, para pagamento de parte do sobreaviso de obstetrícia, anestesista e pediatria.

§ 1º O repasse de recursos mediante o Termo de Convênio objetiva a manutenção do sobreaviso em obstetrícia, pediatria e anestesista de forma gratuita, continuada e eficiente, sem distinção discriminatória de qualquer natureza.

§ 2º O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 803.520,00 (oitocentos e três mil quinhentos e vinte reais), dividido em 12 (doze) parcelas mensais no valor de até R\$ 66.960,00 (sessenta e seis mil novecentos e sessenta reais), que serão depositadas até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente na conta da Instituição.

§ 3º O pagamento das parcelas dentro do prazo estabelecido no § 2º deste artigo fica condicionado a entrega e aprovação das prestações de contas.

§ 4º Para celebração do presente convênio a Fundação Hospitalar de Camboriú fica obrigada a apresentar a documentação legalmente prevista, bem como a seguinte documentação: cópia autenticada da Ata da última Eleição da Diretoria; CNPJ; CND municipal e Plano de Trabalho da entidade.

§ 5º Dos valores repassados para a Fundação Hospitalar de Camboriú, descritos no § 2º do artigo 2º, serão descontados os valores que serão repassados diretamente pela Prefeitura Municipal aos profissionais que prestarão os serviços objeto do presente convênio.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar na data da sua assinatura e terá vigência por quinze meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso não seja efetuada a prestação de

contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do pagamento de cada parcela, quando forem descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 26 de abril de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

PR 10/13 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2013-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A DEMANDA NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 21 (Vinte e Um) de Maio de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 26 de Abril de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 9/13 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 009/2013-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 14 (Catorze) de Maio de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 26 de Abril de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito N° 194 - 548/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 194 548/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFV5896	54885807B	6920/0	17/08/2007	233
CHY1452	55957264B	6912/0	19/02/2009	232
CVE1020	55957262B	5169/1	13/02/2009	165
DHX5183	55957666B	7366/2	17/02/2009	252 * VI
DHX5183	55957667B	6084/1	17/02/2009	211
GVT9307	55955989B	6920/0	20/02/2009	233
KFF3686	55539324B	6556/5	20/02/2009	230 * I
KFF3686	55956668B	6912/0	20/02/2009	232
KFF3686	55956669B	6726/1	20/02/2009	230 * XVIII
LRX0273	55956639B	5185/1	26/01/2009	167
LXF7944	55956641B	5185/1	26/01/2009	167
LYF3817	55957254B	5010/0	08/02/2009	162 * I
LYF3817	55957255B	6599/2	08/02/2009	230 * V
LYF3817	55957256B	6637/2	08/02/2009	230 * IX
LYQ4628	55957267B	5010/0	27/02/2009	162 * I
LYY5878	55955983B	6920/0	20/02/2009	233
LZH0978	55957080B	6653/2	04/02/2009	230 * XI
LZN5192	55957358B	6599/2	21/02/2009	230 * V
LZN5192	55957359B	5010/0	21/02/2009	162 * I
MAP2892	55957501B	5185/2	20/02/2009	167
MAQ0098	55957301B	5185/1	28/01/2009	167
MAS1612	55957131B	5274/1	25/02/2009	175
MAX6033	55542550B	6599/2	28/01/2009	230 * V
MBB3547	55956614B	5274/1	23/01/2009	175
MBB3547	55956615B	5835/0	23/01/2009	195
MBB3547	55956616B	5185/1	23/01/2009	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBL1413	55956129B	7137/0	15/02/2009	244 * §1º * c
MBM6454	55957356B	6912/0	19/02/2009	232
MBM6454	55957357B	5045/0	19/02/2009	162 * V
MCA9648	55955889B	7048/1	28/01/2009	244 * II
MCC8512	55956617B	5274/1	23/01/2009	175
MCC8512	55956618B	5835/0	23/01/2009	195
MCC8512	55956619B	5185/1	23/01/2009	167
MCC8512	55956620B	5185/2	23/01/2009	167
MCI5798	55956513B	6599/2	14/02/2009	230 * V
MCI5798	55956514B	6912/0	14/02/2009	232
MCL4523	55955978B	6920/0	20/02/2009	233
MCS4737	55957250B	5185/1	12/02/2009	167
MCV2861	55956671B	5185/1	20/02/2009	167
MCV4699	55957099B	5185/1	16/02/2009	167
MDE6929	55956130B	5274/1	15/02/2009	175
MDQ5701	55955985B	6920/0	20/02/2009	233
MDR5396	55956492B	5835/0	16/02/2009	195
MDR5396	55956493B	6602/0	16/02/2009	230 * VI
MDR5396	55956494B	6912/0	15/02/2009	232
MDR5396	55957661B	6912/0	17/02/2009	232
MEG1358	55956123B	5274/1	14/02/2009	175
MEK2683	55956497B	5835/0	17/02/2009	195
MEK2683	55956498B	5010/0	17/02/2009	162 * I
MEK2683	55956499B	5061/0	17/02/2009	163 c/c 162 * I
MEK2683	55956500B	6726/1	17/02/2009	230 * XVIII
MEP8490	55956629B	5185/1	24/01/2009	167
MET2185	55957091B	5835/0	15/02/2009	195
MET2185	55957092B	5878/0	15/02/2009	199
MET2185	55957093B	6637/2	15/02/2009	230 * IX
MEX9112	55957406B	6637/2	12/02/2009	230 * IX
MFS6383	55956128B	5185/1	15/02/2009	167
MFY4384	55957206B	5185/1	29/01/2009	167
MGX7141	55956131B	5274/1	15/02/2009	175
MHF5460	55957354B	6599/2	15/02/2009	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

Edital de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito N° 194 - 547/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 194 547/2009**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AOE4688	55955514B	6599/2	10/11/2008	R\$ 191,53	230 * V
IDM1556	55955317B	6599/2	07/11/2008	R\$ 191,53	230 * V
IDM1556	55955318B	5460/0	07/11/2008	R\$ 85,12	181 * IX
LWY1512	55541976B	6122/0	14/08/2008	R\$ 191,53	214 * I
LXQ4242	55540931B	5380/0	10/12/2008	R\$ 85,12	181 * I
LXQ4242	55540932B	5525/0	10/12/2008	R\$ 85,12	181 * XV
LYC1210	55955469B	5010/0	26/10/2008	R\$ 574,61	162 * I
LYC1210	55955470B	6599/2	26/10/2008	R\$ 191,53	230 * V
LZA3459	55541750B	5169/0	26/06/2008	R\$ 957,69	165
LZF6998	55542681B	6599/2	18/11/2008	R\$ 191,53	230 * V
LZF6998	55542682B	6653/1	18/11/2008	R\$ 127,69	230 * XI
LZO3819	55955415B	6920/0	03/11/2008	R\$ 127,69	233
MCI7869	55955324B	6610/2	09/11/2008	R\$ 127,69	230 * VII
MDK3914	54884570B	5819/2	04/11/2008	R\$ 574,61	193
MDR4225	55955477B	6076/0	30/10/2008	R\$ 191,53	210
MDR4225	55955478B	6599/2	30/10/2008	R\$ 191,53	230 * V
MDR4225	55955479B	5835/0	30/10/2008	R\$ 127,69	195
MDT2009	55540911B	5819/0	28/03/2008	R\$ 574,61	193
MEI1879	55538961B	5185/0	26/12/2007	R\$ 127,69	167
MEI2187	55540927B	6912/0	15/11/2008	R\$ 53,20	232
MEM0931	55955441B	6920/0	10/12/2008	R\$ 127,69	233
MER4355	55542691B	6653/1	04/12/2008	R\$ 127,69	230 * XI
MEY9502	55541559B	5010/0	24/06/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFD4296	55955355B	5010/0	14/10/2008	R\$ 574,61	162 * I
MFD4296	55955356B	5061/0	14/10/2008	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MFI0534	55542617B	5819/2	27/11/2008	R\$ 574,61	193

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFJ8691	55955767B	6599/2	12/11/2008	R\$ 191,53	230 * V
MFR1531	55955326B	6610/2	09/11/2008	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 25 DE ABRIL DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão (Presencial) N° 55/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) N° 55/2013

O objeto da licitação consiste na aquisição de gêneros alimentícios especiais para alunos (do ensino fundamental) com intolerância alimentar, necessitando alimentos "específicos", conforme tabela abaixo:

Relação de itens da licitação e valor estimado

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	60	Pct	Farinha de Arroz branco, tipo especial, de primeira qualidade, fina, seca, ligeiramente torrada e peneirada. De sabor neutro, indicada para celíacos. Isenta de sujidades, parasitas e larvas. Validade mínima de 7 meses contados a partir da data de entrega, acondicionados em embalagem de plástico de 1 Kg e atóxico. Não conter glúten.	3,40	204,00
02	60	Cx/Pct	Fécula de batata, tipo de farináceo derivado da batata, utilizado em mingaus, bolo, tortas, biscoito. Embalado em caixas/pct de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Sem Glúten.	5,60	336,00
03	60	Pct	Crema de Arroz, tipo de farináceo, amido de arroz. Produto utilizado em preparações como mingau e para celíacos. Não contém Glúten. Embalagens de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Não conter glúten.	7,40	444,00
04	40	Pct	Polvilho doce, tipo de farináceo derivado da fécula de mandioca. Produto amiláceo extraído da mandioca. Embalagens de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Não conter glúten.	3,60	144,00

05	40	Pct	Polvilho Azedo, produto amiláceo extraído da mandioca. Embalagens de 500g e com validade superior a 4 meses a partir da data de entrega do produto. Com teor de acidez que o classifique como azedo. Não conter glúten.	5,55	222,00
06	40	Pct	Biscoito de polvilho doce sem glúten, Biscoito tipo sequilhos sem glúten. Embalagens de 200g. validade superior a 3 meses contados a partir da data de entrega. Não conter glúten.	5,60	224,00
07	30	Pct	Coco Ralado (sem glúten), polpa de coco ralado desidratado e parcialmente desengordurado. Não acrescido de açúcar. Embalagens de 100g. Validade superior a 3 meses contando da data de entrega. Não conter glúten.	3,30	99,00
08	30	Pct	Queijo Ralado (sem glúten), produto derivado do queijo parmesão ralado, e este não deve ser acrescido de produtos farináceos que contenham glúten, Não deve conter Glúten. Vencimento mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. Embalagens de 100g. Não conter glúten.	3,98	119,40
09	40	Pct	Massa alimentícia de arroz (macarrão sem glúten) com ovos massa feita a partir do arroz, com ovos, acondicionados em embalagem de 400 a 500g, de forma íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. Formato parafuso, penne ou fusilli. Não conter glúten.	3,30	132,00

10	40	Pct	Massa alimentícia de arroz (macarrão sem glúten) sem ovos massa feita a partir do arroz, sem ovos, acondicionados em embalagem de 400 a 500g, de forma íntegra e sem perfurações. Produto fisicamente bem conservado, não triturado pelo manuseio excessivo, com data de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega do produto. Formato parafuso, penne ou fusilli. Não conter glúten.	3,30	132,00
11	40	Frs	Emulsificante Emustab, emulsificante e estabilizante neutro. Utilizado na fabricação de sorvete e em receitas para celíacos. Pasta utilizada como ligante em preparações para sem glúten. Validade mínima de 3 meses. Frascos de 200g. Não conter glúten.	4,28	171,20
12	60	Pct	Rosquinhas de Polvilho, salgado - Biscoito de polvilho, sem glúten, pct 200g.	2,55	153,00
13	480	emb. (longa vida)	Leite de vaca 90% menos lactose, tipo Integral, processado em UHT, em embalagem longa vida de 1 litro. Deve conter a tabela de informação nutricional, selo de inspeção e prazo de validade não inferior a 3 meses a partir da data de entrega.	5,00	2.400,00
Valor Total estimado					4.780,60

- Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO (por item).

- Data, horário e local para início da realização da sessão pública do pregão: dia 10/05/2013, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- Data, horário e local para a entrega dos envelopes com a documentação e propostas: até as 9 horas e 45 minutos, do dia 10/05/2013, no protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Educação; Unidade: 05.05 – Serviço de Controle da Merenda Escolar; Função: 12 – Educação; Subfunção: 306 – Alimentação e Nutrição; Programa: – Merenda Escolar; Projeto: 2.015 – Merenda Escolar; Elemento de Despesa: 3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo; Recurso: 0.1.0080 – Recursos Ordinários.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site www.campoalegre.sc.gov.br, no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 55/2013".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 29 de abril de 2013.

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

Decreto N° 6.721/2013 - Nomeia Membros do Conselho Consultivo da Fundação Cultural Desembargador Cid Caesar de Almeida Pedroso

DECRETO N° 6.721/13 DE 26/04/13

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO CONSULTIVO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DESEMBARGADOR CID CAESAR DE ALMEIDA PEDROSO.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, para comporem o Conselho Consultivo da Fundação Cultural Desembargador Cid Caesar de Almeida Pedroso.

- Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Rosângela Schuster Luft

- Representante de Entidades Culturais do Município
Cristiano Peixoto

- Representante da Unoesc - Campus de Campos Novos
Eliane Marin

- Representante da ACA - Associação Camponovense de Acadêmicos
Claudemar Manfredi

- Representante das Escolas Básicas do Ensino Fundamental de CN
Ana Barboza

Art. 2º - O mandato dos membros do Conselho Consultivo da Fundação Cultural Desembargador Cid Caesar de Almeida Pedroso será de 3 (três) anos.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
26 de abril de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



Decreto N° 6720/2013 - Aprova Desmembramento de Imóvel Urbano de Rui Maximiliano Fachin

DECRETO N° 6.720/2013 DE 25/04/2013

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº 39.273;

Considerando as disposições da Lei Federal nº 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, 57, inciso III, e §4º da Lei Complementar nº 03 de 28 de maio de 2007 - Plano Diretor;

Com amparo no artigo 100, incisos VIII - XVIII da Lei Orgânica do município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do terreno urbano de propriedade de Rui Maximiliano Fachin inscrito no CPF/MF sob nº 020.780.079-00, com a área de 6.024,55 m² (seis mil e vinte e quatro metros e cinquenta e cinco centímetros quadrados), matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos sob nº 35.050

Art. 2º. O imóvel mencionado no artigo primeiro possui as seguintes confrontações:

Norte: com Senair Bressan e Sidenei Bressan em 119,00 metros;
Sul: com a Rua Frei Rogério em 127,82 metros;
Leste: com Roberto Viel e Cleci Salete Viel em 46,97 metros;
Oeste: com Rosa Roça Fachin e Rui Maximiliano Fachin em 55,68 metros.

Art. 3º. O desmembramento autorizado por este decreto, dá origem a 8 (oito) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

Lote 01 com a área superficial de 769,46 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Sidenei Bressan e Senair Bressan em 13,50 metros;
Sul: com a Rua Frei Rogério em 15,70 metros;
Leste: com o lote 02 em 53,88 metros;
Oeste: com Rosa Roça Fachin e Rui Maximiliano Fachin em 55,68 metros.

Lote 02 com a área superficial de 751,27 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Sidenei Bressan e Senair Bressan em 13,50 metros;
Sul: com a Rua Frei Rogério em 15,70 metros;
Leste: com o lote 03 em 52,15 metros;
Oeste: com o lote 01 em 53,88 metros.

Lote 03 com a área superficial de 733,07 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Sidenei Bressan e Senair Bressan em 13,50 metros;
Sul: com a Rua Frei Rogério em 15,70 metros;
Leste: com o lote 04 em 50,48 metros;
Oeste: com o lote 02 em 52,15 metros.

Lote 04 com a área superficial de 705,76 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Sidenei Bressan e Senair Bressan em 13,50 metros;

Sul: com a Rua Frei Rogério em 15,70 metros;
Leste: com o lote 05 em 47,32 metros;
Oeste: com o lote 03 em 50,48 metros.

Lote 05 com a área superficial de 1.165,24 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Sidenei Bressan e Senair Bressan em 30,05 metros;
Sul: com a Rua Frei Rogério em 19,08 metros;
Leste: com o lote 06 em 47,74 metros;
Oeste: com o lote 04 em 47,32 metros.

Lote 06 com a área superficial de 652,86 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Sidenei Bressan e Senair Bressan em 8,28 metros;
Sul: com a Rua Frei Rogério em 19,26 metros;
Leste: com o lote 07 em 47,82 metros;
Oeste: com o lote 05 em 47,74 metros.

Lote 07 com a área superficial de 626,32 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Sidenei Bressan e Senair Bressan em 13,33 metros;
Sul: com a Rua Frei Rogério em 13,34 metros;
Leste: com o lote 08 em 47,39 metros;
Oeste: com o lote 05 em 47,82 metros.

Lote 08 com a área superficial de 620,57 m² e as seguintes confrontações:

Norte: com Sidenei Bressan e Senair Bressan em 13,33 metros;
Sul: com a Rua Frei Rogério em 13,34 metros;
Leste: com Roberto Viel e Cleci Salete Viel em 46,97 metros;
Oeste: com o lote 07 em 47,39 metros.

Art. 4º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 3º deste decreto.

Art. 5º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
25 de abril de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão 04/2013 - F.H.J.a.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013

A Fundação Hospitalar Drº José Athanázio torna público que fará realizar no dia 13/05/2013 às 09h 30min na sala de reuniões da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Pregão Presencial do Tipo Menor por item, tendo como objeto a aquisição de MEDICAMENTOS, SOLUÇÕES PARA SOROTERAPIA E PRODUTOS PARA DIETAS ENTERAIS, PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.campos-novos.sc.gov.br ou no Departamento de compras e licitações da

Fundação, localizado a Rua Nereu Ramos, 379, no horário das 8h 30min às 12h e das 13h 30min às 18h diariamente.

Campos Novos, 30 de abril de 2013.
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio
MARLIÊSE DA CASS MECABÔ
Administradora

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação do Edital de Pregao Presencial N° FMAS 02/2013

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 02/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 02/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 15/05/2013, às 14h05mim, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DO MICROÔNIBUS AGRAL PLACAS MHN 5177 N.º 109. Recebimento de propostas até as 14h00mim do dia 15/05/2013. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito/Presidente do Fundo

Capinzal

PREFEITURA

Portarias

PORTARIA N°. 573, DE 29 DE ABRIL DE 2013

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei n°. 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1.º Fica contratada, pelo período de 29 de abril a 14 de dezembro de 2013, Taina Aparecida Costa, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência F, conforme o anexo IV da Lei Complementar n°.146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira, em virtude de desdobramento de turma devido ao aumento do número de alunos.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 29 de abril de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

Termo de Homologação

CHAMADA PÚBLICA

EDITAL N° 015/2013

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isgazella homologa o resultado final da Chamada Pública originada pelo Edital n° 015, de 01 de abril de 2013, para preenchimento de vagas para o cargo de Professor de Ciências, cuja lista dos aprovados encontra-se afixada no Mural Público do Centro Administrativo Municipal de Capinzal e publicada no DOM/SC edição n° 1227 de 26 de abril de 2013.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal - SC, em 26 de abril de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

MARCO ANTONIO HACHMAN
Secretário da Administração e Finanças

SIMAE

Portaria N ° 19/2013/SIMAE-Cao

PORTARIA N ° 019/2013/SIMAE-CAO, de 29 de abril de 2013.

Designa Servidor para exercício de Função de Confiança, na forma que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 21, § 2º, da Lei Complementar n° 147, de 04 de abril de 2012,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor EDILSON DOS SANTOS VILARINO, nascido em 13/10/1977, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo II, Padrão 05.4, Nível 01, Referência C, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar n° 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, para o exercício da Função de Confiança de SUPERVISOR DE SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO (FC-4).

Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de maio de 2013.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

Catanduvas

PREFEITURA

Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social Nº 0002/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 0002/2013

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS DE CATANDUVAS, SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Aprovar a destinação de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 4.005,96 (quatro mil e cinco reais e noventa e seis centavos), destinados a investimentos em benefícios eventuais de assistência social.

Art. 2º Os recursos serão destinados integral e exclusivamente para investimento em benefícios eventuais a serem prestados pelo CREAS do município de Catanduvas - SC de acordo com suas necessidades.

Art. 3º A aprovação se deu conforme estabelecido na Ata nº 115 de 25 de abril de 2013 do CMAS.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Catanduvas - SC, 25 de abril de 2013.

JULIANA HESS

Presidente do CMAS

Registrada e publicada no DOM nesta data.

Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social Nº 0001/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 0001/2013

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS DE CATANDUVAS, SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições legais resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 13.860,00 (treze mil oitocentos e sessenta reais), sendo que deste, 40% (quarenta por cento) destina-se a investimento e 60% (sessenta por cento) para custeio da Entidade.

Art. 2º Os recursos serão destinados na sua totalidade para a Sociedade Patronato Anjo da Guarda - SPAG do município de Catanduvas - SC, nos exatos termos definidos no artigo anterior.

Art. 3º A aprovação se deu conforme estabelecido na Ata nº 115 de 25 de abril de 2013 do CMAS.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas - SC, 25 de abril de 2013.

JULIANA HESS

Presidente do CMAS

Registrada e publicada no DOM nesta data.

Adendo ao Edital: Processo Licitatório Nº 0033/2013 - Pregão Nº 0022/2013

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2013

PREGÃO Nº 0022/2013

O Prefeito em exercício do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exmo. Senhor Alberto Broll, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEIe

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.892 de 29 de abril de 2013, que estabelece Ponto Facultativo nos dias 02 e 03 de maio do corrente ano;

CONSIDERANDO a consequente necessidade de alterar as datas dos Processos Licitatórios que estavam programados para as datas supracitadas;

CONSIDERANDO que o presente Processo havia sido agendado para o dia 02 de maio de 2013, as 09h15min;

TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições que constam do edital de Pregão Presencial n.º 0022/2013, conforme segue:

a) A descrição do preâmbulo do Edital passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

- Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: até as 09h00min do dia 02 de maio de 2013;
- Limite para impugnação ao edital: até as 17h30min do dia 30 de abril de 2013;
- Início da Sessão Pública do pregão: as 09h15min do dia 02 de maio de 2013;

Lê-se:

- Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: até as 09h00min do dia 08 de maio de 2013;
- Limite para impugnação ao edital: até as 17h30min do dia 06 de maio de 2013;
- Início da Sessão Pública do pregão: as 09h15min do dia 08 de maio de 2013.

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 29 de abril de 2013.

ALBERTO BROLL

Prefeito Municipal em Exercício

Adendo ao Edital: Processo Licitatório Nº 0040/2013 - Pregão Nº 0026/2013

ADENDO AO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0040/2013

PREGÃO Nº 0026/2013

O Prefeito em exercício do Município de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, Exmo. Senhor Alberto Broll, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEIe

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.892 de 29 de abril de 2013, que estabelece Ponto Facultativo nos dias 02 e 03 de maio do corrente ano;

CONSIDERANDO a consequente necessidade de alterar as datas dos Processos Licitatórios que estavam programados para as datas supracitadas;

CONSIDERANDO que o presente Processo havia sido agendado para o dia 03 de maio de 2013, às 09h00min;

TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições que constam do edital de Pregão Presencial n.º 0026/2013, conforme segue:

a) A descrição do preâmbulo do Edital passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

- Recebimento do envelope de proposta habilitação: até as 09h00min do dia 03 de maio de 2013;
- Limite para impugnação ao edital: até às 17h30min do dia 30 de abril de 2013;
- Início da Sessão Pública do pregão: às 09h00min do dia 03 de maio de 2013.

Lê-se:

- Recebimento do envelope de proposta habilitação: até as 09h00min do dia 06 de maio de 2013;
- Limite para impugnação ao edital: até às 17h30min do dia 30 de abril de 2013;
- Início da Sessão Pública do pregão: às 09h00min do dia 06 de maio de 2013.

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvas - SC, 29 de abril de 2013.

ALBERTO BROLL

Prefeito Municipal em Exercício

Extrato Segundo Termo Aditivo ao Contrato PMC N° 0137/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC N° 0137/2012

Inexigibilidade n° 0006/2012

Objeto: Aquisição de Material Didático para o exercício de 2013, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC.

Contratado (a): EDITORA POSITIVO LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 17 do Contrato Original c/c o § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO solicitação do Setor de Compras e Licitação e da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO a necessidade corrigir erro de grafia praticado pelo CONTRATANTE no Primeiro Termo Aditivo ao Contrato em tela, datado de 26 de março de 2013, em respeito aos princípios da legalidade e da publicidade;

CONSIDERANDO a necessidade de retificar determinados dados informados equivocadamente pelo CONTRATANTE no Termo Aditivo supramencionado, a fim de evitar eventuais danos para a CONTRATADA, bem como o seu locupletamento ilícito;

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Retificar a Cláusula I do Primeiro Termo

Aditivo a este Contrato da forma que segue:

Nível	Série	Quantidade	Valor Unitário Coleção	Valor Total
Educação Infantil	G1	31	R\$ 196,00	R\$ 6.076,00
Educação Infantil	G2	32	R\$ 196,00	R\$ 6.272,00
Educação Infantil	G3	22	R\$ 129,30	R\$ 2.844,60
Educação Infantil	G5	25	R\$ 64,65	R\$ 1.616,25

Parágrafo único – O presente aditivo acresce ao Contrato original a importância correta de R\$ 16.808,85 (dezesesseis mil oitocentos e oito reais e oitenta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica revogado o disposto na Cláusula I do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato PMC n° 0137/2012, passando a vigorar o disposto neste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666 de 21 de julho de 1993 e no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

E por estarem as partes justas e contratadas, dando tudo por bom e valioso, ambas assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que de tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 25 de abril de 2013.

Contrato Originário: 26 de novembro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Extrato Terceiro Termo Aditivo ao Contrato FMS N° 0063/2012

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N° 0063/2012

Inexigibilidade n.º 0005/2012 (Processo Licitatório n° 0082/2012).

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de serviços de plantão médico em sábados, domingos e feriados (24 horas diárias), conforme processo licitatório n.º 0082/2012.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

Contratado (a): DEOMAR PRETTO

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO o disposto no inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade a presente contratação e relevância dos serviços a serem prestados;

CONSIDERANDO a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal, RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de junho de 2013, iniciando em 1º de maio de 2013, da seguinte forma:

Quantidade	Un.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
456	Hrs.	Plantão Médico em Sábados, Domingos e Feriados (24h diárias)	R\$80,00	R\$36.480,00

CLÁUSULA SEGUNDA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.



FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, “d” da Lei n.º 8.666 de 21 de julho de 1993. E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo conhecimento tiveram.

Catanduvas – SC, 26 de abril de 2013.
Contrato Originário: 20 de agosto de 2012
ELIZETE CARDOZO DA SILVA
Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N° 29/2013 de 25 de Abril de 2013

DECRETO LEGISLATIVO N° 029/2013, DE 25 DE ABRIL DE 2013.
Autoriza a Prefeita Municipal de Catanduvas a ausentar-se do Município por período superior a dez dias.

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhes conferem a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores:

DECRETA:

Art. 1º Fica, a Prefeita Municipal de Catanduvas, autorizada a ausentar-se do Município, no período de 26 de abril a 7 de maio de 2013, tratar de assuntos particulares.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Catanduvas, 25 de abril de 2013.
ODAIR JOSÉ GABRIELLI
Presidente

Publicado em Secretaria em 25 de abril de 2013.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI
Presidente

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria N° 168/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA N° 168/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 70, II, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado □ SC, e de acordo com o art. 53, da Lei Federal n° 8.666/93 de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art.1º Designar o servidor público JOÉLSIO MACHADO, ocupante do Cargo Efetivo de Contador, para atuar como Leiloeiro no Leilão Público de Bem Móvel Inservível - Processo Licitatório n° 50/2013, a se realizar no dia 14 de maio de 2013, no Centro de Múltiplo Uso, com início às 10h00min.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 23 de abril de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 50/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2013- PMC

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra comum, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para a confecção e instalação de guarda-corpos, corrimões e escora de árvores, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” deste edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 15/05/2013.
Abertura: dia 16/05/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, n° 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 26 de abril de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 51/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL N° 51/2013- PMC

Objeto: Aquisição de peças e conserto do motor da Retroescavadeira JBC 214E - PMC 474, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 14/05/2013.
Abertura: dia 15/05/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, n° 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 29 de abril de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial N° 52/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL N° 52/2013- PMC

Objeto: Aquisição de correntes e pedestais para uso na sinalização do trânsito durante a Expo Concórdia 2013, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital. Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 22/05/2013.

Abertura: dia 23/05/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, n° 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 29 de abril de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato 1º TA Contrato N° 42/2012 - FMS

Contrato N° : 42/2012/2012

Aditivo N° : 1 TA/2013

Tipo Aditivo : Prorrogacao

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ASSOCIACAO DE SERVICOS SOCIAIS VOLUNTARIOS DE CONCORDIA - BOMBEIROS VOLUNTARIOS

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 2/2012

Objeto : Locação de Imóvel para instalação da Sede Administrativa do SAMU.

Vigência : Início: 10/04/2013 Término: 10/04/2014

Assinatura : 10/04/2013

Valor R\$: 16.987,08 (Dezesseis Mil, Novecentos e Oitenta e Sete Reais e Oito Centavos)

Dotação : 214 - 13.001.2101.333903910000000.01020000

Dotação : 326 - 13.001.2103.333903910000000.03020000

Extrato 1º TA Contrato N° 76/2012 - FMS

Contrato N° : 76/2012/2012

Aditivo N° : 1 TA/2013

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : MATHEI ENGENHARIA LTDA EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 2/2012

Objeto : EXECUÇÃO DE OBRA EM REGIME EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS).

Vigência : Início: 22/04/2013 Término: 21/07/2013

Assinatura : 22/04/2013

Valor R\$: 9.584,04 (Nove Mil, Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 225 - 13.001.2102.344905198000000.01020000

Dotação : 226 - 13.001.2102.344905198000000.01640000

Dotação : 316 - 13.001.2102.344905198000000.03020000

Extrato 2º TA Contrato N° 1/2013 - FMS

Contrato N° : 1/2013/2013

Aditivo N° : 2 TA CT 1/2013/2013

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : AUTO POSTO MEDITERRANEO LTDA

Licitação : Pregão Presencial 18/2012

Objeto : AQUISICAO DE GASOLINA COMUM E OLEO DIESEL COMUM PARA ABASTECIMENTO DOS VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, QUANDO EM VIAGEM PARA TRANSPORTE DE PACIENTES FORA DO MUNICIPIO DE CONCORDIA.

Vigência : Início: 01/04/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 01/04/2013

Valor R\$: 16.443,54 (Dezesseis Mil, Quatrocentos e Quarenta e Três Reais e Cinquenta e Cinco Centavos)

Dotação : 231 - 13.001.2103.333903001000000.01650000

Extrato Contrato N° 39/2013 - FMS

Contrato N° : 39/2013

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LF SERVIÇOS MÉDICOS SOCIEDADE SIMPLES

Licitação : Inexigibilidade 11/2013

Objeto : Credenciamento de prestador de serviço na área de neurologia, como consultas e exame de eletroencefalograma para atender a necessidade de paciente do sus

Vigência : Início: 17/04/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 17/04/2013

Valor R\$: 58.880,00 (Cinquenta e Oito Mil e Oitocentos e Oitenta Reais)

Dotação : 231 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Dotação : 326 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação N° 12/2013 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 12/2013 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, SC, torna público que ratificou o ato da Senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput I da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 29 de abril de 2013, para serviço de internação de 3 (três) pacientes em Clínica Especializada, em cumprimento a determinações judiciais, a favor do LAR PEQUENO ACONCHEGO LTDA - EPP, no valor estimado de R\$ 124.200,00 (cento e vinte e quatro mil e duzentos reais).

Concórdia, SC, 29 de abril de 2013.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Edital de Notificação - Convênio - Pconcórdia maspbfi / CRAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - PCONCÓRDIAFMAS-PBFI/CRAS, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Concórdia SC, 26 de abril de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei 1011/2013 Autoriza Desmembramento de Área de Lote Urbano de Propriedade de Rosalino Moresco Localizado Ni Distrito de Fernando Machado

Lei nº. 1011/2013

"AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE LOTE URBANO DE PROPRIEDADE DE ROSALINO MORESCO, LOCALIZADA NO DISTRITO DE FERNANDO MACHADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento do lote urbano nº 46-A, da quadra urbana nº. 47, do distrito de Fernando Machado, Município de Cordilheira Alta, com área total de 1.480,00 m² (um mil e quatrocentos e oitenta metros quadrados) com as especificações e confrontações constantes da matrícula nº. 26775 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó e do memorial descritivo anexo, de propriedade de ROSALINO MORESCO, em quatro lotes urbanos a saber:

- Lote urbano nº. 46-A - quadra nº 47, com 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) e as seguintes confrontações:
Norte - em 15,50 e 2,78 metros com o lote urbano n.º 46-B;
Sul - 19,72 metros com uma Travessa ;
Leste - 15,00 metros com a Rua Sete de Setembro;
Oeste - 17,50 e 15,34 metros com o Lageado.

- Lote urbano nº. 46-B - quadra nº 47, com 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) e as seguintes confrontações:
Norte - em 15,98 e 5,53 metros com o lote urbano n.º 46-C;
Sul - 15,50 e 2,78 metros com o lote urbano no 46-A;
Leste - 15,00 metros com a Rua Sete de Setembro, e, 11,44 e 11,79 metros com o lote urbano nº 46-C;
Oeste - 10,49 e 07,66 metros com o Lageado e 9,04 e 9,14 metros com o lote urbano n.º 46-A.

- Lote urbano nº. 46-C - quadra nº47, com 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) e as seguintes confrontações:
Norte - em 17,99 e 7,70 metros com o lote urbano n.º 46-D;
Sul - 15,98 e 3,53 metros com o lote urbano no 46-B;
Leste - 15,00 metros com a Rua Sete de Setembro, e, 15,71 metros com o lote urbano nº 46-D;
Oeste - 9,72 metros com o Lageado e 11,44 e 11,79 metros com o lote urbano n.º 46-B.

- Lote urbano nº. 46-D - quadra nº47, com 400 m² (quatrocentos metros quadrados) e as seguintes confrontações:
Norte - em 37,32 metros com o lote urbano n.º 45;
Sul - 17,99 e 7,70 metros com o lote urbano no 46-C;

Leste - 15,00 metros com a Rua Sete de Setembro;
Oeste - 3,51 metros com o Lageado e 15,71 metros com o lote urbano n.º 46-C.

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de abril de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Lei 1012/2013 Dispõe Sobre a Alteração a Lei Municipal 995/2012 Ppa, Lei Municipal 996/2012 Ldo e Lei Municipal 997/2012 Loa

LEI Nº 1012/2013.

Dispõe sobre a alteração a Lei Municipal Nº. 995, de 07 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 e a Lei Municipal Nº.996, de 07 de dezembro de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, e alteração da Lei Municipal Nº. 997, de 10 de dezembro de 2012, LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E Abrir Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. ALCEU MAZZIONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Art. 1º. Fica criada a Ação/Projeto – Reforma e ampliação da Unidade de Saúde "Adrinei Fávero" Distrito de Fernando Machado, na Lei Municipal Nº. 995, de 07 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 e a Lei Municipal Nº.996, de 07 de dezembro de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, com as seguintes metas físicas e financeiras:

DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	META FINANCEIRA				
			2010	2011	2012	2013	TOTAL
Reforma e ampliação da Unidade de Saúde "Adrinei Fávero" Distrito de Fernando Machado	Metros	198	0,00	0,00	0,00	87.000,00	87.000,00

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado criar nova destinação de recurso e abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, o valor de R\$ 87.000,00 (cento e oitenta e sete mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - saúde

Subfunção: 301 – Atenção básica

Programa: 2505 – Saúde e Cidadania

Projeto: Reforma e ampliação da Unidade de Saúde "Adrinei Fávero" Distrito de Fernando Machado

Classificação da Despesa: 44.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.23 Convênio da União R\$ 75.000,00.

Classificação da Despesa: 44.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.00 Recursos Ordinários proveniente de superávit financeiro do exercício anterior R\$ 12.000,00.

Art. 3º. O recurso para cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior é proveniente do superávit financeiro ordinário e recursos de convênios da saúde, conforme discriminado a seguir:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit Ordinário		4.4.90.00.00.00.00.00	03.00	12.000,00
Convênio saúde		4.4.90.00.00.00.00.00	01.23	75.000,00

Art. 4º. Fica definida a Justificativa do programa conforme discriminado:

Justificativa: Justifica-se pela necessidade de ampliação da rede de atendimento devido a alta demanda apresentada, visando a melhoria da saúde da população no Município.

Art. 5º. Fica definido o objetivo do programa conforme discriminado:

Objetivo: Aumentar a capacidade e melhorar o atendimento aos municípios.

Art. 6º. Fica criada a Ação/Projeto – Reforma e ampliação da Unidade de Saúde "Francismar Severino Tozzo", do Bairro Rosa Linda – Sede do Município, na Lei Municipal Nº. 995, de 07 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 e a Lei Municipal Nº.996, de 07 de dezembro de 2012, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, com as seguintes metas físicas e financeiras:

DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	META FINANCEIRA				
			2010	2011	2012	2013	TOTAL
Reforma e ampliação da Unidade de Saúde "Francismar Severino Tozzo"	Metros	165	0,00	0,00	0,00	75.000,00	75.000,00

Art. 7º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado criar nova destinação de recurso e abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, o valor de R\$ 75.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - saúde

Subfunção: 301 – Atenção básica

Programa: 2505 – Saúde e Cidadania

Projeto: Reforma e ampliação da Unidade de Saúde "Francismar Severino Tozzo".

Classificação da Despesa: 44.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.23 Convênio da União R\$ 75.000,00.

Classificação da Despesa: 44.90.00.00.00.00.00

Art. 8º. O recurso para cobertura do crédito adicional especial de que trata o artigo anterior é proveniente de recursos de convênios da saúde, conforme discriminado a seguir:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio saúde		4.4.90.00.00.00.00.00	01.23	75.000,00

Art. 9º. Fica definida a Justificativa do programa conforme discriminado:

Justificativa: Justifica-se pela necessidade de ampliação de serviços com novas instalações na área de fisioterapia clínica.

Art. 10º. Fica definido o objetivo do programa conforme discriminado:

Objetivo: Melhorar a qualidade do atendimento da fisioterapia clínica evitando o deslocamento de pacientes para outras regiões.

Art. 11º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 12º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 24 de abril de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Decreto N. 337/2013

DECRETO Nº337/2013, DE 25 DE MARÇO DE 2013

"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e em especial ao disposto no Art. 10, I,II da Lei Complementar 70/2009,

DECRETA:

Art. 1º Atribui Gratificação por Tempo de Serviço, no percentual de 6% (seis por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, à Servidora Municipal, Sra. KELY CRISTINA RANZAN, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 25 de abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto N. 338/2013

DECRETO Nº338/2013, DE 25 DE MARÇO DE 2013

"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e em especial ao disposto no Art. 10, I,II da Lei Complementar 70/2009,

DECRETA:

Art. 1º Atribui Gratificação por Tempo de Serviço, no percentual de 6% (seis por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, à Servidor Municipal, Sr. OSMAR BREANSINI, ocupante do cargo efetivo de Motorista, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria Comercio e Meio Ambiente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 25 de abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto N. 339/2013

DECRETO Nº339/2013, DE 25 DE MARÇO DE 2013

"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e em especial ao disposto no Art. 10, I,II da Lei Complementar 70/2009,

DECRETA:

Art. 1º Atribui Gratificação, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo, conforme Art. 22 da Lei Complementar nº 92/2013, à Servidora Municipal, Sra. SONIA FÁTIMA CENCI, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 25 de abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Decreto N. 340/2013

DECRETO Nº340/2013, DE 25 DE MARÇO DE 2013

"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e em especial ao disposto no Art. 10, I,II da Lei Complementar 70/2009,

DECRETA:

Art. 1º Atribui Gratificação, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o vencimento básico do cargo efetivo, conforme Art. 22 da Lei Complementar nº 92/2013, à Servidora Municipal, Sra. VANIA CRISTINA PEDERSSETTI GRACIANI, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnico Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 25 de abril de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Extrato Aviso de Licitação- Pregão Presencial 018/2013

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 44/2013.

Pregão Presencial n. 18/2013.

Tipo: Menor preço global.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de internet/intranet e telefonia fixa.

Entrega dos Envelopes: até às 09:00 horas do dia 13/05/2013.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 13/05/2013.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 29 de abril de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Edital de Divulgação do Gabarito Preliminar Processo Seletivo 04/2013

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO Nº 004/2013

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR, DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, OBJETO DO EDITAL Nº 004/2013.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica do Município, divulga o gabarito

preliminar da prova escrita/objetiva do Processo Seletivo Simplificado, objeto do Edital nº 004/2013:

I – GABARITO PRELIMINAR:

Cargo: Agente Comunitária de saúde

GABARITO

Questões	A	B	C	D	E
01					X
02	X				
03	X				
04					X
05					X
06					X
07				X	
08	X				
09			X		
10	X				
11				X	
12		X			
13			X		
14			X		
15				X	
16			X		
17	X				
18				X	
19	X				
20			X		

Cordilheira Alta, SC, 26 de abril de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 108, de 29 de Abril de 2013.

DECRETO Nº. 108, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

PRORROGA CONTRATO DE FUNCIONÁRIA POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 008, de 11/07/2003, e Lei Orgânica do Município de 28/10/1994,

Considerando o item 6.5 do Edital de Teste Seletivo nº. 002, de 08/03/2012 que Dispõe sobre o Processo Seletivo de admissão de servidores em caráter temporário, resolve:

PRORROGAR:

Art. 1º O Contrato da servidora pública municipal abaixo relacionada para continuar a exercer o seu devido cargo conforme discriminação e carga horária abaixo descrito, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, até 30 de junho de 2013, com possibilidade de rescisão antecipada caso necessário:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Cleciomar Da Silva	Servente Geral	40:00 horas semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins- SC, em 29 de abril de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 071 de 25 de Abril de 2013

PORTARIA Nº. 071 DE 25 DE ABRIL DE 2013.
CONCEDE LICENÇA PREMIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Licença premia a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 06/05/2013 à 04/06/2013.

Nome	Cargo	Referência
Lidia de Barba	Técnica Enfermagem	2009 à 2012

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 25 de abril de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Portaria Nº. 072 de 25 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº. 072 DE 25 DE ABRIL DE 2013.
CONCEDE FÉRIAS ÀO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 65 da Lei Complementar nº. 005, de 14/04/2003, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 06/05/2013 à 04/06/2013.

Nome	Cargo	Referência
Idacir Francisco Zanco	Motorista	06/05/2012 à 5/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 25 de Abril de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 020

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 020
MÊS/ANO: MAIO/2013 NÚMERO CONTRATO:020/2013

VALOR MENSAL CONTRATO: R\$. 678,00(seiscentos reais) mensais.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/05/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente contrato é a locação do imóvel comercial com 94,00 m², (noventa e quatro metros quadrados) de área construída, em alvenaria, situado na Rua Paraná nº. 45, nesta cidade, de propriedade do LOCADOR. A referida sala ficará destinada ao funcionamento do Atendimento de Profissional em Fisioterapia, visando o atendimento da população do Município de Coronel Martins.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Milena Comachio OAB/SC 32.804

TIPO DE PESSOA (1/2): 1 CPF/CGC: 021.241.129-29

CONTRATADO: Alberi Cassol

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2013.

Anexo TC-07/94 - Dados e Texto de Contrato 025

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 025
MÊS/ANO: ABRIL/2013 NÚMERO CONTRATO: 025/2013

VALOR TOTAL CONTRATO: 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais),

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/04/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de animação Musical matinê quando das festividades do 21º (vigésimo primeiro) aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Coronel Martins com os seguintes artistas: Os Gauchinhos, a ser realizado na data de 14 de abril de 2013, tendo como local a pavilhão comunitário Municipal, com início as 14:00 hs.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dra. Milena Comachio OAB/SC 32.804

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 03.188.960/0001-15

CONTRATADO: SELLETAS PROPAGANDA, MARKETING E EVENTOS LTDA

CÓDIGO MOEDA CONTRATADA: R\$



Corupá

PREFEITURA

Portaria N° 2376/13

PORTARIA N° 2376/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. VANESSA AMABILE DE CARVALHO.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar n° 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. VANESSA AMABILE DE CARVALHO, a partir de 01º de março de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 13 de dezembro de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar no CEI Dona Nina, em virtude do de atendimento de demanda da Professora efetiva Marli Burger, que está em cargo comissionado de direção do CEI Franz Dorn, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01º de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Publicada e Registrada na Forma da Lei n° 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2377/13

PORTARIA N° 2377/13

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. CINTYA CARVALHO BENNER.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar n° 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. CYNTHIA CARVALHO BENNER, a partir de 01º de março de 2013, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 26 de julho de 2013, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na APAE de Jaraguá do Sul, em virtude do Convênio firmado entre a administração Municipal de Corupá e a APAE, e da substituição da

Professora ACT Sra. Maria Roselene Bitencourt, que pediu demissão, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01º de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Publicada e Registrada na Forma da Lei n° 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria N° 2378/13

PORTARIA N° 2378/13

PROMOVE A SERVIDORA DANIELA KOCH, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora DANIELA KOCH, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA B.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2379/13

PORTARIA N° 2379/13

PROMOVE A SERVIDORA ELIZABETE TOMASELLI, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ELIZABETE TOMASELLI, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA B.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2380/13

PORTARIA N° 2380/13

PROMOVE A SERVIDORA MÁRCIA FOSSILE, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora MÁRCIA FOSSILE, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA B.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2381/13

PORTARIA N° 2381/13

PROMOVE O SERVIDOR FÁBIO TOBIAS CARDOSO, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove o servidor FÁBIO TOBIAS CARDOSO, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA B.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2382/13

PORTARIA N° 2382/13

PROMOVE A SERVIDORA LUCIANE ARAUJO GESSNER, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora LUCIANE ARAÚJO GESSNER, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA D.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2383/13

PORTARIA N° 2383/13

PROMOVE A SERVIDORA VIVIANE MACIEL, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora VIVIANE MACIEL, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL II REFERÊNCIA C.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2384/13

PORTARIA N° 2384/13

PROMOVE A SERVIDORA ADRIANE MELLINTZ CORREIA DE MELLO, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ADRIANE MELLINTZ CORREIA DE MELLO, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA F.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2385/13

PORTARIA N° 2385/13

PROMOVE A SERVIDORA ALINE HANNEMANN, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei

Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ALINE HANNEMANN, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA B.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2386/13

PORTARIA N° 2386/13

PROMOVE A SERVIDORA ANA LÚCIA DA SILVA, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora ANA LÚCIA DA SILVA, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA F.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2387/13

PORTARIA N° 2387/13

PROMOVE A SERVIDORA CAROLINA NEVES DE SOUZA, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora CAROLINA NEVES DE SOUZA, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA C.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2388/13

PORTARIA N° 2388/13

PROMOVE A SERVIDORA CELITA DO NASCIMENTO, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora CELITA DO NASCIMENTO, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA B.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2389/13

PORTARIA N° 2389/13

PROMOVE A SERVIDORA CRISTIANE ERDMANN, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora CRISTIANE ERDMANN, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA C.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.

LORIANO ROGÉRIO COSTA

Prefeito Municipal e.e

Portaria N° 2390/13

PORTARIA N° 2390/13

PROMOVE A SERVIDORA CRISTINA CERCAL, CONFORME ANEXO IV DA LEI 1193/99.

LORIANO ROGÉRIO COSTA, Prefeito Municipal de Corupá em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e de acordo com a Lei Municipal n° 1193/99,

RESOLVE:

Art. 1º- Promove a servidora CRISTINA CERCAL, através do Progresso Funcional e da outras providências na tabela de vencimentos, de acordo com o ANEXO IV DO NÍVEL III REFERÊNCIA F.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de março de 2013, revogadas

as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 05 de março de 2013.
LORIANO ROGÉRIO COSTA
Prefeito Municipal e.e

Editais de Processo Seletivo Público N° 003/2013 **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N° 003/2013**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, no uso de suas atribuições legais e considerando a falta de profissional para as diversas áreas de secretarias da administração municipal, torna público que estarão abertas no período de 25 de abril a 10 de maio de 2013, no horário compreendido entre 8h as 12h e das 14h as 17h, as inscrições para o Teste Seletivo de candidatos para provimento de vaga que especifica na Administração Municipal, regendo-se pelas disposições do presente Edital.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - Este Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para o preenchimento das vagas criada por tempo determinado e reger-se-á pela Legislação em vigor (Lei Complementar Municipal 014/09, de 15/12/2009), sendo o vínculo de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência (INSS).

2 – DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - Serão permitidas as inscrições de forma pessoal, por correspondência e por meio eletrônico, desde que acompanhada por toda a documentação exigida no presente edital.

2.2 - O candidato inscrito assume total responsabilidade pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.

2.3 - Em ocorrendo divergência entre o cargo indicado na procuração e o cargo indicado na Ficha de Inscrição será considerado o que constar da Ficha de Inscrição.

2.4 - O candidato deverá preencher na ficha de inscrição o código do cargo que pretende atuar, munidos da documentação relacionada no item 3 e mediante preenchimento e entrega da Ficha de Inscrição, conforme modelo Anexo I.

2.5 - No ato da inscrição presencial o candidato receberá seu respectivo comprovante de inscrição devidamente assinado pelo atendente, o qual obrigatoriamente deverá ser membro da Comissão Executiva.

2.6 - A inscrição só terá validade se o comprovante estiver devidamente assinado.

2.7 - É vedada a inscrição de ex-servidores públicos (federal, estadual ou municipal) que tenham sido demitidos a bem do serviço público, por abandono de cargo, bem como aqueles exonerados em estágio probatório em razão de inaptidão para o cargo.

2.8 - Se houver inscrição de candidatos na situação mencionada no parágrafo anterior, o mesmo terá sua contratação rescindida.

2.9 – Todos os atos relativos a inscrição deverão ser feitos junto ou direcionados a Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua: Nereu Ramos, nº. 401 - Centro – Corupá – SC, ou pelo e-mail saude@corupa.sc.gov.br sob o título “INSCRIÇÃO EM PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.003/2013”.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

3.1 - São condições para a inscrição:

- Preencher corretamente a Ficha de Inscrição do Processo Seletivo, prevista no Anexo I;
- Ser brasileiro nato ou naturalizado;
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até o último dia da

inscrição;

d) Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

e) Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

f) Apresentar fotocópia ou arquivo digital da Cédula de Identidade (frente e verso);

g) Apresentar fotocópia ou arquivo digital do CPF;

h) Apresentar fotocópia ou arquivo digital do Comprovante de Residência (Conta de água, Telefone ou Luz que comprove local de residência), ou o candidato deverá apresentar como prova para comprovar a residência, declaração prevista no Anexo III;

i) Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;

j) Conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

3.2 – Considerando a urgência na contratação, as inscrições serão homologadas e publicadas na data provável de 13 de maio de 2013.

4 - LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

4.1 - A Análise de Títulos será aplicada no dia 14 de maio de 2013, na Secretaria Municipal de Saúde, sito a Rua: Nereu Ramos, nº. 401 - Centro – Corupá – SC.

4.2 - Não haverá provas fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes, salvo o disposto no Item 8.3.

5 - DA DIVULGAÇÃO

5.1 - A divulgação oficial deste Processo Seletivo dar-se-á através do Diário Oficial do Município, dos meios de comunicação disponíveis e de uso comum no Município, bem como no mural de avisos afixados no Edifício Sede da Prefeitura Municipal.

6 - DO NÚMERO DE VAGAS, FUNÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E GRAU DE ESCOLARIDADE:

6.1 - O número total de vagas e sua distribuição estão definidos, conforme quadro abaixo:

CÓDIGO	Nº DE VAGAS	FUNÇÃO	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA	GRAU DE ESCOLARIDADE
1	CR	MÉDICO DE ESF	10.116,18	40	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
2	CR	FONOAUDI-ÍLOGO	2203,88	35	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
3	CR	ENFERMEIRO	2203,88	40	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
4	CR	FISIOTERAPEUTA	2203,88	32	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
5.1			5.690,34	40	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
5.2	CR	ODONTÓLOGO	2.986,67	20	SUPERIOR, REGISTRO ÓRGÃO DE CLASSE
6	CR	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1.054,96	40	TÉCNICO E REGISTRO NO ÓRGÃO DE CLASSE
7	CR	FISCAL AMBIENTAL	1.679,71	35	ENSINO MÉDIO, CNH “B”



8	CR	AUXILIAR EM ENFER- MAGEM	894,79	40	ENSINO MÉDIO
---	----	--------------------------------	--------	----	-----------------

7 – DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

MÉDICO ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

Realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção primária, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde;

Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;

Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc;

Verificar e atestar óbito;

Analisar e interpretar exames laboratoriais e radiográficos;

Conceder atestados de saúde;

Coordenar e auxiliar as atividades dos serviços de saúde; Realizar assistência integral (promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde) aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano: infância, adolescência, idade adulta e terceira idade;

Realizar consultas clínicas e procedimentos na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc);

Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetria, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos;

Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência; Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário;

Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente dos ACS, Técnicos em Enfermagem, ACD e THD; e

Participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.

Executar tarefas afins ao cumprimento das atividades acima descritas.

FONOAUDIÓLOGO

Desenvolve trabalho de prevenção e correção na área de comunicação escrita e oral, voz e audição;

Participa de equipes de diagnóstico e realiza terapia fonoaudiológica;

Ensina exercícios corretivos à pacientes;

Promove a reintegração dos pacientes à família e outros grupos familiares;

Elabora pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas e entrevistas;

Participa de atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Participa de grupos de trabalho para fins de formulação de diretrizes, planos e programas afetos ao município;

Atende ao público;

Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade e ambientes escolares e postos de saúde (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares;

Executa quaisquer outras atividades correlatas.

ENFERMEIRO

Coordenar as atividades de enfermagem;

Aplicar injeções;

Ministrar remédios sob prescrição médica;

Coleta de exames e tratamentos diversos aos pacientes, sob orientação médica;

Prestar os primeiros socorros a acidentados, fazendo curativos e em casos mais graves efetuar o encaminhamento hospitalar;

Responder pela reposição e validade dos medicamentos;

Planejar, organizar, supervisionar, coordenar e executar os serviços que lhe forem afins nas Unidades Municipais de Saúde, bem como, participar da elaboração e execução de Programa Saúde da Família;

Demais atividades afins.

FISIOTERAPEUTA

Planejar, organizar e administrar serviços gerais e específicos de fisioterapia, bem como assessorar autoridades em assuntos de fisioterapia, preparando informes, documentos e pareceres;

Ensinar exercícios físicos de preparação e condicionamento pré e pós-parto, operatório ou de pacientes com dificuldade motora, fazendo demonstrações e orientando o paciente, visando sua recuperação;

Fazer relaxamento, exercícios e jogos com pacientes portadores de problemas psíquicos, treinando-os sistematicamente, para promover a descarga ou liberação da agressividade estimular a sociabilidade;

Supervisionar e avaliar atividades do pessoal auxiliar de fisioterapia, orientando-os na execução das tarefas para possibilitar a execução correta de exercícios físicos e a manipulação de aparelhos mais simples;

Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade e ambientes escolares e postos de saúde (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares;

Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de dificuldade.

– 5.1 e 5.2 ODONTÓLOGO

Integrar-se com equipe de saúde da Unidade para qual for designado;

Participar do planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação dos programas (ações) de saúde priorizados para a área de abrangência da Unidade de Saúde, região e município;

Organiza, controla e executa ações de atendimento odontológico; Diagnosticar e tratar afecções da boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos ou cirúrgicos, para promover e recuperar a saúde bucal;

Realiza extrações, restaurações, limpeza profilática, orienta a comunidade quanto a prevenção das doenças da boca e seus cuidados participando de campanhas de saúde bucal, zela pelos instrumentos utilizados no consultório;

Orientar a clientela da unidade de atendimento, individualmente ou em grupo, em assunto de Odontologia Preventiva e Sanitária;

Verifica e registra os dados de cada paciente;

Executa tarefas correlatas determinadas pelo supervisor.

– TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Exerce atividades auxiliares, de nível técnico atribuídas à equipe de enfermagem como:

assistir ao enfermeiro no planejamento, programação, orientação das atividades de assistência de enfermagem;

na prestação de cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave;

na prevenção e controle de das doenças transmissíveis em geral; na prevenção e controle sistemáticos de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde;

executar atividades de assistência de enfermagem e realiza atividades educativas na área de prevenção e promoção da saúde;

integrar a equipe de saúde.

Executa outras tarefas correlatas.

– FISCAL AMBIENTAL

Executar trabalhos de fiscalização no campo de saneamento e melhoria do meio ambiente;

Exercer ação fiscalizadora externa, observando as normas de proteção ambiental contidas em leis ou em regulamentos específicos; Organizar coletâneas de pareceres, decisões e documentos concernentes à interpretação da legislação com relação ao meio ambiente;

Coligir, examinar, selecionar e preparar elementos necessários à execução da fiscalização externa;

Inspecionar guias de trânsito de madeira, calbro, lenha, carvão, areia e qualquer outro produto extrativo, examinando-as à luz das leis e regulamentos que defendem o patrimônio ambiental, para verificar a origem dos mesmos e apreendê-los, quando encontrados em situação irregular;

Emitir pareceres em processos de concessão de licenças para localização e funcionamento de atividades real ou potencialmente poluidoras ou de exploração de recursos ambientais;

Acompanhar a conservação dos rios, flora e fauna de parques e reservas florestais do município, controlando as ações desenvolvidas e/ou verificando o andamento de práticas, para comprovar o cumprimento das instruções técnicas e de proteção ambiental; Instaurar processos por infração verificada pessoalmente;

Participar de sindicâncias especiais para instauração de processos ou apuração de denúncias e reclamações;

Realizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas;

Contatar, quando necessário, órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro;

Articular-se com fiscais de outras áreas, bem como com as forças de policiamento, sempre que necessário;

Redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados;

Formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes;

Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

– FISCAL AMBIENTAL

Auxiliar no atendimento a pacientes sob a supervisão e orientação do médico, e enfermeiro;

Cumprir ou fazer cumprir prescrições médicas;

Esterilizar e conservar o instrumental médico;

Observar e registrar sintomas e sinais vitais apresentados pelos pacientes para reconhecimento de autoridade superior;

Participar da preparação e assistência a pacientes nos períodos pré e pós-operatórios, nos trabalhos de obstetrícia e ainda em exames especializados;

Participar de programas de aprimoramento profissional; desempenhar outras tarefas semelhantes, em especial, nos Programas Saúde da Família desenvolvidos no Município.

8 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

8.1 - As provas escrita e entrevista serão dispensadas (salvo disposto no item 8.3), dar-se-á por processo de análise de títulos, conforme estabelecido no artigo 250 da Lei Complementar nº. 014/09.

8.2- Serão classificados os candidatos em ordem decrescente partindo do que obtiver maior titulação.

8.3- Para os cargos de Fiscal Ambiental e Auxiliar em Enfermagem será realizada prova escrita na forma de redação sobre assunto correlato a área de atuação e desempenho do cargo e a mesma será aplicada sob responsabilidade da Secretaria de Saúde (para o cargo de Auxiliar em Enfermagem) e da Secretaria

Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (para o cargo de Fiscal Ambiental) na data de 14/05/2013, as 9:00h na Secretaria Municipal de Educação, localizada à Rua Jorge Lacerda, 85, Centro, Corupá.

8.4 - O resultado final da seleção será divulgado na data provável posterior a 15 de maio de 2013.

9 - DO APROVEITAMENTO:

9.1 – Os candidatos classificados serão convocados para atender as necessidades que surgirem no Município de Corupá.

9.2 - O candidato classificado que não aceitar nenhuma das vagas oferecidas, perderá todos os direitos sobre as mesmas.

9.3 - As contratações serão efetuadas conforme necessidade do Município de Corupá, por tempo determinado, pelos prazos previstos na Lei Complementar nº 014/09.

10 - DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO:

10.1 - São condições para a admissão:

a) Carteira de trabalho com n. PIS/PASEP;

b) 01 (uma) foto 3X4;

c) Cópia de comprovante de residência e número de telefone;

d) Ser brasileiro nato, naturalizado ou gozar das prerrogativas de legislação específica.

e) Cópia dos seguintes documentos:

e.1) Carteira de identidade (frente e verso);

e.2) CPF;

e.3) Título de eleitor;

e.4) Certidão de nascimento ou casamento;

e.5) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;

e.6) Certificado de reservista para candidatos do sexo masculino e tipo sanguíneo;

e.7) Certidões de antecedentes criminais e cíveis;

e.8) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;

e.9) Cópia do certificado de conclusão de escolaridade exigido para o cargo, com registro no respectivo Órgão de Fiscalização;

f) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades em Lei.

g) Declaração de bens;

h) Ter aptidão física e mental para o exercício da função, a ser comprovada por exame médico realizado pelo médico perito do Município;

i) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

10.2 - A relação dos candidatos classificados será divulgada no endereço eletrônico: www.corupa.sc.gov.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br, e no mural do Município de Corupá.

11 – ADVERTÊNCIAS

11.1 - Em qualquer fase do processo seletivo ou após a seleção, caso seja detectada alguma inverdade no cumprimento dos pré-requisitos estabelecidos para a inscrição, o candidato será automaticamente desligado ou eliminado do processo.

11.2 - A Administração Pública poderá rescindir, unilateralmente, os contratos provenientes destas admissões, na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - Prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, listadas a seguir:

a) ato de improbidade;

b) incontinência de conduta ou mau procedimento;

c) negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando construir ato de concorrência ao órgão para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;

d) condenação criminal do empregado, transitada em julgado,

caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
e) desídia no desempenho das respectivas funções;
f) embriaguez habitual ou em serviço;
g) violação de segredo da empresa;
h) ato de indisciplina ou de insubordinação;
i) abandono de emprego;
j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo, em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
k) ato lesivo de honra e boa fama ou ofensas físicas praticada contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
l) prática constante de jogos de azar.

II - Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas.

III - Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei Federal n 9.801/99.

IV - Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em trinta dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas.

V - Extinção do repasse financeiro relativo aos Programas a que os cargos encontram-se atrelados pelos Governos Estadual e Federal.

VI - Superação da necessidade excepcional e temporária de servidor ACTs.

12 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - A inscrição do candidato importará no conhecimento das instruções e na aceitação tácita e expressa das condições do processo de seleção, tais como se acham estabelecidas neste Edital.

12.2 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Concurso.

12.3 - Não haverá segunda chamada para nenhuma das avaliações, seja qual for o motivo alegado pelo candidato para justificar sua ausência.

12.4 - O acompanhamento de editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato.

12.5 - Os candidatos aprovados poderão ser chamados a qualquer momento a partir da divulgação do resultado final e durante o prazo de vigência deste Processo Seletivo Simplificado.

12.6 - O candidato deverá manter atualizado seu endereço, enquanto estiver participando do Processo Seletivo e no período subsequente, se aprovado. São de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço.

12.7 - A atualização cadastral deve ser feita por escrito e assinada pelo candidato e encaminhada à Prefeitura Municipal de Corupá. O Município de Corupá não assumirá qualquer responsabilidade decorrente da não localização de candidato que mudou e não promoveu sua atualização de endereço.

12.8 - A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação.

12.9 - A Comissão Especial do Processo Seletivo será responsável pela aplicação e realização de todos os tipos de prova, podendo, para tanto, valer-se do auxílio dos demais servidores pertencentes ao quadro municipal.

12.10 - A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será de (01) um ano.

12.11 - Faz parte integrando do presente edital

ANEXO I – Ficha de Inscrição

ANEXO II – Relação de Títulos e Experiência Profissional

ANEXO III – Modelo de Declaração de Residência

12.12 – Fica nomeada Comissão para acompanhamento do processo seletivo com os nomes dos Servidores Municipais Efetivos, Darci Rutsatz, Jean Maciel Diel e Daniele Hanemann Berner

12.13 - Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 25 de abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

BERNADETE CORREA HILLBRECHT

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO I

ESTADO DE SANTA CATARINA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ			
FICHA DE INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO/ACT N.º 03/13		Foto 3 x 4	
Código do Cargo	Nome do Cargo	Nº. da Inscrição	
Nome do(a) Candidato(a):			
Identidade:		Data de Nascimento: / /	Sexo: M F
CPF:	Título Eleitoral:	Fone: () -	
Estado Civil:	e-mail:		
Endereço:	Bairro:		
Município:	Estado:	CEP:	-
Portador de Necessidade Especial Sim Não		Qual:	
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.			
Corupá(SC), / / 20		Assinatura do Candidato: (Obs: A Assinatura deverá ser igual a constante na identidade)	

Via Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA			
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA			
INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO ACT N° 03/13			
Código do Cargo	Nome do Cargo	Nº. da Inscrição	
Nome do(a) Candidato(a):			
Portador de Necessidade Especial Sim Não		Qual:	
Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a carteira de identidade no local da prova. Levar caneta (Preta ou Azul) e chegar 15 minutos de antecedência.			
Corupá(SC) / / 20		Assinatura do Candidato: (Obs: A Assinatura deverá ser igual a constante na identidade)	Responsável pelo Recebimento - Prefeitura Assinatura

Via Candidato

	<p>RELAÇÃO DE TÍTULOS</p> <p>CARGO:</p>	(a cargo da Banca)
--	---	--------------------

NOME DO CANDIDATO: _____
 Curso requisito para o cargo de inscrição
 (anexar cópia do Diploma/Certificado/Declaração): _____

[illegible]

Corupá(SC) ____/____/201____	Assinatura do Candidato:	Respons. Recebimento PMC
	(Obs: A Assinatura deverá ser igual a constante na identidade)	Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Declaramos para fins de comprovação de Residência a Comissão Executiva do Teste Seletivo do Município de Corupá/SC, que _____

(Nome do Declarante) portador do CPF nº _____ Carteira de Identidade _____, reside no Bairro _____, Município de _____, e demonstra ser uma pessoa idônea e merecedora de inteira confiança desta Comunidade.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Corupá (SC), em _____ de _____ de 20__.

Assinatura Declarante

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial N° 90/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 90/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição de Uniformes para uso de Atletas de diversas Modalidades, em Campeonatos e Jogos Amistosos. para aquisição de uniformes personalizados para uso dos atletas de rendimento, das escolinhas e dos funcionários da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, conforme descrição e quantitativos constantes no anexo I deste edital, até 31.12.2013.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 17/05/2013 no protocolo central sito a Rua: Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 15:00 horas do dia 17/05/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações.

Curitibanos, 23 de Abril de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial N° 91/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 91/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE ETILÔMETRO (ALCO SENSOR

IV KIT COMPLETO) PARA USO DA POLICIA MILITAR (RECURSO CONVÊNIO DE TRANSITO), CONFORME ESPECIFICAÇÃO DETALHADA NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 20/05/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 20/05/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 24 de Abril de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Republicação Edital de Pregão Presencial N° 88/2013

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 88/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para aquisição de materiais para uso na manutenção e limpeza do Parque de Exposição Pouso do Tropeiro, para realização da Expocentro 2013, que será realizada nos dias 11 a 14 de julho de 2013. Conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 14/05/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 14/05/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 26 de Abril de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Republicação Edital de Pregão Presencial N° 89/2013

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 89/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela

Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, aquisição de materiais de limpeza e higiene para limpeza e manutenção no Parque de Exposição Pouso do Tropeiro, quando da realização da Expocentro/2013, que será realizada nos dias 11 a 14 de julho de 2013. Conforme anexo I deste edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 15/05/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 09:00 horas do dia 15/05/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 26 de Abril de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Decreto Nº. 018, de 25 de Abril de 2013.

DECRETO Nº. 018, de 25 de abril de 2013.

Nomeia Membros do Conselho Municipal da Cultura, e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. No uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 3º da Lei Municipal nº 025/97, de 25 de junho de 1997;

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal da Cultura, que será composto de 05 (cinco) efetivos e 03 (três) suplentes, personalidades de reconhecida idoneidade e representativas da cultura:

Titulares:

Ivan De Lavechia de Vargas

Jennifer Grace Block

Ana Lúcia Mezzari Serafim Marques

Alice Mezzari Serafim

Cristiani Possamai Furlanetto

Suplentes:

Giane Pires Leonardo

Edinéia Machado Simão

Aline Mezzari Serafim

Art. 2º O mandato dos membros do Conselho Municipal da Cultura, será de 03 (três) anos, sendo permitida a recondução.

Art. 3º As funções dos membros do Conselho Municipal da Cultura, serão consideradas de relevante interesse público e exercidas sem

ônus para o município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC., em 25 de abril de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Extrato do Contrato N° 20/2013

EXTRATO DO CONTRATO nº 20/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Livraria e Papelaria JME Ltda-Me

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente para serem utilizados pela Secr. de Administração e Finanças, durante o exercício de 2013.

VIGÊNCIA: 14/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR ESTIMADO: R\$ 29.002,00 (vinte e nove mil e dois reais).

Data da assinatura:14/03/2013.

Extrato do Contrato N° 22/2013 - 1º Termo Aditivo ao Contrato N° 14/2013

EXTRATO DO CONTRATO nº 22/2013

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 14/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Gráfica Editora Turvense Ltda EPP

OBJETO: Aquisição de materiais didáticos personalizados p/ serem distribuídos aos alunos da rede municipal de ensino, durante o exercício de 2013.

VALOR ESTIMADO: O valor total previsto na cláusula quinta do contrato de origem fica aditado em R\$ 970,00 (novecentos e setenta reais), passando para R\$ 14.042,00 (quatorze mil e quarenta e dois reais).

Data da assinatura: 03/04/2013.

Erval Velho

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão 014/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 027/2013

Edital de Pregão Presencial nº 014/2013

Objeto: Aquisição de material e mão-de-obra para manutenção, reparos e ampliação da rede de iluminação pública municipal. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 13/05/2013. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone

(049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR
Prefeito Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 13/FMS/2013.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objeto a aquisição de 06(seis) veículos novos com entrega de veículos usados, pertencente a frota municipal como parte do pagamento, conforme determinações do edital de chamamento, para atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC, durante o exercício corrente.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de maio de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha, 29 de abril de 2013.

VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Extrato de Contrato Nº. 84/PMF/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 84/PMF/2013

LOCATÁRIO - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

LOCADOR - ROGILDO BORDIGNON

DO OBJETO - O presente contrato tem por objetivo a locação de terreno para extração de argilite taguá, matrícula nº. 22.848, para atendimento as necessidades da secretaria de obras do município de Forquilha/ SC.

DO PRAZO: O presente Contrato entrará em vigor a partir de 02/05/2013 e vigorará até 31/12/2013, após o que, o mesmo poderá ser prorrogado por termo aditivo ou encerrado, sem ônus nenhum, por qualquer uma das partes.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 24 da Lei nº 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº 60/2013.

DATA DA ASSINATURA - 18/04/2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 92/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 92/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO - HT COM. DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA-ME

OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de material de limpeza, utensílios e gêneros alimentícios, através de empresa de ramo pertinente, para manutenção de diversas secretarias do município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 45.256,30 (quarenta e cinco mil duzentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO -0201.2002.3390 (02), 0401.2008.3390 (23), 0701.2033.3390 (86), 0803.2022.3390 (123).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 58/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 25 de abril de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 151/2013

DECRETO Nº. 151, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0019, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0019, de 15 de março de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 29 DE ABRIL DE 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Portuguesa**

Critérios de Desempate

Disciplina:

Língua Portuguesa

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Faltas/ Licença	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	71	VERA LUCIA PEREIRA	16	6	5	0	0	NÃO	4/3/1981
2	67	JULIANO ALEXANDRE DE OLIVEIRA	12	4	2	0	0	NÃO	7/5/1975
3	64	MARIA LUCY CAREGNATO	11	4	5	0	0	NÃO	27/9/1952
4	83	DENELIZE APARECIDA MATTEUCCI	6	0	5	0	0	NÃO	15/5/1990



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **10** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Atendimento Educacional Especializado**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
56	MARIA IZABEL HACK DE ANDRADE ARAUJO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
40	EDIR SALETE DESOUZA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
6	RITA PRATES RIBEIRO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **11** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Libras – Exigência mínima de 50h de curso**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
33	MARTA APARECIDA GOES		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

				1°	2°	3°	4°	5°	6°
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	7	RENICE PRATES	13	4	5	2	0	NÃO	19/8/1979



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **12** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Língua Portuguesa**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
59	MARIA LUCY CAREGNATO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
17	DAIANE CRISTINA MISSEL		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
57	CLEONICE DE CORDUVA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **13** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Matemática**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
91	ARI JAISOM WALTER.		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
68	VANESSA LAZZAROTTO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	49	MARLEI BENTO DA COSTA	1	0	0	0	1	NÃO	19/8/1974
2	9	MICHELI T. G. PRATES	1	0	0	0	1	NÃO	18/8/1981



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **14** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **História**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
36	MARTA APARECIDA GOES		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	52	ANA CAROLINA VICENTE	0	0	0	0	0	NÃO	21/5/1986



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **15** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Geografia**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
43	ILCEMAR SCAPINELLO MENEGATT		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **16** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Ciências e Programas de Saúde**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
5	RITA PRATES RIBEIRO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
58	CLEONICE DE CORDUVA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	ANA PAULA MACHADO GOMES DE CAMPOS	5	0	2	0	1	NÃO	11/10/1988



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **17** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Arte**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
32	MARTA APARECIDA GOES		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
29	JULIANA MOREIRA VALTER		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **18** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
79	DEJANIRA MOREIRA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
76	TEREZINHA RICHTER		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
86	THAISE LILIAN GROTH		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
73	KARINE FERNANDA DE ALMEIDA LIMA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
80	MAGALI CRISTINA PONTES		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
61	MARIA LUCY CAREGNATO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
30	DEBORA GUIDINI		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
15	DAIANE CRISTINA MISSEL		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
94	ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	85	VIVIANE CAREGNATO	6	0	5	0	1	NÃO	9/2/1989



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **19** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Língua Inglesa**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
10	EMANOELI DE FATIMA GOMES DE LIMA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
48	FABIANE CRISTINA RIBEIRO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Língua Portuguesa**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
78	TEREZINHA RICHTER		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
18	LEANDRO DOS SANTOS		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
37	DAIANE CRISTINA MISSEL		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **2** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Matemática**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
19	LEANDRO DOS SANTOS		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
42	JONNI DILL		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

				1°	2°	3°	4°	5°	6°
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	81	JULIANA RODRIGUES DA VEIGA	6	0	5	1	0	NÃO	23/2/1983
2	45	MARCIO CEZAR GENUINO	5	0	5	0	0	NÃO	10/4/1981



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **20** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Educação Física**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
44	LEILA CRISTINA FINK MARQUES		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
46	SIMONE APARECIDA DOMINGUES		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **20** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	72	KATIA JULIANA DE LARA	11	0	5	0	6	NÃO	23/1/1991
2	41	VIVIANE CAREGNATO	6	0	5	0	1	NÃO	9/2/1989
3	51	ANA CRISTINA DE SOUZA	4	0	0	0	4	NÃO	8/11/1991
4	69	LANA OLIVEIRA DA SILVA	3	0	1	0	2	NÃO	26/12/1994
5	39	SAIMON ZOLETT	2	0	0	0	2	NÃO	19/7/1994
6	70	JEDSON MOLIM	1	0	0	0	1	NÃO	2/3/1995



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **21** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Atendimento Educacional Especializado**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
87	THAISE LILIAN GROTH		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
74	SANDRA CEZÁRIA RONCHI ROCHA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
13	ANDREIA CARLA DA SILVA BUYNO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	96	JANE BORGES DA SILVA	8	0	4	0	1	NÃO	29/4/1975



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **22** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Libras – Exigência mínima de 50h de curso**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
34	MARTA APARECIDA GOES		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
75	SANDRA CEZÁRIA RONCHI ROCHA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
12	ANDREIA CARLA DA SILVA BUYNO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **3** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **História**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
35	MARTA APARECIDA GOES		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
77	TEREZINHA RICHTER		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
20	LEANDRO DOS SANTOS		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
90	LEANDRO MORAES NUNES		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
38	DAIANE CRISTINA MISSEL		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
3	REGINALDO JOSÉ MELLO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
28	JULIANA MOREIRA VALTER		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

1° 2° 3° 4° 5° 6°

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	65	FRANCISCO DE ASSIS GROB	4	4	0	0	0	NÃO	19/12/1961



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **4** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Geografia**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
21	LEANDRO DOS SANTOS		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	55	JUSSARA GONÇALVES SEISL SOLANHA	1	0	1	0	0	NÃO	20/6/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **5** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Ciências e Programas de Saúde**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
47	MARLI DA CRUZ		Não cumpre com pré-requisito do Edital
22	LEANDRO DOS SANTOS		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

				1°	2°	3°	4°	5°	6°
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	82	JULIANA RODRIGUES DA VEIGA	6	0	5	0	0	NÃO	23/2/1983
2	92	EDUARDO LANGNER NERI	5	4	0	0	0	NÃO	5/12/1982
3	95	CRISTINA MEASSI	3	0	3	0	0	NÃO	2/4/1988



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **6** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Arte**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	31	MARTA APARECIDA GOES	0	0	0	0	0	NÃO	19/1/1962
2	23	LEANDRO DOS SANTOS	0	0	0	0	0	NÃO	5/4/1982
3	50	BIANCA BARROS BIANCHI MIRANDA	0	0	0	0	0	NÃO	28/4/1983
4	8	RAFAEL CARLOS RODRIGUES	0	0	0	0	0	NÃO	21/1/1991



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **6** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Arte**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
27	JULIANA MOREIRA VALTER		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **7** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
89	MARINÊS DE FÁTIMA PINHEIRO SCAIN		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
16	DAIANE CRISTINA MISSEL		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
62	MARIA LUCY CAREGNATO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
14	MARIA IVONE SCUZZIATTO DA SILVA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
24	LEANDRO DOS SANTOS		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
88	THAIS DE OLIVEIRA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
93	ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
4	REGINALDO JOSÉ MELLO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **8** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Língua Inglesa**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
25	LEANDRO DOS SANTOS		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **8** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Língua Inglesa**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	63	JULIANO ALEXANDRE DE OLIVEIRA	12	4	2	0	0	NÃO	7/5/1975
2	60	MARIA LUCY CAREGNATO	11	4	5	0	0	NÃO	27/9/1952
3	54	LUCIANA REGINA TÓFFOLI PAULI	7	0	5	0	0	NÃO	3/1/1973
4	84	DENELIZE APARECIDA MATTEUCCI	0	0	0	0	0	NÃO	15/5/1990
5	11	EMANOELI DE FATIMA GOMES	0	0	0	0	0	NÃO	10/10/1990



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0019 DE 15 DE MARÇO DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **9** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

Critérios de Desempate

Disciplina: Educação Física

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Faltas/ Licença	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	66	ROBERTO RODRIGUES BELLO	2	0	1	1	0	NÃO	29/9/1985
2	26	LEANDRO DOS SANTOS	0	0	0	0	0	NÃO	5/4/1982
3	1	MICHELLI MARQUES BARTOLOMEU	0	0	0	0	0	NÃO	6/9/1986
4	53	CLEBER PIANA	0	0	0	0	0	NÃO	11/5/1994

Decreto N° 152/2013

DECRETO N°. 152, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0022, DE 09 DE ABRIL DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário n°. 0022, de 09 de abril de 2013, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 29 DE ABRIL DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0022 DE 09 DE ABRIL DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **1** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **-**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
27	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
13	MARISTELA MARCONDES SCAIN		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0022 DE 09 DE ABRIL DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina:

Critérios de Desempate

Disciplina: -

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Faltas/ Licença	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	20	IRACI PEREIRA DA CRUZ	13	6	5	0	0	NÃO	22/6/1981
2	3	TEREZINHA RICHTER	10	4	5	0	0	NÃO	8/10/1967
3	11	DEJANIRA MOREIRA	6	0	5	0	0	NÃO	8/9/1984
4	8	IVONETE APARECIDA XAVIER	5	4	0	0	0	NÃO	17/11/1974
5	30	LUCIANA MARIA DE OLIVEIRA	4	0	3	0	0	NÃO	17/3/1983
6	34	MARIANA VIEIRA COSTA EZEQUIEL SCHNEIDER	3	0	2	0	0	NÃO	8/9/1985
7	9	MAGALI CRISTINA PONTES	2	0	2	0	0	NÃO	25/6/1989



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0022 DE 09 DE ABRIL DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **2** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
21	CLAUDETE DE FATIMA PELISSARI		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0022 DE 09 DE ABRIL DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Anos Iniciais**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	TEREZINHA RICHTER	10	4	5	0	0	NÃO	10/8/1967
2	24	CARMEN TEREZINHA MARI	6	4	0	0	0	NÃO	26/6/1958
3	12	DEJANIRA MOREIRA	6	0	5	0	0	NÃO	8/9/1984
4	35	MARIANA VIEIRA COSTA EZEQUIEL SCHNEIDER	3	0	2	0	0	NÃO	8/9/1985
5	10	MAGALI CRISTINA PONTES	0	0	0	0	0	NÃO	25/6/1989



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0022 DE 09 DE ABRIL DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **3** Área de Atuação: **Educação Infantil**
Disciplina: **-**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
23	JULIANA MOREIRA VALTER		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0022 DE 09 DE ABRIL DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina:

CrITÉrios de Desempate

Disciplina: -

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	15	CLAUDETE DE FATIMA PELISSARI	11
2	1	LUCIANA DOMINGUES	9
3	32	JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA	7
4	7	GISELI DE MATOS	6
5	19	DAIANE FALETTI	5
6	25	ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI	4
7	5	ELISANGELA SILVEIRA	4
8	31	ANGELICA PATRICIA VIZOLLI DE ALMEIDA	2
9	6	PATRICIA DE ALMEIDA DIAS DE ANDRADE	1
10	14	MARISTELA MARCONDES SCAIN	1
11	33	ANDREA REGINA DA ROSA SOARES	1
12	28	THAIS DE OLIVEIRA	0

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	0	0	NÃO	12/7/1967
0	5	0	0	NÃO	6/12/1980
0	1	0	0	NÃO	30/5/1977
0	5	0	0	NÃO	29/1/1984
0	0	0	0	NÃO	30/8/1988
0	1	0	0	NÃO	21/3/1981
0	1	0	0	NÃO	19/2/1989
0	1	0	0	NÃO	24/11/1991
0	0	0	0	NÃO	27/5/1978
0	0	0	0	NÃO	27/1/1979
0	0	0	0	NÃO	18/3/1987
0	0	0	0	NÃO	2/12/1987



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0022 DE 09 DE ABRIL DE 2013**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **4** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**
Disciplina: **Anos Iniciais**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
29	WALTER TADEU BARROS BRASIL		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
18	VANDERLEI ALBUQUERQUE		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
22	VIVIANE CAREGNATO		Não cumpre com o pré-requisito do Edital
17	CARLA ALBUQUERQUE		Não cumpre com o pré-requisito do Edital



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT N° 0022 DE 09 DE ABRIL DE 2013**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: Quadro:
Código: Área de Atuação:
Disciplina:

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	16	CLAUDETE DE FATIMA PELISSARI	9	0	3	0	0	NÃO	12/7/1967
2	2	LUCIANA DOMINGUES	1	0	0	0	0	NÃO	6/12/1980
3	26	ANA CLAUDIA BECKER LAZZARI	0	0	0	0	0	NÃO	21/3/1981

Portaria N° 1423/2013

PORTARIA N.º 1.423, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0033 de 17 de outubro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de FRANCISCO CARLOS BECKER IECK, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 079.539.093-91, contratado em caráter temporário na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL - PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2013 até 31 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1424/2013

PORTARIA N.º 1.424, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0712/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANDREIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.803.139-60, na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de maio de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1425/2013

PORTARIA N.º 1.425, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004, de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e

comunicação interna n.º 0711/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo a Agente de Serviços Gerais DARLI ALVES MOREIRA, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, SUELI SALETE DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 006.883.939-18, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2013 até 02 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1426/2013

PORTARIA N.º 1.426, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 0713/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELISABETE APARECIDA ANDRADE RISSON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 847.989.719-87, no cargo de provimento em comissão de DIRETOR ESCOLAR NÍVEL 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1427/2013

PORTARIA N.º 1.427, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear AMARIZA PADILHA FERREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 812.061.199-34, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1428/2013

PORTARIA N.º 1.428, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e conforme comunicação interna n.º 0709/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 33 (trinta e três) para 26 (vinte e seis) horas semanais, com conseqüente redução de remuneração, a carga horária do servidor PAULO EDUARDO GONÇALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 043.968.349-18, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 02 de maio de 2013 até 10 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1429/2013

PORTARIA N.º 1.429, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e conforme comunicação interna n.º 0710/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir de 20 (vinte) para 12 (doze) horas semanais, com conseqüente redução de remuneração, a carga horária da servidora VANDINÉIA LUCIA DEBUS RODRIGUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 046.673.399-26, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, no período de 02 de maio de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1430/2013

PORTARIA N.º 1.430, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0699/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais, a Agente de Serviços Gerais efetiva NELI LEFFER LUCIANO, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de SALETE APARECIDA TEDESCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.226.019-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1431/2013

PORTARIA N.º 1.431, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0700/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais a Auxiliar de Alimentação e Nutrição JURACI DOS SANTOS PADILHA, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARLENE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 949.624.309-63, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1432/2013

PORTARIA N.º 1.432, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0702/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEILA DE BASTIANI CONTE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 808.069.619-53, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07 de maio de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1433/2013

PORTARIA N.º 1.433, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; E considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 2.586, de 10 de abril de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 02 de maio de 2013, a servidora SOFIA CAROLINA BECKEMBACH MISSEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 463.560.889-15, nomeada no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 11 de março de 2013 e data da concessão 23 de março de 2013, Benefício n° 1571746266.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1434/2013

PORTARIA N.º 1.434, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ROSMARI DE FÁTIMA GRAEFF, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 422.403.799-87, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1435/2013

PORTARIA N.º 1.435, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0037, de 11 de dezembro de 2012 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, KETINA PRISCILA FERREIRA DOS SANTOS GUETT, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 071.412.019-71, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de maio de 2013 até 02 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1436/2013

PORTARIA N.º 1.436, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0021, de 09 de abril de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ALESSANDRO FUSATTO NETO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 024.524.867-60, na função de MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESF, com carga horária de 12 horas semanais, no período de 02 de maio de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1437/2013

PORTARIA Nº 1.437, DE 29 DE ABRIL DE 2013.
Concede Função Gratificada.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e comunicação interna n.º 0056/2013, da Secretaria de Infra-Estrutura Urbana;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor PAULO LUIZ PACHECO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 777.041.009-63, nomeado no cargo de provimento efetivo de MECÂNICO, Função Gratificada Nível 1, para exercer a função de Responsável pelo Setor de Mecânica da Secretaria de Infra-Estrutura Urbana do Município de Fraiburgo, a partir de 02 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial N° 0065/2013-PMF

Aviso de Pregão Presencial N° 0065/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios prontos, para o Centro de Convivência da Melhor Idade "Flor de Maçã", para utilização nos encontros a serem realizados pelo CRAS, no período de maio a agosto de 2013. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:15 horas do dia 13.05.2013. Abertura: Às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039/3001. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 29 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

Extrato Médico ESF e Agente Pea 0024/2013

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0024 DE 29 DE ABRIL DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESF e AGENTE EPIDEMIOLÓGICO.

O preenchimento de vagas será para o ano de 2013, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 30 de abril de 2013 a 20 de maio de 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Extrato Médico Psf 0023/2013

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0023 DE 29 DE ABRIL DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de MÉDICO - CLÍNICO GERAL - 12 hs. O preenchimento de vagas será para o ano de 2013, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 30 de abril a 10 de maio de 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 29 de abril de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 054/2013.

DECRETO N.º 054, DE 25 DE ABRIL DE 2013.
DESIGNA MEMBROS PARA FORMAREM O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 1.690, de 28 de dezembro de 2012, e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam designados os membros abaixo relacionados para integrarem o Conselho Municipal de Saúde de Garopaba:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO

Titular: Cátia de Lourdes Ferreira Marcon - CPF n.º 622.940.590-34
Suplente: Luiz Antonio de Campos - CPF n.º 771.993.409-15

Titular: Ruth Miquelato Honorato Baptista - CPF n.º 008.814.719-33
Suplente: Rosilene Pacheco de Lima - CPF n.º 454.769.349-87

II - REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

Titular: Maria Gorette Bento Mendes - CPF n.º 033.521.519-03
Suplente: Marilis dos Reis Werlang - CPF n.º 044.015.729-60

Titular: Karen Lloyd Alves Moreira - CPF n.º 038.574.429-30
Suplente: Marlene Batista Abreu - CPF n.º 540.172.899-91

Titular: Maria Alice Luiz Malinoski - CPF n.º 532.257.089-68
Suplente: Maria Elizabet de Lima Rodrigues - CPF n.º 868.146.569-49

III - PRESTADORES DE SERVIÇO

CLÍNICA DE FISIOTERAPIA: SAÚDE E ESTÉTICA FISIOTERAPIA LTDA.

Titular: Júlio Francisco dos Santos - RG n.º 119.087-3
Suplente: Paulo Sérgio Mucci - CPF n.º 655.391.509-10

IV - USUÁRIOS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA ENCANTADA

Titular: Joel da Silva David - RG n.º 5.568.622
Suplente: Cleia David Santana - RG n.º 3.027.223

AMA

Titular: Luiz Antonio da Silva - RG n.º 401.869.2907
Suplente: Fabiana Jacomel - RG n.º 6723975-0

PARÓQUIA SÃO JOAQUIM

Titular: Elsit Thorstemberg - CPF n.º 443.919.860-00
Suplente: Maria Inês Schimidt - CPF n.º 397.133.850-04

APAE

Titular: Lorena Lurdes Michelotti Veras - CPF n.º 116.835.380-72
Suplente: Wanderley Paim da Silva - CPF n.º 691.361.909-00

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTA DE GAROPABA

Titular: João Valêncio Batista - CPF n.º 068.274.460-34
Suplente: Balbino Frutado - CPF n.º 096.463.379-53

VIDAMAR

Titular: Joaquim Roberto Ziembowicz - CPF n.º 058.072.980-04
Suplente: Lotario Melchior - RG n.º 5343250-9

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 30/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE A. DE ARAÚJO
Secretária de Administração

Portaria N.º 367/2013.

PORTARIA N.º 367, DE 25 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata CLAUDIA BREDA, CPF n.º 804.517.990-20, aprovada e classificada como 0011 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 08 de dezembro de 2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de PSICOLOGO.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de executar desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada e de grande complexidade, envolvendo atividades relativas à área, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 368/2013.

PORTARIA N.º 368, DE 25 DE ABRIL DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata BRUNA CAROLINA TROVÃO DIAS, CPF n.º 038.870.929-45, aprovada e classificada como 004 colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 08 de dezembro de 2009, para exercer em caráter efetivo o cargo de ASSISTENTE SOCIAL.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada e de grande complexidade, envolvendo planejamento, coordenação, orientação e supervisão de trabalhos relacionados com o diagnóstico, desenvolvimento e tratamento de aspectos sociais.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá

lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 373/ 2013.

PORTARIA N.º 373, DE 26 DE ABRIL DE 2013.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE COORDENAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da legislação vigente, a servidora CÁTIA DE LURDES FERREIRA MARCON, Enfermeira, Matrícula n.º 4301, CPF nº 622.940.590-34, para exercer sem ônus, as funções de COORDENAÇÃO DA REDE DE URGÊNCIA DE GAROPABA, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/04/2013.

Art. 3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de abril de 2013.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO DE CAMPOS

Secretário de Saúde

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 30/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Extrato 1º Termo Aditivo Ata de Registro de Preço N° 71/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO TERMO ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

1º Termo Aditivo; Ata nº. 71/2012 ; Processo nº. 200/2012; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratada: Beto Comércio de Pneus Ltda.; CNPJ: 15.918.516/0001-07; Objeto: Acrescentar ao Item 1 da Ata de Registro de Preço nº. 71/2012, de 17/12/2012, o valor de R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) referente ao aumento quantitativo de seu objeto;

Data da Assinatura: 25/04/2013.

Edital de Convocação N.º 007/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2013

CONSIDERANDO, que foi encaminhada convocação por correspondência registrada, sem a apresentação do candidato no prazo legal ,

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições conferidas pela legislação pertinente,

1. CONVOCA o candidato abaixo relacionado aprovado no Concurso Público n.º 001/2009, a comparecer na Prefeitura Municipal de Garopaba, na Diretoria de Recursos Humanos, no prazo impreterível de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do presente Edital:

SABRINA LOPES TORRES

Candidato(a): 001159

Cargo: Assistente Social

Classificação: 0005

2. O não comparecimento será anotado no processo como a desistência do candidato.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 30 de Abril de 2013

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 30/04/2013

Edital de Convocação N.º 009/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 009/2013

CONSIDERANDO, que foi encaminhada convocação por correspondência registrada, que foi devolvida pelo correios por endereço insuficiente,

O Prefeito Municipal de Garopaba, no uso das atribuições conferidas pela legislação pertinente,

1. CONVOCA o candidato abaixo relacionado aprovado no Concurso Público n.º 001/2009, a comparecer na Prefeitura Municipal de Garopaba, na Diretoria de Recursos Humanos, no prazo impreterível de 05 (cinco) dias corridos, contados da publicação do presente Edital:

HUDSON MAFRA

Candidato(a): 002066

Cargo: Carpinteiro

Classificação: 0001

2. O não comparecimento será anotado no processo como a desistência do candidato.

3. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 26 de Abril de 2013

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em 30/04/2013

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº33/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 33/2013
PMG E FMS

Ata nº. 33/2013; Processo nº. 81/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratada: ALEMÃO SONORIZAÇÃO LTDA ME; DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME; VERA LUCIA ESPINDOLA MOREIRA; Objeto: Registro de preço para locação de equipamentos de sonorização, iluminação, estruturas de palco e prestação de serviço de som volante, para atender as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba pelo período de 12 meses. Valor: R\$132.232,50;

Data da Assinatura: 30/04/2013.

Garuva

PREFEITURA

Decreto Nº 105/2013

DECRETO MUNICIPAL Nº 105 DE 03 DE ABRIL DE 2013.
"Declara de utilidade pública o imóvel que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 63, XI, da Lei Orgânica do Município de Garuva e artigo 5º, alíneas "d" e "m", do Decreto-Lei n. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Fazenda Municipal, por via amigável ou judicial, área de terras com benfeitorias, localizada na Vila Trevo, neste Município, medindo 108.672,00 m² (cento e oito mil, seiscentos e setenta e dois metros quadrados) registrada sob nº. 73.984 do 1º Registro de Imóveis de Joinville, de propriedade do Senhor ALEXSANDRO RECHE, CPF/MF n. 919.984.509-10, com as características e confrontações descritas na referida matrícula do imóvel.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo 1º deste Decreto será destinada à:

I - ampliação do Sistema Municipal de Abastecimento de água municipal,

II - instalação do Centro de Atendimento ao Turista - CAT;

III - implantação de Parque Ecológico Municipal.

Art. 3º - A desapropriação prevista no artigo anterior é declarada de natureza urgente, para os fins e efeitos do artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º - A avaliação do imóvel deverá ser realizada pela Comissão Permanente de Avaliação, conforme critérios estabelecidos pela Portaria 495, de 17 de setembro de 2010.

Art. 5º - As despesas com a execução deste Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 123/2013

DECRETO N.º 123, DE 26 DE ABRIL DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBRO E PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Nº 554/89 de 07 de dezembro de 1989,

Considerando o Decreto Municipal nº 59/2012, que designa os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico,

Considerando a renúncia dos seguintes membros: Sr. Alexandre Saad Benedet, Paulo Afonso Pereira da Rocha e Lauri Carlos Kaghoffer, representantes da Prefeitura Municipal de Garuva; e Fabio Fernando Felippin, Layla Grazielle Brassanini e Waldemar Arndt, representantes da Câmara de Vereadores,

DECRETA:

ART. 1º - Ficam designados os cidadãos relacionados abaixo, para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, com mandato até março de 2015:

Representantes da Prefeitura Municipal de Garuva

- Christian Neubrand

- Aroldo Acordi

- Lourival Schmidt

Representantes da Câmara Municipal de Vereadores

- Adamastor Saad Benedet Junior

- Clesio Machado

- Joao Roberto Justiniano de Souza

Representante da Associação Comercial e Industrial de Garuva - ACIG

- Adolar Umlauf

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Garuva

- Ronald Röder

ART. 2º - A Comissão será presidida pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sr. Christian Neubrand.

ART. 3º - Revoga-se o Decreto nº 89/2013.

ART. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.456, de 24 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 5.456, DE 24 DE ABRIL DE 2013.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo

6º, incisos II e VI, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE:

Órgão: 13 - Serviço Autônomo Municipal De Água E Esgoto
Unidade: 26 - Serviço Autônomo Municipal De Água E Esgoto
Função: 17 Saneamento
Subfunção: 512 Saneamento Básico Urbano
Programa: 0025 Melhoria e Manutenção Dos Serviços De Saneamento do SAMAE
Projeto: 1.100153 Aquisição de Veículos R\$ 143.000,00

Art. 2º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Órgão: 3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 18 Corpo de Bombeiros
Funcional Programática: 00006.00182.00016 Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar
Projeto: 1.100071 Aquisição de Materiais Permanentes
Dotação: 501 3.4.4.9.0 Aplicações Dietas R\$ 40.000,00
Atividade: 2.200080 Apoio à Segurança Pública
Dotação: 400 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 3º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 9 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Funcional Programática: 00015.00453.00019 Constr. Manut. e Melh. na Infraestr. do Munic. por meio da Secret. Munic. de Planej.
Atividade: 2.200090 Conservação e Manutenção dos Sistemas de Transporte Coletivo
Dotação: 165 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 121.489,68

Art. 4º Por conta da anulação do art. 3º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Órgão: 9 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Unidade: 19 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO
Funcional Programática: 00015.00453.00019 Constr.Manut.e Melh. na Infraestr.do Munic. por meio da Secret.Munic. de Planej.
Atividade: 2.200090 Conservação e Manutenção do Sistemas de Transporte Coletivo
Dotação: 166 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 121.489,68

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de abril de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria N° 3.071, de 24 de Abril de 2013.

PORTARIA N° 3.071, DE 24 DE ABRIL DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 02/2012, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR MULTAS DE TRÂNSITO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 30 de abril de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 02/2012, instaurada para apurar a responsabilidade por multas de trânsito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de abril de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria N° 3.072, de 24 de Abril de 2013.

PORTARIA N° 3.072, DE 24 DE ABRIL DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2011, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL ANTÔNIO MAURÍCIO DE CAMPOS FILHO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 30 de abril de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2011, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor municipal Antônio Maurício de Campos Filho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de abril de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria N° 3.073, de 24 de Abril de 2013.

PORTARIA N° 3.073, DE 24 DE ABRIL DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 04/2012, INSTAURADA PARA APURAR COMETIMENTO DE ATITUDES INDEVIDAS NO ÂMBITO DA EBB NORMA MÔNICA SABEL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 27 de abril de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 04/2012, instaurada para apurar cometimento de atitudes indevidas no âmbito da EBB Norma Mônica Sabel.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria N° 3.070, de 24 de Abril de 2013.

PORTARIA N° 3.070, DE 24 DE ABRIL DE 2013.

REVOGA, A PEDIDO, LICENÇA SEM VENCIMENTO, CONCEDIDA A SERVIDORA MILENA WEINRICH.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Revoga, a pedido, licença sem vencimento, concedida a servidora MILENA WEINRICH pela Portaria nº 2.428, de 20 de abril de 2011, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora DOC IV-2, lotada com 10 horas semanais na Secretaria de Educação, devendo retornar a seu cargo em 17/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/04/2013.

Gaspar, 24 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria N° 3.074, de 25 de Abril de 2013.

PORTARIA N° 3.074, DE 25 DE ABRIL DE 2013.

ALTERA LOTAÇÃO DA SERVIDORA MARLENE ALVES ZIMMERMANN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 31 da Lei 1.305/91,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação da servidora MARLENE ALVES ZIMMERMANN, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para a Fundação Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria N° 3.075, de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA N° 3.075, DE 26 DE ABRIL DE 2013.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE WILLIAN MACEDO PINTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e considerando o teor do Memorando nº 27/2013, remetido pela Diretoria Geral de Trânsito - DITRAN,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor municipal WILLIAN MACEDO PINTO, matrícula nº 9609, ocupante do cargo efetivo de Agente Municipal de Trânsito, para que seja apurada sua responsabilidade no acidente de trânsito ocorrido em 12 de abril de 2013, envolvendo uma viatura de propriedade do Município, de placas MCQ-4804, conduzida pelo servidor.

Art. 2º O processo administrativo disciplinar deve ser conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Michel Marcelo Longo, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Elke Cristine Schramm Moser, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora - IV-8 e Dulcinéia dos Santos, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência do fato denunciado, estará o servidor sujeito à penalização disciplinar, com fundamento nos artigos 146, incisos I e VII, 151, 152 e 154, da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria N° 3.076, de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA N° 3.076, DE 26 DE ABRIL DE 2013.

INSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PREPARATÓRIA MUNICIPAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Preparatória Municipal, de acordo com o Capítulo V, art. 17, do Regimento Interno da 5ª Conferência Nacional das Cidades, que será realizada no dia 09 de maio de 2013, às 18:00 horas, no auditório da DITRAN anexo ao Paço Municipal, composta pelos seguintes membros:

I – Gestores, Administradores Públicos e Legislativos – (Federais, Estaduais, Municipais e Distritais, 42,3%);

MEMBRO	ÓRGÃO
Patricia Scheidt	Administração Pública Municipal
Solange Tomio	Administração Pública Municipal

Valter Alexandre Siqueira	Administração Pública Municipal
Fernanda Gelatti	Administração Pública Municipal
José Hilário Melato	Poder Legislativo Municipal
José Amarildo Rampelotti	Poder Legislativo Municipal
Marli Iracema Zontag	Poder Legislativo Municipal

II - Movimentos Sociais Populares, 26,7%;

MEMBRO	ÓRGÃO
André Felipe Sommer	Associação de Moradores do Bairro Bela Vista
José Lana	Associação de Moradores da Margem Esquerda
Euclides Rampelotti	Associação de Moradores do Bairro Santa Terezinha
Elias Anísio Lana	Associação de Moradores da Vila Isabel

III - Trabalhadores, Por Suas Entidades Sindicais, 9,9%;

MEMBRO	ÓRGÃO
Jovino Emir Masson	SINTRASPUG
Ivanilde Terezinha Rampelotti	SINTRASPUG

IV - Empresários Relacionados à Produção e ao Financiamento do Desenvolvimento Urbano, 9,9%;

MEMBRO	ÓRGÃO
Ricardo Karstedt	AMPE
José Eduardo de Souza	AMPE

V - Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Conselhos Profissionais, 7%;

MEMBRO	ÓRGÃO
Nelson Adriano Olinger	CREA-SC
Fabio Marcelino de Souza	CREA-SC

VI - ONG's Com Atuação na Área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%;

MEMBRO	ÓRGÃO
Jocenira (Nira)	Conferência Vicentina

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria N° 3.077, de 26 de Abril de 2013.

PORTARIA N° 3.077, DE 26 DE ABRIL DE 2013.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA PARA APURAR O DESAPARECIMENTO DE DOCUMENTOS REFERENTES AO PROCESSO LICITATÓRIO QUE ORIGINOU O CONTRATO N° FMS-14/2009.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 72, XXVI, da Lei Orgânica do Município, considerando o teor do Memorando n° 55/2013, remetido pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Departamento de Compras e Licitações;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada Sindicância para apurar o desaparecimento dos seguintes documentos referentes ao Processo Licitatório que originou o Contrato FMS-14/2009: Cópia do contrato FMS-14/2009, Termos Aditivos 01 e 02, bem como todos os desdobramentos

(procedimentos) que surgiram como consequência da celebração do mesmo.

Art. 2º A Sindicância deve ser conduzida por Comissão composta pelos servidores Michel Marcelo Longo, ocupante do cargo em provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Elke Cristine Schramm Moser, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora - IV-8 e Dulcinéia dos Santos, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora, sob a presidência do primeiro.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria RH 22/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 22/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Ângela Cristina Semann, ocupante do cargo efetivo de Médica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, referente ao período aquisitivo de 05/03/2008 a 04/03/2013, devendo folgar a partir de 02/04/2013 a 30/06/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/04/2013.

Gaspar, 26 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 23/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 23/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) Alvaci Gerent Schmidt, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 16/02/2007 a 07/04/2013, devendo folgar a partir de 08/04/2013 a 06/07/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 08/04/2013.

Gaspar, 26 de abril de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Portaria RH 24/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 24/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) Beatriz Pamplona Rainert, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 21/05/2007 a 25/05/2012, devendo folgar 02 meses a partir de 08/04/2013 a 06/06/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/04/2013.

Gaspar, 26 de abril de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Extrato da Inexigibilidade N° 68/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Extrato da Inexigibilidade n° 68/2013

Objeto: Inscrição do servidor Eduardo Ernesto Dias no "9º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais", que realizar-se-á em Florianópolis/SC, nos dias 07, 08 e 09 de maio de 2013. Contratado: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM (08.940.383/0001-90). Valor Total Julgado: R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta reais). Base legal: artigo 25, inciso II da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 22 de Abril de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato da Inexigibilidade N° 69/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
Extrato da Inexigibilidade n° 69/2013

Objeto: Inscrição da servidora Edilse Spezzatto no curso "Qualidade do Atendimento no Serviço Público", que realizar-se-a no município de Blumenau, no dia 20 de maio de 2013. Contratado: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM (08.940.383/0001-90). Valor Total Julgado: R\$ 200,00 (Duzentos reais). Base legal: artigo 25, inciso II Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 22 de Abril de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução N° 31/2013.
RESOLUÇÃO N° 31/2013.
ESTABELECE PONTO FACULTATIVO.

A Mesa Diretora, no uso das atribuições contidas no art. 39, incisos I, IV e VIII da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO o DECRETO nº 5.448, de 17 de abril de 2013, de autoria de sua Excelência, o Prefeito do Município de Gaspar,

RESOLVE

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo no dia 31 de maio de 2013 - sexta-feira.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 25 de abril de 2013.

MESA DIRETORA
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente

MARCELO BRICK DE SOUZA
Vice-Presidente

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO MARLI IRACEMA SONTAG
1º Secretário 2ª Secretária

SAMAE

Avios do Pregão Presencial N° 18/2013 - SAMAE
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão n°.18/2013

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de areia industrial, para recompor as vias municipais, após a execução de reparos e ou assentamentos de redes de distribuição de água e ligações de esgoto.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 15/05/2013.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 15/05/2013 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 26 de abril de 2013.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Termo de Revogação

TERMO DE REVOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Chamamento Público nº 001/2013

OBJETO: Chamada Pública para cadastramento de grupos formais de agricultores familiares para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinados a alimentação escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Governador Celso Ramos.

O Chamamento Público não obteve êxito para os produtos: cortes congelados de frango e polpa de frutas. O que comprometeu o processo, que não alcançou o valor mínimo de 30% dos recursos repassados pelo FNDE, de acordo com o art. 14 da Lei 11.947/09. Desta feita, fica REVOGADO o presente Chamamento Público.

Governador Celso Ramos, 26 de abril de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato de Empenho

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho nº 2729/000, emitida em 18/04/2013.

Favorecido: ROMAC TECNICA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ N.º 91.595.678/0006-24.

Objeto: Manutenção especializada de escavadeira hidráulica doo-san dx 140 lc da Secretaria Municipal de Agricultura de Guaramirim.

Valor: R\$ 9.200,00 (Nove mil e duzentos reais).

Fundamento: Processo de Inexigibilidade de Licitação n.º 51/2013 c/c art. 25, inciso I da Lei 8.666/93.

GUARAMIRIM (SC), 18/04/2013.

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato 11/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO CONTRATO 11/2013- PMG

Processo de Licitação: 39/2013

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação:. Locação do imóvel para as instalações do Centro de Educação Jovens e Adultos, situado na 28 de agosto n.º 4014, Avaí . no município de Guaramirim.

Locatário: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Locador: Sra. Maria de Aguiar Treis, com endereço na Rua 28 de agosto n.º 4014, Avaí . no município de Guaramirim, inscrita no CPF sob nº 532.292.079-04 e portadora do R.G nº 19/R-1.139.453 Valor do Contrato: O aluguel mensal é de R\$ R\$ 6.730,10 (seis mil e setecentos e trinta reais e dez centavos), perfazendo o valor total do Contrato em R\$ 80.761,20 (Oitenta mil e setecentos e sessenta e um reais e vinte centavos), divididos em 12 (doze) parcelas mensais.

Data da Assinatura: 01/04/2013 Vigência 31/03/2014

GUARAMIRIM (SC), 01/04/2013.

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 357/2013

PORTARIA Nº 357/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora MARIA CAROLINA PEREIRA (Matr. 2561), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível - 6, Referência "B", 20 horas semanais, anexo XI da LC Nº. 286/2011, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 26 de abril de 2013 a 07 de maio de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 26 de Abril de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP Nº 262/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 262, de 26 de abril de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:



Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Marli Réus	Professor I - 40h	838.143.029-15	17/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 263/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 263, de 26 de abril de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Françoise Cristiane Prachthauser da Silva	Professora I - 20h	891.027.629-00	17/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 264/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 264, de 26 de abril de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991,

e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Maria Natália Pires de Medeiros	Professora I - 20h	613.574.729-00	17/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 265/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 265, de 26 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DALMIR MEDEIROS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 506.297.519-00, para exercer o cargo de Assessor IV junto a Secretaria Municipal da Fazenda, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 09 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 266/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 266, de 26 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Assessora II, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GLYCELIA DE CASTRO ROCHA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 063.783.829-72, para exercer o cargo de Assessora II junto a Secretaria Municipal de Turismo, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 08 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 267/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 267, de 26 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Assessora IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ELAINE APARECIDA DE ALMEIDA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 032.018.619-95, para exercer o cargo de Assessora IV junto a Secretaria Municipal de Turismo, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 26 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Pregão Presencial N° 14/2013 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
PROCESSO N° 18/2013
PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 13 de maio de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de material ambulatorial (enfermagem) para uso da Secretaria Municipal de Saúde. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente

no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 30 de maio de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Edital SEAGP N° 018/2013

EDITAL SEAGP N° 018/2013
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO N° 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N° 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 26 de Abril a 25 de Maio de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de abril de 2013.
Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP N° 018/2013
Anexo I
CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista
Mauricio Czar Stochain da Cruz

Edital SEAGP N° 019/2013

EDITAL SEAGP N° 019/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2011, divulgado através do Edital n° 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado n° 02/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, n° 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 26 de Abril a 25 de Maio de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de abril de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP N° 019/2013

Motorista

Rafael Florentino

Edital SEAGP N° 020/2013

EDITAL SEAGP N° 020/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO N° 01/2010.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público n° 01/2010, divulgado através do Edital n° 01/2010, de 12 de novembro de 2010, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N° 01/2010, de 07 de fevereiro de 2011, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público n° 01/2010, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, n° 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 26 de Abril a 25 de Maio de 2013, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de abril de 2013.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP N° 020/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Engenheiro Sanitarista e Ambiental

Eduardo Canarin

Edital SEAGP N° 021/2013

EDITAL SEAGP N° 021/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO N° 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público n° 02/2011, divulgado através do Edital n° 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N° 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público n° 002/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, n° 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 26 de Abril a 25 de Maio de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de abril de 2013.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 021/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em Enfermagem

Emerson Soares Machado

Valdineia Soares Pacheco

Regina da Silva

Edital SEAGP Nº 022/2013

EDITAL SEAGP Nº 022/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 26 de Abril a 25 de Maio de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura

do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de abril de 2013.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 022/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em Enfermagem

Graziela Almeida Dohmer



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ipumirim

PREFEITURA

Ata de Reunião de Julgamento de Proposta do PL 12, PP 8-2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2013 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 12/2013 Data do Processo: 11/04/2013
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de climatizadores de ar destinados à Unidade Básica de Saúde, em atendimento ao repasse efetuado pelo Ministério da Saúde, nos termos da proposta 82814.575000/1100-04.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 8/2013 (Sequência: 2)

Ao(s) 25 de Abril de 2013, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 12/2013, Licitação nº 8/2013 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos vinte e cinco dias do mês de abril de dois mil e treze, as nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliarí, membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referentes à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA e CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA neste ato sem representante presente. A empresa CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA encaminhou os envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, por sedex via correio. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, o mesmo solicitou que o representante apresentasse a documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4 e seus subitens, do Edital. Assim o fez o Sr. VOLNEI CANESSO, representante credenciado da empresa, ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. Indagados pelo Pregoeiro sobre a opção de Microempresa, as empresas acima transcritas apresentaram a declaração de enquadramento de Microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da licitante. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte o Pregoeiro deu início as fases de lances verbais, os quais estão registrados em planilhas rubricadas anexo ao presente auto. Após procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de Habilitação da licitante vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro a Equipe de Apoio e o representante legal da licitante presente. Na análise da documentação, constatou-se que a empresa apresentou a documentação conforme exigências do presente Edital. Ante o exposto os representantes das licitantes renunciaram expressamente ao direito de recorrer das fases da presente licitação. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo pregoeiro, a equipe de apoio e o representante legal da empresa presente ao final da sessão.

Participante: 7151 - ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Condicionador de ar tipo Split High Wall, quente e frio, com controle remoto sem fio com programação, novos, completos, com capacidade mínima de 12.000 BTU'S, alimentação de 220V, 60hz, com garantia por um período mínimo de 2 (dois) anos.	UN	15,00	MIDEA MSE12HR	0,0000	1.169,00	17.535,00

Total do Participante -----> 17.535,00

Total Geral -----> 17.535,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 8/2013 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 12/2013
Data do Processo: 11/04/2013

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Ipumirim, 25 de Abril de 2013

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO

Termo de Homologação do PL 11, II 2-2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2013 - IL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 11/2013 Data do Processo: 09/04/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 11/2013
b) Licitação Nr.: 2/2013-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 09/04/2013
e) Objeto da Licitação: estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeira entre o Município de Ipumirim e o Hospital São Francisco, objetivando o atendimento de urgência e emergência aos habitantes do Município, no Pronto Socorro do Hospital São Francisco, através de escala de sobreaviso, para o exercício de 2013.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

BENEFIC. CAMILIANA. DO SUL- H. S. FRANC. (6103)

1	Plantão medico na áreas de especialidades de ortopedia, anesthesiologia, clinica medica, clinica pediatrica, ginecologia e obstetricia, clinica cirurgica, neurologia, cardiologia, oftalmologia, pneumologia e otorrinolaringologia.	UN	9,00	0,0000	2.454,80	22.093,20
---	---	----	------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 22.093,20

Total Geral: 22.093,20

Ipumirim, 9 de Abril de 2013.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Homologação do PL 12, PP 8-2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 8/2013 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 12/2013 Data do Processo: 11/04/2013
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saúde, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 12/2013
b) Licitação Nr.: 8/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 26/04/2013
e) Objeto da Licitação aquisição de climatizadores de ar destinados à Unidade Básica de Saúde, em atendimento ao repasse efetuado pelo Ministério da Saúde, nos termos da proposta 82814.575000/1100-04.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7151)

1 Condicionador de ar tipo Split High Wall, quente e frio, com controle remoto sem fio com programação, novos, completos, com capacidade mínima de 12.000 BTU'S, alimentação de 220V, 60hz, com garantia por um período mínimo de 2 (dois) anos. - Marca: MIDEA MSE12HR	UN	15,00	0,0000	1.169,00	17.535,00
Total do Fornecedor:					17.535,00
Total Geral:					17.535,00

Ipumirim, 26 de Abril de 2013.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Homologação do PL 23, DI 9-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 9/2013 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 23/2013 Data do Processo: 23/04/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 23/2013
b) Licitação Nr.: 9/2013-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 23/04/2013
e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP, na modalidade Local - VC1, com fornecimento de 05 (cinco) acessos (Sim Card) devidamente habilitados e 05 (cinco) aparelhos celulares básicos, destinados para uso do órgão público da Administração Municipal de Ipumirim.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Desccto (%) Preço Unitário Total do Item

14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A (9070)

1 Contratação de empresa para prestação de Serviço Móvel Pessoal - SMP, na modalidade Local - VC1, com fornecimento de 05 (cinco) acessos (Sim Card) devidamente habilitados e 05 (cinco) aparelhos celulares básicos, destinados para uso do órgão público da Administração Municipal de Ipumirim.	SER	1,00	0,0000	1.850,00	1.850,00
---	-----	------	--------	----------	----------

Total do Fornecedor: 1.850,00

Total Geral: 1.850,00

Ipumirim, 23 de Abril de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação do PL 24, DI 10-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 10/2013 - DL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 24/2013 Data do Processo: 23/04/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 24/2013
b) Licitação Nr.: 10/2013-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 23/04/2013
e) Objeto da Licitação: Locação de espaço físico nas proximidades do Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli para desenvolvimento das atividades do Projeto Bom na Escola e Bom de Bola, eventos municipais, escolares e esportivos.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA 7 DE SETEMBRO (6138)

1	Locação de espaço físico nas proximidades do Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli para desenvolvimento das atividades do Projeto Bom na Escola e Bom de Bola, eventos municipais, escolares e esportivos.	SER	8,00	0,0000	840,00	6.720,00
---	--	-----	------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 6.720,00

Total Geral: 6.720,00

Ipumirim, 23 de Abril de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação do PL 26, DI 11-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 11/2013 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 26/2013 Data do Processo: 26/04/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 26/2013
- b) Licitação Nr.: 11/2013-DL
- c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
- d) Data Homologação: 26/04/2013
- e) Objeto da Licitação: aquisição de sêmen bovino, para atender o programa de melhoramento genético do rebanho leiteiro do Município de Ipumirim.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

COMPANHIA INTEGRADA DES.AGRICOLA SANTA CATARINA (6348)

1 Sêmen Bovino raça Holandês- touro rincão.	DS	1.000,00	0,0000	3,50	3.500,00
Total do Fornecedor:					3.500,00
Total Geral:					3.500,00

Ipumirim, 26 de Abril de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato da Ata de Registro de Preços do PL 12, PP 8/2013/FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO 12/2013

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2013, do PROCESSO Nº 12/2013, homologado aos 26 de abril de 2013, cujo objeto é aquisição de climatizadores de ar destinados à Unidade Básica de Saúde, em atendimento ao repasse efetuado pelo Ministério da Saúde, nos termos da proposta 82814.575000/1100-04, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.12.7151 de 29 de abril de 2013

FORNECEDOR: ADAGIL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, situada na RUA DRº MARURI, Nº 568, Município de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 95.811.790/0001-00 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 252.594.754, representado por ADAIR LINDNER, CPF: 582.689.019-34.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Condicionador de Ar	UN	15,00	MIDEA MSE12HR	1.169,00	17.535,00
Valor Total Registrado					17.535,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Extratos das Atas de Reg. de Preços do PL 9, PP 7/2013/FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO 9/2013

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2013, do PROCESSO Nº 9/2013, homologado aos 04 de abril de 2013, cujo objeto é o registro de preço para aquisição de passagens em Transporte Rodoviário para Pacientes em tratamento de saúde fora do Município - TFD (tratamento de saúde fora do domicílio), pela Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli., para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.9.6938 de 29 de abril de 2013

FORNECEDOR: REUNIDAS TURISMO S.A, situada na AVENIDA GOVERNADOR IVO SILVEIRA, Nº 2445, município de FLORIANÓPOLIS-SC, inscrita no CNPJ sob n. 04.176.082/0001-80 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.274.297, representado por, RUI CARAMORI, CPF: 170.895.909-25.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Transporte de paciente de Concórdia até Florianópolis	SER	180,00		87,22	15.699,60
2	Transporte de paciente de Florianópolis até Concórdia	SER	180,00		87,00	15.660,00
3	Transporte de paciente de Concórdia até Joinville	SER	60,00		115,88	6.952,80
4	Transporte de paciente de Joinville até Concórdia	SER	60,00		117,58	7.054,80
5	Transporte de paciente de Concórdia/SC à Curitiba/PR	SER	50,00		74,52	3.726,00
6	Transporte de paciente de Curitiba/PR à Concórdia/SC	SER	50,00		77,72	3.886,00
7	Transporte de paciente de Blumenau até Concórdia	UN	20,00		69,16	1.383,20
8	Transporte de paciente de Concórdia até Blumenau	UN	20,00		67,88	1.357,60
Valor Total Registrado					55.720,00	

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO 9/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.9.6163 de 29 de abril de 2013

FORNECEDOR: TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA, situada na RUA OSVALDO ZANDAVALLI, 927, Município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 76.343.094/0001-63 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.844.757, representado por, LIRIO ZONTA, CPF: 093.976.989-15.

Item	Descrição	Ref.	Otde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
9	Transporte de paciente de Ipuimirim até Concórdia	UN	150,00		6,59	988,50
10	Transporte de paciente de Concórdia até Ipuimirim	SER	150,00		6,59	988,50
Valor Total Registrado					1.977,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Irineópolis

PREFEITURA

Lei N° 1.695/2013

LEI N° 1.695/2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de máquinas e caminhões.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido

da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis / SC, em 24 de Abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Portaria N.º. 171/2013

PORTARIA N.º. 171/2013.

EXONERA SERVIDOR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder exoneração em data de 30/04/2013, por motivo de aposentadoria ao servidor ALTAMIRO WAGNER, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Irineópolis, para o qual foi admitido em 21/06/1996.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N.º. 015/2013

NOMEIA SERVIDOR PARA O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item V, do artigo 65 e parágrafo único do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001, consoante o anexo II da já citada LEI,

RESOLVE:

Art 1º - NOMEAR VIRLEI DA SILVA, nascido em 20/02/1978, portador do CPF n.º 027.303.369-74, RG n.º 3.906.658, para exercer o Cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, criado através da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, com lotação na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de janeiro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Portaria N°. 172/2013

PORTARIA N°. 172/2013

EXONERA SERVIDORA A PEDIDO DA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art 1º - Exonerar a pedido, em data de 30/04/2013, a servidora INDIOARA FRANCKIELE SAADE GRABOWSKI do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, para o qual foi nomeada através da portaria nº 174/2010 de 20/03/2010.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 23 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Convênio N° 05/2013

CONVÊNIO N.º 05/2013

Convênio que entre si celebram o Município de Irineópolis e o Hospital de Caridade São Braz de Porto União, para a prestação de serviços ambulatoriais em urgências e emergências.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, representado por sua gestora Senhora Gisele Kempinski, brasileira, solteira, no exercício do cargo de Gestora do Fundo Municipal de Saúde, residente e domiciliado a Avenida 22 de Julho, nº. 798, centro, neste município, inscrito no CPF nº 037.800.599-59, doravante denominado CONVENENTE, e de outro lado, o Hospital de Caridade São Braz, entidade Privada Filantrópica, sob forma da Lei, com registro no CNPJ nº 65.604.395/0001-94, com Estatuto arquivado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Pessoas Jurídicas, na cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, com sede a Rua Frei Rogério, nº 579, Centro, na cidade de Porto União (SC), neste ato representada pelo seu Presidente DR. AYRTON RODRIGUES MARTINS, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Felipe Schmidt, nº 312, Porto União (SC), portador do RG nº 724.247-6 PR e CPF nº 076.884.239-53, doravante denominada CONVENIADA, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, resolvem celebrar o presente Convênio, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 1681/2013, de 25 de Fevereiro de 2013 mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS AMBULATORIAIS, sendo estes apenas considerados os de média complexidade, integrante da rede de serviços do Sistema Único de Saúde em regime de parceria com o Poder Público Municipal, de conformidade com a capacidade instalada e disponibilidades discriminadas nas fichas de cadastro hospitalar e ambulatorial, mediante contraprestação pecuniária pelo CONVENENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os procedimentos deverão estar vinculados à tabela de procedimentos da CBHPM vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O presente Convênio tem como limite máximo o valor de R\$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais) mensais, a ser

repassado conforme abaixo discriminado:

I - Até o limite de 12.000,00 (doze mil reais) mensais, de acordo com a quantidade de procedimentos executados no mês, devidamente autorizados e triados, conforme tabela de procedimentos da CBHPM vigente;

II - Até o limite mensal de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para ajuda de custos no plantão da especialidade obstetrícia e ortopedia;

III - Ajuda financeira no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais para manutenção de U.T.I., mediante apresentação de relatório para posterior empenho;

IV - Até o limite de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) mensais, pelos serviços médicos para atendimentos cirúrgicos - Cirurgia geral, urologia, gineco-obstetrícia e otorrinolaringologia, sendo 10 consultas/mês e 05 procedimentos cirúrgicos mínimos mensais, autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Irineópolis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A entidade CONVENIADA prestará atendimento de internação pelo Sistema Único de Saúde - SUS, de até 10 AIH's/mês, não acumulativas, autorizadas pela Secretaria de Saúde, diluídas nas diversas especialidades médicas da CONVENIADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A entidade CONVENIADA prestará atendimento de 01 cirurgia eletiva por mês, não acumulativas, sem custo para o município, mediante autorização da Secretaria de Saúde.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Esgotando-se as 10 AIH's/mês, os demais internamentos serão vinculados aos procedimentos da CBHPM com redutor de 20%, ficando a CONVENIADA obrigada a informar ao CONVENENTE sobre término das autorizações mensais, sendo que nesta hipótese o CONVENENTE, através de seu gestor, terá um prazo de 24 horas para realização das autorizações excedentes.

PARÁGRAFO QUARTO - Encaminhamentos de urgências devem obrigatoriamente ser feitos pelo médico local em contato direto e verbal com o médico de recebimento conforme relação de especialidades e dos respectivos plantonistas.

PARÁGRAFO QUINTO - Não será aceita nenhuma transferência sem o contato prévio de médico para médico conforme determina o manual de transferência inter-hospitalar do Conselho Regional de medicina do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços ora conveniados referidos na Cláusula Primeira serão executados pela CONVENIADA com sede à Rua Frei Rogério, 579 em Porto União - SC, com Alvará de Funcionamento expedido pelo órgão competente e sob a responsabilidade do Diretor Clínico, indicado em ficha cadastral que permanecerá, mediante protocolo, arquivada junto a Secretaria Municipal de Saúde. Caso ocorra a substituição do Diretor Clínico, a referida ficha cadastral será alterada com a devida informação.

CLÁUSULA QUARTA - DA ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL

I - a assistência ambulatorial compreende os procedimentos de média complexidade, conforme a situação fática da CONVENIADA;

II - os encaminhamentos para os serviços eletivos ambulatoriais serão feitos pelo órgão responsável da CONVENENTE, que deverá ser regulamentada entre as partes;

III - as partes estabelecerão normas para definir o fluxo de atendimento, sua comprovação, a realização de exames subsequentes, o local de revisão das contas ambulatoriais e outros procedimentos necessários ao ágil relacionamento com o CONVENIADA e a satisfação do usuário.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADA

Os serviços serão prestados por profissionais do estabelecimento CONVENIADO, sendo que os exames não contemplados no presente Convênio somente poderão ser realizados mediante substituição por quantidades de outros exames previstos, sem majoração de custo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para os efeitos deste Convênio consideram-se profissionais do estabelecimento CONVENIADO aqueles integrantes do corpo clínico, conforme Regimento Interno da Entidade;

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CONVENIADO se compromete ainda a:

- I - não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

- II - atender aos pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;

- III - afixar aviso, em local visível, de sua condição de entidade integrante deste Convênio;

- IV - esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos, quando solicitado pelo mesmo;

- V - respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviço de saúde, este devendo fazê-lo expressamente (por escrito), salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

- VI - garantir o sigilo dos dados e informações dos pacientes;

- VII - possuir o serviço de Controle de Infecção Hospitalar em funcionamento;

- VIII - possuir Comissão de Ética Médica.

CLÁUSULA SEXTA - DOS COMPROMISSOS DO CONVENIENTE

- I - providenciar a publicação do extrato deste Convênio em jornal de circulação na região.

- II - pagar os serviços executados, nos termos da Cláusula Sexta.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTE

Os preços ora estipulados não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A prestação de Contas e as condições de pagamento serão feitas conforme o exposto abaixo:

- I - A CONVENIADA apresentará mensalmente ao CONVENIENTE, até o dia 25 de cada mês de referência à prestação dos serviços, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados;

- II - o pagamento deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

- III - as contas hospitalares rejeitadas pelo CONVENIENTE serão devolvidas no prazo máximo de 48 horas ao CONVENIADA para as correções cabíveis, que deverão ocorrer também no prazo máximo de 48 horas após a devolução;

- IV - ocorrendo erro ou falha nas contas por culpa do CONVENIENTE, este garantirá ao CONVENIADA, o pagamento no prazo avençado neste Convênio, pelo valor do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, sendo a diferença superior efetivamente paga;

- V - caso os pagamentos ambulatoriais já tenham sido efetuados, fica o CONVENIENTE autorizado a debitar, no mês seguinte, o valor pago indevidamente, frente aos procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA

Constituem motivos para denúncia do presente Convênio pela CONVENIENTE o não cumprimento de qualquer de suas Cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei de Licitações e Contratos (8.666/93).

PARÁGRAFO ÚNICO. Em caso de denúncia de qualquer das partes neste Convênio, e caso a interrupção dos serviços possam causar prejuízo à população, em comum acordo entre o CONVENIENTE e CONVENIADA, observar-se-á o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer à rescisão, mediante notificação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o MUNICÍPIO e a ENTIDADE CONVENIADA, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo MUNICÍPIO, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONVÊNIO

A legislação aplicável à execução deste Convênio é composta pelas Leis Federais nºs 8.666/93 e 8.080/90 a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.472/96.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do presente Convênio será contado da data de sua assinatura até 31/12/2013, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do presente Convênio será objeto de Termo Aditivo, observadas as Cláusulas deste Convênio e a forma da legislação referente a Contratos Administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Porto União (SC), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Convênio que não puderem ser resolvidas pelas partes e seus órgãos competentes.

E, por estarem justos e CONVENIADAS, de pleno acordo com as Cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal.

Irineópolis (SC), 25 de Março de 2013.

GISELI KEMPINSKI

Secretária Municipal de Saúde

AYRTON RODRIGUES MARTINS

Presidente Hospital de Caridade São Braz

Testemunhas:

Fernanda Eli Suckow Cardoso
CPF 026.830.239-10

Patricia Fabiane Fronczak
CPF 037.425.669-11

Convênio N° 07/2013

CONVÊNIO N.º 07/2013

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS/SC E A APADAF - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE DEFICIENTES AUDITIVOS E DA FALA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO/SC.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.405 -SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a APADAF - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala, com sede à Av. General Bormann, 532 - Centro - Porto União - Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.747.477/0001-62, doravante denominada CONVENENTE, neste ato representada pelo seu Presidente EUFRÁZIO XAVIER DE BARROS, portador do CPF nº 253.465.639-20 e Rg nº Março de 2013, celebram o presente convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio, o repasse de recursos financeiros à CONVENENTE, a título de subvenção, para auxiliar na continuidade e melhoramento ao atendimento ao portador de deficiência auditiva e de terapia da linguagem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à CONVENENTE, parcelas mensais sucessivas no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), no período de abril à dezembro, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2013 - 77 - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos, do orçamento em vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos liberados visam auxiliar na continuidade e melhoramento ao atendimento ao portador de deficiência auditiva e de terapia da linguagem.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES**I - DO CONCEDENTE:**

A) O CONCEDENTE obriga-se a repassar mensalmente até o 10º dia útil de cada mês à CONVENENTE o valor correspondente a parcela conforme mencionado na Cláusula Terceira;

II - DA CONVENENTE:

A) A CONVENENTE obriga-se a prestar contas mediante a apresentação de cópia documental dos recursos recebidos no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data do primeiro pagamento efetuado pelo CONCEDENTE.

B) Realizar o atendimento dos beneficiados, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino;

C) Realizar os exames audiométricos necessários aos educandos da Rede Municipal de Ensino atendidos;
D) Disponibilizar no mínimo 20 (vinte) horas semanais de serviços de fonoaudiologia para atendimento aos beneficiários do Município de Irineópolis, nos períodos matutino e vespertino respectivamente.

CLÁUSULA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Convênio rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito público.

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENENTE, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa Oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31/12/2013, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 1.684/2013, de 27/03/2013, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

O presente Convênio ficará rescindido, de pleno direito, por inadimplência de qualquer das obrigações aqui pactuadas. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Convênio, que não forem resolvidas administrativamente.

E, por assim estarem acordes, as partes rubricam e firmam o presente convênio em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis(SC), 08 de Abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal Eufrázio Xavier de Barros

Presidente APADAF

Testemunhas:

Nome: Patricia Fabiane Fronczak
CPF 037.425.669-11

Nome: Rosani R. da Silva Mischka
CPF 664.622.159-68

Termo de Permissão e Recebimento de Bem Público N° 021/2013

TERMO DE PERMISSÃO E RECEBIMENTO DE BEM PÚBLICO N° 021/2013

Pelo presente Termo de Permissão e Recebimento, declara o abaixo-assinado, representante legal do MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa situada na Rua Santa Cecília, n° 385, Centro, em Timbó Grande - SC, através de seu Prefeito Municipal, Sr. Almir Fernandes, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.677.611-9, inscrito no CPF sob o n.º 579.497.359-53, residente e domiciliado em Timbó Grande-SC, que recebeu PERMISSÃO DE USO GRATUITA, a título precário e pelo prazo de 27/03/2013 a 30/04/2013, o seguinte bem móvel municipal:

à 01 (um) ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO, cadastrado no patrimônio nº 90.

Compromete-se ainda, o Município Permissionário, a obedecer aos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Não transferir a presente Permissão de Uso a terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA

O bem móvel em referência deverá ser utilizado pelo Município Permissionário, com a finalidade específica na manutenção de estradas que fazem divisa com o Município, conforme autorizado através da Lei Municipal n.º 1.688/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA

O bem acima relacionado é entregue ao Município Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo ser devolvido ao Município Permitente em iguais condições, até o dia 30 de abril de 2013.

CLÁUSULA QUARTA

Necessitando o bem de conserto, reparos, etc., em virtude de mau funcionamento e quebra em função de seu uso, ou para a sua conservação nas condições em que foram recebidos, correm tais despesas, única e exclusivamente, por conta do Município Permissionário, sem qualquer direito a reembolso.

CLÁUSULA QUINTA

Consentir com todas as medidas judiciais para tornar sem efeito a presente Termo de Permissão e Recebimento, por descumprimento de qualquer artigo ou item, sendo que as custas judiciais, extrajudiciais e os honorários advocatícios correrão por conta única e exclusiva do Município Permissionário.

CLÁUSULA SEXTA

O Município Permissionário responde administrativa, civil e criminalmente pela utilização do bem supramencionados, durante o período da Permissão de Uso.

CLÁUSULA SÉTIMA

O Município de Irineópolis, enquanto perdurar a Permissão, não responde pela má utilização ou ainda por danos causados a terceiros ou ao meio ambiente, decorrentes do uso do equipamento cedido, respondendo, única e exclusivamente, o Município Permissionário por tais situações.

CLÁUSULA OITAVA

A presente Permissão poderá ser modificada e revogada unilateralmente pela Administração do Município de Irineópolis, a qualquer tempo, não gerando direito à indenização.

CLÁUSULA NONA

Fica eleito o foro da Comarca de Porto União, Estado de Santa Catarina para dirimir as questões deste Termo.

Irineópolis - SC, 27 de Março de 2013.

MUNICÍPIO PERMITENTE

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal de Irineópolis

MUNICÍPIO PERMISSIONÁRIO

ALMIR FERNANDES

Prefeito Municipal de Timbó Grande

Testemunhas:

Nome: PATRICIA FABIANE FRONCZAK
CPF: 037.425.669-11

Nome: FABIANO FAGUNDES
CPF: 034.128.949-31

Itapoá

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ - IPESI**Portaria N° 646/2013**

PORTARIA N.º 646/2013.

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA DE APOSENTADORIA

Na Portaria n° 421/2011, de 31 de maio de 2011, publicada no Jornal Em Foco SC Ltda Me, edição junho de 2011, página 39:

Onde se lê: Art. 1º Conceder o benefício APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ao servidor PEDRO PAULO DA SILVA, efetivo no cargo de AJUDANTE DE SERVICOS GERAIS, nível I, lotado na Secretaria de Saúde, com proventos integrais, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional n° 41/03 da CF/88., Conforme processo administrativo do IPESI n° 2011.04.0002P a partir de 05 de maio de 2011.

Leia-se: Art. 1º Conceder o benefício APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ao servidor PEDRO PAULO DA SILVA, efetivo no cargo de AJUDANTE DE SERVICOS PÚBLICOS, nível I, lotado na Secretaria de Saúde, com proventos integrais, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional n° 41/03 da CF/88., Conforme processo administrativo do IPESI n° 2011.04.0002P a partir de 05 de maio de 2011.

Art. 1º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos, a partir de 05 de maio de 2011, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 19 de abril de 2013.
IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER
Diretora Executiva
Homologo

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Portaria N° 653/2013

PORTARIA N.º 653/2013.

"Dispõe sobre a CESSAÇÃO do benefício de APOSENTADORIA COMPULSÓRIA da Servidora Inativa ARLETE SIMAS CANELLAS ADAMOVSKI.

A Diretora Executiva do IPESI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 20 da Lei Complementar Municipal n.º 011/2005 de 05 de dezembro de 2005, que rege a previdência municipal, e Lei Municipal nº 76/2001, estatuto do servidor, resolve:

Art. 1º Cessar o benefício de Aposentadoria Compulsória da servidora inativa ARLETE SIMAS CANELLAS ADAMOVSKI, concedido através do processo administrativo IPESI nº 2006.01.0001P e Portaria 002/2006 em conformidade com a certidão de óbito matrícula: 106708 01 55 2013 4 00015 199 0005643 11 lavrada no cartório Distrital de Pirabeiraba, Município de Joinville, na data de 01 de abril de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 19 de abril de 2013.
IARA CRISTINE DE OLIVEIRA HOEPFNER
Diretora Executiva
Dec.Municipal nº 1738/2013

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto N° 4.291 de 15 de Abril de 2013.

DECRETO N° 4.291 de 15 de ABRIL de 2013.

"APROVA O FORMULÁRIO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA PREVISTO NO ARTIGO 66, DA LEI COMPLEMENTAR N° 125 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2006".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas pela Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o formulário de Registro de Ocorrência, previsto no art. 66, da Lei Complementar nº 125, de 10 de novembro de 2006, conforme modelo do anexo único.

Parágrafo único: o Registro de Ocorrência é um procedimento administrativo realizado pela Fiscalização Municipal quando constatado irregularidade no serviço de transporte individual de passageiros no Município de Joaçaba (Lei Complementar nº 125/2006).

Art. 2º O Registro de Ocorrência será confeccionado no modelo e com os dados ora aprovados, e impresso nas seguintes características:

I – tamanho 15 X 21 centímetros;

II – impresso em 03 (três) vias em papel autocopiativo, com as seguintes características:

a)1ª via: processo administrativo, na cor branca;

b)2ª via: administrado, na cor amarela;

c)3ª via: arquivo, na cor verde-claro.

III – numerado com seis dígitos, iniciando pela numeração 000001.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 15 de abril de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO N° 4.291/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA Av. XV de Novembro, 387 – Centro – Joaçaba – SC CNPJ/MF 82939380/0001-99 – Fone (49) 3527-8800				
REGISTRO DE OCORRÊNCIA (Art. 66 – Lei Complementar nº 125, de 10 de novembro de 2006)				
I – DADOS DO PERMISSIONÁRIO				
Nome:				
Endereço:				
Nº do Alvará:	CPF nº	RG nº	CNH nº	Categoria CNH
II – DADOS DO INFRATOR				
Nome:				
Endereço:				
Nº do Alvará:	CPF nº	RG nº	CNH nº	Categoria CNH:
III – DADOS DO VEICULO				
Placas:	Marca/Modelo:	Ano de Fabricação:	Exercício:	
IV – LOCAL, DATA E HORA DA INFRAÇÃO				
Local:	Data	Hora		
V - DISCRIMINAÇÃO SUMÁRIA DA INFRAÇÃO				
1 – Descrição da infração:				
2 – Dispositivo Legal Infringido:				
VI - O REFERENCIAL DO VALOR DE MULTA				
Valor da Multa:				
VII-IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO AGENTE FISCAL				

Nome:	Matricula:	Assinatura:
VIII – ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS		
Assinatura do Permissionário:	Assinatura do Infrator:	

Decreto Nº 4.296 de 22 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 4.296 DE 22 DE ABRIL DE 2013.

NOMEIA COMISSÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei em especial a Lei nº 4.085 de 09 de Março de 2011,

DECRETA:

Art 1º Fica nomeada a Comissão Municipal de Serviços Funerários de que trata a Lei nº 4.085 de 09 de Março de 2011, responsável pelo desenvolvimento dos trabalhos previstos na Lei, sob a seguinte representação:

REPRESENTANTES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Desirée Aparecida Pino Gomes - Titular

Revelino Antonio Sartori - Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUN. DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Fernando Auler de Oliveira - Titular

Tiago Dupont Giumbelli - Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA

Inês Maria Picoli Gemelli - Titular

Fábio Augusto Conte - Suplente

REPRESENTANTE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA

Adriano José Johann - Titular

Anderson Bezerra da Silva - Suplente

REPRESENTANTE DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Dalmir Weirich (Funerária São Rafael) - Titular

Vilmar Cardoso (Funerária São João Batista) - Suplente

Delmar da Rosa (Funerária Frei Bruno) - Titular

Valmor Cardoso (Funerária São João Batista) - Suplente

Parágrafo único - O mandato dos integrantes da Comissão será de 2 (dois) anos.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, SC, 22 de abril de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Errata Extrato Contrato 52/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

Errata ao extrato de contrato nº 52/2013/PMJ, cujo objeto é a "Execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a obra de extensão de rede de distribuição elétrica (média e baixa tensão), na intersecção da Rua Prefeito Odilo Antonio Coppi com a Estrada Municipal José Pino Gomes, no Distrito Industrial do Município de Joaçaba", publicado no DOM em 03/04/2013.

1) Onde se lê:

"LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

LOCADOR: ELETROPNEUS OURO LTDA"

Leia-se:

"CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: ELETROPNEUS OURO LTDA"

As demais disposições permanecem inalteradas.

Joaçaba, SC, 25/04/2013

Extrato Termo de Homologação TP 5/2013/PMJ - PL 29/2013/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 4/2013 - TP Processo Administrativo: 26/2013 Processo de Licitação: 25/2013 Data do Processo: 05/03/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 25/2013
b) Licitação Nr.: 4/2013-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 27/03/2013
e) Data da Adjudicação: 27/03/2013 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE COMPLEMENTO DO PROJETO DE ENGENHARIA DA RUA ADOLFO ZIGUELLI, EM JOACABA, INCORPORANDO MELHORAMENTOS FÍSICOS E OPERACIONAIS PARA AUMENTO DA CAPACIDADE E SEGURANÇA, MELHORIA DA ACESSIBILIDADE DE PEDESTRES E CICLISTAS, HUMANIZAÇÃO DA VIA, ILUMINAÇÃO, CALÇADA COMPARTILHADA, FAIXA ADICIONAL DE TRÁFEGO E MELHORAMENTO DAS INTESEÇÕES, COM EXTENSÃO DE 3,0 KM, COMPREENDENDO AS ETAPAS DE ANTEPROJETO E PROJETO EXECUTIVO.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

SOTEPA SOCIEDADE TÉC. ESTUDOS, PROJ. ASSESSORIA (10543)

1 ELABORAÇÃO DE COMPLEMENTO DO PROJETO DE ENGENHARIA DA RUA ADOLFO ZIGUELLI, EM JOACABA, INCORPORANDO MELHORAMENTOS FÍSICOS E OPERACIONAIS PARA AUMENTO DA CAPACIDADE E SEGURANÇA, MELHORIA DA ACESSIBILIDADE DE PEDESTRES E CICLISTAS, HUMANIZAÇÃO DA VIA, ILUMINAÇÃO, CALÇADA COMPARTILHADA, FAIXA ADICIONAL DE TRÁFEGO E MELHORAMENTO DAS INTESEÇÕES, COM EXTENSÃO DE 3,0 KM, COMPREENDENDO AS ETAPAS DE ANTEPROJETO E PROJETO EXECUTIVO.	VB	1	-	135.866,94	135.866,94
--	----	---	---	------------	------------

Total do Fornecedor: 135.866,94

Total Geral: 135.866,94

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.054.4.4.90.00.00.00.00.00 (134), 1.054.4.4.90.00.00.00.00.00 (209)

Joaçaba, 27 de Março de 2013.

RAFAEL LASKE - PREFEITO

Balancete Financeiro
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	359,32	Despesa Orçamentária	124.322,40
RECEITA PATRIMONIAL	359,32	Despesas exceto Intra-orçamentárias	107.253,55
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	79.803,84
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.449,71
		Despesas Intra-orçamentárias	17.068,85
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.453,25
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	615,60
Receita Extra - Orçamentária	307.354,80	Despesa Extra - Orçamentária	143.363,56
DEPOSITOS	21.905,80	DEPOSITOS	18.841,91
CONSIGNACOES	21.905,80	CONSIGNACOES	18.841,91
PREVIDENCIA SOCIAL	640,03	PREVIDENCIA SOCIAL	565,76
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.810,68	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.634,73
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	12.199,97	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	11.319,34
EMPRESTIMOS	3.345,53	EMPRESTIMOS	3.345,53
OUTROS CONSIGNATARIOS	2.909,59	OUTROS CONSIGNATARIOS	976,55
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	124.449,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	124.521,65
OBRIGACOES A PAGAR	124.449,00	OBRIGACOES A PAGAR	124.521,65
FORNECEDORES	28.191,91	FORNECEDORES	28.191,91
PESSOAL A PAGAR	93.882,56	PESSOAL A PAGAR	93.833,41
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.627,08	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.413,88
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	747,45	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	747,45
INTERFERENCIAS ATIVAS	161.000,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	335,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	161.000,00		
REPASSE RECEBIDO	161.000,00		
Saldos anteriores	192.074,46	Saldos atuais	232.102,62
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	192.024,46	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	232.052,62
BANCO C/ MOVIMENTO	50,00	BANCO C/ MOVIMENTO	50,00
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	499.788,58	Total	499.788,58

JOACABA , 26/04/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRCSC 035487/O-5

RAFAEL LASKE
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	54.308,25	Despesa Orçamentária	185.269,15
RECEITA PATRIMONIAL	545,91	Despesas exceto Intra-orçamentárias	168.794,76
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	53.762,34	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	121.733,36
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.811,40
		INVESTIMENTOS	250,00
		Despesas Intra-orçamentárias	16.474,39
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.701,18
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	773,21
Receita Extra - Orçamentária	418.809,20	Despesa Extra - Orçamentária	267.861,57
CREDITOS EM CIRCULACAO	74,72	CREDITOS EM CIRCULACAO	74,72
CREDITOS A RECEBER	74,72	CREDITOS A RECEBER	74,72
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	74,72	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	74,72
DEPOSITOS	30.605,26	DEPOSITOS	29.343,26
CONSIGNACOES	30.605,26	CONSIGNACOES	29.343,26
PREVIDENCIA SOCIAL	4.106,78	PREVIDENCIA SOCIAL	4.102,96
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.294,38	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.176,22
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	10.948,22	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	10.658,95
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	7.606,62	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.746,87
OUTROS CONSIGNATARIOS	4.649,26	OUTROS CONSIGNATARIOS	2.658,26
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	187.760,92	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	190.143,59
OBRIGACOES A PAGAR	187.760,92	OBRIGACOES A PAGAR	190.143,59
FORNECEDORES	44.892,53	FORNECEDORES	44.892,53
PESSOAL A PAGAR	127.091,17	PESSOAL A PAGAR	127.563,15
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	10.343,37	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	10.399,91
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	270,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	270,00
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.485,85	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	3.340,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	3.678,00	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	3.678,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	200.000,00	INTERFERENCIAS PASSIVAS	48.300,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	200.000,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	48.300,00
REPASSE RECEBIDO	200.000,00	REPASSE CONCEDIDO	48.300,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	368,30		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	368,30		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	368,30		
Saldos anteriores	324.820,78	Saldos atuais	344.807,51
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	312.006,36	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	100,00	BANCO C/ MOVIMENTO	197.182,30
BANCOS C/ VINCULADAS	12.714,42	BANCOS C/ VINCULADAS	147.625,21
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	797.938,23	Total	797.938,23

JOACABA , 26/04/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 035487/O-5

MARIO WOLFART
 Ordenador de Despesas



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	6.433,58	Despesa Orçamentária	540,00
RECEITA PATRIMONIAL	270,08	Despesas exceto Intra-orçamentárias	540,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.163,50	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	540,00
Receita Extra - Orçamentária	540,00	Despesa Extra - Orçamentária	540,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	540,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	540,00
OBRIGAÇÕES A PAGAR	540,00	OBRIGAÇÕES A PAGAR	540,00
FORNECEDORES	540,00	FORNECEDORES	540,00
Saldos anteriores	117.950,56	Saldos atuais	123.844,14
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	117.950,56	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	123.844,14
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	124.924,14	Total	124.924,14

JOACABA, 26/04/2013

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETARIO GESTAO FINANCEIRA

SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 35487/O-5



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	26.473,88	Despesa Orçamentária	22.025,41
RECEITA TRIBUTARIA	25.408,27	Despesas exceto Intra-orçamentárias	22.025,41
RECEITA PATRIMONIAL	1.065,61	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.633,09
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	20.392,32
Receita Extra - Orçamentária	153.860,28	Despesa Extra - Orçamentária	150.208,05
DEPOSITOS	2.641,24	DEPOSITOS	2.641,24
CONSIGNACOES	2.641,24	CONSIGNACOES	2.641,24
PREVIDENCIA SOCIAL	2.121,65	PREVIDENCIA SOCIAL	2.121,65
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	519,59	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	519,59
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	84.796,11	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	147.566,81
OBRIGACOES A PAGAR	84.796,11	OBRIGACOES A PAGAR	147.566,81
FORNECEDORES	20.392,32	FORNECEDORES	20.392,32
PESSOAL A PAGAR	1.633,09	PESSOAL A PAGAR	1.633,09
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	62.770,70	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	125.541,40
INTERFERENCIAS ATIVAS	66.422,93		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	66.422,93		
REPASSE RECEBIDO	66.422,93		
Saldos anteriores	271.860,86	Saldos atuais	279.961,56
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	271.860,86	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	274.765,86
BANCO C/ MOVIMENTO	0,00	BANCO C/ MOVIMENTO	5.195,70
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	452.195,02	Total	452.195,02

JOACABA, 26/04/2013

 RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC.035.487/0.5

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 Secretária Gestão Financeira


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	4.894.466,22	Despesa Orçamentária	2.996.790,05
RECEITA TRIBUTARIA	1.216.649,77	Despesas exceto Intra-orçamentárias	2.669.061,31
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	113.681,21	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.349.734,45
RECEITA PATRIMONIAL	30.249,02	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	79.648,65
RECEITA DE SERVIÇOS	10.797,96	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.077.434,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.808.203,83	INVESTIMENTOS	140.614,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	134.727,17	AMORTIZACAO DA DIVIDA	21.629,45
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	9.012,82		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	565.133,84	Despesas Intra-orçamentárias	327.728,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAM	6.010,60	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	216.432,98
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	111.295,76
Receita Extra - Orçamentária	3.651.078,67	Despesa Extra - Orçamentária	4.933.164,64
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	323,78	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	323,78
CRÉDITOS A RECEBER	323,78	CRÉDITOS A RECEBER	323,78
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	323,78	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	323,78
DEPÓSITOS	366.251,38	DEPÓSITOS	316.388,92
CONSIGNAÇÕES	364.876,56	CONSIGNAÇÕES	316.388,92
PREVIDÊNCIA SOCIAL	55.412,89	PREVIDÊNCIA SOCIAL	42.600,20
PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.477,18	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.477,18
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	59.447,20	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	59.447,20
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	147.208,72	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA M	141.381,00
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	57.369,49	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	55.104,98
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	43.961,08	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	16.378,36
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	1.374,82	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	3.315.063,83
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.374,82	OBRIGAÇÕES A PAGAR	3.213.785,73
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	3.235.121,88	FORNECEDORES	1.183.333,83
OBRIGAÇÕES A PAGAR	3.133.843,78	PESSOAL A PAGAR	1.581.571,84
FORNECEDORES	1.183.333,83	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	48.793,85
PESSOAL A PAGAR	1.588.142,33	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	43.322,39
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	90.392,69	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	255.140,93
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	43.322,39	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	101.622,89
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	127.029,65	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	79.648,65
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	101.622,89	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	79.648,65
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	79.648,65	OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.629,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	79.648,65	OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	21.629,45
OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.629,45	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.301.388,11
OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	21.629,45	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.301.388,11
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	48.300,00	REPASSE CONCEDIDO	1.301.388,11
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	48.300,00		
REPASSE RECEBIDO	48.300,00		
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	1.081,63		
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.081,63		
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	1.081,63		
Saldos anteriores	7.320.544,86	Saldos atuais	7.936.135,06
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	6.883.951,04	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.447.346,40
BANCO C/ MOVIMENTO	11.286,67	BANCO C/ MOVIMENTO	3.189,97
BANCOS C/ VINCULADAS	24.846,95	BANCOS C/ VINCULADAS	114.795,55
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	400.460,20	POUPANÇA	370.803,14
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	15.866.089,75	Total	15.866.089,75

JOACABA , 26/04/2013

 CLAUDETE M T SILVA
 TEC ADMINISTRAÇÃO

 RAFAEL LASKE
 PREFEITO

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 35487/O-5

Balancete Financeiro por Categoria Econômica
Balancete Financeiro por Categoria Econômica Março 2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Março/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	561.106,84	Despesa Orçamentária	1.073.062,78
RECEITA TRIBUTARIA	75.613,14	Despesas exceto Intra-orçamentárias	1.004.964,46
RECEITA PATRIMONIAL	5.220,94	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	524.856,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	480.204,66	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	480.108,31
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	68,10		
		Despesas Intra-orçamentárias	68.098,32
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	66.880,50
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.217,82
Receita Extra - Orçamentária	1.985.686,17	Despesa Extra - Orçamentária	1.585.952,67
CREDITOS EM CIRCULACAO	840,60	CREDITOS EM CIRCULACAO	840,60
CREDITOS A RECEBER	840,60	CREDITOS A RECEBER	840,60
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	840,60	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	840,60
DEPOSITOS	131.459,06	DEPOSITOS	120.330,17
CONSIGNACOES	131.390,96	CONSIGNACOES	120.262,07
PREVIDENCIA SOCIAL	20.615,43	PREVIDENCIA SOCIAL	21.233,83
PENSAO ALIMENTICIA	1.378,67	PENSAO ALIMENTICIA	1.378,67
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	32.993,12	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	33.004,96
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MI	41.546,02	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA I	40.348,80
EMPRESTIMOS	18.335,14	EMPRESTIMOS	18.002,52
OUTROS CONSIGNATARIOS	16.522,58	OUTROS CONSIGNATARIOS	6.293,29
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	68,10	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	68,10
DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	68,10	DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	68,10
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.270.671,33	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.464.781,90
OBRIGACOES A PAGAR	1.270.671,33	OBRIGACOES A PAGAR	1.464.781,90
FORNECEDORES	481.269,07	FORNECEDORES	481.269,07
PESSOAL A PAGAR	549.335,97	PESSOAL A PAGAR	542.794,81
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	44.151,50	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	48.945,50
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	57,06	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	57,06
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	195.857,73	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	391.715,46
INTERFERENCIAS ATIVAS	582.715,18		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	582.715,18		
REPASSE RECEBIDO	582.715,18		
Saldos anteriores	2.989.739,09	Saldos atuais	2.877.516,65
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.556.059,21	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.469.284,82
BANCO C/ MOVIMENTO	329.285,74	BANCO C/ MOVIMENTO	317.308,09
BANCOS C/ VINCULADAS	104.394,14	BANCOS C/ VINCULADAS	90.923,74
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	5.536.532,10	Total	5.536.532,10

JOACABA , 29/04/2013

MARCOS WEISS
Ordenador da Despesa - Secretário Saúde

ADONES MARCIANO
Contador CRC SC 028953/O-4

Lages

PREFEITURA

PP 22-2013 SMS, PP 06-2013 SEMASA, PP 03-2013 FUNREBOM e PP 16-2013 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 22-2013 SMS

Objeto: Aquisição de forros e divisórias.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 21/05/2013 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 26.691,33

Modalidade: PP 06-2013 SEMASA

Objeto: Fornecimento de combustível Óleo Diesel S-10 e tanque de armazenamento.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 13/05/2013 às 10:30

Valor Estimado: R\$ 556.600,00

Modalidade: PP 03-2013 FUNREBOM

Objeto: Prestação de Serviços de Ampliação do Tanque e Adaptações de Caminhão.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 18/06/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 42.921,00

Modalidade: PP 16-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Cartuchos, Toners e Material de Informática.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 19/06/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 53.185,72

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de abril de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Rerratificação PP 04-2013 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/20123 - FMAS.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ARTESANATO PARA O PROGRAMA INCLUSÃO PRODUTIVA

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados a disponibilização do novo Anexo II do Pregão em comento,

devidamente alterado, a pedido da Secretaria requisitante, em substituição ao disponibilizado anteriormente, no site da Prefeitura: www.lages.sc.gov.br.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 26 de abril de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário da Administração

Rerratificação PP 23-2013 SMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2013 - SMS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTAR PACIENTES DO SUS ATÉ A CIDADE DE SANTA AMARO DA IMPERATRIZ, PARA CONSULTAS E CIRURGIAS DE CATARATAS, COM ENFERMEIROS E/OU ACOMPANHANTES, LOCAL DO EMBARQUE EM FRENTE À SECRETARIA DA SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento: EXCLUIR SUBITENS 21.18, 21.19, 21.20, DO EDITAL E EXCLUIR OS SUBITENS 7.18, 7.19, 7.20 DA MINUTA DE CONTRATO.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 26 de abril de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário da Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto Nº 024/2013

DECRETO Nº 024/2013

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRÂNSITO"

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER-SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal de Trânsito os membros representantes das entidades:

REPRESENTANTES DO Gabinete do Prefeito

TITULAR: ODIRLEI DE OLIVEIRA

SUPLENTE: MURILO BEZ

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES

TITULAR: HENRIQUE SILVESTRE

SUPLENTE: ELOISA GONÇALVES

REPRESENTANTES DO DESTACAMENTO DA POLÍCIA MILITAR

TITULAR: 1º SARGENTO RUITER GILMAR DOS SANTOS

SUPLENTE: SD PM WAGNER DE OLIVEIRA ANDRÉ

REPRESENTANTES DA DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL

TITULAR: JAIRO JOSE DOS REIS

SUPLENTE: MÁRIO LUCIO FERNANDES

REPRESENTANTES DO ROTARY CLUB INTERNATIONAL

TITULAR: IVALDO GREGÓRIO INÁCIO

SUPLENTE: MAURICIO DONEDA JUNG

REPRESENTANTES DA CDL - CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE LAURO MÜLLER

TITULAR: AGENOR BRIGHENTI

SUPLENTE: VALENTIM DELLA GIUSTINA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos até 25 de Abril de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MULLER, 23 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Decreto N° 025/2013

D E C R E T O N° 025/2013

SUBSTITUIR MEMBROS DO CONSELHO DA CIDADE DE LAURO MÜLLER

E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 297 da Lei Municipal nº 1.549/2008 de 30 de dezembro de 2008 e Art. 8, § 2º, item I e II do Decreto nº 061 de 03 de dezembro de 2009, com suas respectivas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam substituídos os Membros Titulares: Antonio Mazon e Waldir Fontanella Fabro, membros dos Representantes Territoriais da Área 3, pelos Senhores Mario Fabro (CPF: 15.913.859-20) e Antonio Silvestre (CPF: 523.031.449-49), ficando assim constituídas:

I - REPRESENTANTES TERRITORIAIS DA ÁREA 3

TITULARES - MARIO FABRO

ANTONIO SILVESTRE

Art. 2º - Ficam substituídos os Membros Titulares dos Representantes do Poder Executivo: Gysleny Gylceya Garcia, Morgana Fernandes, Adriano Araujo, Ema Hoffmann Benedet, Joyce Maria Vicente Fernandes, Antonio da Luz, pelos Sr.(a)s : Murilo Luciano Bez (CPF: 053.349.329-33), Fabio Leal (CPF: 033.182.109-51), Eduardo Bett (CPF: 860.477.019-49), Alan Jung Crocetta (CPF: 063.454.109-93), Odirlei de Oliveira (CPF: 031.177.369-99), Sheila Cristina Araujo Vieira (CPF: 024.661.799-38), e ficam substituídos os Membros Suplentes dos Representantes do Poder Executivo: Ronan Lolli, Valmir Rosa, Valmor Maccari, Danessa Madalena Batista pelos Sr.(a)s: Alexandre Righetto (CPF: 596.411.269-20), Amália Dal-bó Maccari Nascimento (CPF: 067.737.449-62), Enrica Aparecida Silva e Silva (CPF: 552.268.509-30), ficando assim constituídas:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

TITULARES: MURILO BEZ

GUSTAVO ALVES CAMACHO

FABIO LEAL

JOSIANE GIRARDI

EDUARDO BETT

MARCOS NESI

ODIRLEI DE OLIVEIRA

ALAN JUNG CROCETTA

SHEILA CRISTINA ARAUJO VIEIRA

SUMAIA DA LUZ

SUPLENTE: KARINE LOTTI CARDOSO

ALEXANDRE RIGHETTO

AMÁLIA DAL-BÓ MACCARI NASCIMENTO

JULIANA MARIOT

EDUARDO RIGHETTO

ADRIANO ARAUJO

ITATIANE FABIANE BRANCO

ROSEMERY CANDIDO

SAMUEL MADEIRA

ENRICA APARECIDA SILVA E SILVA

Art. 3º - Fica substituída a Sra. Maria Beltrame Alves, membro Suplente dos Representantes da EPAGRI e da CIDASC, pela Sra. Simone de Aguiar (CPF: 637.356.609-91), ficando assim constituídas:

I - REPRESENTES DA EPAGRI E DA CIDASC

TITULAR - PAULO CÉSAR FREIBERGER

SUPLENTE - SIMONE DE AGUIAR

Art. 4º - Fica substituído o Membro Titular: Eraldo Sebastião Speck, membros dos Representante do Setor de Cooperativa de Transporte, pelo Senhor Eduardo Fontanella (CPF: 826.961.529-34), ficando assim constituídas:

I - REPRESENTANTE DO SETOR DE COOPERATIVA DE TRANSPORTE

TITULAR - EDUARDO FONTANELLA

SUPLENTE - ANTONIO SABINO RIZZATTI

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

2ª Errata - Pregão Presencial N° 18/2013 - Pmlm

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2013

Errata nº 02

A Prefeitura Municipal de Lauro Müller, com sede Rua Walter Vetterlli, 239 - Centro em Lauro Müller/SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados que houveram alterações no edital do pregão presencial n.º 18/2013.

O edital retificado encontra-se no site www.lauromuller.sc.gov.br.

A data de abertura do Pregão Presencial fica prorrogada para o dia 14 de maio de 2013 às 09:00 horas.

Lauro Müller, 29 de abril de 2013.



Lebon Regis

PREFEITURA

Edital de Credenciamento N° 01/2013

Edital de Credenciamento N° 01/2013
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2013
Processo de Inexigibilidade de Licitação n. 01/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Lebon Régis/SC, representado por sua Gestora torna público que está aberto o CREDENCIAMENTO de interessados para realização de cursos de manicure, conserva de alimentos em geral e tricô em máquina, para atendimentos dos participantes do CRAS do Município. Demais informações conforme edital. O credenciamento poderá ser realizado no decorrer do ano de 2013, a qualquer momento e desde que atendidas às exigências do Edital. Obtenção do edital: pelo site da prefeitura www.lebonregis.sc.gov.br ou diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura em horário de expediente. Maiores informações pelo fone/fax: (49) 3247-0188.

Julgamento Pregão Presencial

Julgamento Pregão Presencial
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC
PROCESSO LICITATÓRIO 26/2013
PREGÃO PRESENCIAL 12/2013
AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

A Prefeitura Municipal de Lebon Régis comunica que a licitação em epigrafe restou deserta.

Lebon Régis, 29 de Fevereiro de 2013.
THACYANA CANALLE
Pregoeira.

Retificação de Extrato de Contrato

Retificação de Extrato de Contrato
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS-SC
PROCESSO LICITATÓRIO 18/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 06/2013

Comunicamos errata na publicação de extrato do contrato nº33/2013. Onde se lê: "Valor: 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais)", leia-se: "Valor: 20.250,00 (vinte mil duzentos e cinquenta reais)". Onde se lê: "Objeto: O contrato presente tem por objeto a prestação de serviços de 200(duzentas) horas máquina de Escavadeira Hidráulica.", leia-se: "Objeto: O contrato presente tem por objeto a prestação de serviços de 250 (duzentas e cinquenta) horas máquina de Escavadeira Hidráulica." As demais condições permanecem inalteradas.

Lebon Régis, 29 de abril de 2013.
THACYANA CANALLE
Pregoeira.

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 028/2013

DECRETO N° 028, DE 26 DE ABRIL DE 2013.
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso II da Lei nº 933 de 06 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	8.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	8.000,00
Função	20	Agricultura	8.000,00
Sub-função	606	Extensão Rural	8.000,00
Programa	11	Revitalização da Agricultura Familiar	8.000,00
Projeto	1.035	Construção de Unidade Agroindustrial	8.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	8.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	8.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	8.000,00
Fonte de Recursos	0.3.0000	Recursos Ordinários - Superavit	8.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			8.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior na seguinte fonte de recurso:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Fonte de Recursos	0.3.0000	Recursos Ordinários - Superavit	8.000,00
TOTAL DE RECURSOS DO SUPERAVIT UTILIZADOS			8.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 26 de abril de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Decreto N.º 029/2013

DECRETO N° 029, DE 29 DE ABRIL DE 2013.
"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições

legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso I da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	Secretaria da Educação Cultura e Desporto	18.000,00
Unidade Orçamentária	01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto	18.000,00
Função	12	Educação	18.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	18.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	18.000,00
Projeto/Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	18.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	18.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	18.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	18.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	18.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			18.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	Secretaria da Educação Cultura e Desporto	18.000,00
Unidade Orçamentária	01	Secretaria da Educação Cultura e Desporto	18.000,00
Função	12	Educação	18.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	18.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	18.000,00
Projeto/Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto	18.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas Correntes	18.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	18.000,00
Modalidade de Aplicação	90	Aplicações Diretas	18.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	18.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			18.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 29 de Abril de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Contrato N° 021/2013 - PMLL

CONTRATO N° 021/2013

Contratação de empresa para execução da ampliação e reforma do Auditório da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 016/2013.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa JESSICA DEUCHER ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Avenida Jorge Lacerda, Cidade de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 17.541.351/0001-02, neste ato representada pela Senhora Jessica Deucher, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições do Edital de Pregão Presencial nº 016/2013 - Processo de Licitação nº 022/2013, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - Objetiva-se a contratação de empresa para execução da ampliação e reforma do Auditório da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 016/2013.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º- Serviços, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até 25/07/2013, no Auditório da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 16.169,00 (dezesseis mil cento e sessenta e nove reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, em até 30 (trinta) dias após execução dos serviços, através de depósito em conta bancária do fornecedor, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 10 (dez) dias após a data de sua reapresentação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas;

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade

com o descrito no capítulo XIII, item I do Edital de Pregão Presencial nº 016/2013 - Processo de Licitação nº 022/2013.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizada a prestar os serviços aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como: INSS, Caixa Econômica Federal no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal, Fazenda Estadual e Fazenda Federal, Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviços, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 23 de abril de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal
Contratante

JESSICA DEUCHER ME
Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

Ata de Registro de Preços N° 005/2013 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2013 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2013, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DA PARTE ELÉTRICA DA FROTA DE VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I.

Aos 13 (treze) dias do mês de março do ano de 2013, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/11, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, que acompanha este edital.

LARISSA CRISTINA MELLO ME - AUTO ELÉTRICA KÜSTER

CNPJ: 08.952.957/0001-40

AVENIDA ADOLFO SCHEIDT, Nº 50, CENTRO, CEP: 88445-000
LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, a contar da data de assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada lote constantes no Anexo I, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os lotes cotados são as seguintes:

LOTE I- PEÇAS PARTE ELÉTRICA MICROÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE PLACA MEU-2062

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 11.588,00	LARISSA CRISTINA MELLO ME

LOTE II- PEÇAS PARTE ELÉTRICA FIAT DOBLO HLX 1.8 FLEX PLACA MHA-2757

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 15.543,00	LARISSA CRISTINA MELLO ME

LOTE III- PEÇAS PARTE ELÉTRICA AMBULANCIA UTI MÓVEL PLACA MHN-1749

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 16.437,00	LARISSA CRISTINA MELLO ME

LOTE IV- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA DOBLÔ 1.3 ANO 2005 PLACA MDE-6406

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 19.258,00	LARISSA CRISTINA MELLO ME



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

LOTE V- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA UNO MILLE FLEX PLACA MDE-6336

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 13.054,00	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE VI- PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA AMBULÂNCIA FIAT DOBLO PLACA MCX-0966

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 14.089,00	LARISSE CRISTINA MELLO ME

LOTE VII - PEÇAS PARTE ELÉTRICA PARA FIAT UNO MILLE ECONOMY PLACA MHA-2797

TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
R\$ 11.689,00	LARISSE CRISTINA MELLO ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s) e a prestação dos serviços, cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e prestação dos serviços, mediante a apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido

repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o

cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais

licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006 2.015.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0002.000000 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Recurso Ordinário

05.01.10.304.0006 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0066.33 000000 – Vigilância em Saúde – Recursos da Vigilância em Saúde

05.01.10.301.0006 2.016.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0064.71 000000 – Atenção Básica – Recurso da Atenção Básica

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 14 de março de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

LARISSE CRISTINA MELLO ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES
CPF: 715.711.679-00

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços N° 007/2013 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 007/2013 - FMS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2013-FMS, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDER OS PACIENTES DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, QUE ACOMPANHA ESTE EDITAL.

Aos 19 (dezenove) dias do mês de abril do ano de 2013, às 09h00min, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria n° 054/11, de 28 de fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços para a realização de exames laboratoriais, para atender os pacientes do Município de Leoberto Leal, conforme as especificações e quantidades de cada item constantes no Anexo I, que acompanha este edital.

LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS UNIÃO LTDA - ME
CNPJ: 02.176.518/0001-06
RUA: ANITÁPOLIS, N° 134, CENTRO, ALFREDO WAGNER/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços para a realização de exames laboratoriais, para atender os pacientes do Município de Leoberto Leal, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item constantes no Anexo I, que acompanha este edital, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Und.	Qt.	Descrição	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	UNID.	100	ACIDO ÚRICO	1,85	185,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
02	UNID.	05	ACIDO FÓLICO	15,65	78,25	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me

03	UNID.	05	ACIDO VALPROICO	15,65	78,25	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
04	UNID.	30	ALBUMINA	1,85	55,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
05	UNID.	10	ALFA FETO PROTEINA	15,06	150,60	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
06	UNID.	10	AMILASE	2,25	22,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
07	UNID.	50	BILIRUBINAS TOTAL E FRAÇÕES	2,01	100,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
08	UNID.	15	CALCIO	1,85	27,75	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
09	UNID.	200	COLESTEROL - HDL	3,51	702,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
10	UNID.	30	CK	3,68	110,40	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
11	UNID.	15	CK - MB	4,12	61,80	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
12	UNID.	100	CREATINA	2,83	283,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
13	UNID.	30	FERRO	3,51	105,30	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me

14	UNID.	30	FERRITINA	15,59	467,70	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
15	UNID.	20	FOSFATASE ALCALINA	2,01	40,20	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
16	UNID.	50	GAMA GT	3,51	175,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
17	UNID.	200	GLICOSE	1,85	370,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
18	UNID.	50	HEMOGLOBINA GLICOSILADA	7,86	393,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
19	UNID.	10	MAGNÉSIO	2,25	22,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
20	UNID.	40	POTASSIO	1,85	74,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
21	UNID.	30	SODIO	1,85	55,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
22	UNID.	50	TGO	2,01	100,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
23	UNID.	50	TGP	2,01	100,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
24	UNID.	20	TRANSFERRINA	4,12	82,40	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me

25	UNID.	300	TRIGLÍCIDOS	3,51	1.053,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
26	UNID.	30	ÚREIA	1,85	55,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
27	UNID.	10	VITAMINA B12	15,24	152,40	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
28	UNID.	50	TTPA	5,77	288,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
29	UNID.	50	TAP	2,73	136,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
30	UNID.	20	VHS	2,73	54,60	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
31	UNID.	300	HEMOGRAMA	4,11	1.233,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
32	UNID.	30	FATOR REUMATÓIDE	2,83	84,90	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
33	UNID.	20	PCR	2,83	56,60	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
34	UNID.	30	PSA LIVRE	16,42	492,60	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
35	UNID.	05	ASLO	2,83	14,15	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me

36	UNID.	15	VDRL	2,83	42,45	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
37	UNID.	20	PARASITOLÓGICO DE FEZES MIF	1,65	33,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
38	UNID.	30	PARASITOLÓGICO DE FEZES	1,65	49,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
39	UNID.	200	PARCIAL DE URINA	3,70	740,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
40	UNID.	200	UROCULTURA	30,00	6.000,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
41	UNID.	200	TSA	10,00	2.000,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
42	UNID.	10	MICROALBUMINURIA	8,12	81,20	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
43	UNID.	10	ESTRADIOL	8,83	88,30	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
44	UNID.	10	PROGESTERONA	8,89	88,90	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
45	UNID.	50	TSH	7,74	387,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
46	UNID.	50	T4 LIVRE	10,09	504,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me

47	UNID.	50	GRUPO SANGUI-NEO	3,69	184,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
48	UNID.	50	FATOR RH	15,00	750,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
49	UNID.	30	ANTI HCV	18,55	556,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
50	UNID.	20	COPRO-CULTURA	5,62	112,40	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
51	UNID.	10	CA 15-3	40,00	400,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
52	UNID.	10	CA 125	40,00	400,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
53	UNID.	10	CA 19-9	40,00	400,00	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
54	UNID.	10	CEA	13,35	133,50	Laboratório de Análise Clínicas União Ltda. Me
TOTAL					20.416,15	

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

A prestação dos serviços, cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após prestação dos serviços e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se

comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.015 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação desta Ata de Registro de Preços ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de abril de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
Pregoeira Municipal

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
Membro	Membro

LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS UNIÃO LTDA - ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- MARCIO LOPES
CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Ata de Registro de Preços Nº 014/2013 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2013 – PMLL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013 - PMLL, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE LIMPEZA E CONSUMO PARA SEREM UTILIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2013.

Aos 11 (onze) dias do mês de abril do ano de 2013 às 14h00min, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 054/2011, de 28 de Fevereiro de 2011, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação para REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo para serem utilizados pela Administração Municipal de Leoberto Leal, conforme especificações do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 014/2013.

CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
CNPJ: 04.195.853/0001-87
AVENIDA BEIRA RIO, 730, CENTRO, ALFREDO WAGNER/SC

JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME
CNPJ: 13.965.228/0001-68
AVENIDA 24 DE OUTUBRO, SN, CENTRO, BOM RETIRO/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de limpeza e consumo para serem utilizados pela Administração Municipal de Leoberto Leal, conforme especificações do Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 014/2013, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a

fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

Item	Qtd.	Und.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total Máximo R\$	Marca	Empresa Vencedora
01	80	PCT	Açúcar refinado – pacote c/ 5kg.	10,45	836,00	CARAVELAS	CÉLIA REGINA W. SANI ME
03	100	UND	Água Mineral sem gás – 500 ml.	1,08	108,00	VILANOVA	CÉLIA REGINA W. SANI ME
04	60	FR	Água sanitária frasco 5000ml.	8,45	507,00	PRATIK	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
05	50	UND	Álcool para limpeza no mínimo 92% - 1 litro.	3,98	199,00	ARAUCÁRIA	CÉLIA REGINA W. SANI ME
06	30	UND	Balde 10 litros.	5,48	164,40	ARQ PLAST	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
07	40	UND	Café solúvel 200g.	9,00	360,00	NESCAFÉ	CÉLIA REGINA W. SANI ME
09	50	UND	Cera líquida – Auto Brilho, 750ml, amarela.	7,60	380,00	GIRANDO SOL	CÉLIA REGINA W. SANI ME
10	250	PCT	Copo plástico branco, 180ml descartável, resistente, com gramatura que ofereça segurança na utilização. Pacote com 100 unidades.	3,48	870,00	COPOZAN	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
11	250	PCT	Copo plástico branco, 50 ml (tipo cafezinho), descartável. Pacote com 100 unidades.	2,45	612,50	MASTER COPO	CÉLIA REGINA W. SANI ME

12	50	UND	Desinfetante para banheiro. frasco 5000ml.	8,90	445,00	SEQUINEL	CÉLIA REGINA W. SANI ME
13	40	UND	Desinfetante sanitário em pedra, com prendedor para o vaso. Embalagem com 35 g.	1,92	76,80	SANYBRIL	CÉLIA REGINA W. SANI ME
14	20	FR	Desodorizador de ar, aerosol, frasco com 400 ml.	8,55	171,00	GLADE	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
15	20	FR	Detergente líquido neutro para lavagem de louças, resistente, segura, contendo identificação do produto, lote validade. Embalado em frasco de 5000ml.	8,99	179,80	SEQUINEL	CÉLIA REGINA W. SANI ME
16	10	UND	Escova sanitária com suporte.	8,35	83,50	HARACEM	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
17	30	PCT	Esponja de lã de aço, pacote com 60 g, contendo 08 unidades.	2,95	88,50	INOVE	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
18	60	UND	Esponja para limpeza, dupla face, resistente e segura.	0,78	46,80	BETANIN	CÉLIA REGINA W. SANI ME
19	60	CX	Filtro de papel para café, nº 103. Caixa com 40 unidades.	2,85	171,00	3 CORAÇÕES	CÉLIA REGINA W. SANI ME
20	100	UND	Flanela 28x40 - limpeza pesada – cor laranja para polimento.	1,97	197,00	MARTINS	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
21	30	PCT	Guardanapo - 30x33cm.	1,50	45,00	DALMA-TA	CÉLIA REGINA W. SANI ME

22	30	FR	Hipoclorito de sódio e água. Teor de cloro ativo +/- 10% (P/P) pH = básico. Embalado em frasco escuro, constando externamente os dados de identificação, procedência, nº. do lote, data de fabricação e validade. Frasco de 1000ml.	2,97	89,10	PRATIK	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
23	10	UND	Isqueiro à gás.	3,00	30,00	BIC	CÉLIA REGINA W. SANI ME
25	25	FR	Limpa vidros. frasco flexível, tipo spray. Frasco de 500ml.	6,10	152,50	ZAVASKI	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
26	25	FR	Lustra Móveis, cremoso – 200ml.	3,15	78,75	PRATIK	CÉLIA REGINA W. SANI ME
27	40	PAR	Luva borracha tamanho M p/ limpeza antiderrapante, hipoalergênica, com revestimento interno que proporcione conforto. Resistente e segura.	3,50	140,00	NOBRE	CÉLIA REGINA W. SANI ME
28	30	PAR	Luva borracha tamanho P para limpeza antiderrapante, hipoalergênica, com revestimento interno que proporcione conforto. Resistente e segura.	3,50	105	NOBRE	CÉLIA REGINA W. SANI ME
29	10	UND	Pá para lixo, em plástico.	2,80	28,00	HARACEM	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME

30	220	PCT	Pacote de 500g de pó para café torrado e moído, embalado a vácuo, torrefação entre 0 e 5.	8,55	1.881,00	CABO-CLO	CÉLIA REGINA W. SANI ME
31	40	UND	Pano de prato 100% algodão - 0,50x0,70.	3,20	128,00	MARTINS	CÉLIA REGINA W. SANI ME
32	230	PCT	Papel higiênico, folha simples de alta qualidade. Branco. 100% pura celulose. Picotado e gofrado. Macio, absorvente, rolo de 60 metros. Pacote com 4 rolos.	3,95	908,50	SEDUÇÃO	CÉLIA REGINA W. SANI ME
33	100	PCT	Papel toalha medindo 23cmx23cm, multifoliadas, absorventes, na cor branca. Pacote com 1000 folhas.	12,40	1.240,00	TUBARÃO	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
34	30	UND	Pasta cristal - Unidade (500g).	3,33	99,90	CRISTAL	CÉLIA REGINA W. SANI ME
35	20	UND	Pilha alcalina tamanho pequeno AA, utilização segura. Não recarregável.	4,15	83,00	ALFA-CELL	CÉLIA REGINA W. SANI ME
36	10	UND	Rodo plástico com borracha dupla 40 cm com cabo, para limpeza do chão.	9,80	98,00	HARACEM	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
37	20	PCT	Sabão comum barra 200g, utilização segura e efetiva. Embalagem com 5 barras.	4,95	99,00	GIRANDO SOL	CÉLIA REGINA W. SANI ME
38	40	PCT	Sabão em pó, para lavagem de roupas - pacote de 1kg.	4,90	196,00	GIRANDO SOL	CÉLIA REGINA W. SANI ME
39	20	UND	Sabonete – 90g.	1,60	32,00	IARA	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME

40	150	PCT	Saco para armazenar lixo comum, de cor escura, resistente. Capacidade 15 litros – pacote com 10 unidades.	2,81	421,50	PEGA LIXO	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
41	200	PCT	Saco para armazenar lixo comum, de cor escura, resistente. Capacidade 30 litros – pacote com 10 unidades.	2,80	560,00	PEGA LIXO	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
42	150	PCT	Saco para armazenar lixo comum, de cor escura, resistente. Capacidade 50 litros – pacote com 10 unidades.	2,50	375,00	PEGA LIXO	CÉLIA REGINA W. SANI ME
43	70	PCT	Saco para armazenar lixo comum, de cor escura, resistente. Capacidade 100 litros – pacote com 05 unidades.	2,50	175,00	PEGA LIXO	CÉLIA REGINA W. SANI ME
44	50	UND	Toalha de banho cor escura para chão.	4,50	225,00	MARTINS	CÉLIA REGINA W. SANI ME
45	25	UND	Vassoura de nylon, com cerdas macias, resistentes e com cabo.	9,80	245,00	HARACEM	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
46	20	UND	Vassoura de palha, com cabo.	15,00	300,00	HARACEM	JLM COM. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA ME
47	10	UND	Vassoura de pêlo, macia, para lavagem de veículos.	20,31	203,10	DANESSA	CÉLIA REGINA W. SANI ME
48	30	UND	Cera em pasta, com cheiro agradável e de fácil aplicação, contendo 400gr (cor amarela).	6,35	190,50	ZAVASKI	CÉLIA REGINA W. SANI ME

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras

correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- Número da Ata;
- Quantidade do Produto;
- Descrição do Produto;
- Local de Entrega;
- Condições de Pagamento;
- Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s)

produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá (ao) ser recolhida (s) na tesouraria desta municipalidade:

de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência.

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato.

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente.

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal.

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 7:30hs às 11:30hs e das 13:30h às 17:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração.

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 7.2.

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98.

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES



As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

02.01.04.122.0002 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Func. Manutenção do Gabinete do Prefeito

03.01.04.122.0003 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Func. Manutenção da SACF

04.01.12.361.0004 2.004.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD– EF

04.01.12.365.0004 2.005.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0001 - Funcionamento e Manutenção da SECD– EI

04.01.27.812.0005 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Comissão Municipal de Esportes CME

05.02.08.243.0008 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção do FMIA

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0052.000005 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0007 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0052.000009 - Funcionamento e Manutenção do F.M.A.S

05.03.08.244.0008 2.038.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0052.000007 - Funcionamento e Manutenção do CRAS

06.01.26.782.0009 2.028.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção da STOSU

07.01.20.606.0011 2.030.3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000 – Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 12 de abril de 2013.
JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

LIZANDRO KREUSCH	MAYARA CARLA GUCHERT
MEMBRO	MEMBRO

CÉLIA REGINA W. SANI ME	JLM COM. DE PROD. ALIMENT. LTDA
EMPRESA VENCEDORA	ME
	EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1 - SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2 - MARCIO LOPES
CPF: 715.711.679-00

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Extrato Ratificação de Dispensa

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2013

O Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas licitações e Contratos, que dispensou a licitação, nos termos do artigo 24, inc. "IV", da Lei nº 8.666/93, para contratação emergencial de serviços médicos hospitalares na Estratégia Saúde da Família - ESF, durante os dias 29/04, 06/05 e 08/05 de 2013, tendo em vista ao pedido de exoneração da servidora ocupante do cargo Dra Leticia de Castro.

Contratado: Cardiológica Clínica Médica S/C Ltda

Valor : R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Lindóia do Sul, SC, 29 de abril de 2013.

RONALDO PISCINI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Luzerna

PREFEITURA

Aviso Inexigibilidade PML.027.13 - Dermatoglia

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

Aviso de Inexigibilidade de Licitação

Processo Licitatório 027/2013

Inexigibilidade 003.2013

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à "Contratação da empresa R.A.D. TECNOLOGIA EM DERMATOGLIFIA LTDA, para prestação de serviços em avaliação cineantropométrica dos alunos da rede municipal de ensino de Luzerna."

Valor contratado: R\$ 36.750,00

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, inciso II.

Luzerna (SC), 5 de abril de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato Anulação PML.020.2013 - Pétro

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ANULAÇÃO

Processo de Licitação nº 020.2013

Inexigibilidade nº 001.2013

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL PETREO DESTINADO À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO.

MOTIVO: Considerando a orientação da Assessoria Jurídica do município, que recomendou a anulação do referido Processo Licitatório devido à ilegalidade na escolha da modalidade da licitação, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo aos pressupostos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores resolve:

1. ANULAR, o presente Processo Licitatório 020/2013, com fulcro no art. 49, da Lei 8.666/93.

Luzerna, 26 de abril de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMAS 06.13

EXTRATO DE CONTRATO
FMAS 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fmas.6.13

MODALIDADE: Pregão nº 0017/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

CONTRATADA: GRÁFICA AMÉRICA LTDA ME

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios e aviamentos, destinados ao Projeto Grupo de Mulheres do Programa Bolsa Família e ao Programa Acessuas Trabalho, constantes do Edital e de sua proposta comercial

VALOR: R\$ 403,70 (quatrocentos e três reais e setenta centavos)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

DOTAÇÃO:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.084.3390.00	52	14/2013	MANUTENÇÃO DO CRAS
2.026.3390.00	63	9/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
2.084.3390.00	0	13/2013	MANUTENÇÃO DO CRAS
2.026.3390.00	0	7/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
2.026.3390.00	52	8/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Luzerna(SC), 25 de abril de 2013.

WALMOR S. D. NETO STROHER

GESTOR DO FMAS

CONTRATANTE

TEREZINHA ROSSATO GRASSI

GRÁFICA AMÉRICA LTDA ME

FORNECEDOR1

Extrato de Contrato FMAS 07.13

EXTRATO DE CONTRATO
FMAS 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fmas.7.13

MODALIDADE: Pregão nº 0017/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

CONTRATADA: LUISA SALETE ZAGO CORSO ME

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios e aviamentos, destinados ao Projeto Grupo de Mulheres do Programa Bolsa Família e ao Programa Acessuas Trabalho, constantes do Edital e de sua proposta comercial

VALOR: R\$33.931,00 (trinta e três mil e novecentos e trinta e um reais)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

DOTAÇÃO:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.084.3390.00	52	14/2013	MANUTENÇÃO DO CRAS
2.026.3390.00	63	9/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
2.084.3390.00	0	13/2013	MANUTENÇÃO DO CRAS
2.026.3390.00	0	7/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
2.026.3390.00	52	8/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Luzerna(SC), 25 de abril de 2013.

WALMOR S. D. NETO STROHER

GESTOR DO FMAS

CONTRATANTE

LAÉRCIO CORSO

LUISA SALETE ZAGO CORSO ME

FORNECEDOR 2

Extrato de Contrato FMAS 08.13

EXTRATO DE CONTRATO
FMAS 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fmas.8.13

MODALIDADE: Pregão nº 0017/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

CONTRATADA: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios e aviamentos, destinados ao Projeto Grupo de Mulheres do Programa Bolsa Família e ao Programa Acessuas Trabalho, constantes do Edital e de sua proposta comercial

VALOR: R\$ 4.703,80 (quatro mil setecentos e três reais e oitenta centavos);

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

DOTAÇÃO:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.084.3390.00	52	14/2013	MANUTENÇÃO DO CRAS
2.026.3390.00	63	9/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
2.084.3390.00	0	13/2013	MANUTENÇÃO DO CRAS
2.026.3390.00	0	7/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
2.026.3390.00	52	8/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Luzerna(SC), 25 de abril de 2013.

WALMOR S. D. NETO STROHER

GESTOR DO FMAS

CONTRATANTE

DAIANE ROSA

OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

FORNECEDOR 3

Extrato de Contrato FMAS 09.13

EXTRATO DE CONTRATO

FMAS 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fmas.9.13

MODALIDADE: Pregão nº 0017/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

CONTRATADA: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios e aviamentos, destinados ao Projeto Grupo de Mulheres do Programa Bolsa Família e ao Programa Acessuas Trabalho, constantes do Edital e de sua proposta comercial

VALOR: R\$ 2.078,50 (dois mil e setenta e oito reais e cinquenta centavos);

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

DOTAÇÃO:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.084.3390.00	52	14/2013	MANUTENÇÃO DO CRAS
2.026.3390.00	63	9/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
2.084.3390.00	0	13/2013	MANUTENÇÃO DO CRAS
2.026.3390.00	0	7/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
2.026.3390.00	52	8/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Luzerna(SC), 25 de abril de 2013.

WALMOR S. D. NETO STROHER

GESTOR DO FMAS

CONTRATANTE

ROBERTO ANTONIO TESSARO

ROBERTO TESSARO E CIA LTDA ME

FORNECEDOR 4

Extrato de Contrato FMAS 10.13

EXTRATO DE CONTRATO

FMAS 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: fmas.10.13

MODALIDADE: Pregão nº 0017/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS

CONTRATADA: SUPER DELAZERI LTDA

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios e aviamentos, destinados ao Projeto Grupo de Mulheres do Programa Bolsa Família e ao Programa Acessuas Trabalho, constantes do Edital e de sua proposta comercial

VALOR: R\$ R\$ 10.936,15 (dez mil novecentos e trinta e seis reais e quinze centavos)

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

DOTAÇÃO:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.084.3390.00	52	14/2013	MANUTENÇÃO DO CRAS
2.026.3390.00	63	9/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
2.084.3390.00	0	13/2013	MANUTENÇÃO DO CRAS
2.026.3390.00	0	7/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
2.026.3390.00	52	8/2013	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Luzerna(SC), 25 de abril de 2013.

WALMOR S. D. NETO STROHER

GESTOR DO FMAS

CONTRATANTE

ÊNIO DELAZERI

SUPER DELAZERI

FORNECEDOR 5

Macieira

PREFEITURA

Publicação Resumida

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0022/2013.

Pregão Presencial nº 0015/2013.

Contrato Administrativo nº 0036/2013.

Contratada: MEPITA MECÂNICA PESADA LTDA.

Objeto: Contratação de empresa com profissional qualificado (mecânico) para fornecimento de peças e mão de obra, destinados ao conserto de máquinas e veículos diversos pertencentes à Frota Municipal, conforme especificações do Anexo I do edital.

Pagamento: Até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, conforme a prestação dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Vigência do Contrato: 31/12/2013, podendo ser prorrogado havendo interesse das partes.

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Valor estimado do contrato: R\$ 61.642,00 (sessenta e um mil seiscentos e quarenta e dois reais), sendo que serão pagos somente pelos serviços e peças recebidos e aceitos.

Macieira - SC, 26 de abril de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Maracajá

PREFEITURA

Lei 926/2013

LEI Nº 926 DE 24 DE ABRIL DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA REPASSE AO CLUBE DE MÃES CANTINHO DA AMIZADE.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Maracajá autorizado a celebrar convênio de cooperação financeira com o Clube de Mães cantinho da Amizade, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 95.783.320/0001-71, com sede a Avenida Nossa Senhora da Conceição, número 589, Centro de Maracajá(SC).

Art. 2º O valor a subvencionar será de R\$ 16.000,00 (dezesesse mil reais) a ser realizado em 08 (oito) parcelas, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, a serem pagas até 31/12/2013.

Art. 3º O repasse será feito mensalmente até o dia 30 de cada mês.

Art. 4º O Clube de Mães Cantinho da Amizade, prestará contas dos repasses nos termos da legislação vigente, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao repasse realizado.

Art. 5º Termo de Convênio será regido e firmado entre o Município de Maracajá e o Clube de Mães Cantinho da Amizade, onde será definido as normas a serem seguidas por ambas as partes envolvidas nesta Lei.

Art. 6º As despesas correrão por conta das dotações Orçamentárias do ano de 2013 para o fundo de assistência social.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, 24 de Abril de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração Municipal em 24 de Abril de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Lei 927/2013

LEI Nº 927 DE 24 DE ABRIL DE 2013.

ALTERA NÚMERO DE VAGAS, O ARTIGO 1º E O TEXTO DO TÍTULO DA LEI Nº 814 DE 08 DE SETEMBRO DE 2010.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterado o texto do título da Lei Nº 814 de 08 de Setembro de 2010, que passa a ter a seguinte redação:

“DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA ATENDER AOS PROGRAMAS ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ESF/PACS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 2º Fica alterado o texto do Art. 1º da Lei Nº 814 de 08 de Setembro de 2010, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Para atender aos Programas Estratégia Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde - ESF/PACS, de titularidade da União Federal, poderá admitir servidores em caráter temporário, conforme especifica os anexos I, II e III à esta Lei.”

Art. 3º Ficam acrescidas aos Cargos já existentes no Anexo I da Lei nº 814 de 08 de Setembro de 2010, as quantidades relacionadas abaixo:

CARGO	NÚMERO DE VAGAS ACRESCIDAS
Agente Comunitário de Saúde	06
Técnico em Enfermagem	01
Médico	01
Enfermeiro	01

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei, correrá por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder executivo e em conformidade com o Plano de Cargos, Carreira e remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 24 de Abril de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 24 de Abril de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 21/2013

DECRETO Nº 21 DE 23 DE ABRIL DE 2013

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CONSELHO DO FUNDEB.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere a Lei Municipal 738 de 11 de março de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de acompanhamento do Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de Maracajá, conforme segue:

I) Dois representantes do Poder Executivo Municipal:

A - Rosane Savi Costa (titular);

B - Itaiônara Tramontim Recco (suplente);

C - Andréia Eli Machado (titular);

D - Renan Machado Fregulia (suplente);

II) Um representante dos Professores da Educação Básica Pública;

A - Silvana Laurentino Costa (titular);

B - Maria Doralice de Jesus (suplente);

III) Um representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

A - Danúbia Rocha de Oliveira de Araújo (titular);

B - Rosinéia Aparecida Gonçalves (suplente);

IV) Um representante dos servidores técnico administrativos das Escolas Básicas Públicas:

A - Vanessa de Fáveri da Silva (titular);

B - Simoni Freitas Bitencourt (suplente);

V) Dois representantes dos pais de alunos da Educação Básica Pública:

A - Ivan Ronchi (titular);

B - Giovana Trevisol Teixeira (suplente);

C - Marília Berti Cardoso (titular);

D - Rosilaine Dassoler (suplente);

VI) Um representante do Conselho Municipal de Educação:

A - Cristina Farias de Souza (titular)

B - Michele Goulart da Rocha Nolla (suplente);

VII) Um representante do Conselho Tutelar:

A - Maritânia Frassetto de Araújo (titular);

B - Márcia de Oliveira Pereira (suplente);

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, 23 de Abril de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 23 de Abril de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Portaria 258/2013

PORTARIA Nº 258 DE 23 DE ABRIL DE 2013.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere a Lei n. 418 de 10 de junho de 1997 no seu art. 4º.

RESOLVE,

Art. 1º Nomear os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Saúde, como segue:

I - Representantes do Governo

1.1 Secretário Municipal de Saúde e/ ou equivalente:

- Vilmar Leandro

- Érica Delfino Leandro (Suplente)

1.2 Membros da Secretaria de Educação e/ou equivalente:

- Janaina Ramos

- Denner Lucas Casagrande (Suplente)

1.3 Membros da Secretaria de Agricultura e/ou equivalente:

- Tiago Hercílio de Souza

- José Ailor de Medeiros (Suplente)

1.4 Membros da Secretaria de Administração e Finanças:

- Renan Machado Fregulia

- Diomar de Sousa Machado Júnior (Suplente)

II - Representantes dos Prestadores de Serviços

2.1 Membros dos Profissionais da Área Médica vinculadas ao SUS.

- Jaqueline Darós Machado

- Erica Oriques de Pra (Suplente)

III - Representantes dos Profissionais da Saúde

3.1 Funcionários da Unidade de Saúde

- Rosilane Dassoler da Silva

- Ana Lúcia Réus da Rocha (Suplente)

IV - Representantes dos Usuários

4.1 Membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

- Ivete Maria Fernandes

- José Cichella (Suplente)

4.2 Membros da APP da Escola de Educação Básica Manoel Gomes Baltazar

- Mireli Premoli Serafim

- Cristiane Fernandes Silveira de Freitas (Suplente)

4.3 Membros da APAE Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá

- Josiane Eugênio Pereira

- Lucas Alexandre Pereira (Suplente)

4.4 Membros do Grupo da Terceira Idade de Maracajá

- Eliete de Freitas Viera

- Vera Lucia Silveira Candido (Suplente)

4.5 Membros do Clube de Mães Cantinho da Amizade

- Maria Edite Candido Pereira

- Irma Borges (Suplente)

4.6 Membros da Associação Comunitária do Bairro Mangue Seco

- Maria Amélia Leandro Cardoso

- Adenir Leandro Cichella (Suplente)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Município de Maracajá, em 23 de Abril de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 23 de Abril de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Meleiro

PREFEITURA

Portaria N.º 190/2013

PORTARIA n.º 190/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal em Exercício de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, ao servidor SALÉSIO ACORDI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 27/04/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de Abril de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2013

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 15/05/2013, às 09:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2013, objetivando a Prestação de serviço com equipamento especializado na perfuração de poços artesianos, para a Estação de Tratamento de Água - ETA. A íntegra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, 371 - Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 048-3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado, ou solicitado via e-mail.

Meleiro, 29 de abril de 2013.

EVERALDO MARTINS

Diretor do SAMAE

Monte Carlo

PREFEITURA

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 34/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 34/2013

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICIPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456 KM 15, s/n – Centro, neste ato representado pelo prefeito, o Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA, inscrita no CNPJ n° 78.989.126.0001.28 representada neste ato pelo Sr. EDGAR RODRIGUES DE MORAES, brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade n°4.260.134, CPF n° 306.540.509.10, residente e domiciliado em Fraiburgo - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial n° 05/2013, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**1 - DO OBJETO**

- O presente Pregão tem como objeto à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO-SC, Conforme SEGUE:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total			
46		FOLHA A4 TIMBRADA 75G SEC DE EDUCACAO	UNI	3.000,00	1,8567	5.570,17		
47		PASTA TIMBRADA, A CORES COM VERNIZ UV, C/ BRASÃO E LOGOTIPO DA SEC DE EDUCACAO, TRIPLEX, 450G, 49X34, C/ VINCO.	UN	1.000,00	16,4809	16.480,90		
48		FICHA DE MATRICULA ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL TAMANHO 21X28CM EM PAPEL SULFITE 180G/M²	UN	1.000,00	0,2652	265,20		
49		ENVELOPE 18 X 25 COL. C/ BRASÃO TIMBRADO P/ EDUCAÇÃO	UNI	1.000,00	0,7956	795,60		
50		ENVELOPE 26 X 36 COL. C/ BRASÃO TIMBRADO P/ EDUCAÇÃO	UNI	1.000,00	1,5818	1.581,80		
51		BOLETIM P/ ACOMPANHAMENTO EDUCACÃO INFANTIL TIMBRADO EM PAPEL SULFITE 180G/M²	UN	5.000,00	1,9701	9.850,50		
52		CARTAZES COLORIDOS PARA DIVULGAÇÕES DA SEC. DE EDUCAÇÃO, EM CORES, 170G, COM ARTE, F2	UNI	500,00	7,89	3.945,00		
53		CADERNO UNIVERSITÁRIO C/ ASPIRAL C/ 8 MATÉRIAS COM FIGURAS E MENSAGENS CFME MODELO	UN	250,00	43,8261	10.956,53		
54		MARCADORES DE PAGINAS COM MENSAGEM TAMANHO 6X15CM PAPEL COUCHÊ 170G/M²	UN	2.000,00	0,6536	1.307,20		

55		JORNAL DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO C/ 22 PAGINAS.	UN	4.000,00	7,3596	29.438,40		
56		FOLDERS P/ DIVULGAÇÃO DE PROJETOS E CAMPANHAS EDUCACIONAIS TAMANHO 30X20CM EM PAPEL COUCHÊ 170G/M² COLORIDO.	UN	10.000,00	1,1934	11.934,00		
57		CARTILHA SECRETARIA DE EDUCACAO DIREITOS E DEVERES NAS ESCOLAS, CAPA COLORIDA, 16X22, 24 PAGINAS, COUCHE 170, COM ARTE E DIAGRAMAÇÃO	UNI	2.000,00	3,5803	7.160,60		
58		CARTEIRAS DE TRANSPORTE ESCOLAR UNIVERSITARIOS, 8X5, EM CORES, 180G.	UNI	500,00	0,9282	464,10		

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá entregar os Serviços/Materiais nos locais e quantidades determinados pela Diretoria de Compras e Licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO LOTE

O valor do(s) Lote (S) 03 é de R\$ 99.750,00

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

§ 1 °. O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

§ 2 °. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – e/ou CPF/MF - Cadastro Pessoa Física, constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2. a deste Edital).

§ 3 °. O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

§ 4 °. Dar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento,

§ 5 °. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou

correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO

Para o objeto desse contrato não haverá nenhum reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo do exercício de 2013 e terá a seguinte classificação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
CÓD REDUZ	UNDIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	127.352,33
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	640.881,52
34	01	2032	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	5.741,75
39	01	2033	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	28.086,25
20	01	2037	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	12.234,52
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO				
2	01	2034	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	28.729,01
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO				
3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28
87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04
118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Único - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

Formalizados através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A entrega do objeto será recebido, fiscalizado, medido, verificado, conferido por responsável pelo Depto de Compras e Licitações ou seu indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da CONTRATADA:

a) A entrega do Objeto licitado nos prazos e quantidades indicados pelas mesmas, com no máximo de 10(dez) dias da autorização de fornecimento;

b) Entregar o objeto licitado com qualidade, e que atendam as exigências do Edital;

c) Atender todas as solicitações da administração desde que de acordo com o objeto da presente licitação;

d) Responsabilizar-se por todas as despesas que se fizerem necessárias para a locomoção, frete ou qualquer outro serviço necessário entorno do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório nº 11/2013 – Pregão Presencial nº 05/2013, que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato será administrado e fiscalizado pelo Departamento de Compras e Licitações, seguindo o disposto na Legislação vigente, as cláusulas aqui contidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato,

renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 17 de Abril de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA
Marcos Nei Correa Siqueira	EDGAR RODRIGUES DE MORAES
Órgão Gerenciador	Fornecedor

Testemunhas:

Franciel Oliveira da Silva
CPF: 066.089.349.55

Vanderléia Alves Fernandes
CPF: 077.361.879.

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 37/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 37/2013

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICIPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456 KM 15, s/n – Centro, neste ato representado pelo prefeito, o Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa GRAFISA GRAFICA TREVISAN LTDA, inscrita no CNPJ n° 83.512.731.0001.43 representada neste ato pela Sra. ANA THALER TREVIZAN, brasileira, comerciante, portadora da carteira de identidade n° 207.427, CPF n° 443.537.829.91, residente e domiciliado em Joaçaba - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial n° 05/2013, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subseqüentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - DO OBJETO

- O presente Pregão tem como objeto à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO-SC, Conforme SEGUE:

Item			Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
44			CAPA BLOCO	UNI	1.000,00	3,9521	3.952,05
			NF PRODUTOR RURAL, A CORES, COM VINCO, TRIPLEX, 45OG, PLASTIFICADA.				
59			NOTAS FISCAIS	JG	4.000,00	0,8751	3.500,40
			DE PRODUTOR, CONFORME MO-DELO PADRÃO DE SC, COM 4 VIAS CARBONADAS.				
60			NOTA FISCAL	UNI	500,00	0,8751	437,55
			DE SERVICOS AVULSA, 4 VIAS, CARBONADA.				

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá entregar os Serviços/Materiais nos locais e quantidades determinados pela Diretoria de Compras e Licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO LOTE

O valor do(s) Lote (S) 4 é de R\$ 7.890,00

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

§ 1º. O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

§ 2º. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – e/ou CPF/MF - Cadastro Pessoa Física, constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2. a deste Edital).

§ 3º. O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

§ 4 °. Dar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento,

§ 5 º. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO

Para o objeto desse contrato não haverá nenhum reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo do exercício de 2013 e terá a seguinte classificação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
CÓD REDUZ	UNDIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	127.352,33
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	640.881,52
34	01	2032	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	5.741,75
39	01	2033	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	28.086,25
20	01	2037	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	12.234,52
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO				
2	01	2034	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	28.729,01
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO				
3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28

87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04
118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Único - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

Formalizados através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A entrega do objeto será recebido, fiscalizado, medido, verificado, conferido por responsável pelo Depto de Compras e Licitações ou seu indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da CONTRATADA:

- A entrega do Objeto licitado nos prazos e quantidades indicados pelas mesmas, com no máximo de 10(dez) dias da autorização de fornecimento;
- Entregar o objeto licitado com qualidade, e que atendam as exigências do Edital;
- Atender todas as solicitações da administração desde que de acordo com o objeto da presente licitação;
- Responsabilizar-se por todas as despesas que se fizerem necessárias para a locomoção, frete ou qualquer outro serviço necessário entorno do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório nº 11/2013 – Pregão Presencial nº 05/2013, que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato será administrado e fiscalizado pelo Departamento de Compras e Licitações, seguindo o disposto na Legislação

vigente, as cláusulas aqui contidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 17 de Abril de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO MARCOS NEI CORREIA SIQUEIRA Órgão Gerenciador	GRAFISA GRAFICA TREVISAN LTDA ANA THALER TREVIZAN Fornecedor
--	--

Testemunhas:

FRANCIEL OLIVEIRA DA SILVA
CPF: 066.089.349.55

VANDERLÉIA ALVES FERNANDES
CPF: 077.361.879.

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 38/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 38/2013

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICIPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456 KM 15, s/n – Centro, neste ato representado pelo prefeito, o Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.665.084.0001.04 representada neste ato pelo Sr. BRAZ ALBANO, brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade nº 1.729.366.9, CPF nº 538.699.669.04, residente e domiciliado em Blumenau - SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 05/2013, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**1 - DO OBJETO**

- O presente Pregão tem como objeto à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO-SC, Conforme SEGUE:

Item	Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
61		FOLDER CADASTRO UNICO, A CORES, FRENTE-VERSO, COUCHE 180G, C/ VINCO	UNI	5.000,00	1,3362	6.681,05
62		CARTILHA EDUCATIVA CRIANÇA E ADOLESCENTE, 16X22, A CORES, COUCHE 170G, ARTE E DIAGRAMAÇÃO	UNI	5.000,00	2,812	14.060,00
63		CARTILHA CRAS NOVA VIDA, 16X22, FRENTE-VERSO, 24 PAGINAS, COLORIDO, COUCHE 170G, ARTE E DIAGRAMAÇÃO	UNI	2.000,00	2,812	5.624,00
64		FOLHA A4 TIMBRADA CRAS, COLORIDA, 4X0 - S.90, COM ARTE	UNI	1.500,00	0,3291	493,65
65		PASTA CRAS, COLORIDA, VERNIZ UV, TRIPLEX, 450G, 49X34, COM VINCO E CORTE	UNI	500,00	3,2906	1.645,30
66		ENVELOPE 36X26 CRAS, COLORIDO, BRASAO, 120G, CRAS	UNI	500,00	1,3761	688,05
67		ENVELOPE 18X25 CRAS, COLORIDO, BRASAO, LOGOTIPO, 120G, CRAS	UNI	500,00	0,9373	468,65
68		ENVELOPE 23X11,5 CRAS, COLORIDO, BRASAO, LOGOTIPO, 120G, CRAS	UNI	500,00	0,4986	249,30
Item	Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
69		LAUDO DE VISTORIA BOMBEIROS, 50 JOGOS, 4 VIAS, CARBONADA, COM ARTE E NUMERADO	BL	20,00	18,0559	361,12
70		FICHA ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR CORPO BOMBEIROS SC 100X1 FRENTE E VERSO	UN	40,00	19,472	778,88

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá entregar os Serviços/Materiais nos locais e quantidades determinados pela Diretoria de Compras e Licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO LOTE

O valor do(s) Lote (S) 05 e 06 é de R\$ 31.050,00

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

§ 1º. O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

§ 2º. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – e/ou CPF/MF - Cadastro Pessoa Física, constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2. a deste Edital).

§ 3º. O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

§ 4º. Dar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento,

§ 5 °. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO

Para o objeto desse contrato não haverá nenhum reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo do exercício de 2013 e terá a seguinte classificação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓD REDUZ	UNDIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	127.352,33
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	640.881,52
34	01	2032	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	5.741,75
39	01	2033	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	28.086,25
20	01	2037	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	12.234,52

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO

2	01	2034	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	28.729,01
---	----	------	----------------------------	-----------

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28
87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04
118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Único - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

Formalizados através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A entrega do objeto será recebido, fiscalizado, medido, verificado, conferido por responsável pelo Depto de Compras e Licitações ou seu indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da CONTRATADA:

- A entrega do Objeto licitado nos prazos e quantidades indicados pelas mesmas, com no máximo de 10(dez) dias da autorização de fornecimento;
- Entregar o objeto licitado com qualidade, e que atendam as exigências do Edital;
- Atender todas as solicitações da administração desde que de acordo com o objeto da presente licitação;
- Responsabilizar-se por todas as despesas que se fizerem necessárias para a locomoção, frete ou qualquer outro serviço necessário entorno do objeto desta licitação.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório nº 11/2013 – Pregão Presencial nº 05/2013, que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, e alterações subseqüentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato será administrado e fiscalizado pelo Departamento de Compras e Licitações, seguindo o disposto na Legislação vigente, as cláusulas aqui contidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 17 de Abril de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO MARCOS NEI CORREIA SIQUEIRA Órgão Gerenciador	ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINU- OS LTDA BRAZ ALBANO Fornecedor
--	---

Testemunhas:

Franciel Oliveira da Silva
CPF: 066.089.349.55

Vanderléia Alves Fernandes
CPF: 077.361.879.

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 35/2013**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 35/2013**

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICIPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456 KM 15, s/n – Centro, neste ato representado pelo prefeito, o Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA, inscrita no CNPJ nº 84.583.954.0001.64 representada neste ato pelo Sr. LUIZ CARLOS BARETTA, brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade nº 383.449, CPF nº 385.462.999.00, residente e domiciliado em Joaçaba - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem: Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 05/2013, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subseqüentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**1 - DO OBJETO**

- O presente Pregão tem como objeto à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO-SC, Conforme SEGUE:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total		
1		BOLETIM ATEN- DIMENTO DE URGENCIA (FICHA VERDE).	UNI	15.000,00	0,1194	1.790,23	
2		BERÇARIO	UNI	5.000,00	0,547	2.735,00	
3		CONTROLE DE SINAIS VITAIS	UNI	20.000,00	0,1591	3.182,00	
4		EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	UNI	20.000,00	0,1194	2.388,00	
5		EVOLUÇÃO PRÉ PARTO	UNI	5.000,00	0,3879	1.939,50	
6		EVOLUÇÃO ME- DICA	UNI	5.000,00	0,0995	497,50	
7		PRESCRIÇÃO MÉDICA	UNI	5.000,00	0,0995	497,50	
8		BOLETIM DE CEN- TRO CIRÚRGICO	UNI	3.000,00	0,2486	745,80	
9		LAUDO PARA EMIÇÃO DE AIH	UNI	10.000,00	0,1293	1.293,00	
10		LAUDO PARA DIA- RIA E OUTROS	UNI	10.000,00	0,3779	3.779,00	
11		RECEITUARIO CONTROLE ESPE- CIAL CARBONADA	UNI	1.000,00	7,4395	7.439,50	
12		ROTULO DE SORO	UNI	2.000,00	0,0298	59,60	
13		CARTEIRA FISIO- TERAPIA	UNI	2.000,00	0,1094	218,80	
14		CARTEIRA PLANEJAMENTO FAMILIAR	UNI	2.000,00	0,1194	238,80	
15		CARTÃO DA FA- MILIA	UNI	5.000,00	0,0597	298,50	
16		CARTEIRA DE HIPERTENSOS E DIABÉTICOS	UNI	5.000,00	0,1094	547,00	
17		AUTORIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS (BLOCO C/ 50 FLS EM 2 VIAS CARBO- NADAS)	BL	50,00	7,2406	362,03	
18		ATESTADO MÉ- DICO	UNI	1.000,00	0,0398	39,80	
19		REQUISIÇÃO DE EXAMES	UNI	1.300,00	0,0398	51,74	
20		DECLARAÇÃO DE COMPARECIMEN- TO	UNI	3.000,00	0,0497	149,10	
21		RECEITUARIO MÉDICO (CARBO- NADO EM 2 VIAS)	BL	1.000,00	7,5588	7.558,80	
22		FICHA CLINICA ODONTOLÓGICA	UNI	10.000,00	0,1094	1.094,00	
23		CARTÃO GESTAN- TE	UNI	2.000,00	0,2586	517,20	
24		EVOLUÇÃO CLI- NICA	UNI	5.000,00	0,0895	447,50	
25		BOLETIN DE ATENDIMENTO ODONTOLOGICO.	UNI	10.000,00	0,0139	139,00	
26		BOLETIM DE VISITAS DOMICI- LIARES	UNI	3.000,00	0,1492	447,60	

27		FICHA A	UNI	5.000,00	0,1392	696,00	
28		FICHA D	UNI	2.000,00	0,2785	557,00	
29		FICHA DE VISITA CONTROLE DA DENGUE - S.180	UNI	5.000,00	0,3581	1.790,50	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá entregar os Serviços/Materiais nos locais e quantidades determinados pela Diretoria de Compras e Licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO LOTE

O valor do(s) Lote (S) 01 é de R\$ 41.500,00

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

§ 1º. O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

§ 2º. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – e/ou CPF/MF - Cadastro Pessoa Física, constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2. a deste Edital).

§ 3º. O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

§ 4º. Dar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento,

§ 5º. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO

Para o objeto desse contrato não haverá nenhum reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo do exercício de 2013 e terá a seguinte classificação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	127.352,33
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	640.881,52
34	01	2032	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	5.741,75
39	01	2033	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	28.086,25
20	01	2037	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	12.234,52
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO				
2	01	2034	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	28.729,01
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO				
3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28
87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04
118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Único - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

Formalizados através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A entrega do objeto será recebido, fiscalizado, medido, verificado, conferido por responsável pelo Depto de Compras e Licitações ou seu indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da CONTRATADA:

- a) A entrega do Objeto licitado nos prazos e quantidades indicados pelas mesmas, com no máximo de 10(dez) dias da autorização de fornecimento;
- b) Entregar o objeto licitado com qualidade, e que atendam as exigências do Edital;
- c) Atender todas as solicitações da administração desde que de acordo com o objeto da presente licitação;
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas que se fizerem necessárias para a locomoção, frete ou qualquer outro serviço necessário entorno do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório nº 11/2013 – Pregão Presencial nº 05/2013, que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato será administrado e fiscalizado pelo Departamento de Compras e Licitações, seguindo o disposto na Legislação vigente, as cláusulas aqui contidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 17 de Abril de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO	EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA
MARCOS NEI CORREIA SIQUEIRA	LUIZ CARLOS BARETTA
Órgão Gerenciador	Fornecedor

Testemunhas:

Franciel Oliveira da Silva
CPF: 066.089.349.55

Vanderléia Alves Fernandes
CPF: 077.361.879.

Extrato de Ata de Registro de Preço N° 36/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 36/2013

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICIPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456 KM 15, s/n – Centro, neste ato representado pelo prefeito, o Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.292.313.0001.75 representada neste ato pelo Sr. PAULO VALDEMAR FRIEDRICH, brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade nº 2.653.746, CPF nº 848.673.459.20, residente e domiciliado em Herval do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 05/2013, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**1 - DO OBJETO**

- O presente Pregão tem como objeto à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICIPIO DE MONTE CARLO-SC, Conforme SEGUE:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total		
30		AUTORIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO/ MANUTENÇÃO	BLS	50,00	12,9814	649,07	
31		FOLHA DE PAPEL A4 TIMBRADA C/ BRASÃO DO MUNICIPIO	UN	16.000,00	0,3092	4.947,20	
32		DIÁRIO CAMI-NHÃO	BLS	80,00	9,9755	798,04	
33		ENVELOPE 36 X 26 COLORIDO COM BRASÃO E LOGOTIPO	UNI	1.000,00	1,2769	1.276,90	
34		ENVELOPE 18 X 25 COLORIDO C/ BRASÃO E LOGO-TIPO	UNI	500,00	0,818	409,00	
35		ENVELOPE 23 X 11,5 COLORIDO C/ BRASÃO E LOGOTIPO	UNI	500,00	0,5985	299,25	
36		PASTA Á CORES C/ VERNIZ UV, C/ VINCO, CORTE, TRIPLEX 450G - 49X34	UNI	1.000,00	3,8904	3.890,40	
37		PASTA PARA PROCESSO LICIT- TAÇÃO A CORES, COM VERNIZ UV, , CORTE, VINCOS, TRIPLEX, 450G, 49X34CM	UNI	1.000,00	5,8855	5.885,50	
38		PASTA MOVIMEN- TO DE CAIXA, A CORES, C VERNIZ UV, 2 VINCOS, TRIPLEX, 450G, 52X34	UNI	1.000,00	5,8855	5.885,50	
39		ORDEM DE COM- PRA CARBONADA C/ 2 VIAS C/ 50 JOGOS	BLS	100,00	9,4767	947,67	
40		ORDEM DE COM- PRA, COM UMA VIA, BLOCO 100 FOLHAS, NUME- RADAS	BL	50,00	6,8831	344,16	
41		AUTORIZAÇÃO ABASTECIMENTO E/OU MANUTEN- ÇÃO, BLOCOS COM 100 FOLHAS, NUMERADAS, UMA VIA	BL	30,00	7,6811	230,43	

42		PASTA A CORES CIDADANIA	UN	500,00	2,444	1.222,00	
43		ADESIVOS P/ PORTA VEICULOS MUNICIPAIS	UNI	200,00	19,9509	3.990,18	
45		CARTÃO DE VISITA COM TIMBRE E LOGOTIPO MONTE CARLO	UN	500,00	0,2494	124,70	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá entregar os Serviços/Materiais nos locais e quantidades determinados pela Diretoria de Compras e Licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO LOTE

O valor do(s) Lote (S) 02 é de R\$ 30,900,00

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

§ 1º. O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

§ 2º. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – e/ou CPF/MF - Cadastro Pessoa Física, constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2. a deste Edital).

§ 3º. O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

§ 4º. Dar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento,

§ 5º. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO

Para o objeto desse contrato não haverá nenhum reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo do exercício de 2013 e terá a seguinte classificação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				
CÓD REDUZ	UNDIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	127.352,33
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	640.881,52
34	01	2032	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	5.741,75
39	01	2033	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	28.086,25
20	01	2037	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	12.234,52
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO				
2	01	2034	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	28.729,01
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO				
3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28
87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04

118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Único - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

Formalizados através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A entrega do objeto será recebido, fiscalizado, medido, verificado, conferido por responsável pelo Depto de Compras e Licitações ou seu indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da CONTRATADA:

a) A entrega do Objeto licitado nos prazos e quantidades indicados pelas mesmas, com no máximo de 10(dez) dias da autorização de fornecimento;

b) Entregar o objeto licitado com qualidade, e que atendam as exigências do Edital;

c) Atender todas as solicitações da administração desde que de acordo com o objeto da presente licitação;

d) Responsabilizar-se por todas as despesas que se fizerem necessárias para a locomoção, frete ou qualquer outro serviço necessário entorno do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório nº 11/2013 – Pregão Presencial nº 05/2013, que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, e alterações subseqüentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato será administrado e fiscalizado pelo Departamento de Compras e Licitações, seguindo o disposto na Legislação vigente, as cláusulas aqui contidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 17 de Abril de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO MARCOS NEI CORREIA SIQUEIRA Órgão Gerenciador	POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA PAULO VALDEMAR FRIEDRICH Fornecedor
--	---

Testemunhas:

Franciel Oliveira da Silva

CPF: 066.089.349.55

Vanderléia Alves Fernandes

CPF: 077.361.879.

Extrato de Ata de Registro de Preços N° 39/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2013

REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 39/2013

Aos Vinte e Seis dias do mês de Abril do ano de Dois mil e Treze, presentes de um lado, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 04.923.189/0001-45, representado neste ato gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA e o FUNREBOM - FUNDO MUNICIPAL DE REAPARELHAMENTO DOS BOMBEIROS neste ato representado pelo Gestor, o Sr MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições, doravante designados simplesmente FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: AR GAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Silvio Búrigo, 2181 na cidade de Tubarão - SC, inscrita no CNPJ. sob o nº 01.666.621.0001.71, neste ato representada pelo, Sr. JURANDIR GUAREZI FAVARIN, portador do CPF 494.658.219.34 e Cédula de Identidade nº 1.189.444 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO:

1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras DE CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL, EM CILINDROS FORNECIDOS EM COMODATO COM CAPACIDADE DE 1,0 M³ E 7,0 M³, PARA SEREM UTILIZADOS NOS POSTOS DE SAÚDE E UNIDADE MISTA DE SAÚDE, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO e PELO FUNREBOM

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os enumerados no edital, ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais mediante a solicitação formal do departamento de compras e licitações deste município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância de R\$: 10.750,00 pela entrega dos itens de nº 01 e 02.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente da entrega do produtos e emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- a) Entregar o objeto licitado nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- b) Entregar objeto licitado na sede do município, diretamente na Secretaria ou Dpto solicitado;
- c) Entregar objeto licitado, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Dpto de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, com prazo não superior a 48 (quarenta e oito) horas da data solicitada, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;
- d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;
- e) Entregar o objeto licitado com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- f) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93;
- g) Substituir imediatamente cilindro que apresentar problema.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art.

78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício 2013, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	127.352,33
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	640.881,52
34	01	2032	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	5.741,75
39	01	2033	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	28.086,25
20	01	2037	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	12.234,52
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO				
2	01	2034	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	28.729,01

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

12.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 02/2013, Pregão Presencial nº 02/2013 – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12 (doze) meses adiante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

14.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

14.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

14.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

14.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

14.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

14.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo-SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC) 26 de Abril de 2013.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Edir Aparecida de Souza Órgão Gerenciador	
FUNREBOM Marcos Nei Correa Siqueira Órgão Gerenciador	AR GAS LTDA JURANDIR GUAREZI FAVARIN Fornecedor

Testemunhas:

1ª -	
2ª -	

Extrato de Ata de Registro de Preços N° 40/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 40/2013

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e treze, presentes de um lado, O MUNICIPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104.0001.04, representado neste ato pelo Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, prefeito municipal no uso de suas atribuições, doravante designados simplesmente CONTRATANTE, RESOLVE Registrar o Preço da empresa: ANGONESE & PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Santa Catarina, nº 883, na cidade de VARGEÃO-SC, inscrita no CNPJ. sob o nº 07.874.478.0001.90, neste ato representada pelo, Sr. LUCIANO ANGONESE, portador do cpf nº 944.375.649.87 e cédula de identidade nº 3.344.000 doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO:

1.1 – Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA para a prestação de serviços de assessoria contábil e auditoria interna preventiva, com conferência dos registros contábeis, lei de responsabilidade fiscal, controle interno, recursos humanos, patrimônio, defesas administrativas de processos que envolvam matéria contábil/financeira, com vistas a eficiência e conformidade dos atos administrativos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – O serviços licitados, que serão prestados totalmente nas dependências da sede administrativa do município pelo período de vigência da Ata e, são os constantes no ANEXO VII.

2.2 - A licitante vencedora executará os serviços, objeto deste processo licitatório em horário de expediente da repartição em tempo suficiente e eficientemente para sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela execução do objeto o FORNECEDOR receberá a importância de R\$: 4.800,00 pelo ITEM nº 01.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços e emissão das notas fiscais.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 - A empresa vencedora será responsável pela permissão de inspeção e pela fiscalização em qualquer tempo, devendo prestar informações e esclarecimentos solicitados, como também responder pelos vícios do produto que se compromete a fornecer e por qualquer dano que venha a causar, inclusive perante terceiros, ficando a Prefeitura Municipal de Monte Carlo isenta de qualquer responsabilidade em virtude da aquisição do serviço, além do que segue:

- a) Realizar os Serviços estabelecidos no presente edital de acordo com a proposta apresentada;
- b) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesas de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes ao cumprimento do objeto deste processo de licitação;
- c) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados a Contratante ou a terceiros, pelo seus prepostos, advindo de imperícia, negligência ou imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos fornecimentos;
- d) Fornecer os serviços com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- e) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, na execução do Objeto deste processo licitatório;
- f) O fornecedor deverá garantir, durante todo o Contrato, a entrega do serviço cotado, quanto à qualidade e características.
- g) Prestar os serviços na sede do município, pelo menos duas vezes por semana, com no mínimo 08 (oito) horas de expediente diário, ou a qualquer hora e dia por telefone ou outros meios de

comunicação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao fornecedor dos serviços.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
- f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas,

assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício 2013, conforme segue:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 14/2013, Pregão Presencial nº 07/2013 – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12 (doze) meses adiante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo-SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC) 26 de Abril de 2013

MUNICIPIO DE MONTE CARLO Marcos Nei Correa Siqueira Órgão Gerenciador	ANGONESE & PICININI CONTABILIDADE E ASSESSORIA LTDA LUCIANO ANGONESE Fornecedor
---	---

Testemunhas:

1ª) Franciel Oliveira da Silva – 066.089.349.55 _____

2ª) Vanderléia Alves Fernandes – 077.361.879.16 _____

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 76/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL N° 076/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE A LOCAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS E CAMINHÕES, PARA AUXILIAR NOS SERVIÇOS MUNICIPAIS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 13/05/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 13/05/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 29 de abril de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Aviso de Licitação Tomada de Preço N° 66/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇO N° 066/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO OBRAS DE DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS: ALÍRIO PEREIRA DOS SANTOS E MANOEL GUALBERTO, LOCALIZADAS NO BAIRRO SÃO PAULO, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 16/05/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 16/05/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 29 de abril de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato N° 49/2013 PMN

Extrato de Contrato

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato N°.: 049/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : BLOCO PAV COMÉRCIO E CONSTRUTORA LTDA - ME

Vigência : Início: 17/04/2013 Término: 29/07/2013

Licitação : CONCORRENCIA N° 071/2012

Valor : R\$ 22.819,14 (VINTE E DOIS MIL OITOCENTOS E DEZE-NOVE REAIS E QUATORZE CENTAVOS)

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 079/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA BLOCO PAV COMERCIO E CONSTRUTORA LTDA - ME

NAVEGANTES, 17 de ABRIL de 2013

Extrato Termo Aditivo Contrato N° 52/2013 PMN

Extrato de Contrato

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato N°.: 052/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : BELGA EMPREITEIRA LTDA

Vigência : Início: 30/04/2013 Término: 07/08/2013

Licitação : CONCORRENCIA N° 071/2012

Valor : R\$ 13.313,65 (TREZE MIL TREZENTOS E TREZE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 090/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA BELGA EMPREITEIRA LTDA

NAVEGANTES, 30 de ABRIL de 2013

Extrato Termo Aditivo Contrato N° 54/2013

Extrato de Contrato

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato N°.: 054/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : ENGEMAIS CONSTRUTORA LTDA

Vigência : Início: 20/02/2013 Término: 29/07/2013

Licitação : CONCORRENCIA N° 053/2012

Valor : R\$ 13.313,65 (TREZE MIL TREZENTOS E TREZE REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS)

Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO (SUPRESSÃO) AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 078/2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA ENGEMAIS CONSTRUTORA LTDA - EPP.

NAVEGANTES, 26 de ABRIL de 2013

NAVEGANTESPREV**Extrato do Termo Aditivo N 01/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Termo Aditivo N°.: 01/2013

Contratante.: INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada : SUL PREV CONSULTORIA E GESTAO DE NEGOCIOS LTDA

Valor : 389,70 (trezentos e oitenta e nove reais e setenta centavos)

Vigência : Início: 23/04/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 1/2012

Recursos : Dotação: 2.116.3.3.90.00.00.00.00 (3)

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 01/2012, CUJO OBJETO É PROMOVER O REAJUSTE ANUAL, PREVISTO NA CLÁUSULA QUARTA DO CONTRATO ORIGINAL, O QUE PERFAZ O PERCENTUAL DE 7,2167 %, CONFORME INPC/IBGE DE MARÇO DE 2013.

Navegantes, 26 de abril de 2013

Nova Trento**PREFEITURA****Comunicado
COMUNICADO**

A Prefeitura Municipal de Nova Trento, comunica a quem interessar possa, que o Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 06/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, no dia 29 de abril de 2013 (segunda-feira), Edição n° 1228, às páginas 116 a 121, fica anulado, em virtude de alteração no Anexo 04 - Quadro de Cargos e Vagas, passando a ter validade o nova publicação.

Nova Trento, 29 de abril de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Edital de Processo Seletivo Simplificado N° 06/2013

Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 06/2013

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, no uso das atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal n° 1.754 de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal Complementar n° 512, de 30 de Março de 2011, torna pública a necessidade de contratação temporária de profissionais para ocuparem os cargos do quadro de pessoal que compõe a ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL, pelo que publica o presente Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 06/2013, com inscrições abertas no período de 26 de abril a 08 de maio de 2013, no horário das 08h30min às 17h00min no prédio da prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Rua Santo Inácio, n° 126, Centro, Nova Trento/SC.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão de Processo Seletivo.

1.2 O critério de seleção se dará com base no somatório de pontos obtidos na análise de títulos.

1.3 Os atos relativos ao presente procedimento de seleção serão publicados no site oficial da Prefeitura Municipal de Nova Trento (www.novarento.sc.gov.br), no mural de avisos da Prefeitura, sem prejuízo de divulgação informativa prévia em jornais de circulação regional. O presente edital e seu resultado final do processo também serão publicados no DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

1.4 O processo destina-se a seleção de profissionais para cargos constantes no quadro de pessoal que compõem a Estrutura



Administrativa Municipal, pelo período determinado de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado a critério da administração municipal por período não superior a 06 (seis) meses.

1.5 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

2- DOS CARGOS, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E HABILITAÇÃO Profissional.

2.1 Os candidatos para os cargos objeto do presente edital concorrerão às vagas oferecidas, conforme quadros constantes do Anexo 04, que faz parte integrante deste edital.

3- DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão gratuitas e deverão ser feitas através de formulário próprio a ser preenchido pessoalmente pelo candidato.

3.2 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento integral do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas para inscrição.

3.3 No ato da inscrição o candidato deverá fornecer cópias dos documentos a seguir:

I - Carteira de Identidade;

II - Cartão do CPF;

III - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

IV - Certificado de Reservista (masculinos);

V - Currículo contendo em anexo cópia do(s) diploma(s), título(s), certificado(s), certidão(ões), conforme modelo constante do Anexo 02 deste edital;

VI - Documento(s) que comprove(m) a formação superior em conformidade com a habilitação exigida;

VII - Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;

4- DO PROCESSO SELETIVO, DAS ETAPAS E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO.

4.1.1 A seleção se dará com base apenas em análise curricular/títulos

4.1.2 A análise curricular será realizada pela Comissão de Processo Seletivo, e dar-se-á mediante somatório de pontos entre 0 (zero) a 100 (cem), conforme critérios da tabela abaixo, sendo considerados válidos para fins de pontuação, apenas as capacitações e aperfeiçoamentos concluídos nos últimos 05 (cinco) anos:

CRITÉRIOS	Espécie	PONTOS
Títulos de Especialização	Diploma de conclusão de Curso de Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado na área de atuação	5,0 (cinco) pontos por título
Capacitação	Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso de Capacitação na área de atuação	1,0 (um) ponto por curso
Aperfeiçoamento na Área de Atuação	Participação em Oficinas, Simpósios, Congressos, Conferências, Palestras e demais eventos similares na área de atuação	0,5 (zero vírgula cinco) ponto por certificado/diploma/certidão/declaração

4.1.3 Havendo empate entre os classificados, o critério de desempate será a maior pontuação por área, sendo: 1º Títulos de Especialização, 2º Capacitação, 3º Aperfeiçoamento na Área de Atuação.

4.1.4 Terminado o período para inscrições, a avaliação curricular dos candidatos se dará até o dia 09 de maio do corrente ano, data em que será publicada a classificação parcial, observado o item 1.3.

4.1.5 Após a fase de recursos na data de 17/05/2013 será publicada a classificação final, homologada pelo Prefeito Municipal.

5- DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação se dará pelo somatório dos pontos obtidos na análise curricular/títulos;

5.2 Os candidatos classificados serão convocados obedecendo à ordem decrescente de pontos;

6- DA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos, a serem conferidos no momento da contratação:

I- Classificação no Processo Seletivo Simplificado;

II- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados a data da contratação;

III- Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

IV- Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar se for o caso;

V- Escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

VI- Inscrição no PIS/PASEP;

VII- Declaração de acúmulo de cargos (a acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, considerando-se o limite máximo de 60 horas diárias de serviços prestados em qualquer esfera da administração pública).

VIII- Não ter sido dispensado em Processo Seletivo anterior nos últimos 3 (três) anos por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar, e/ou por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de três dias consecutivos ou cinco dias intercalados de ausência;

IX- Certidão de não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato da inscrição através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum.

6.2 O vínculo principal será objeto de contrato administrativo próprio, que conterà todas as condições para o exercício das funções.

7- DOS RECURSOS

7.1 Serão admitidos recursos nas seguintes fases:

I- Da classificação parcial;

7.2 O recurso da classificação parcial deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal entre os dias 10 de maio a 15 de maio de 2013;

7.3 Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente.

7.4 Julgados os recursos, o processo seletivo será homologado em definitivo pelo Prefeito Municipal.

8- DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A validade do processo seletivo será de 12 (doze) meses.

8.2 A aprovação no processo seletivo não gera o direito à admissão, mas esta, se houver, de acordo com a necessidade do Município, obedecerá à ordem de classificação durante o prazo de validade ou eventual prorrogação, computadas as vagas existentes na data do Edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

8.3 A chamada dos aprovados se dará na ordem de classificação pelos órgãos e meios oficiais de publicidade, sendo de 48 (quarenta e oito) horas o prazo para os chamados se apresentarem ao trabalho.

8.4 Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

8.5 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do processo seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidos, inclusive nos regulamentos editados e leis em vigor.

8.6 Caberá à Comissão de Processo Seletivo a análise de recursos,

Local e Data:		
<hr/>		
Assinatura do Candidato		

Anexo 03
cronograma

Datas	Etapas
Em 25/04/2013	Publicação do Edital
De 26/04/2013 a 08/05/2013	Período para Inscrições
Em 09/05/2013	Divulgação da Classificação Parcial
De 10/05/2013 a 15/05/2013	Recurso da Classificação Parcial
Em 17/05/2013	Divulgação da classificação final e homologação

Anexo 04
Quadro de cargo e vagas

Cargo	Vagas	C/H	Habilitação Profissional	Atribuições	Vencimento	Insalubridade	Abono
Coordenador Escolar Nível III	02	40	Curso Superior de Pedagogia com habilitação em Supervisão ou Orientação ou Administração escolar; ou Pedagogia com Pós Graduação na área de Gestão Escolar com carga mínima de 360 horas; ou Normal Superior com Pós Graduação na área de Gestão Escolar; ou Licenciatura Plena com Pós Graduação na área de Gestão escolar com carga mínima de 360 horas.	<p>I – articular e coordenar a elaboração do Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno, com foco na proposta pedagógica que defina as linhas norteadoras do currículo escolar, os princípios metodológicos, os procedimentos didáticos, as concepções de conhecimento e de avaliação, entre outros;</p> <p>II – articular e acompanhar a implantação e o funcionamento dos Conselhos Escolares na Unidade Escolar;</p> <p>III – assegurar o cumprimento da função precípua da escola pública quanto a garantia do acesso, da permanência e êxito no percurso escolar do aluno;</p> <p>IV – assegurar a aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos Parâmetros Curriculares Nacionais como referência da proposta pedagógica da escola;</p> <p>V – orientar o trabalho do professor para a elaboração de um currículo escolar contextualizado, que garanta a adoção de conhecimentos atualizados, relevantes e adequados à legislação vigente;</p> <p>VI – acompanhar e avaliar o plano de trabalho do professor, de acordo com a proposta pedagógica da escola;</p> <p>VII – avaliar juntamente com os professores, o resultado de atividades pedagógicas, analisando o desempenho escolar e propondo novas oportunidades de aprendizagem aos alunos que apresentam dificuldades, objetivando a superação das mesmas;</p> <p>VIII – planejar e coordenar em conjunto com a Direção, as atividades escolares no que concerne a calendário escolar, composição de turmas, distribuição de carga horária, lista de materiais, escolha de livros didáticos, recreio pedagógico, dentre outros;</p> <p>IX – planejar e coordenar as atividades referentes à matrícula, transferência, adaptação de estudos, equivalência, reclassificação e conclusão de estudos do aluno;</p> <p>X – planejar e coordenar as reuniões pedagógicas, de Conselho de Classe e com a comunidade escolar, objetivando a melhoria constante do processo ensino-aprendizagem;</p> <p>XI – mediar conflitos disciplinares entre professores e alunos de acordo com as normas de convivência da escola e a legislação em vigor, levando ao conhecimento da Direção quando necessário, para os encaminhamentos cabíveis;</p> <p>XII – coordenar atividades de recuperação de aprendizagem, realizando reuniões de Conselho de Classe, com o intuito de discutir soluções e sugerir mudanças no processo pedagógico;</p> <p>XIII- ministrar curso, palestra ou aula de aperfeiçoamento e atualização do corpo docente, realizando-as em serviço, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos profissionais;</p> <p>XIV – buscar apoio junto a profissionais especializados possibilitando ao corpo docente atuar com alunos com necessidades educacionais especiais ou dificuldade de aprendizagem visando o atendimento com qualidade;</p> <p>XV – sugerir à Direção a compra ou recuperação de materiais, equipamentos e recursos pedagógicos necessários à prática pedagógica eficaz;</p> <p>XVI – elaborar e manter atualizados os registros e informações estatísticas, analisando, interpretando e divulgando os índices de desempenho da escola como aprovação, reprovação, frequência e evasão, a fim de estabelecer novas metas para alcançar a eficiência institucional;</p> <p>XVII – estimular o aperfeiçoamento e a atualização do corpo docente, incentivando a participação em cursos de formação, grupos de estudo, reuniões, palestras, simpósios, seminários e fórum, a fim de contribuir para o crescimento pessoal e profissional;</p> <p>XVIII – participar de grupos de trabalho ou reuniões com outras entidades, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;</p> <p>XIX – zelar pelo cumprimento dos princípios de ética profissional, tanto nos aspectos referentes à intimidade e privacidade dos usuários e profissionais, quanto no que se refere aos seus outros direitos inalienáveis.</p>	R\$ 1.836,21	-----	-----

Enfermeiro (para ESF)	01	40	Superior completo com Registro no Conselho	a) Coordenar e superintender todos os serviços de enfermagem da unidade; b) Distribuir os serviços aos técnicos em enfermagem e auxiliares, velando pelo fiel cumprimento das recomendações dos médicos; c) Determinar a escala de plantão do setor de enfermagem, para o atendimento a qualquer hora do dia e da noite, especialmente em casos de emergência; d) Responder administrativamente pela enfermagem da unidade; e) Sem prejuízo das funções de coordenação, desempenhar as atividades de técnicas de enfermagem; f) Desenvolver outras atividades inerentes ao cargo e que sejam relacionadas ao interesse público. Atribuições da Lei nº 503, de 16/03/2011.	R\$ 1.841,18	-----	R\$ 113,37
Fonoaudióloga NASF	01	40	Habilitação Profissional: Curso Superior na Área de Fonoaudiologia, com registro no Conselho de Classe.	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar, em conjunto com as Equipes Saúde da Família e a comunidade, as atividades, as ações e as práticas a serem adotadas em cada uma das áreas cobertas; - Identificar, em conjunto com as ESF e a comunidade, o público prioritário a cada uma das ações; - Atuar, de forma integrada e planejada, nas atividades desenvolvidas pelas ESF e de Internação Domiciliar, quando estas existirem, acompanhando e atendendo a casos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos; - Acolher os usuários e humanizar a atenção; - Desenvolver coletivamente, com vistas a intersetorialidade, ações que se integrem a outras políticas sociais como: educação, esporte, cultura, trabalho, lazer, entre outras; - Promover a gestão integrada e a participação dos usuários nas decisões, por meio de organização participativa com os Conselhos Locais e/ou Municipais de Saúde; - Elaborar estratégias de comunicação para divulgação e sensibilização das atividades do NASF por meio de cartazes, jornais, informativos, e outros veículos de informação; - Avaliar, em conjunto com as ESF e os Conselhos de Saúde, o desenvolvimento e a implantação das ações e a medida de seu impacto sobre a situação de saúde, por meio de indicadores previamente estabelecidos; - Elaborar e divulgar material educativo e informativo nas áreas de atenção do NASF; - Elaborar projetos terapêuticos individuais, por meio de discussões periódicas que permitam a apropriação coletiva pelas ESF e o NASF do acompanhamento dos usuários, realizando ações multiprofissionais e transdisciplinares, desenvolvendo a responsabilidade compartilhada. 	R\$ 1.813,97	-----	R\$ 113,37
Médico	3	40	Conclusão de curso superior em Medicina, com registro no Conselho Regional de Medicina.	Desenvolver atividades de execução qualificada, de grande complexidade, abrangendo serviços de defesa, proteção e recuperação da saúde individual e coletiva, nas várias especialidades médicas, correlacionadas aos programas desenvolvidos ao Departamento Autônomo de Saúde Pública.	R\$ 7.879,43	20%	R\$ 113,37
Assistente Técnico Desportivo	01	40	Curso Superior em Educação Física.	Exercer atividades junto a Comissão Municipal de Esportes e Lazer.	R\$ 1.183,60	-----	R\$ 113,37
Fonoaudióloga (para a área da Educação)	01	40	Superior completo com Registro no Conselho	Prestar atendimento em geral junto as Unidades Escolares do Município, desempenhando a função de fonoaudióloga.	R\$ 1.813,97	-----	113,37

Psicopedagogo	01	40	Pós Graduação na Área Específica	Planejar e coordenar o serviço de psicopedagoga clínica e institucional; Detectar possíveis perturbações das relações da aprendizagem; participar da dinâmica das relações da comunidade educativa, a fim de favorecer processos de integração e troca; promover orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e grupos; realizar processos de educação educacional, vocacional e ocupacional, tanto na forma individual quanto em grupos; utilizar-se de recursos diagnósticos corretivos e preventivos próprios; levar o sujeito a reintegrar-se a vida escolar normal, respeitando as suas possibilidades e interesses; organizar a vida da criança quando esta não sabe fazê-lo espontaneamente; propiciar o domínio de disciplinas escolares em que a criança vem tendo em bom aproveitamento; trabalhar com processo de pensamento necessário ao ato de apreender; atender deficientes mentais, autistas ou com comportamento orgânicos mais graves, podendo até substituir o trabalho da escola; buscar a melhoria das relações com aprendizagem, assim como melhor qualidade na construção da própria aprendizagem de alunos e educadores; ativar o processo de integração escola-família-comunidade; orientar os professores na identificação de comportamentos divergentes dos alunos, bem como de propostas alternativas de solução; participar na construção do projeto político pedagógico; participar do diagnóstico da escola junto a comunidade escolar, identificando o contexto sócio-econômico e cultural em que o aluno vive; participar da elaboração do regimento escolar; buscar atualizar-se permanentemente.	R\$ 1.958,62	-----	-----
Enfermeiro (para atuar no Hospital)	01	40	Superior completo com Registro no Conselho	a) Coordenar e superintender todos os serviços de enfermagem da unidade; b) Distribuir os serviços aos técnicos em enfermagem e auxiliares, velando pelo fiel cumprimento das recomendações dos médicos; c) Determinar a escala de plantão do setor de enfermagem, para o atendimento a qualquer hora do dia e da noite, especialmente em casos de emergência; d) Responder administrativamente pela enfermagem da unidade; e) Sem prejuízo das funções de coordenação, desempenhar as atividades de técnicas de enfermagem; f) Desenvolver outras atividades inerentes ao cargo e que sejam relacionadas ao interesse público. Atribuições da Lei nº 503, de 16/03/2011.	R\$ 1.052,10		R\$ 113,37

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Dispensa de Licitação N° 011/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 043/2013
 DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2013
 RATIFICAÇÃO DIA: 30/04/2013
 CONTRATADO: JORNAL DESTAQUE REGIONAL LTDA ME
 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Contratação de empresa jornalística, para prestação de serviço de Informe Publicitário para divulgação de atos administrativos e matérias de interesse do município de Novo Horizonte, semanalmente no Jornal "Destaque Regional", contendo aproximadamente ¼ de página.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), divididos em 08 (oito) parcelas mensais de R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

FUNDAMENTO: O Presente procedimento está amparado pelo art. 24, II, da lei 8.666/93, c/atual, sendo dispensável por não atingir o valor da licitação.

DATA: 30/04/2013

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL N° 042/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 042/2013

CONVITE N° 016/2013

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 26/04/2013

CONTRATADO: SUL REAL COMERCIO DE PNEUS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O objeto da presente licitação consiste na contratação de empresa para prestação de serviço de recapagens e recauchutagens de pneus, para reposição nos caminhões e máquinas do Departamento de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e condições, constante no Anexo III deste Processo Licitatório.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.548,00 (dez mil quinhentos e quarenta e oito reais)

DATA: 26/04/13

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Extrato do Pregão Presencial FMS N° 006/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório FMS N° 011/2013

PREGÃO PRESENCIAL FMS N° 006/2013

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Aquisição parcelada de fraldas descartáveis infantis, geriátricas e Leites, para distribuição a pacientes carentes com deficiência física e mental, idosos enfermos, criança e adolescente com desnutrição, crianças com intolerância a lactose, de acordo com estudo sócio econômico e receita médica, e Materiais para composição do Kit Gestante, para distribuição ao grupo de Gestantes do Município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e condições, constantes no Anexo VII (Relação de Itens da licitação) deste Processo Licitatório.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 13/05/2013.

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e/ou e-mail licitação@novohorizonte.sc.gov.br.

Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 30 de Abril de 2013.

TÂNIA MARA WAGNER MURARO

Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Extrato Contratual N° 046/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 046/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada : JORNAL DESTAQUE REGIONAL LTDA ME

Valor : R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais)

Vigência : Início: 01/05/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.: 11/2013

Objeto : O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa jornalística, para prestação de serviço de Informe Publicitário para divulgação de atos administrativos e matérias de interesse do município de Novo Horizonte, semanalmente no Jornal "Destaque Regional", contendo aproximadamente ¼ de página.

Novo Horizonte, 30 de Abril de 2013

Palhoça**PREFEITURA****Ato N°. 357/2013.**

ATO N°. 357/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO REGIANY HENRIQUE BRANGER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível

AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2013.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Ato N°. 358/2013.

ATO N°. 358/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR NICOLLY GABRIELA SILVA SOARES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível AD-ASS-3, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar n°. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 01/03/2013.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Ato N°. 359/2013.

ATO N°. 359/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DENISAR HENRIQUE PACHECO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível AD-ASS-2, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Sul da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar n°. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto n°. 1.467, de 04 de janeiro de 2013, com efeitos a contar de 04/03/2013.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Ato N° 360/2013.

ATO N°. 360/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ROBERTO DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 04/03/2013.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Ato N° 361/2013.

ATO N°. 361/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ROBERTO GEDALVO DOS PASSOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos, Lazer e Esportes da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 04/03/2013.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Ato N° 362/2013.

ATO N°. 362/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CARLOS EDUARDO SOTERO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Habitação, Projetos, Lazer e Esportes da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 04/03/2013.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Ato N° 363/2013.

ATO N°. 363/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDUARDO AMAURI DE ESPINDOLA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico, Nível AD-ASS-5, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 25/02/2013.

Palhoça, SC, em 25 de fevereiro de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Ato N° 364/2013.

ATO N°. 364/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARIA DE LOURDES MACIEL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº 1.483, de 01 de março de 2013, com efeitos a contar de 01/02/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Ato N° 365/2013.

ATO N°. 365/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR HYANN RAFAEL LEMOS para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível AD-ASS-1, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 102 de 06 de abril de 2011 e Decreto nº. 1.467, de 04 de janeiro de 2013, com efeitos a contar de 05/03/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Ato N° 366/2013.
ATO N°. 366/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR LUIZ ANTONIO DE ALMEIDA IZAGUIRRES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível AD-ASS-4, Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/03/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Licitação Tomada de Preço 01/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC - Encontra-se aberta no Departamento Compras e Licitações da Câmara Municipal de Palhoça, o Processo Licitatório - Tomada de Preço N° 01/13, tipo TÉCNICA E PREÇO, sob a forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, para contratação de agência especializada para prestação de serviços de publicidade, realizados integralmente, com abrangência estadual, para a Câmara Municipal de Palhoça, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Abertura em 06 de junho de 2013, às 14h00min horas, na Câmara Municipal de Palhoça, sito a Rua Joci José Martins, n°101, Pagani, Palhoça/SC. O edital estará à disposição dos interessados, de 2ª a 6ª feira, no horário compreendido entre 13:30 às 18:30 horas. Quaisquer informações no endereço acima, site oficial www.cmp.sc.gov.br ou pelo telefone (48)3242-1501.

Palhoça/SC, 26 de abril de 2013.

FÁBIO COELHO

Presidente Câmara Municipal de Palhoça

Resultado Pregão 56-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

56/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO N° 56/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto contratação de empresa para locação de impressoras, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ESCRIMATE COM. E SERVIÇOS DE INFORMATICA EIRELI foi vencedora do item 01 totalizando R\$ 156.060,00 (cento e cinquenta e seis mil e sessenta reais).

Palhoça, 26 de abril de 2013

Palmitos

PREFEITURA

Contrato 01/2013

MUNICIPIO DE PALMITOS

Processo Licitatório n°008/12 Modalidade: Dispensa de Licitação n°01/12. Contrato 01/2013. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA JURÍDICA. Contratada: Elimara Frank Sthlhofer. Valor Total: 17.400,00. Prazo: 30/06/2013,

Palmitos 02/01/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Contrato 02/2013

MUNICIPIO DE PALMITOS

Processo Licitatório n°009/12 Modalidade: Dispensa de Licitação n°02/12. Contrato 02/2013. Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL E EDIFICAÇÃO DESCRITO A MATRÍCULA N° 4.682, JUNTO AO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PALMITOS. Contratada: Vanderlei Trindade dos Santos. Valor Total: 7.200,00. Prazo: 31/12/2013,

Palmitos 02/01/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Contrato 05/2013

MUNICIPIO DE PALMITOS

Processo Licitatório n°009/13 Modalidade: Pregão Presencial n°22/12. Contrato 05/2013. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ENSINOS FUNDAMENTAL, INFANTIL E MÉDIO) NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PALMITOS, PARA O ANO LETIVO DE 2013, PELO PERÍODO DE 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS. Contratada: Contetur Transportes LTDA. Valor Total: 44.940,00. Prazo: 31/12/2013,

Palmitos 24/01/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Contrato 06/2013

MUNICIPIO DE PALMITOS

Processo Licitatório n°009/13 Modalidade: Pregão Presencial n°22/12. Contrato 06/2013. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ENSINOS FUNDAMENTAL, INFANTIL E MÉDIO) NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PALMITOS, PARA O ANO LETIVO DE 2013, PELO PERÍODO DE 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS. Contratada: Edmar Willms - ME. Valor Total: 42.560,00. Prazo: 31/12/2013,

Palmitos 24/01/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Contrato 07/2013

MUNICIPIO DE PALMITOS

Processo Licitatório nº009/13 Modalidade: Pregão Presencial nº22/12. Contrato 07/2013. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (ENSINOS FUNDAMENTAL, INFANTIL E MÉDIO) NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE PALMITOS, PARA O ANO LETIVO DE 2013, PELO PERÍODO DE 200 (DUZENTOS) DIAS LETIVOS. Contratada: Hildor Bruno Trarbach ME. Valor Total: 68.160,00. Prazo: 31/12/2013,

Palmitos 24/01/2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

1º Termo de Retificação Pregão Presencial Registro de Preços Nº 069/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2013. Objeto: Aquisição de Suplementos Alimentares e Leite Infantil destinados a manutenção do Fundo Municipal de Saúde e Gêneros Alimentícios e Materiais de Limpeza para a manutenção do CAPS Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: até o dia 14 de maio de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 14/05/2013 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 19 de abril de 2013

ARILDO FERNANDES DIAS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Contrato Nº 041/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 041/2013, referente ao Edital de Pregão Presencial nº 040/2013.

Objeto: Prestação de serviços médicos de clínico geral para atuar no pronto atendimento municipal 24 horas, localizado no Hospital São Sebastião. Contratado: MED KOS SERVIÇOS MEDICOS S/A LTDA, totalizando o montante de R\$ 636.840,00 (seiscentos e trinta e seis mil e oitocentos e quarenta reais), objeto do edital nº 040/2013. Vigência: O contrato terá início na data de sua assinatura e termino em 31 de dezembro de 2013.

Papanduva/SC, 15 de março de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 063/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 063/2013, referente ao Edital de Pregão Presencial nº 037/2013.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a manutenção dos Programas de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e Grupos de Convivência da Terceira Idade. Contratado: IRMAOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA, totalizando o montante de R\$5.996,95 (cinco mil, novecentos e noventa e seis reais e noventa e cinco centavos). Vigência: A contagem do prazo deste contrato será de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de assinatura do mesmo.

Papanduva/SC, 22 de abril de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 065/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 065/2013, referente ao Edital de Pregão Presencial nº 037/2013.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a manutenção dos Programas de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e Grupos de Convivência da Terceira Idade. Contratado: ROSEMAR MARIA DA SILVA, totalizando o montante de R\$ 3.960,00 (três mil e novecentos e sessenta reais). Vigência: A contagem do prazo deste contrato será de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de assinatura do mesmo.

Papanduva/SC, 22 de abril de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 066/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 066/2013, referente ao Edital de Pregão Presencial nº 036/2013.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a manutenção da Casa de Passagem. Contratado: IRMAOS MARTINS DISTRIBUIÇÃO LTDA, totalizando o montante de R\$ 2.093,25 (dois mil, noventa e três reais e vinte e cinco centavos). Vigência: A contagem do prazo deste contrato será de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de assinatura do mesmo.

Papanduva/SC, 23 de abril de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 068/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 068/2013, referente ao Edital de Pregão Presencial nº 036/2013.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a manutenção da Casa de Passagem. Contratado: ROSEMAR MARIA DA SILVA, totalizando o montante de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais). Vigência: A contagem do prazo deste contrato será de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de assinatura do mesmo.

Papanduva/SC, 23 de abril de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preços N° 039/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 039/2013

Aos dezesesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n° 044/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 16/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa QUIMIOLAB COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LABORATORIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n° 85.345.528/0001-55, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de Itens Adjudicados ao fornecedor acima identificado.

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente.

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de preços é de R\$ 22.659,10 (vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e dez centavos), relativos aos itens 02, 03, 04, 09, 13, 14, 15, 17, 20, 24, 25, 26, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53 e 56, do anexo I do Edital de Licitação n° 044/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade, a partir da sua assinatura, até 31 de dezembro de 2013.

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial n° 044/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Proponente(s).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E**RECEBIMENTO**

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.

4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item 4.2 desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial n° 044/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a conseqüente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- 9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- 9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- 9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- 9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- 9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.
- 10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 16 de abril de 2013.
Fábio José Padilha - Pregoeiro

Márcio Wisnievski - Equipe de Apoio
Silvana Frederico - Equipe de Apoio
Sirlei Ap. Alves Lopes - Equipe de Apoio

Ademar Sandrini - QUIMIOLAB Com e Imp de Prod. De Laboratório Ltda

Arildo Fernandes Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 040/2013 **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2013**

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 044/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 16/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa CENTERLABSC - COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 08.010.504/0001-02, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- 1.1 - A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes na Relação de Itens

Adjudicados ao fornecedor acima identificado.

- 1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade.
- 1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente.
- 1.4 - O valor da presente Ata de Registro de preços é de R\$ 14.800,50 (quatorze mil e seiscentos e reais e cinquenta centavos), relativos aos itens 01, 05, 06, 07, 11, 12, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 27, 28, 36, 37, 38, 41, 42, 46, 47, 54 e 55, do anexo I do Edital de Licitação nº 044/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

- 2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade, a partir da sua assinatura, até 31 de dezembro de 2013.
- 2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93.
- 2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.
- 2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).
- 2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

- 3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:
- a) Edital de Pregão Presencial nº 044/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Proponente(s).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

- 4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação.
- 4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item 4.2 desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

- 5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado.
- 5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções.
- 5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos

pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 044/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;

b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;

c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

a) Advertência;

b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 16 de abril de 2013.

Fábio José Padilha - Pregoeiro

Márcio Wisniewski - Equipe de Apoio

Silvana Frederico - Equipe de Apoio

Sirlei Ap. Alves Lopes - Equipe de Apoio

Rodrigo Liu Carvalho - CENTERLABSC Com de Prod. Laboratoriais Ltda

Arildo Fernandes Dias

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços Nº 045/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2013

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 061/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 13.365.644/0001-25, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - Apresente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais para procedimentos de enfermagem para o Fundo Municipal de Saúde, conforme relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 32.618,39 (trinta e dois mil, seiscentos e dezoito reais e trinta e nove centavos), relativos aos itens 02, 04, 08, 10, 11, 13, 14, 19, 21, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 47, 49, 56, 57, 58, 60, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 78, 86, 89, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 117, 120, 127 e 128, do anexo I do edital de licitações nº 061/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura;



2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 061/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Proponente(s).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;

4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item anterior desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 061/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais

fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 18 de abril de 2013.
Fábio José Padilha - Pregoeiro

Márcio Wisniewski - Equipe de Apoio
Silvana Frederico - Equipe de Apoio
Sirlei Ap. ALVES LOPES - Equipe de Apoio

Biomed Material Medico Hospitalar Ltda ME

Arildo Fernandes Dias
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Ata de Registro de Preços N° 047/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 047/2013

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial n° 061/2013 - Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 18/04/2013, RESOLVE registrar os preços da empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 83.157.032/0001-22, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - Apresente Ata tem por objeto o Registro de Preços, visando a aquisição de materiais para procedimentos de enfermagem para o Fundo Municipal de Saúde, conforme relação de itens adjudicados ao fornecedor acima identificado;

1.2 - O fornecimento dos itens licitados somente poderão ser realizados pelas empresas que assinaram a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 - No caso de impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 2º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 - O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 18.021,41 (dezoito mil, vinte um reais e quarenta e um centavos), relativos aos itens 06, 12, 15, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 37, 46, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 63, 64, 68, 69, 79, 81, 82, 84, 87, 88, 90, 99, 102, 114, 115, 116, 118, 119, 121, 123, 124 e 131, do anexo I do edital de licitações n° 061/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura;

2.2 - Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 - Registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 - Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 - O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 - Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial n° 061/2013 e seus anexos;
- b) Proposta da (s) Proponente(s).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 - Os materiais deverão ser entregues parceladamente mediante autorização de fornecimento ou requisição de compras ou pré empenho no prazo máximo de 05 (cinco) dias, conforme necessidade e procederá a solicitação do objeto nas quantidades que lhe convier, realizada dentro do prazo de contratação;

4.2 - Os materiais deverão ser entregues, nas quantidades solicitadas, e dentro do prazo definido no item anterior desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o fornecimento dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado pelo órgão competente, recebedor do objeto licitado;

5.2 - Constatando o recebedor qualquer divergência ou irregularidade na Nota Fiscal, esta será devolvida à proponente para as devidas correções;

5.3 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

6.1 Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial n° 061/2013 e seus anexos;

6.2 Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta Ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8666/93;

6.3 Pela qualidade dos materiais, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos;

6.4 Providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

6.5 Manter durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

6.6 Corrigir, reparar, remover, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas;

6.7 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos materiais exigidos no Contrato, a EMPRESA VENCEDORA deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 Comunicar a empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

7.2 Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a empresa vencedora entregar fora das especificações do edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1 - A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por

cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

- a) Houver desistência do fornecimento do material após a adjudicação da licitação;
- b) Não for entregue o material no prazo estabelecido neste Edital;
- c) Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editalícias ou contratuais.

8.2 - A inadimplência sujeitará o fornecedor a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;
- c) Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- d) Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

9.1.1 - quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

9.1.2 - quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

9.1.3 - quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.1.4 - quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

9.1.5 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

9.1.6 - perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

9.1.7 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A empresa vencedora não poderá sub-contratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Prefeitura Municipal de Papanduva, SC 18 de abril de 2013.

Fábio José Padilha - Pregoeiro

Márcio Wisniewski - Equipe de Apoio

Silvana Frederico - Equipe de Apoio

Sirlei Ap. ALVES LOPES - Equipe de Apoio

Metromed Comercio de Materiais Medico Hospitalares Ltda

Arildo Fernandes Dias

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Passo de Torres

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 002 - 2013

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 002, de 24 de abril de 2013.

"DETERMINA PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DE PASSO DE TORRES"

A cidadã Marlene Dutra Vidor, Vereadora, Presidenta da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, SC, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara.

RESOLVE:

Determinar o gozo de férias aos servidores do Poder Legislativo Municipal, nos seguintes períodos:

1 - José Nickele Serafim: 16/07/2013 a 30/07/2013 e, de 13/01/2014 a 27/01/2014, referente ao período trabalhado de 02/05/2012 a 30/04/2013;

2- Zenaide de Andrade Ferreira: de 06 a 20/05/2013 e, de 05/06 a 19/06/2013 referente aos períodos trabalhados de 28.06.2011 a 28.06.2012.

Passo de Torres, em 24 de abril de 2013.

MARLENE DUTRA VIDOR

Presidente

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

SERGIO DELFINO JOAQUIM

1º Secretário

Porto União

PREFEITURA

Decreto N° 201/2013

DECRETO N° 201, de 24 de abril de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado o Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Assistência Social, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 22.704,70 (Vinte e dois mil, setecentos e quatro reais e setenta centavos):

ÓRGÃO ORGÃO 1500 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL
UNIDADE 1501 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL
ATIVIDADE 2077 - Manutenção FNAS - CREAS
MODALIDADE 3390 - 210 - Aplicações Diretas 07 22.704,70

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 22.704,70

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do Superávit financeiro do exercício de 2012, na Fonte 210.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 24 de abril de 2013.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Extrato de Contrato Aditivo 081/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato aditivo 081/2013
Aditivo ao Contrato de Fornecimento 053/2012
Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

Pelo fornecimento do objeto contratado, o valor a ser pago passa a R\$ 2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem

Porto União SC, 22 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3353

DECRETO N° 3353, de 22 de abril de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL 012/2013 -FMS."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto n° 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial n° 012/2013-FMS, de 02.04.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- Metromed Material Médico Hospitalar Ltda;
- Altermed Mat. Med. Hospitalar Ltda;
- Bagatoli Comércio de Móveis Ltda ME;
- Sandro Vilmar Pires ME;
- Luis Fernando Macarini Montali Comércio ME.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

22 de abril de 2013.

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO N° 3353/2013

Pregão Presencial 012/2013 - FMS de 02.04.2013

Objeto da Licitação: Aquisição de móveis e equipamentos para ESF (Estratégia de Saúde da Família) Canoas da Secretaria de Saúde, visando a melhoria da infraestrutura física e de equipamentos, de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica.

Participantes: - Bagatoli Comércio de Móveis Ltda ME;

- Metromed Material Médico Hospitalar Ltda;

- ADL Comercial Eireli;

- Luis Fernando Macarini Montali Comércio ME.

- Sandro Vilmar Pires ME;

- Altermed Mat. Med. Hospitalar Ltda;

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedores os licitantes:

- Metromed Material Médico Hospitalar Ltda;

- Altermed Mat. Med. Hospitalar Ltda;

- Bagatoli Comércio de Móveis Ltda ME;

- Sandro Vilmar Pires ME;

- Luis Fernando Macarini Montali Comércio ME.

Decreto 3363

DECRETO N° 3363, de 29 de abril de 2013.

"FIXA HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PARTIR DE 02/05/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição legal prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica Municipal e Art. 48, §§ 2º e 3º da Lei Complementar 207/2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica definido a partir do dia 02 de maio de 2013, o seguinte horário de funcionamento de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município:

a) Segunda a Sexta-Feira no período Matutino das 7h30min às 11h30min;

b) Segunda a Sexta-Feira no período Vespertino das 13h às 17h;

Art. 2º Excetuam-se do horário de funcionamento previsto no artigo 1º deste Decreto, as Unidades da Secretaria Municipal de Saúde a seguir identificadas, as quais funcionarão no seguinte horário:

I - Policlínica de Referência Regional Leandro Dellagiustina: das 6h30min às 18h30 e respectivo setor administrativo das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h;

II - Unidades de Equipes de Saúde da Família: das 7h30min às 12h e das 13h às 16h30min;

III - Centro de Atenção Psicossocial- (CAPS): das 7h30min às 12h e das 13h às 16h30min;

IV - Farmácia Popular: de Segunda a Sexta-feira das 7h30min às 18h e Sábado das 7h30min às 12h; com atendimento ao público externo de Segunda a Sexta-feira das 8h às 18h e Sábado das 8h às 12h;

V - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) - horário de acordo com a legislação vigente no Ministério da Saúde;

VI - Centro de Atenção à Mulher (CAM) - das 6h30min às 18h30min.

Parágrafo único - Nas Unidades de Saúde onde o horário de funcionamento ultrapasse às 8h diárias deverá ser organizado escala de serviço dos servidores, de forma que não haja prejuízo ao atendimento e prestação de serviços aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, respeitando o horário mínimo de intervalo para refeição.

Art. 3º Excetuam-se ainda do horário de funcionamento previsto no artigo 1º deste Decreto, as Unidades Administrativas a seguir identificadas, as quais funcionarão no seguinte horário:

I - Serviço de Inspeção Médica Municipal (SIMM): das 7h30min às 16h30min;

II - Fundação Cultural: Secretaria (atendimento ao público): das 8h às 18h30min; Aulas: das 8h às 12h e das 13h às 22h;

III - Unidades Escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, as quais funcionarão mediante escala própria.

Parágrafo único - Nas Unidades Administrativas acima relacionadas onde o horário de funcionamento ultrapasse às 8h diárias deverá ser organizado escala de serviço dos servidores, de forma que não haja prejuízo ao atendimento e prestação de serviços aos usuários e a carga horária diária para cada cargo seja respeitada, respeitando também o horário mínimo de intervalo para refeição.

Art. 4º Os Guardas Municipais e os Vigias observarão a Escala de Trabalho em vigência, prevista para esta categoria de servidores.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário em especial os Decretos N° 2.093, de 16 de setembro de 2011 e N° 2.105, de 22 de setembro de 2011.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito
29 de abril de 2013
JEAN PIER XAVIER DE LIZ
Prefeito do Município de Rio do Sul em Exercício

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Aditivo 315/2013 FMS

TERMO ADITIVO 315/2013 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Pelo presente termo aditivo ao Contrato Administrativo de Locação, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob o n° 10.469.199/0001-55, sediado na Rua Tuiuti, 154, Centro, neste ato representado pelo seu gestor, Sr. Luiz Carlos Zanis, doravante denominado LOCATÁRIO e de outro lado o Sr. Ademar Raitz, pessoa física, inscrito no CPF sob n° 889.993.359-68, daqui em diante denominado de LOCADOR, entre si celebram

o presente Aditivo de Contrato de Locação, sob as seguintes cláusulas, condições e obrigações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a locação de imóvel com as características necessárias para a execução de serviços básicos de saúde, localizado no bairro Progresso. Dados do Imóvel: matrícula 22779, área do lote 514,45 m², área construída 140,00 m², localizado na Estrada São Bento, 1620, no bairro Progresso, conforme Dispensa de Licitação 12/2011 FMS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

O aluguel sofrerá o reajuste na ordem de 8,28% com base no IGP-M acumulado fevereiro/2012 à fevereiro/2013, passando a vigorar com o valor de R\$ 839,94 (oitocentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Prorroga-se a vigência do contrato de locação de imóvel para mais doze meses, vigindo a partir de 05 de março de 2013 até 04 de março de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e do edital tipo Dispensa de Licitação 12/2011 FMS não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 05 de março de 2013.

LUIZ CARLOS ZANIS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ADEMAR RAITZ

Locador

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Aditivo 316/2013 FMS

CONTRATO N° 316/2013

DIVISÃO DE SUPRIMENTOS - SETOR DE COMPRAS

Termo Aditivo ao Processo Licitatório representado pelo edital de licitação, tipo Convite n° 26/2012 - FMS, para a aquisição de medicamentos diversos contantes na tabela brasileira de preços ao consumidor - BRASINDICE, com o maior percentual de desconto, para atender necessidades dos pacientes do SUS atendidos através desta secretaria.

Ao primeiro dia do mês de abril de 2013, por este Termo Aditivo ao contrato de compra e venda de medicamentos, com origem no Edital de Convite n° 26/2012 - FMS, com data de homologação 25/06/2012, e na melhor forma de direito, o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, doravante denominado de CONTRATANTE, e Serviço Social da Indústria - SESI Farmácia, inscrita no CNPJ sob o n° 03.777.341/0086-55, doravante denominada de CONTRATADA, aditam ao referido processo licitatório, as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescido à quantidade licitada o percentual de 25%, perfazendo um acréscimo total de R\$ 20.000.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, tipo Convite e contrato, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 01 de abril de 2013.

LUIZ CARLOS ZANIS

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

Pauta de Julgamento N° 001/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

PAUTA DE JULGAMENTO N° 001/2013

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 10 de Maio de 2013, às 09hs00, no auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura, para julgamento do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo N° 122804/2010

Nome do Recorrente: INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

Nº do Recurso: 021/2012

Rio do Sul, 01 de abril de 2013.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

Pauta de Sorteio N° 003/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

Pauta de Sorteio N° 003/2013

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 10 de maio de 2013, às 09hs00 no Auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo N° 134773/2012

Nome do Recorrente: Confecções Brix Ltda

Nº do Recurso: 023/2012

Rio do Sul, 19 de Abril de 2013.

LEONICE WITTE

Secretaria Geral do CMC

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Publicação de Ediais Pelo Cometimento de Infração de Trânsito**PUBLICAÇÃO DE EDIATAIS PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO:**

Nº1644/2013, Nº1645/2013, Nº1646/2013, Nº1647/2013, Nº1648/2013, Nº1649/2013, Nº1650/2013, Nº1651/2013, Nº1652/2013, Nº1653/2013, Nº1654/2013, Nº1655/2013, Nº1656/2013, Nº1657/2013, Nº1658/2013, Nº1659/2013, Nº1660/2013, Nº1661/2013, Nº1662/2013, Nº1663/2013.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1644/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADV9921	55285407D	5010/0	12/01/2013	162 * I
ADV9921	55285408D	5118/0	12/01/2013	164 c/c 162 * I
BSS1635	55280006D	6610/2	17/02/2013	230 * VII
JMH3013	55329135D	6670/0	24/02/2013	230 * XIII
JMH3013	55329136D	6726/1	24/02/2013	230 * XVIII
LWR1499	55329294D	6610/2	27/02/2013	230 * VII
LXG5349	55279729D	6599/2	27/02/2013	230 * V
LXG5349	55279806D	6610/2	27/02/2013	230 * VII
LXT8033	54272942E	6920/0	22/02/2013	233
LXU4849	54272913E	6920/0	14/02/2013	233
LZA6850	55327498D	6548/0	24/02/2013	229
LZA8738	55326636D	6599/2	15/02/2013	230 * V
LZA8738	55326637D	5045/0	15/02/2013	162 * V
LZK7488	55279631D	6599/2	06/02/2013	230 * V
LZK7488	55279632D	5010/0	06/02/2013	162 * I
LZK7488	55279633D	5118/0	06/02/2013	164 c/c 162 * I
LZM7122	54272946E	6920/0	25/02/2013	233
LZO3990	55279648D	6599/2	14/02/2013	230 * V
MBH3820	55327495D	6599/2	18/02/2013	230 * V
MBH3820	55327496D	5045/0	18/02/2013	162 * V
MBH3820	55327497D	5142/0	18/02/2013	164 c/c 162 * V
MBO7606	54272923E	6920/0	18/02/2013	233
MCD9788	54272807E	6920/0	27/02/2013	233
MCY1043	55329137D	6610/2	24/02/2013	230 * VII
MDN0602	54272935E	6920/0	20/02/2013	233
MDU3829	55329572D	5169/1	28/02/2013	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDU3829	55329573D	6912/0	28/02/2013	232
MDV4569	55329124D	6599/2	16/02/2013	230 * V
MDZ3905	55279340D	5118/0	21/02/2013	164 c/c 162 * I
MDZ3905	55285233D	5010/0	21/02/2013	162 * I
MES1533	55327837D	5010/0	23/02/2013	162 * I
MES1533	55327838D	5118/0	23/02/2013	164 c/c 162 * I
MEZ7633	54272945E	6920/0	25/02/2013	233
MFD1402	55329358D	6912/0	23/02/2013	232
MFD3211	55280202D	5045/0	26/01/2013	162 * V
MFL3611	54272931E	6920/0	20/02/2013	233
MGJ2592	54272932E	6920/0	20/02/2013	233
MHT7323	55279189D	5274/3	27/01/2013	175
MJX7794	55329044D	6912/0	25/01/2013	232
MJX7794	55329045D	5169/1	25/01/2013	165
MLC2030	55280159D	6599/2	10/02/2013	230 * V
MLC2030	55280160D	5045/0	10/02/2013	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1645/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJT6303	55283428D	5541/2	18/01/2013	181 * XVII
CIE6613	55283425D	5541/2	18/01/2013	181 * XVII
CJY6663	55329038D	5185/1	08/01/2013	167
EFZ7294	55279716D	5568/0	21/02/2013	181 * XIX
EZE2166	55329482D	6050/1	08/02/2013	208
LXQ6404	55279447D	5568/0	29/01/2013	181 * XIX
LYE3455	55280366D	5541/6	18/02/2013	181 * XVII
LYW5915	55328369D	7366/2	26/02/2013	252 * VI
MBC6161	55283430D	5541/2	19/01/2013	181 * XVII
MBL0194	55329700D	5967/0	23/02/2013	203 * V
MDD7068	55279721D	7366/2	22/02/2013	252 * VI
MEM6004	55894137B	6050/2	07/02/2013	208
MEN5174	55279717D	5460/0	21/02/2013	181 * IX
MES0567	55280392D	5541/6	25/02/2013	181 * XVII
MFB2991	55328762D	6050/1	25/01/2013	208
MFZ9048	55279196D	5550/0	15/02/2013	181 * XVIII
MFZ9048	55280403D	5452/3	23/02/2013	181 * VIII
MGB7275	55283417D	5541/2	18/01/2013	181 * XVII
MGI4328	55279558D	7366/2	20/02/2013	252 * VI
MGJ3853	55329493D	5800/0	21/02/2013	192
MGT2060	55279446D	5568/0	29/01/2013	181 * XIX
MHL6532	55286188D	5541/4	29/01/2013	181 * XVII
MID8891	55279329D	5541/1	18/02/2013	181 * XVII
MIF5198	55279683D	6050/1	12/02/2013	208
MIJ6964	55280368D	5541/5	18/02/2013	181 * XVII
MIZ8065	55280008D	5568/0	25/02/2013	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJE1110	55283422D	5541/2	18/01/2013	181 * XVII
MJN2532	55329751D	7048/1	27/02/2013	244 * II
MKV1108	55286200D	5541/1	21/02/2013	181 * XVII
MLC0108	55286196D	5460/0	15/02/2013	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1646/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BWC7238	54272735E	6920/0	10/01/2013	R\$ 127,69	233
COV4641	55286482D	5274/3	15/12/2012	R\$ 191,53	175
IBU9917	54272511E	6920/0	17/10/2012	R\$ 127,69	233
JNW7477	54272750E	6920/0	15/01/2013	R\$ 127,69	233
KCJ6991	55285794D	6610/2	12/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LKK6895	54272552E	6920/0	30/10/2012	R\$ 127,69	233
LWS1739	55279611D	6599/2	20/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXP7766	55328701D	5010/0	11/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXP7766	55328702D	5118/0	11/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYE2383	55285347D	6599/2	13/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYE2939	54272649E	6920/0	11/12/2012	R\$ 127,69	233
LYF3805	55328697D	5274/3	11/11/2012	R\$ 191,53	175
LYI7596	55328184D	6599/2	26/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZH8044	55327955D	6599/2	28/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZN4147	55279621D	5010/0	24/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZT0875	54272737E	6920/0	10/01/2013	R\$ 127,69	233
LZZ7212	55328505D	5010/0	28/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZZ7212	55328506D	5118/0	28/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZZ7212	55328507D	6599/2	28/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAO2943	55286218D	6599/2	01/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAO2943	55286219D	5010/0	01/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAO2943	55286220D	5118/0	01/11/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAU0006	55286467D	6599/2	08/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBG3515	55328490D	6599/2	26/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCD5267	55279053D	6599/2	18/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCD5267	55279054D	5010/0	18/11/2012	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDG9357	55285216D	5010/0	07/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDG9357	55285217D	5118/0	07/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDP9673	55328422D	6599/2	12/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEA8471	55328182D	6599/2	26/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEV7044	55328489D	6912/0	26/11/2012	R\$ 53,20	232
MFD4165	55886919B	6599/2	28/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFJ7046	55327960D	5118/0	30/11/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFJ7046	55327961D	5010/0	30/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFQ5382	54272634E	6920/0	06/12/2012	R\$ 127,69	233
MFY2006	54272551E	6920/0	30/10/2012	R\$ 127,69	233
MGJ0799	54272666E	6920/0	13/12/2012	R\$ 127,69	233
MGP0212	55286460D	5045/0	27/11/2012	R\$ 191,53	162 * V
MGP0212	55286461D	6599/2	27/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGX0889	55327633D	5169/1	18/11/2012	R\$ 957,69	165
MHW3298	55328558D	5274/2	09/12/2012	R\$ 191,53	175
MIP5306	55328851D	5169/1	17/12/2012	R\$ 957,69	165
MIQ3921	54272600E	6920/0	21/11/2012	R\$ 127,69	233
MIT2708	54272751E	6920/0	15/01/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1647/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKW5216	55286385D	7366/2	30/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
ALA7678	55279252D	6068/1	25/11/2012	R\$ 127,69	209
ALA7678	55279253D	5835/0	25/11/2012	R\$ 127,69	195
COV4641	55285220D	5835/0	15/12/2012	R\$ 127,69	195
COV4641	55285222D	5738/0	15/12/2012	R\$ 191,53	186 * II
COV4641	55286481D	7366/2	15/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
COV4641	55286483D	5185/1	15/12/2012	R\$ 127,69	167
CXX5488	55279512D	5185/1	12/12/2012	R\$ 127,69	167
CYB1506	55886922B	5185/1	11/12/2012	R\$ 127,69	167
CYB1506	55886923B	5185/2	11/12/2012	R\$ 127,69	167
DIV4358	55279173D	5541/4	22/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DWS4014	55285224D	5541/6	16/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
EBS1951	55279175D	5541/6	27/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ECH0690	55285997D	5452/6	30/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
HFG8675	55279056D	5541/5	20/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
HRG4373	55328801D	5185/1	11/12/2012	R\$ 127,69	167
IMM0109	55279160D	5185/1	04/12/2012	R\$ 127,69	167
JMD3839	55284789D	5568/0	16/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
JQI0990	55286411D	7366/2	14/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
JWE5641	55279204D	5479/0	21/11/2012	R\$ 85,12	181 * X
LWW7692	55279502D	5541/6	11/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXD6709	55279353D	7366/2	05/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
LXP9237	55284578D	5541/6	19/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXV1247	55279316D	5541/5	14/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYD1341	55279359D	5541/6	10/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYE2383	55286497D	5207/0	23/12/2012	R\$ 53,20	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZK3624	55279226D	5568/0	07/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LZK3624	55279227D	5568/0	07/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LZW7044	55328576D	6050/1	18/12/2012	R\$ 191,53	208
LZX8290	55279270D	5541/5	06/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAE1603	55279239D	7366/2	19/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MAE1603	55279240D	5185/1	19/12/2012	R\$ 127,69	167
MAG0599	55279230D	5541/1	14/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAG9936	55285778D	5541/1	22/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAL9637	55279280D	5479/0	14/12/2012	R\$ 85,12	181 * X
MAM7495	55279322D	7366/2	18/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MAM7996	55279367D	5185/1	13/12/2012	R\$ 127,69	167
MAN0607	55285899D	5541/1	27/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAP9628	55284794D	5541/5	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAY7537	55328931D	5452/2	01/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MBD4411	55279082D	6050/1	29/11/2012	R\$ 191,53	208
MBE9354	55279076D	5185/2	27/11/2012	R\$ 127,69	167
MBG7051	55328044D	5967/0	19/12/2012	R\$ 191,53	203 * V
MBH6497	55279272D	5193/0	07/12/2012	R\$ 191,53	168
MBK2883	55279379D	5541/1	18/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBK3871	55279104D	7366/2	28/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MBL3462	55279653D	5541/1	23/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBP4779	55286099D	5835/0	10/11/2012	R\$ 127,69	195
MBP4779	55286364D	7048/1	10/11/2012	R\$ 191,53	244 * II
MCD5320	55285044D	5541/6	19/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCL7123	55279071D	5452/1	22/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MCY9074	55284793D	5541/5	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDA3034	55284785D	5541/4	14/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDI4882	55285833D	7366/2	23/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MDJ1893	55285035D	5541/1	12/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDR0383	55279012D	5550/0	28/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDR9465	55329012D	5835/0	03/01/2013	R\$ 127,69	195
MDY6242	55285039D	5541/1	18/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MED0289	55285838D	5541/1	13/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MED8836	55279538D	5541/1	20/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG6371	55284783D	5541/5	10/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK2827	55285896D	5541/1	27/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEM6750	55279096D	5541/1	07/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEN9335	55328907D	5940/1	17/12/2012	R\$ 191,53	203 * III
MEN9335	55328909D	5835/0	17/12/2012	R\$ 127,69	195
MEP0971	55328698D	5800/0	14/11/2012	R\$ 127,69	192
MEP6828	55328034D	6050/1	29/11/2012	R\$ 191,53	208
MES0567	55328150D	7366/2	10/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MET6155	55279288D	7366/2	21/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEU2847	55279010D	7366/2	27/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEW0259	55279491D	5185/1	23/12/2012	R\$ 127,69	167
MEY5831	55285047D	5541/5	22/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ5000	55327690D	5800/0	12/01/2013	R\$ 127,69	192
MFC0278	55279658D	5541/1	23/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE4199	55279403D	6050/1	12/12/2012	R\$ 191,53	208
MFF6317	55279237D	6050/1	18/12/2012	R\$ 191,53	208
MFK4600	55279290D	5541/1	21/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFS9793	55285850D	6050/1	29/12/2012	R\$ 191,53	208
MFY1504	55328142D	5541/1	05/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ6109	55285203D	5541/6	24/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF2572	55279493D	5541/1	28/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF9036	55284786D	5541/6	14/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGG2018	55281798D	5541/2	09/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGH3098	55326797D	5380/0	14/12/2012	R\$ 85,12	181 * I
MGP8826	55279362D	5541/6	10/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGT5776	55328928D	6050/1	20/12/2012	R\$ 191,53	208
MGU7357	55279655D	5541/5	23/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY6379	55279363D	7366/2	13/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MGY6379	55285340D	5185/1	04/12/2012	R\$ 127,69	167
MHD1850	55284780D	6068/1	03/12/2012	R\$ 127,69	209
MHK7802	55328525D	5185/1	31/10/2012	R\$ 127,69	167
MHN1444	55328081D	5428/4	16/01/2013	R\$ 191,53	181 * V
MHT9976	55286475D	6050/1	11/12/2012	R\$ 191,53	208
MHW3298	55326448D	5835/0	09/12/2012	R\$ 127,69	195
MHW3298	55326449D	5819/1	09/12/2012	R\$ 574,61	193
MHW3298	55326450D	7030/2	09/12/2012	R\$ 191,53	244 * I
MIC4296	55284635D	5460/0	20/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MIC5666	55279283D	7056/1	15/12/2012	R\$ 191,53	244 * III
MIZ2068	55279075D	5185/1	27/11/2012	R\$ 127,69	167
MJC6491	55893833B	5541/1	26/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJG9044	55284577D	5541/5	17/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJH1685	55285466D	5541/4	07/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJN2854	55279616D	5193/0	21/12/2012	R\$ 191,53	168
MJN2854	55286496D	6050/1	21/12/2012	R\$ 191,53	208
MJP2109	55285195D	7366/2	28/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MJU1628	55279541D	5541/6	23/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJW4019	55279518D	5541/1	13/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJY5185	55279081D	5541/4	29/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MKA5457	55328919D	7366/2	18/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MKA8171	55286486D	7366/2	18/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MKB0362	55328802D	5738/0	12/12/2012	R\$ 191,53	186 * II
MLB9277	55285837D	5541/4	13/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MLC0108	55328494D	7366/2	27/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MLV0554	55286382D	5541/1	29/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MLV0554	55286415D	7366/2	19/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MMA7350	55327957D	5185/1	10/11/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1648/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJJ8886	55280108D	6912/0	20/01/2013	232
AJJ8886	55280109D	6599/2	20/01/2013	230 * V
BEA2110	55329562D	5045/0	10/02/2013	162 * V
BEA2110	55329563D	6610/2	10/02/2013	230 * VII
BEA2110	55329566D	5274/1	10/02/2013	175
BEA2110	55329568D	6599/2	10/02/2013	230 * V
BMZ6256	55329670D	5010/0	03/03/2013	162 * I
BMZ6256	55329671D	6599/2	03/03/2013	230 * V
BMZ6256	55329672D	5118/0	03/03/2013	164 c/c 162 * I
BMZ6256	55329673D	6580/0	03/03/2013	230 * IV
BSD6040	55329857D	6599/2	05/03/2013	230 * V
CAP2000	54272891E	6920/0	05/02/2013	233
CFI3553	55328891D	5010/0	06/02/2013	162 * I
CFI3553	55328893D	5118/0	06/02/2013	164 c/c 162 * I
JOR6464	55329858D	6912/0	05/03/2013	232
LDA4176	54272906E	6920/0	08/02/2013	233
LWP8134	55279553D	6599/2	08/02/2013	230 * V
LWX8779	55329100D	5169/1	03/02/2013	165
LXA2130	55891350B	6912/0	19/01/2013	232
LXL4543	54272808E	6920/0	28/02/2013	233
LZF4577	54272861E	6920/0	28/01/2013	233
MAF7242	55329477D	6599/2	19/02/2013	230 * V
MAH0317	55329778D	5045/0	06/03/2013	162 * V
MAH0317	55329779D	5142/0	06/03/2013	164 c/c 162 * V
MAI3439	55329591D	6599/2	07/03/2013	230 * V
MAI3439	55329592D	5118/0	07/03/2013	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAI3439	55329595D	5010/0	07/03/2013	162 * I
MAM6290	55279123D	5169/1	27/01/2013	165
MAS0449	55328215D	6599/2	08/02/2013	230 * V
MBE9354	55329762D	6610/2	02/03/2013	230 * VII
MBE9354	55329764D	7340/0	02/03/2013	252 * IV
MBI1640	55329875D	6610/2	09/03/2013	230 * VII
MBL0306	54272796E	6920/0	31/01/2013	233
MBU7491	55329516D	5010/0	02/03/2013	162 * I
MBU7491	55329517D	5118/0	02/03/2013	164 c/c 162 * I
MBW2976	55327468D	6599/2	29/01/2013	230 * V
MDP9342	55286193D	5010/0	11/02/2013	162 * I
MDP9342	55286194D	5118/0	11/02/2013	164 c/c 162 * I
MDT0895	55328783D	5010/0	10/03/2013	162 * I
MDT0895	55328784D	6599/2	10/03/2013	230 * V
MDT0895	55329881D	5169/1	10/03/2013	165
MDW6214	55328427D	6556/3	10/02/2013	230 * I
MEE8711	55279818D	6602/0	06/03/2013	230 * VI
MEH1274	55329518D	5169/1	08/03/2013	165
MER0853	55329295D	6610/2	27/02/2013	230 * VII
MER0853	55329296D	6912/0	27/02/2013	232
MFJ9478	55327642D	5010/0	02/03/2013	162 * I
MFJ9478	55327644D	6912/0	02/03/2013	232
MFJ9478	55327645D	5169/1	02/03/2013	165
MGG2842	55280117D	6912/0	11/02/2013	232
MHF5771	55280352D	6556/1	10/02/2013	230 * I
MHG9850	55329554D	5010/0	10/02/2013	162 * I
MHG9850	55329557D	5061/0	10/02/2013	163 c/c 162 * I
MHP5427	55329665D	5010/0	03/03/2013	162 * I
MIA6836	55329578D	5169/1	01/03/2013	165
MIF6605	55329364D	5010/0	07/03/2013	162 * I
MIF6605	55329365D	5118/0	07/03/2013	164 c/c 162 * I
MIU9397	55326373D	5045/0	05/02/2013	162 * V
MKN1698	55329861D	5169/1	05/03/2013	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1649/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALN9635	55279814D	6050/1	01/03/2013	208
BEA2110	55329564D	5819/2	10/02/2013	193
BEA2110	55329565D	5967/0	10/02/2013	203 * V
BEA2110	55329567D	5835/0	10/02/2013	195
BMO2400	55329810D	5185/1	07/03/2013	167
DKP3760	55280054D	5541/6	06/02/2013	181 * XVII
DRH5695	55280115D	5568/0	04/02/2013	181 * XIX
JMH3013	55280398D	5541/1	05/03/2013	181 * XVII
LYQ0843	55327472D	6050/1	02/02/2013	208
LYX9177	55329401D	5185/1	07/02/2013	167
LZI7468	55280384D	7366/2	20/02/2013	252 * VI
LZP1738	55329589D	6050/1	07/03/2013	208
MAI3439	55329594D	5835/0	07/03/2013	195
MAR3771	55280012D	6050/1	06/03/2013	208
MBE9354	55329763D	5193/0	02/03/2013	168
MBP7603	55280253D	5541/6	04/03/2013	181 * XVII
MBT0845	55329771D	5568/0	03/03/2013	181 * XIX
MDF5860	55328767D	5835/0	02/02/2013	195
MDF5860	55328768D	5819/1	02/02/2013	193
MDF5860	55328769D	5940/1	02/02/2013	203 * III
MDQ5451	55279343D	5541/4	08/03/2013	181 * XVII
MFP8762	55279498D	5193/0	06/02/2013	168
MFT3202	55286186D	5541/1	25/01/2013	181 * XVII
MGD7137	55279733D	7030/2	01/03/2013	244 * I
MGG4254	55279495D	5541/5	06/02/2013	181 * XVII
MGS0439	55329123D	5851/2	01/02/2013	197

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGW7398	55283429D	5541/2	19/01/2013	181 * XVII
MIF6605	55329366D	5835/0	07/03/2013	195
MJF0704	55328782D	5967/0	10/03/2013	203 * V
MJK5542	55280063D	5541/6	04/03/2013	181 * XVII
MLC0108	55329496D	5185/1	24/02/2013	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1650/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKN2614	55328291D	6912/0	30/09/2012	R\$ 53,20	232
CHW9985	55886933B	6610/2	05/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
EJS4093	55279460D	6602/0	14/12/2012	R\$ 191,53	230 * VI
IAV5681	55279482D	6599/2	20/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
IPH4719	54272620E	6920/0	29/11/2012	R\$ 127,69	233
LIG3142	55327687D	5010/0	31/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
LXG2523	55280051D	5010/0	01/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXX3305	54272687E	6920/0	20/12/2012	R\$ 127,69	233
LZC2479	54272661E	6920/0	13/12/2012	R\$ 127,69	233
LZX6705	55328585D	7340/0	02/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
LZX6705	55328861D	6653/1	02/01/2013	R\$ 127,69	230 * XI
LZX6705	55328864D	6912/0	02/01/2013	R\$ 53,20	232
LZX6705	55328865D	6637/2	02/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LZY1770	55328350D	6920/0	04/10/2012	R\$ 127,69	233
MAA6015	55286416D	6599/2	29/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAD8309	54272719E	6920/0	21/12/2012	R\$ 127,69	233
MAO2681	54272574E	6920/0	13/11/2012	R\$ 127,69	233
MAY7537	55328932D	6599/2	01/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBQ1037	55328208D	5169/1	20/01/2013	R\$ 1.915,38	165
MBQ3113	55328096D	6769/1	22/01/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MCI8188	55328071D	6912/0	29/12/2012	R\$ 53,20	232
MCI8188	55328074D	6599/2	29/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDH1561	54272670E	6920/0	17/12/2012	R\$ 127,69	233
MDU6835	54272688E	6920/0	20/12/2012	R\$ 127,69	233
MGS9578	55328901D	5010/0	19/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGS9578	55328902D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGS9578	55328903D	5118/0	19/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHG2798	54272702E	6920/0	27/12/2012	R\$ 127,69	233
MHY7772	55285041D	5010/0	18/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHY7772	55285042D	5118/0	18/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHY7772	55285847D	6637/2	18/12/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MJS4700	54272772E	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233
MKF9713	55893834B	6610/2	26/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MKT6509	55328962D	6602/0	30/12/2012	R\$ 191,53	230 * VI
MKT6509	55328963D	6653/2	30/12/2012	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1651/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKN2614	55328292D	6203/0	30/09/2012	R\$ 85,12	217
CIJ8822	55286028D	7366/2	09/10/2012	R\$ 85,12	252 * VI
CLF5660	55327821D	5185/1	19/01/2013	R\$ 127,69	167
CLF5660	55327822D	5185/2	19/01/2013	R\$ 127,69	167
DIE8973	55279503D	5541/4	11/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
EBA6270	55886929B	7366/2	05/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LYM9406	55326597D	5185/1	05/01/2013	R\$ 127,69	167
MAA4903	55279152D	5568/0	22/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MBF3882	55328185D	5185/1	05/01/2013	R\$ 127,69	167
MBJ3665	55328872D	7030/2	05/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MBJ3665	55886937B	5835/0	05/01/2013	R\$ 127,69	195
MBJ3665	55886940B	5215/2	05/01/2013	R\$ 191,53	170
MBS7807	55279163D	5568/0	12/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MDD3202	55328191D	6050/2	05/01/2013	R\$ 191,53	208
MDR7733	55328581D	6050/1	14/12/2012	R\$ 191,53	208
MDR9465	55329013D	6084/1	03/01/2013	R\$ 127,69	211
MDS4366	55285973D	5452/6	19/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MEG7563	55279314D	5541/6	14/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEL2058	55286110D	5568/0	04/10/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEY9717	55279628D	5185/1	28/12/2012	R\$ 127,69	167
MEY9717	55279629D	7366/2	28/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MGX6868	55285343D	7366/2	12/12/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHS5437	55328048D	5819/1	20/12/2012	R\$ 574,61	193
MHY7772	55285846D	5207/0	18/12/2012	R\$ 53,20	169
MJC2378	55286166D	7366/2	23/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1652/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEX1996	55329901D	6599/2	09/03/2013	230 * V
AJA1340	55329682D	6610/2	03/03/2013	230 * VII
AJA1340	55329684D	6700/0	03/03/2013	230 * XVI
AJB2274	55329896D	5169/1	10/03/2013	165
BGC3506	55279646D	5274/1	14/02/2013	175
CAN9526	55279825D	6599/2	13/03/2013	230 * V
CJY6663	55329062D	6599/2	18/01/2013	230 * V
CKH6858	55328786D	6726/1	13/03/2013	230 * XVIII
CKH6858	55329530D	6742/0	13/03/2013	230 * XX
CLF5227	54272846E	6920/0	15/03/2013	233
DEZ7595	55329903D	6610/2	15/03/2013	230 * VII
DUJ2307	54272813E	6920/0	01/03/2013	233
EEX0427	54272837E	6920/0	13/03/2013	233
IET3177	54272912E	6920/0	13/02/2013	233
LXE7847	55280473D	6599/2	19/03/2013	230 * V
LXG5349	55280474D	6610/2	19/03/2013	230 * VII
LXG5349	55280475D	6637/2	19/03/2013	230 * IX
LXG8526	55279638D	6599/2	10/02/2013	230 * V
LXG8781	54272905E	6920/0	08/02/2013	233
LXR4439	55328428D	5010/0	10/02/2013	162 * I
LXR4439	55328429D	5118/0	10/02/2013	164 c/c 162 * I
LXR4439	55328431D	6599/2	10/02/2013	230 * V
LXV3329	55329962D	6610/2	16/03/2013	230 * VII
LYC8004	54272827E	6920/0	08/03/2013	233
LYE3053	55329898D	5010/0	19/03/2013	162 * I
LZA1086	55329819D	5169/1	16/03/2013	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZA1086	55329820D	5118/0	16/03/2013	164 c/c 162 * I
LZA1086	55329821D	5010/0	16/03/2013	162 * I
LZF2131	54272821E	6920/0	07/03/2013	233
LZS2181	54272816E	6920/0	07/03/2013	233
LZX6705	55329409D	5118/0	14/03/2013	164 c/c 162 * I
LZX6705	55329410D	5010/0	14/03/2013	162 * I
LZX6705	55329411D	6912/0	14/03/2013	232
MAI8188	54272914E	6920/0	14/02/2013	233
MAM1199	55329368D	6599/2	18/03/2013	230 * V
MAW7917	54272917E	6920/0	14/02/2013	233
MBD8123	55329887D	6599/2	13/03/2013	230 * V
MBV2559	55328446D	6599/2	16/02/2013	230 * V
MBV2559	55328447D	6556/3	16/02/2013	230 * I
MBV7366	55328790D	6599/2	19/03/2013	230 * V
MBV7366	55328791D	5045/0	19/03/2013	162 * V
MCH8674	55329523D	6742/0	12/03/2013	230 * XX
MCM4918	54272817E	6920/0	04/03/2013	233
MCS9406	54272835E	6920/0	12/03/2013	233
MDH7110	54272824E	6920/0	07/03/2013	233
MDM1628	55329902D	5169/1	14/03/2013	165
MDO9731	55327646D	5010/0	12/03/2013	162 * I
MDX4818	55280470D	6556/1	14/03/2013	230 * I
MDX4818	55280471D	6610/1	14/03/2013	230 * VII
MEA5886	55329408D	6599/2	14/03/2013	230 * V
MEE8711	55280456D	5010/0	06/03/2013	162 * I
MEO0249	54272834E	6920/0	12/03/2013	233
MEQ5805	55285362D	5118/0	10/02/2013	164 c/c 162 * I
MEQ5805	55285363D	5010/0	10/02/2013	162 * I
MEQ5805	55285364D	6599/2	10/02/2013	230 * V
MEX5578	55285359D	6700/0	10/02/2013	230 * XVI
MFL5231	55329501D	5010/0	10/02/2013	162 * I
MFL5231	55329502D	5118/0	10/02/2013	164 c/c 162 * I
MHP5427	55329667D	5118/0	03/03/2013	164 c/c 162 * I
MHY5761	54272920E	6920/0	14/02/2013	233
MIC2708	55329126D	5010/0	16/02/2013	162 * I
MIC2708	55329128D	5061/0	16/02/2013	163 c/c 162 * I
MIH3119	55328982D	5169/1	18/03/2013	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIK5523	55329585D	6599/2	05/03/2013	230 * V
MIO4832	54272841E	6920/0	14/03/2013	233
MJP8510	55329209D	5169/1	09/03/2013	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1653/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATO2401	55329977D	5835/0	09/03/2013	195
ATO2401	55329983D	5185/1	12/03/2013	167
BGC3506	55279644D	5835/0	14/02/2013	195
BGC3506	55279645D	5185/1	14/02/2013	167
BGC3506	55279647D	5215/2	14/02/2013	170
IIL8607	55280118D	5550/0	15/02/2013	181 * XVIII
LYE3053	55329956D	5185/1	08/03/2013	167
LYS2176	55328792D	7234/0	19/03/2013	250 * I * a
MAL2923	55280267D	7366/2	20/03/2013	252 * VI
MDZ1128	55280119D	5550/0	15/02/2013	181 * XVIII
MEA5886	55329407D	5452/3	14/03/2013	181 * VIII
MER5190	55279740D	5568/0	10/03/2013	181 * XIX
MFP9645	55279685D	5541/1	21/02/2013	181 * XVII
MGQ0429	55280399D	5541/1	05/03/2013	181 * XVII
MGW1533	55279745D	5541/1	21/03/2013	181 * XVII
MGY7704	55329791D	5550/0	14/03/2013	181 * XVIII
MIR5572	55279126D	6050/1	11/03/2013	208
MJP2967	55280217D	5550/0	14/02/2013	181 * XVIII
MJQ3147	55279748D	6050/1	21/03/2013	208
MKC5104	55279750D	5541/1	21/03/2013	181 * XVII
NJF1469	55279823D	6050/1	13/03/2013	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1654/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIN9869	55328846D	6599/2	27/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
ASU4929	54272713E	6920/0	27/12/2012	R\$ 127,69	233
BJS8759	54272681E	6920/0	19/12/2012	R\$ 127,69	233
CYR7759	54272698E	6920/0	21/12/2012	R\$ 127,69	233
DKT8120	54272696E	6920/0	21/12/2012	R\$ 127,69	233
JZV3664	54272639E	6920/0	10/12/2012	R\$ 127,69	233
LWT8454	55327038D	6599/2	23/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWT8454	55327039D	5045/0	23/12/2012	R\$ 191,53	162 * V
LWT8454	55327040D	6912/0	23/12/2012	R\$ 53,20	232
LWT8454	55327041D	6408/0	23/12/2012	R\$ 85,12	221
LWX1760	55285079D	6556/1	05/10/2012	R\$ 191,53	230 * I
LXU6204	55328197D	5010/0	05/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXU6204	55328198D	5118/0	05/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXU6204	55328587D	6599/2	05/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZX3499	54272699E	6920/0	21/12/2012	R\$ 127,69	233
MAO2315	55328582D	5045/0	31/12/2012	R\$ 191,53	162 * V
MAO2315	55328584D	5037/1	31/12/2012	R\$ 574,61	162 * III
MBC3296	55886931B	5010/0	05/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBC3296	55886932B	6599/2	05/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBN1198	55327638D	6599/2	30/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBN1198	55327639D	5010/0	30/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBN1198	55327640D	5118/0	30/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBQ0913	54272680E	6920/0	19/12/2012	R\$ 127,69	233
MEC0164	55328845D	6912/0	27/01/2013	R\$ 53,20	232
MEP6146	55326934D	6599/2	19/12/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1655/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZH3356	55328969D	7030/2	26/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
LZH3356	55328970D	7056/1	26/01/2013	R\$ 191,53	244 * III
LZH3356	55328971D	5835/0	26/01/2013	R\$ 127,69	195
LZY9955	55286223D	6068/1	02/11/2012	R\$ 127,69	209
MAM4468	55279080D	5460/0	29/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MAO2315	55328805D	6050/1	31/12/2012	R\$ 191,53	208
MAO2315	55328806D	5738/0	31/12/2012	R\$ 191,53	186 * II
MBW1660	55285987D	5568/0	27/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEC0164	55328844D	5185/2	27/01/2013	R\$ 127,69	167
MEK2697	55285081D	5541/1	06/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF3257	55285830D	7366/2	07/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MHQ5132	55285209D	5541/1	13/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1656/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGQ9614	55280259D	5037/1	11/03/2013	162 * III
AGQ9614	55280260D	5045/0	11/03/2013	162 * V
ARK2808	54272869E	6920/0	29/01/2013	233
DWW0053	54272886E	6920/0	29/01/2013	233
IKJ5245	54272876E	6920/0	30/01/2013	233
KEJ1120	55329965D	5045/0	22/03/2013	162 * V
KEJ1120	55329966D	5142/0	22/03/2013	164 c/c 162 * V
KUL6091	54272909E	6920/0	14/02/2013	233
LYO7979	55329287D	6610/2	24/02/2013	230 * VII
LYO7979	55329288D	5169/1	24/02/2013	165
LZB0917	55329402D	6599/2	11/02/2013	230 * V
LZL0643	55327499D	5010/0	26/02/2013	162 * I
LZL0643	55327500D	5118/0	26/02/2013	164 c/c 162 * I
MAP6511	55329278D	6599/2	10/02/2013	230 * V
MAP6511	55329279D	5169/1	10/02/2013	165
MBJ9762	55891182B	6610/2	23/03/2013	230 * VII
MBM2768	54272863E	6920/0	29/01/2013	233
MCH8962	55279736D	5010/0	10/03/2013	162 * I
MCH8962	55279738D	5118/0	10/03/2013	164 c/c 162 * I
MCK5382	54272930E	6920/0	19/02/2013	233
MEM1372	55279328D	6602/0	13/02/2013	230 * VI
MEY8770	55329907D	6599/2	24/03/2013	230 * V
MFE3318	55285475D	6599/2	16/02/2013	230 * V
MFE3318	55285477D	6912/0	16/02/2013	232
MGW3310	54272922E	6920/0	18/02/2013	233
MHH1850	55285479D	6599/2	16/02/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIT9452	54272860E	6920/0	28/01/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1657/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
APC0907	55279556D	5541/1	20/02/2013	181 * XVII
HCG1331	55329505D	7366/2	19/02/2013	252 * VI
IMT4108	55279334D	5568/0	18/02/2013	181 * XIX
JNC0913	55279635D	5568/0	07/02/2013	181 * XIX
LXQ4746	55280383D	6050/1	20/02/2013	208
LYS8782	55280454D	5568/0	06/03/2013	181 * XIX
LYX4763	55285530D	5541/4	18/09/2012	181 * XVII
LZD4370	55279327D	5541/4	13/02/2013	181 * XVII
LZJ1611	55279199D	5550/0	15/02/2013	181 * XVIII
LZL0643	55329801D	5835/0	26/02/2013	195
LZL0643	55329802D	5738/0	26/02/2013	186 * II
LZQ1713	55285060D	5541/5	22/09/2012	181 * XVII
LZW5749	55280477D	5541/5	22/03/2013	181 * XVII
MBK3445	55328269D	5967/0	14/09/2012	203 * V
MBY1711	55280507D	5541/1	22/03/2013	181 * XVII
MCG8992	55328441D	5207/0	16/02/2013	169
MCG8992	55328442D	7366/2	16/02/2013	252 * VI
MCJ2663	55280258D	5835/0	11/03/2013	195
MCZ2731	55329951D	5568/0	08/03/2013	181 * XIX
MCZ8440	55285367D	6858/0	16/02/2013	231 * VII
MEF5902	55280265D	5460/0	19/03/2013	181 * IX
MFF4347	55329504D	7056/1	18/02/2013	244 * III
MGA1796	55280481D	7366/2	26/03/2013	252 * VI
MGF3575	55279851D	5541/6	22/03/2013	181 * XVII
MHA9649	55329489D	5541/1	18/02/2013	181 * XVII
MHC6164	55285649D	5541/1	27/09/2012	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHR7040	55279382D	6050/1	22/03/2013	208
MHU0048	55329483D	5193/0	09/02/2013	168
MIA1352	55326443D	5487/0	13/10/2012	181 * XI
MIN9816	55286316D	5924/1	24/10/2012	203 * I
MIS2431	55280462D	5185/1	12/03/2013	167
MIZ0953	55279855D	5541/6	23/03/2013	181 * XVII
MKO2348	55280364D	6050/2	14/02/2013	208
MKR2828	55280365D	7366/2	14/02/2013	252 * VI
MKS2170	55329492D	5819/5	19/02/2013	193
MMA0880	55286049D	5185/1	25/10/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1658/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKG3911	55279439D	5010/0	18/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
AKG3911	55279440D	5118/0	18/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
DMR3312	54272778E	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233
INT3435	54272598E	6920/0	21/11/2012	R\$ 127,69	233
LWR3881	55327625D	5010/0	02/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWR3881	55327627D	6912/0	02/11/2012	R\$ 53,20	232
LWR3881	55328030D	5169/1	02/11/2012	R\$ 957,69	165
LXF3661	55279494D	6556/1	29/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
LXI3126	55328501D	6637/1	20/10/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LYA3212	55280104D	5010/0	12/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYA3212	55280105D	5118/0	12/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYO6970	55285887D	5010/0	07/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LYO6970	55285888D	5118/0	07/11/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYO6970	55286097D	6599/2	07/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYW4617	55326933D	6599/2	10/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZH6865	55284641D	6599/2	01/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZH6865	55284642D	5010/0	01/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZJ8582	54272543E	6920/0	29/10/2012	R\$ 127,69	233
LZK6818	55328488D	5010/0	26/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZN4147	55285828D	5010/0	07/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZN4147	55285829D	6599/2	07/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAE7117	54272556E	6920/0	31/10/2012	R\$ 127,69	233
MAP3624	55328412D	6599/2	19/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAP3624	55328413D	6556/4	19/11/2012	R\$ 191,53	230 * I
MAP3624	55328414D	6653/2	19/11/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MAP3624	55328415D	6769/1	19/11/2012	R\$ 85,12	230 * XXII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAT6947	54272621E	6920/0	29/11/2012	R\$ 127,69	233
MCG0318	55279159D	6700/2	27/11/2012	R\$ 127,69	230 * XVI
MCG0318	55285835D	6912/0	27/11/2012	R\$ 53,20	232
MCG0318	55285900D	6599/2	27/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEB3542	54272589E	6920/0	19/11/2012	R\$ 127,69	233
MEM6321	54272710E	6920/0	08/01/2013	R\$ 127,69	233
MHN0220	54272690E	6920/0	19/12/2012	R\$ 127,69	233
MHS9848	54272547E	6920/0	30/10/2012	R\$ 127,69	233
MHU1078	55328830D	5010/0	11/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHU1078	55328831D	5118/0	11/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1659/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DCA3126	55285215D	5541/1	05/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
DXT5632	55327963D	6050/1	09/12/2012	R\$ 191,53	208
FOX3160	55328126D	5452/3	03/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
ICE7509	55286451D	5541/1	13/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
ICQ4474	55282357D	5452/3	25/04/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
IJC4043	55279158D	5460/0	27/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
JVU6909	55285019D	5568/0	20/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LWS5487	55282615D	5541/2	09/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXP1970	55284572D	5541/1	19/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LXQ4605	55279153D	7366/2	22/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
LYL2339	55286380D	7366/2	29/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MAE9922	55279306D	5452/2	06/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MAL1625	55285977D	5568/0	19/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MBH7907	55284638D	5541/4	24/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBO0680	55286454D	5541/1	19/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MBQ0742	55279457D	5568/0	12/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MBW1660	55285322D	5185/1	13/11/2012	R\$ 127,69	167
MBW4927	55283769D	5541/4	16/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MCC2860	55328673D	7234/0	02/11/2012	R\$ 85,12	250 * I * a
MCO8343	55279266D	5185/2	03/12/2012	R\$ 127,69	167
MCS7758	55283360D	5541/2	11/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDF9016	55327740D	5835/0	25/06/2012	R\$ 127,69	195
MDF9016	55327741D	7064/0	25/06/2012	R\$ 191,53	244 * IV
MDI4208	55279094D	5819/1	04/12/2012	R\$ 574,61	193
MDU7020	55285324D	6050/1	13/11/2012	R\$ 191,53	208
MEJ3775	55329052D	6050/1	09/01/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEM1372	55886916B	7056/1	22/11/2012	R\$ 191,53	244 * III
MEM1372	55886917B	6122/0	22/11/2012	R\$ 191,53	214 * I
MEQ2164	55328486D	7234/0	24/11/2012	R\$ 85,12	250 * I * a
MEY1692	55285776D	5541/1	14/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ0272	55328177D	7366/2	07/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MFO9270	55279517D	5541/4	13/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFQ4156	55279256D	5193/0	25/11/2012	R\$ 191,53	168
MGG5021	55286094D	5835/0	05/11/2012	R\$ 127,69	195
MGJ3645	55282279D	6050/1	06/07/2012	R\$ 191,53	208
MGJ3645	55282280D	5738/0	06/07/2012	R\$ 191,53	186 * II
MGJ3645	55284254D	7030/2	06/07/2012	R\$ 191,53	244 * I
MGJ3645	55284255D	6122/0	06/07/2012	R\$ 191,53	214 * I
MGJ3645	55284256D	5835/0	06/07/2012	R\$ 127,69	195
MHR2322	55329002D	5835/0	22/12/2012	R\$ 127,69	195
MHW2545	55328123D	6050/1	28/10/2012	R\$ 191,53	208
MIH1969	55286470D	5541/4	10/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF1915	55279201D	5541/5	20/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJG8335	55279268D	5185/1	03/12/2012	R\$ 127,69	167
MKF7866	55286143D	5541/6	07/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MML0803	55279093D	5185/1	04/12/2012	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1660/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BPG4901	54272940E	6920/0	22/02/2013	233
BTU3993	55328368D	6599/2	26/02/2013	230 * V
CTZ4725	54272802E	6920/0	26/02/2013	233
DEX2281	54272944E	6920/0	25/02/2013	233
DEZ7595	55330109D	6912/0	23/03/2013	232
DOS7177	55330015D	6602/0	23/03/2013	230 * VI
DOS7177	55330113D	5274/1	23/03/2013	175
FIR2510	55329498D	5010/0	26/02/2013	162 * I
FIR2510	55329499D	6599/2	26/02/2013	230 * V
FIR2510	55329500D	5118/0	26/02/2013	164 c/c 162 * I
FIR2510	55329651D	6610/2	26/02/2013	230 * VII
GTC2180	55330165D	5010/0	23/03/2013	162 * I
GTC2180	55330166D	5118/0	23/03/2013	164 c/c 162 * I
LWU1730	54272948E	6920/0	25/02/2013	233
LXW8554	55328372D	5010/0	26/02/2013	162 * I
LXW8554	55328373D	5118/0	26/02/2013	164 c/c 162 * I
LYB5749	55329780D	6599/2	07/03/2013	230 * V
LYB5749	55329781D	5010/0	07/03/2013	162 * I
LYB5749	55329782D	5118/0	07/03/2013	164 c/c 162 * I
LYB5749	55329783D	6408/0	07/03/2013	221
LYI5244	55329142D	6556/1	26/02/2013	230 * I
LYY4866	55329768D	6653/2	03/03/2013	230 * XI
LZS6672	55329360D	6599/2	26/02/2013	230 * V
LZS6672	55329361D	5045/0	26/02/2013	162 * V
LZW3719	55329497D	6599/2	26/02/2013	230 * V
MAF8440	55280082D	5045/0	29/03/2013	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAF8440	55285247D	6599/2	29/03/2013	230 * V
MAM9135	55328793D	6610/2	21/03/2013	230 * VII
MAM9135	55328794D	6602/0	21/03/2013	230 * VI
MAM9135	55330102D	6670/0	21/03/2013	230 * XIII
MAM9135	55330103D	6912/0	21/03/2013	232
MAT0146	55329752D	7340/0	28/02/2013	252 * IV
MBM7112	55330155D	7340/0	22/03/2013	252 * IV
MBQ3113	55330120D	6610/2	27/03/2013	230 * VII
MBT3584	55330159D	6599/2	23/03/2013	230 * V
MCB7469	54272927E	6920/0	19/02/2013	233
MCH8962	55329370D	5010/0	22/03/2013	162 * I
MCH8962	55329540D	5118/0	22/03/2013	164 c/c 162 * I
MDI4882	55286430D	5169/1	07/03/2013	165
MDO7178	55329413D	6912/0	23/03/2013	232
MDP9342	55329584D	6726/1	02/03/2013	230 * XVIII
MDQ3715	55329299D	5010/0	01/03/2013	162 * I
MDQ3715	55329300D	5118/0	01/03/2013	164 c/c 162 * I
MDV1119	55329574D	6599/2	01/03/2013	230 * V
MEJ6263	55329289D	5169/1	24/02/2013	165
MEQ6828	55329759D	6610/2	02/03/2013	230 * VII
MEQ6828	55329760D	6700/0	02/03/2013	230 * XVI
MER0529	55279332D	6556/1	18/02/2013	230 * I
MFH3687	55279805D	6556/1	26/02/2013	230 * I
MFH3687	55280224D	5010/0	26/02/2013	162 * I
MFH3687	55280225D	5118/0	26/02/2013	164 c/c 162 * I
MFH9402	55330161D	5010/0	23/03/2013	162 * I
MFH9402	55330162D	5118/0	23/03/2013	164 c/c 162 * I
MGD4333	55280061D	6599/2	01/03/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 043 1661/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BTJ3797	55329803D	5738/0	27/02/2013	186 * II
DIM9493	55280278D	7366/2	25/03/2013	252 * VI
IGJ2506	55891188B	6050/1	23/03/2013	208
IJX0675	55329680D	5568/0	03/03/2013	181 * XIX
LWT3271	55279746D	5541/4	21/03/2013	181 * XVII
LXQ6944	55330055D	7030/2	22/03/2013	244 * I
LYH1852	55280065D	5541/1	05/03/2013	181 * XVII
LYY4866	55329679D	5568/0	03/03/2013	181 * XIX
LYY4866	55329767D	5185/1	03/03/2013	167
LZH7240	55280017D	5550/0	20/03/2013	181 * XVIII
LZN6762	55330209D	5185/1	28/03/2013	167
MAT0146	55329753D	7030/2	28/02/2013	244 * I
MBC8514	55328780D	6050/1	09/03/2013	208
MBQ7438	55280015D	5541/1	15/03/2013	181 * XVII
MBW3833	55280131D	5541/1	25/02/2013	181 * XVII
MCH8962	55329371D	6076/0	22/03/2013	210
MCH8962	55329372D	5819/1	22/03/2013	193
MCH8962	55329541D	5835/0	22/03/2013	195
MCV3848	55330202D	7366/2	26/03/2013	252 * VI
MDP9342	55329582D	7056/1	02/03/2013	244 * III
MDP9342	55329583D	7030/2	02/03/2013	244 * I
MDX9039	55329757D	6319/0	01/03/2013	220 * VI
MEW1029	55329658D	6050/1	02/03/2013	208
MFB4793	55280485D	5541/4	26/03/2013	181 * XVII
MFB8829	55329507D	7056/1	22/02/2013	244 * III
MFO4659	55280393D	5185/1	26/02/2013	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFO8011	55329150D	7030/2	26/02/2013	244 * I
MFR2149	55280081D	5541/6	25/03/2013	181 * XVII
MFY5649	55329754D	7030/2	28/02/2013	244 * I
MGG0785	55330205D	5185/1	28/03/2013	167
MGH9185	55285240D	5738/0	12/03/2013	186 * II
MGS3670	55279128D	7366/2	19/03/2013	252 * VI
MHQ4172	55280014D	6050/1	15/03/2013	208
MIA0532	55280503D	5541/4	16/03/2013	181 * XVII
MID7328	55280064D	5541/5	04/03/2013	181 * XVII
MIV6255	55279018D	5541/6	18/03/2013	181 * XVII
MJB0083	55280372D	5541/1	19/02/2013	181 * XVII
MJI5845	55280013D	6050/1	28/03/2013	208
MJV1579	55330219D	5770/3	30/03/2013	189
MJX4541	55280127D	6050/1	19/02/2013	208
MJY5185	55279349D	5541/4	26/03/2013	181 * XVII
MLC2371	55279015D	5541/4	18/03/2013	181 * XVII
MYJ4406	55329774D	5568/0	03/03/2013	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1662/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJV6382	54272763E	6920/0	17/01/2013	R\$ 127,69	233
BJU7850	55285290D	5010/0	10/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
CAK2522	55327471D	5169/1	31/01/2013	R\$ 1.915,38	165
DIR5956	54272738E	6920/0	11/01/2013	R\$ 127,69	233
LWY9569	55286299D	5169/1	17/11/2012	R\$ 957,69	165
LWY9569	55286341D	5177/0	17/11/2012	R\$ 191,53	166
LXO1048	55279064D	6599/2	22/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LYG3799	55326628D	5045/0	10/11/2012	R\$ 191,53	162 * V
LYP6649	55327046D	6670/0	11/01/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
LYY1019	55328483D	5045/0	20/11/2012	R\$ 191,53	162 * V
LZK6818	55328492D	6599/2	26/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZK6818	55328493D	5118/0	26/11/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAT7674	55328129D	6599/2	20/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBM6468	55328118D	5169/1	20/10/2012	R\$ 957,69	165
MBM6468	55328453D	5274/1	20/10/2012	R\$ 191,53	175
MCN3956	55279548D	5010/0	06/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCN3956	55279549D	5118/0	06/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCN3956	55286417D	6599/2	06/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCN3956	55286418D	6556/1	06/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGE1643	54272776E	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233
MGF9505	55327475D	5169/1	02/02/2013	R\$ 1.915,38	165
MGF9505	55327476D	5010/0	02/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGF9505	55327477D	5118/0	02/02/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHV0782	54272731E	6920/0	09/01/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

DANIEL GARCIA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 043 1663/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFW0645	55283415D	5541/2	18/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KZU2402	55283399D	5541/2	09/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LWT1572	55285049D	5550/0	28/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYP6649	55327045D	5185/1	11/01/2013	R\$ 127,69	167
LYP6649	55328592D	6050/1	09/01/2013	R\$ 191,53	208
LYW7400	55286236D	5460/0	18/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MBJ3665	55886938B	6076/0	05/01/2013	R\$ 191,53	210
MBM6468	55328451D	5940/1	20/10/2012	R\$ 191,53	203 * III
MBM6468	55328452D	6050/1	20/10/2012	R\$ 191,53	208
MCO1726	55279073D	7366/2	26/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEG3595	55286239D	7366/2	27/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEX4487	55279057D	7366/2	20/11/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MEX4487	55279058D	6858/0	20/11/2012	R\$ 85,12	231 * VII
MGA6282	55328571D	5541/1	17/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGT2556	55286141D	5541/6	07/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIB6693	55279271D	5541/4	06/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MIR2699	55329034D	5541/1	08/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJI5109	55285826D	5541/1	30/10/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MKT0436	55279090D	5541/5	01/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 26 DE ABRIL DE 2013

ORIVALDO CUSTÓDIO FERREIRA

DIRETOR DO DETURS

Salto Veloso

PREFEITURA

Lei Complementar N° 026

LEI COMPLEMENTAR N. 026, DE 12 E ABRIL DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N. 016/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, no uso das atribuições legais decorrentes de seu mandato, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Tabela II do Anexo II, Grupo II - Secretaria da Educação, da Lei Complementar n. 016/2010 passa a vigorar acrescido das seguintes alterações:

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA (h/s)	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 04	Atendente de Creche	15	40	Médio	1,57

Art. 2º A Tabela II do Anexo II, Grupo III - Secretaria de Saúde e Assistência Social da Lei Complementar n. 016/2010 passa a vigorar acrescido das seguintes alterações:

CÓDIGO	CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	NÍVEL	VENCIMENTO
CPE 15	Assistente Social	01	40	Superior	4,48
CPE 15	Assistente Social	01	20	Superior	2,24
CPE 13	Psicólogo	01	40	Superior	6,56
CPE 13	Psicólogo	01	20	Superior	3,28

Art. 3º. O Anexo IV - Quadro de Atribuições e Requisitos para Investidura - da Lei Complementar n. 016/2010 permanece com as mesmas atribuições, alterando-se a apenas a escolaridade e requisitos:

CARGO	ATRIBUIÇÕES	ESCOLARIDADE E REQUISITOS
Assistente Social 40 horas	Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto aos programas federais (PETI e/ou CRAS) Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população junto aos programas federais (PETI e/ou CRAS); Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais junto aos programas federais (PETI e/ou CRAS); Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações do Poder Público junto aos programas federais (PETI e/ou CRAS); Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social junto aos programas federais (PETI e/ou CRAS); Planejar, executar, organizar, administrar as atividades de programas federais (PETI e/ou CRAS)	Ensino Superior em Serviço Social e registro no órgão de classe.

Assistente Social 20 horas	Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública; Encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais; Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações do Poder Público; Planejar, organizar e administrar os Serviços Sociais e as Unidade de Serviço Social; Realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública em qualquer nível; Realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social.	Ensino Superior em Serviço Social e registro no órgão de classe.
Atendente de Creche	Executar atividades diárias de recreação com crianças e trabalhos educacionais de artes diversas; Acompanhar as crianças em passeios, visitas e festividades sociais da entidade; Proceder, orientar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal como: tomar banho, trocar fraldas e roupas, escovar os dentes; Servir as crianças e auxiliar as crianças menores a se alimentarem; auxiliar a criança a desenvolver a coordenação motora; observar a saúde e o bem-estar das crianças; Ministrar medicamentos conforme prescrição médica; prestar primeiros socorros, cientificando o superior imediato da ocorrência; orientar os pais quanto à higiene infantil, comunicando-lhes os acontecimentos do dia; Levar ao conhecimento do chefe imediato qualquer incidente ou dificuldade ocorrida; Vigiar e manter a disciplina das crianças sob sua responsabilidade, confiando-as aos cuidados de seu substituto ou responsáveis, quando afastar-se, ou ao final do período de atendimento; Apurar a frequência diária ou mensal dos menores; Receber e acompanhar as crianças até o portão de entrada da entidade; Proporcionar um ambiente agradável para a hora do soninho dos bebês e de outras crianças que necessitarem; Colaborar com as atividades de articulação da entidade.	Ensino Médio
Psicólogo 40 horas	Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo adotando tratamento para o equilíbrio psicológico. Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares, junto aos programas federais (PETI e/ou CRAS)	Ensino Superior em Psicologia e registro no órgão de classe.
Psicólogo 20 horas	Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo adotando tratamento para o equilíbrio psicológico. Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares.	Ensino Superior em Psicologia e registro no órgão de classe.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo local autorizado, por decreto, a atualizar os anexos constantes da Lei Complementar n. 016/2010 de acordo com as alterações introduzidas por esta LEI.
Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à

conta da dotação do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 12 de abril de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Municipal N° 0027/2013

DECRETO N° 27, DE 25 DE ABRIL DE 2013

Dispõe sobre o Cronograma de Ações para Implementação de Procedimentos Contábeis Padronizados e Consolidados com o Plano de Contas aplicado ao Setor Público e dá outras providências.

O PREFEITO DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN n° 828, de 14 de dezembro de 2011, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES (DATA DE INÍCIO)
1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competência, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribiuições, inclusive dívida ativa	Janeiro de 2014
2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência	Janeiro de 2014
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Janeiro de 2014
3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações do MCASP.	Janeiro de 2014
4 - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Janeiro de 2014
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Janeiro de 2014
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Janeiro de 2014
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura;	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Janeiro de 2014
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014

5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura	Janeiro de 2014
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Janeiro de 2014
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Janeiro de 2014
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Janeiro de 2014
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Janeiro de 2014
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Janeiro de 2014
8 - Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privado por meio de custo ou equivalência patrimonial.	Janeiro de 2014
8.2 - Implementação de controle de estoque/almoxxarifado.	Janeiro de 2014

Art. 2º Ficam automaticamente prorrogados os prazos estabelecidos no art. 1º, em virtude de não estarem adequados, em tempo hábil, os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n° 20, de 28 de março de 2012.

Salto Veloso-SC, 25 de abril de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na forma da Lei n° 1.307, de 20 de março de 2009.

JOSÉ CARLOS ONEDA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Decreto Municipal N° 0028/2013

DECRETO N° 028, DE 25 DE ABRIL DE 2013.

CONVOCA A 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE SALTO VELOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, considerando Decreto Estadual n.º 6231, de 16 de outubro de 2012 e a Resolução Normativa n° 14 de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades, decreta:

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 28 de maio de 2013, sob a coordenação da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades terá como tema: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!"

Art. 3º A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades será presidida pelo Prefeito Municipal, Senhor Claudemir Cesca, e no seu impedimento, pelo Secretário de Administração e Finanças, Senhor José Carlos Oneda.

Art. 4º O Coordenador da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal elaborado pelas entidades componentes da Comissão Preparatória Municipal.

Parágrafo Único: O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter data, local e pauta.

Art. 5º As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do próprio Município.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso-SC, 25 de abril de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado na forma da Lei nº 1.307, de 20 de março de 2009.

JOSÉ CARLOS ONEDA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Edital de PP Nº 18/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PP Nº 18/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 18/2013, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: A presente licitação, do tipo menor preço por LOTE, tem por finalidade aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para uso junto ao grupo de idosos do município de Salto Veloso - SC com a retirada em parcelas semanalmente durante o exercício de 2013, destinado a Empresas Localizadas no Município de acordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 10/05/2013 até as 09h00min.

Abertura: 10/05/2013, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 26 de Abril de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Chamada Pública Para Credenciamento

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2013

Objeto: Chamada Pública para Credenciamento de Laboratórios de Análises Clínicas a serem contratados por inexigibilidade de licitação para prestação dos serviços de Diagnóstico em Laboratório Clínico no atendimento aos serviços de saúde ofertados pela Rede Municipal de Saúde aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, usando como referência os procedimentos e valores do Grupo 2, Subgrupo 2 da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, com credenciamento a partir da data desta publicação, com entrega dos envelopes com a documentação nos horários das 08:00 às 11:30h e das 13:30 às 18:00h. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113-Email: compras@santarosadosul.sc.gov.br

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA.

Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Resultado Edital de Contratação Temporária Nº 005/2013

RESULTADO

PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
EDITAL Nº 005/2013

O Prefeito de São Bento do Sul, homologa e torna público a lista de candidatos classificados no Processo Seletivo de Contratação Temporária Edital n.º 005/2013.

Informa ainda que conforme dispõe o Edital, o prazo para recursos será de dois dias úteis a partir da publicação.

Classificação	Nome	Cargo
1º	Célia Cristina Neme Rios	Médico Clínico Geral
2º	Leovegildo Pablo Tondello Martins	Médico Clínico Geral
1º	Pericles Menezes da Costa	Médico do Trabalho
1º	Rodrigo Kruchelski Machado	Médico Ortopedista

São Bento do Sul, 29 de abril de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

IPRESBS**Portaria IPRESBS N° 123/2013**

PORTARIA IPRESBS N° 123/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 24/04/2013 a 26/04/2013, a servidora CRISTINA MIEKO AKAMATSU, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 09/04/2013 a 23/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/04/2013.

São Bento do Sul, 25/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente Portaria IPRESBS N° 124/2013

PORTARIA IPRESBS N° 124/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/04/2013 a 07/06/2013, a servidora CRISTIANE GRUBER JELINSKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/03/2013 a 10/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/04/2013.

São Bento do Sul, 25/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N° 125/2013

PORTARIA IPRESBS N° 125/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA,

no período de 16/04/2013 a 29/05/2013, a servidora ELISETE PIEKARSKI IARGAS DE PAULA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/04/2013 a 15/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/04/2013.

São Bento do Sul, 25/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N° 127/2013

PORTARIA IPRESBS N° 127/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 02/05/2013 a 14/06/2013, a servidora ANN KATRIN BECKER GOULART, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/04/2013 a 01/05/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/05/2013.

São Bento do Sul, 25/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N° 128/2013

PORTARIA IPRESBS N° 128/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 18/04/2013 a 17/05/2013, a servidora SILVANA DE FATIMA MEIMBERG GODOI FAVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 04/04/2013 a 17/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/04/2013.

São Bento do Sul, 25/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N° 129/2013

PORTARIA IPRESBS N° 129/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 26/04/2013 a 08/05/2013, a servidora JEANETE MUEHLBAUER PSCHIEDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/04/2013 a 25/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/04/2013.

São Bento do Sul, 26/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N° 132/2013

PORTARIA IPRESBS N° 132/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, no período de 26/04/2013 a 10/05/2013, à servidora MARLI DE SOUZA QUANDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/04/2013 a 25/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/04/2013.

São Bento do Sul, 26/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N° 134/2013

PORTARIA IPRESBS N° 134/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no

uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 10/05/2013 a 28/06/2013, à servidora NADIA APARECIDA STURMER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 25/04/2013 a 09/05/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/05/2013.

São Bento do Sul, 26/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N° 135/2013

PORTARIA IPRESBS N° 135/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 24/04/2013 a 08/05/2013, a servidora SONIA APARECIDA SCHMIDT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 09/04/2013 a 23/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/04/2013.

São Bento do Sul, 26/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N° 122/2013

PORTARIA IPRESBS N° 122/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à servidora ANA LUCIA POLVERELLI, ocupante do cargo efetivo de provimento efetivo de Médico Oftalmologista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família.

Art. 2º. A licença a que se refere o artigo 1º contar-se-á de 21/02/2013 a 22/03/2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

com efeitos retroativos do período do Art. 2º.

São Bento do Sul, 25/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N°. 126/2013
PORTARIA IPRESBS N°. 126/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 29/04/2013 a 30/08/2013, concedido a servidora CARMELITA MANOEL VARGAS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 028/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/04/2013.

São Bento do Sul, 25/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N°. 130/2013
PORTARIA IPRESBS N°. 130/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 20/04/2013 a 17/05/2013, concedido a servidora LEONI KRUGER MAAHS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Especialista em Assuntos Educacionais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 060/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/04/2013.

São Bento do Sul, 26/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N°. 131/2013
PORTARIA IPRESBS N°. 131/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 08/05/2013 a 17/05/2013, concedido a servidora SONIA KACHUBOWSKI DE LIMA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal

de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 078/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08/05/2013.

São Bento do Sul, 26/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS N°. 133/2013
PORTARIA IPRESBS N°. 133/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 20/04/2013 a 16/10/2013, concedido a servidora SANDRA ELIETE SANT ANNA PINHEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 027/2009, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/04/2013.

São Bento do Sul, 26/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE

Portaria/SAMAE /SBS/Nº 099, de 26 de Abril de 2013.
"REVOGA PORTARIA"

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul - SC, nomeado pela Portaria nº 013, de 01 de janeiro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, § 2º da Lei Municipal nº 41 de 17/08/1966, alterada pela Lei Municipal nº 702 de 03/12/1996,

RESOLVE

Art. 1º - REVOGAR a portaria nº 098, de 23 de abril, que nomeou LISANE QUINT, aprovada no concurso público 009/2011, para o cargo de provimento efetivo de ANALISTA DE SANEAMENTO I, Grupo Ocupacional 03, Classe A, por desistência espontânea, conforme prevê o artigo 19 § 1º da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos legais a partir de 25 de abril de 2013.

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Sexto Chamamento de Candidatos Classificados No Processo Seletivo Simplificado N° 0002/2012

SEXTO CHAMAMENTO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 002/2012, PARA O MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

REALIZA CHAMAMENTO:

De candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado, Edital n° 002/2012, de 18 de dezembro de 2012, do Magistério Público do Município de São Domingos (SC) e o Decreto de homologação do resultado de classificação n° 1213, de 07/02/13, sendo:

Chamamento: Conforme ordem de classificação;

Dia da Chamada: 03 de maio de 2013 - sexta-feira;

Horário da Chamada: 08:30 horas;

Local da Chamada: na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Fica aberta para a admissão de professor em caráter temporário (ACT), no cargo de Professor de Educação Física (30 horas), junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

As Vagas e Turno será definido na data da escolha.

Período: durante o ano letivo de 2013;

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 26 de abril de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Ata de Reunião da Comissão de Licitações - Processo de Licitação Prefe N. 018/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

TOMADA DE PREÇOS N. 003/2013

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Rua Getúlio Vargas, 750 Centro

CEP: 89.835-000 - São Domingos - SC

Processo Administrativo:

Processo de Licitação PREFE n. 018/2013

Data do Processo: 20/03/2013

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Reuniu-se, as 15:00 horas do dia 26 de abril de 2013 a Comissão de Licitações para dar continuidade a Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE N. 018/2013, Modalidade Tomada de Preço PREFE n. 003/2013, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DOS CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS CONSTANTES NO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS/SC, conforme havia sido designado em ata na sessão anterior já que não houve interposição de recurso. Todas as participantes foram comunicadas, porém, nenhuma se fez representar. Passou-se à abertura dos envelopes n. 02 - Proposta de Preços da licitante Objetiva Concursos Ltda, CNPJ n. 00.849.426/0001-14, já que, como consta na ata anterior, as licitantes: Empresa Paranaense de Licitações - EPL; Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes Ltda e CONCESP

- Concursos, Residências Médicas, Avaliações e Pesquisas Ltda, foram declaradas INABILITADAS por não terem cumprido com o exigido no item 2.1 do Edital, ou seja, não se encontravam cadastradas no Cadastro de Fornecedores (CRC) do Município de São Domingos - SC, e tampouco atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior ao do recebimento das propostas. A empresa participante Objetiva Concursos Ltda, CNPJ n. 00.849.426/0001-14 apresentou proposta no valor global de R\$ 19.990,00 (dezenove mil, novecentos e noventa reais). A proposta foi declarada válida por cumprir com todos os requisitos do edital. Considerando que a menor e única proposta habilitada foi da empresa Objetiva Concursos Ltda, esta foi declarada vencedora do certame. Não tendo nenhuma empresa se feito representar por preposto no ato, a intimação da presente decisão será feita mediante publicação na imprensa oficial, nos termos do artigo 109, § 1º, da Lei n. 8.666/93, ficando aberto o prazo recursal previsto no mesmo dispositivo. Decorrido o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, o presente processo será remetido, na íntegra, ao Departamento Jurídico para análise e Parecer Final, e posteriormente à Autoridade Competente para deliberação. Nada mais.

São Domingos, SC, 26 de abril de 2013.

ANA CLAUDIA B. F. DA LUZ

Presidente da Comissão de Licitações

PAULA NATANA COMACHIO

Membro da Comissão

LENIZE KLEIN LATREILLE

Membro da Comissão

SIMONE ZANIN

2º Suplente

ADRIANA LÚCIA PRETTO

1º Suplente

São João do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato N° 038/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 038/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO PELO CONTRATANTE E O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA

VIGÊNCIA: 04/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 312.360,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 017/2013 - Pregão Presencial n° 004/2013 de 18/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0502 - 15.452.0112.2037
-3.3.90.30.01.00.00.00.0080; 0502 - 26.782.0114.2040
-3.3.90.30.01.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2029
-3.3.90.30.01.00.00.00.0108; 1001 - 20.606.0113.2039 -
3.3.90.30.01.00.00.00.0080.

São João do Sul, 04 de Março de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Portaria N°. 078 de 01 de Abril de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

PORTARIA N°. 078 DE 01 DE ABRIL DE 2013.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Conceder Férias para a Servidora GRAZIELA BROCCA PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, no período de 01/04/2013 a 30/04/2013, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 1º de abril de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N°. 079 de 01 de Abril de 2013.

PORTARIA N°. 079 DE 01 DE ABRIL DE 2013.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, § 5º, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Conceder Férias para a Servidora NEUZA EMELINA ROXO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Servente da seguinte forma: de 01/04/2013 a 10/04/2013 abono pecuniário, e de 11/04/2013 a 30/04/2013 gozo de férias, referente ao período aquisitivo 2011/2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 1º de abril de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria N°. 080 de 01 de Abril de 2013.

PORTARIA N°. 080 DE 01 DE ABRIL DE 2013.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

R E S O L V E:

Conceder Férias para a Servidora MICHELY SCHEFFER MACHADO CARDOSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 01/04/2013 a 30/04/2013, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 1º de abril de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Extrato de Contrato N° 012/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 012/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA COM ADVOGADOS DEVIDAMENTE INSCRITOS NA (O.A.B), PARA PRESTAR ASSESSORIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, DEP. DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL E NOS PREGÕES REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE, DEVENDO EMITIR PARACERES JURÍDICOS E JUSTIFICATIVAS QUE NECESSITEM DE APROVAÇÃO JURÍDICA, BEM COMO REALIZAR AS DEFESAS EM EVENTUAIS DEMANDAS JUDICIAIS DECORRENTES DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DEMAIS PROCESSOS NO EXERCÍCIO DE 2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DE CASTRO, PLEGRIM E PEREIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS

VIGÊNCIA: 01/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 30.800,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 012/2013 - Carta Convite nº 003/2013 de 21/01/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0301 - 04.122.0103.2003 - 3.3.90.35.01.00.00.0080

São João do Sul, 01 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 014/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 014/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA VEICULOS ONIBUS DE PLACAS MLF 7227, MLF 7327 E MKW 7026, DO TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.

VIGÊNCIA: 18/02/2013 à 06/03/2013.

VALOR: R\$ 3.540,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 018/2013 - Dispensa de Licitação nº 009/2013 de 18/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.361.0116.2029 - 3.3.90.30.01.00.00.00101

São João do Sul, 18 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 033/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N° 033/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA O PROGRAMA DE ERRADIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL FAMILIA E APOIO A PESSOA IDOSA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DOUTEL ALVES ME

VIGÊNCIA: 01/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 11.165,50 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2013 - Pregão Presencial nº 002/2013 de 18/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0902 - 08.243.0105.2008
- 3.3.90.30.07.00.00.00.0051; 0902 - 08.243.0105.2009
- 3.3.90.30.07.00.00.00.0053; 0902 - 08.241.0106.2015 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0051.

São João do Sul, 01 de Março de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 034/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N° 034/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA O PROGRAMA DE ERRADIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI, PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL FAMILIA E APOIO A PESSOA IDOSA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: LEONIR RAUPP ESPÍNDOLA ME

VIGÊNCIA: 01/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 26.771,38- Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 014/2013 - Pregão Presencial nº 002/2013 de 18/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0902 - 08.243.0105.2008
- 3.3.90.30.07.00.00.00.0051; 0902 - 08.243.0105.2009
- 3.3.90.30.07.00.00.00.0053; 0902 - 08.241.0106.2015 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0051.

São João do Sul, 01 de Março de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 035/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N° 035/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA OS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A

VIGÊNCIA: 01/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 8.888,00- Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 015/2013 - Pregão Presencial nº 003/2013 de 18/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0301 - 04.122.0103.2003
- 3.3.90.39.69.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2022
- 3.3.90.39.69.00.00.00.0101; 0701 - 12.361.0116.2029
- 3.3.90.39.69.00.00.00.0101 - 0902 - 08.244.0106.2012

- 3.3.90.39.69.00.00.00.0080.

São João do Sul, 01 de Março de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 036/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N° 036/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA OS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

VIGÊNCIA: 01/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 400,00- Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 015/2013 - Pregão Presencial nº 003/2013 de 18/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.361.0116.2029 -
3.3.90.39.69.00.00.00.0101

São João do Sul, 01 de Março de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 037/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N° 037/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO PELO CONTRATANTE E O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE FORMA PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARVI COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 04/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 120.647,00- Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 017/2013 - Pregão Presencial nº 004/2013 de 18/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0201 - 04.122.0102.2002
- 3.3.90.30.01.00.00.00.0080; 0301 - 04.122.0103.2003
- 3.3.90.30.01.00.00.00.0080; 0502 - 06.181.0104.2006
- 3.3.90.30.01.00.00.00.0080; 0502 - 26.782.0114.2040
- 3.3.90.30.01.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2022
- 3.3.90.30.01.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2029
- 3.3.90.30.01.00.00.00.0112; 0902 - 08.244.0105.2008
- 3.3.90.30.01.00.00.00.0054; 0902 - 08.244.0106.2012
- 3.3.90.30.01.00.00.00.0080; 1001 - 20.606.0113.2039 -
3.3.90.30.01.00.00.00.0080.

São João do Sul, 04 de Março de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 039/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N° 039/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CAMA MESA E BANHO, MATERIAL DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA: ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL, CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E

CULTURA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PAULO CARDOSO CONSTANTE - ME

VIGÊNCIA: 08/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 8.763,10 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 019/2013 - Pregão Presencial nº 005/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.122.0116.2023
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0080; 0701 - 12.122.0116.2023
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0080; 0701 - 12.122.0116.2023
 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2022
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2022
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2022
 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2027
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2027
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2027
 - 3.3.90.30.20.00.00.00.0102 - 0701 - 12.365.0116.2024
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0102; 0701 - 12.365.0116.2024
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0102; 0701 - 12.365.0116.2024 -
 3.3.90.30.20.00.00.00.0102.

São João do Sul, 08 de Março de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 040/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 040/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CAMA MESA E BANHO, MATERIAL DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO PARA: ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL, CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 08/03/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 5.783,24 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 019/2013 - Pregão Presencial nº 005/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0701 - 12.122.0116.2023
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0080; 0701 - 12.122.0116.2023
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0080; 0701 - 12.361.0116.2022
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2022
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2027
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2027
 - 3.3.90.30.21.00.00.00.0102; 0701 - 12.365.0116.2024
 - 3.3.90.30.22.00.00.00.0102; 0701 - 12.365.0116.2024 -
 3.3.90.30.21.00.00.00.0102.

São João do Sul, 08 de Março de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 013/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 013/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 080/2012

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do presente contrato para 09/04/2013, que tem por objeto a EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E RECAPEAMENTO COM CAUQ DA AVENIDA NEREU RAMOS, RUA ÁLVARO ALEXANDRE, RUA JAIME GRUENDLER E RUA LUIZ SCANDOLARA, CENTRO, SÃO JOÃO DO SUL/SC, CONFORME

PROJETO E MEMORIAL DESCRITO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 029/2012 - Tomada de Preços nº. 002/2012 de 11/04/2012, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 08 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 015/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 015/2013

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 003/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM FILTRADA PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ENSINO FUNDAMENTAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 003/2013 - Dispensa de Licitação nº. 003/2013 de 02/01/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 21 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 016/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 016/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: DOUTEL ALVES ME

VIGÊNCIA: 25/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 1.750,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 013/2013 - Pregão Presencial nº. 001/2013 de 08/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 -
 3.3.90.30.07.00.00.00.0103

São João do Sul, 25 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N° 017/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 017/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SUPERMERCADO MURIANA LTDA ME

VIGÊNCIA: 25/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 52.955,97. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 013/2013 - Pregão Presencial nº. 001/2013 de 08/02/2013, de acordo com a Lei

8.666/93 e suas alterações.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0103

São João do Sul, 25 de Fevereiro de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 018/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N°. 018/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARIA DO CARMO DE MATOS COSTA

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 5.023,50. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 021/2013 - Dispensa de Licitação n° 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0080; 0701 - 12.306.0116.2028
- 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0902 - 08.243.0105.2009 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0053.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 019/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N°. 019/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MILTON MONTEIRO CARDOSO

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 5.873,86. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 021/2013 - Dispensa de Licitação n° 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0080; 0701 - 12.306.0116.2028
- 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0902 - 08.243.0105.2009 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0053.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 020/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N°. 020/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE

MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ALTAMIRO PEREIRA COSTA

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 4.537,70. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 021/2013 - Dispensa de Licitação n° 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0080 - 0701 - 12.306.0116.2028
- 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0902 - 08.243.0105.2009 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0053.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 021/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N°. 021/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ANITO FARIAS DA ROSA

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 7.500,00. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 021/2013 - Dispensa de Licitação n° 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0080; 0701 - 12.306.0116.2028
- 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0902 - 08.243.0105.2009 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0053.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 022/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N°. 022/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ÉVELI ROLDÃO BAUER FAVERI

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 3.575,00. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório n°. 021/2013 - Dispensa de Licitação n° 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0080 - 0701 - 12.306.0116.2028
- 3.3.90.30.07.00.00.00.0103 - 0902 - 08.243.0105.2009 -
3.3.90.30.07.00.00.00.0053.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.
JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 023/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N°. 023/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CLODOALDO MONTEIRO RODRIGUES

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 300,00. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 021/2013 - Dispensa de Licitação nº 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0080.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 024/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N°. 024/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CLEUSA CECÍLIA SCHEFFER CONSTANTE

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 5.994,00. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 021/2013 - Dispensa de Licitação nº 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0080

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 025/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N°. 025/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARISA PEREIRA COSTA PATRICIO

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 2.250,00. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 021/2013 - Dispensa de Licitação nº 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0080.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS
Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 026/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N°. 026/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: WANDERBILT PEREIRA RAUPP

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 8.640,00. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 021/2013 - Dispensa de Licitação nº 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0080; 0902 - 08.243.0105.2009 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0053.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 027/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N°. 027/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: MARIA CONCEIÇÃO PEREIRA COSTA

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 3.320,15. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 021/2013 - Dispensa de Licitação nº 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0080; 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103; 0902 - 08.243.0105.2009 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0053.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 028/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO N°. 028/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: GILMAR DOS SANTOS BAUER

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 4.725,00. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 021/2013 - Dispensa de Licitação nº 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103 - 0902 - 08.243.0105.2009 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0053.

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 029/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N°. 029/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: SIMONE SCHEFFER HENDLER

VIGÊNCIA: 26/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 6.100,00. - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 021/2013 - Dispensa de Licitação nº 010/2013 de 26/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e Lei 11.947-09 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0701 - 12.306.0116.2028 - 3.3.90.30.07.00.00.00.0103

São João do Sul, 26 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 030/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N°. 030/2013

OBJETO: CONTRATO DE ADESÃO AO PROGRAMA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

São João do Sul, 28 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 031/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N°. 031/2013

OBJETO: DISCIPLINAR A ENTREGA DE RECURSOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL AO CIGA PARA ATENDIMENTO DO OBJETO DISCIPLINADO NO CONTRATO DE PROGRAMA Nº30/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

VIGÊNCIA: 28/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 2.600,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 022/2013 - Dispensa de Licitação nº. 011/2013 de 28/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0301 - 04.122.0103.2003 - 3.1.71.70.01.00.00.00.1080; 0301 - 04.122.0103.2003 - 3.3.71.70.01.00.00.00.1080; 0301 - 04.122.0103.2003 - 4.4.71.70.01.00.00.00.1080

São João do Sul, 28 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato N°. 032/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N°. 032/2013

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: ANTONIO AGUINALDO SACCON - ME

VIGÊNCIA: 28/02/2013 à 31/12/2013.

VALOR: R\$ 79.644,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 016/2013 - Carta Convite nº. 004/2013 de 18/02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0301 - 04.122.0103.2003 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080; 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080; 0502 - 26.782.0114.2040 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0107; 0701 - 12.361.0116.2022 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0102; 0701 - 12.361.0116.2029 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0112; 0902 - 08.244.0106.2012 - 3.3.90.30.39.00.00.00.0080

São João do Sul, 28 de Fevereiro de 2013.

JOAO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Complementar N° 150, de 29 de Abril de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder recomposição na remuneração dos servidores públicos municipais da administração direta e indireta, ativos, inativos, pensionistas e conselheiros tutelares, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a conceder o percentual de 6% (seis por cento) sobre os vencimentos dos servidores públicos municipais da administração direta e indireta, ativos, inativos, pensionistas e conselheiros tutelares, sendo 5,83% (cinco vírgula oitenta e três por cento) a título de recomposição referente ao IPCA acumulado no período de 1º/01/2012 a 31/12/2012, e 0,17% (zero vírgula dezessete por cento) a título de reajuste de vencimentos.

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a conceder o mesmo percentual de recomposição e reajuste, previsto no artigo 1º desta Lei, sobre:

I - as remunerações dos cargos de provimento em comissão de Gerência e Assessoramento Superior, prevista no Anexo II, da Lei Complementar nº 99, de 03 de fevereiro de 2009;

II - os Adicionais de Responsabilidade - AR's, previstos no Anexo III, da Lei Complementar nº 99, de 03 de fevereiro de 2009; e

III - o Vale Alimentação, previsto no artigo 1º, da Lei nº 1.978, de 22 de novembro de 2011.



Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2013.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Lei Complementar N° 151, de 29 de Abril de 2013.

LEI COMPLEMENTAR N° 151, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Institui abono especial aos servidores do magistério público municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído abono especial, que será concedido aos servidores do magistério público municipal em efetivo exercício, através de creditamento na folha de pagamento dos servidores, da seguinte forma:

I - no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, para os profissionais com carga horária de 40 horas semanais;

II - no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, para os profissionais com carga horária de 30 horas semanais;

III - no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) mensais, para carga horária de 20 horas semanais;

IV - no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, para carga horária de 10 horas semanais.

§ 1º O abono especial será concedido no período de 1º de maio a 31 de dezembro de 2013 e será creditado em folha de pagamento do servidor.

§ 2º O período de concessão do abono especial, constante do § 1º, poderá ser prorrogado mediante lei específica.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2013.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Lei Complementar N° 152, de 29 de Abril de 2013.

LEI COMPLEMENTAR N° 152, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Altera as Leis Complementares: nº 99, de 03 de fevereiro de 2009 e nº 56, de 14 de outubro de 2005 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os Anexos III e IV da Lei Complementar nº 99, de 03 de fevereiro de 2009, passam a vigorar com as redações constantes dos Anexos I e II desta Lei Complementar, sucessivamente.

Art. 2º O artigo 6º, da Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º

§ 4º Excetuam-se da previsão constante do § 3º, deste artigo, os cargos de Agente Administrativo, Assistente Administrativo, Técnico em Tributação, Técnico em Administração, Motorista, Motorista de Carga Pesada e Operador de Máquinas II, cujos níveis de vencimentos constam do Anexo I, desta Lei Complementar, desde que estes níveis sejam superiores aos vencimentos conquistados pelos servidores até a data em que os cargos foram considerados em extinção." (NR)

Art. 3º O Anexo I da Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005, passa a vigorar com a redação constante do Anexo III desta Lei Complementar.

Art. 4º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar serão utilizados recursos do orçamento municipal.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei Complementar nº 152, de 29 de abril de 2013)

ANEXO III

(Lei Complementar nº 099, de 03 de fevereiro de 2009)

ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE - AR

CÓDIGO/ NÍVEL	%AGS-1	ADICIONAL ORIGINAL	ADICIONAL ATUALIZADO	Nº DE VAGAS
AR-1	35%	R\$ 1.680,00	R\$ 2.065,00	4
AR-2	30%	R\$ 1.560,00	R\$ 1.770,00	3
AR-3	20%	R\$ 960,00	R\$ 1.180,00	9
AR-4	15%	R\$ 720,00	R\$ 885,00	40
AR-5	10%	R\$ 480,00	R\$ 590,00	2
AR-6	6%	R\$ 288,00	R\$ 354,00	26

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei Complementar nº 152, de 29 de abril de 2013)

ANEXO IV

(Lei Complementar nº 99, de 03 de fevereiro de 2009).

NÚMERO DE VAGAS DO ADICIONAL DE RESPONSABILIDADE - AR

Órgão	Denominação do Cargo	AR-1	AR-2	AR-3	AR-4	AR-5	AR-6
Gabinete do Prefeito	Assessoria de Gabinete				2		
	Assessoria de Comunicação				1		
	Assessoria de Articulação				1	1	

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO III
(Lei Complementar nº 152, de 29 de abril de 2013)

ANEXO I
(Lei Complementar nº 56, de 14 de outubro de 2005)

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E RESPECTIVO GRUPO OCUPACIONAL

GRUPO OCUPACIONAL	CARGO	NÍVEL	CÓDIGO
	MOTORISTA	4	24
OCUPAÇÕES DE NÍVEL OPERACIONAL BÁSICO - NOB	MOTORISTA DE CARGA PESADA	4	25
	OPERADOR DE MÁQUINAS II	4	27

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Lei N 2.078, de 29 de Abril de 2013.

LEI N 2.078, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênios, concedendo auxílio financeiro a entidades, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios e a conceder auxílio financeiro às seguintes entidades, para o exercício de 2013:

I - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, inscrito no CNPJ sob o nº 83.021.873/0001-08, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), a ser pago em 6 (seis) parcelas iguais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais);

II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 80.622.376/0001-77, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser pago em 2 (duas) parcelas iguais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

III - Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Lourenço do Oeste - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 06.536.696/0001-51, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a ser pago em 2 (duas) parcelas de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada;

IV - Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Distrito de Presidente Juscelino, inscrita no CNPJ sob o nº 04.142.272/0001-87, no valor de R\$ 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais), a ser pago em uma única parcela, na data de 26 de julho de 2013;

V - Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas de Distrito de Frederico Wastner, Município de São Lourenço do Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 03.883.258/0001-71, no valor de R\$ 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais), a ser pago em uma única parcela, na data de 26 de julho de 2013;

VI - Associação de Agricultores de São Roque, Planalto e Santana da Bela Vista, inscrita no CNPJ sob o nº 04.997.606/0001-02, no valor de R\$ 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais), a ser pago em uma única parcela, na data de 26 de julho de 2013;

VII - Associação de Desenvolvimento do Distrito de São Roque, inscrita no CNPJ sob o nº 03.151.088/0001-30, no valor de R\$ 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais), a ser pago em uma única parcela, na data de 26 de julho de 2013;

VIII - Associação de Máquinas Setor 2 (Dois) de Presidente Juscelino, localizada no distrito de mesmo nome, inscrita no CNPJ sob o nº 11.382.344/0001-29, no valor de R\$ 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais), a ser pago em uma única parcela, na data de 26 de julho de 2013.

Art. 2º Para cobertura das despesas desta Lei serão utilizados recursos previstos no Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Lei N° 2.079, de 29 de Abril de 2013.

LEI N° 2.079, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Altera a Lei nº 1.978, de 22 de novembro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º A Lei nº 1.978, de 22 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder o vale alimentação aos servidores municipais da administração direta e indireta, efetivos, comissionados, admitidos em caráter temporário, conselheiros tutelares, em efetivo exercício na data do pagamento, da seguinte forma:

I -

II - REVOGADO;

§ 1º O vale alimentação poderá ser creditado em folha de pagamento do servidor, ou mediante cartão alimentação, podendo ocorrer em data distinta do creditamento de vencimentos.

§ 2º REVOGADO;

§ 3º REVOGADO." (NR)

"Art. 2º O vale alimentação não têm natureza vencimental e não será incorporado, para quaisquer efeitos, aos vencimentos, vantagens ou gratificações percebidas pelo servidor." (NR)

"Art. 3º A revisão do vale alimentação ocorrerá a partir do exercício de 2013, sempre que for concedido o reajuste ou revisão dos vencimentos, aplicando-se o mesmo índice de correção." (NR)

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da execução da presente Lei serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto N° 4.629, de 29 de Abril de 2013.

DECRETO N° 4.629, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada de Licitação Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos VII e XV do art. 55, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns no âmbito deste Município, qualquer que seja o valor estimado, nas condições deste Decreto.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime deste Decreto, a

administração direta, bem como, os fundos especiais, as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente por este Município.

Art. 2º Pregão é a modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns, é feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais.

Art. 3º Ressalvados os casos especificados na legislação, os contratos celebrados para a aquisição de bens e serviços comuns serão precedidos, preferencialmente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

Art. 4º A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, às locações imobiliárias e às alienações em geral, que serão regidas pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Art. 6º Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, em consonância com as especificações usuais existentes no mercado, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único. As inclusões e exclusões de bens e serviços que constam do Anexo Único deste Decreto poderão ser efetivadas por intermédio de Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 7º Todos quantos participantes de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 8º Compete ao Prefeito Municipal na realização do pregão:

- I - determinar a abertura da licitação;
- II - designar o pregoeiro e os componentes da equipe de apoio;
- III - decidir os recursos contra atos do pregoeiro; e
- IV - homologar o resultado da licitação e promover a celebração do contrato.

Art. 9º A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição, devendo estar refletida no termo de referência;

II - a autoridade competente deverá:

- a) definir o objeto do certame de forma clara e objetiva, de acordo com o termo de referência elaborado pela Gerência de Licitações e Compras, obedecidas as especificações praticadas no mercado e o seu valor estimado;
- b) justificar a necessidade de aquisição;
- c) estabelecer os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as cláusulas do contrato ou instrumento

equivalente, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para o fornecimento; e

d) designar, dentre os servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro responsável pelos trabalhos do pregão e a sua equipe de apoio;

III - constarão dos autos do certame a motivação de cada um dos atos especificados no inciso anterior e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento estimado e o cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso; e

IV - para julgamento, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para o fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 10. São atribuições do pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio:

- I - o credenciamento dos interessados;
- II - o recebimento dos envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;
- III - a abertura dos envelopes das propostas de preços, o seu exame e a classificação dos licitantes;
- IV - a condução dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;
- V - a adjudicação do objeto ao licitante vencedor;
- VI - a elaboração de ata;
- VII - o recebimento, o exame e a decisão sobre recursos; e
- VIII - o encaminhamento do processo devidamente instituído, após a adjudicação, ao Prefeito Municipal, visando a homologação e a contratação.

Art. 11. A equipe de apoio deverá ser integrada, na maioria de seus membros, por servidores ocupantes de cargos efetivos pertencentes ao quadro permanente de pessoal da administração, para prestar a necessária assistência ao pregoeiro.

Art. 12. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados será efetuada por meio de aviso, atendidos os limites dos valores estimados das contratações, publicadas como segue:

a) para bens e serviços com valores estimados em até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):

1. em imprensa oficial do município;

b) para bens e serviços com valores estimados acima de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):

1. em jornal de grande circulação estadual; e

2. em imprensa oficial do município.

II - o aviso referido no inciso I conterá, no mínimo, as seguintes informações:

a) modalidade de licitação;

b) número de licitação;

c) órgão licitante;

d) resumo do objeto da licitação;

e) endereço, horário e outros meios para obter informações sobre a licitação; e

f) dia, hora e local de realização da sessão pública do pregão;

III - do edital constará definição precisa, suficiente e clara do objeto, bem como a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, e onde será realizada a sessão pública do pregão;

IV - o edital fixará prazo não inferior a 8 (oito) dias úteis, contados da última publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas e providenciarem a documentação de habilitação necessária;

V - no dia, hora e local designado no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de

habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando, se for o caso, possuir os necessários poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

VI - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido, procedendo-se a sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

VII - não será admitida a participação de empresas distintas valendo-se de um único representante;

VIII - o pregoeiro procederá a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o licitante da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores superiores em até 10% (dez por cento), relativamente, à proposta de menor preço;

IX - não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, serão classificados os licitantes das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

X - em seguida será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

XI - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e dos demais, em ordem decrescente de valor;

XII - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

XIII - caso não se realizem lances verbais será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

XIV - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

XV - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

XVI - sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para conformação das condições habilitatórias;

XVII - constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;

XVIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender as exigências de habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

XIX - nas situações previstas nos incisos XII, XIII e XVIII o pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para que seja obtido preço melhor;

XX - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XXI - os recursos contra decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo;

XXII - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XXIII - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante prevista no inciso XXI, importará a decadência do direito do recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

XXIV - decididos os recursos, o pregoeiro fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

XXV - homologada a licitação pelo Prefeito Municipal, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido no edital;

XXVI - se o licitante vencedor convocado dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XVIII; e

XXVII - o prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias se outro não estiver fixado no edital.

Art. 13. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos ou impugnações ao ato convocatório do pregão.

§ 1º Caberá à autoridade competente decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2º Acolhida a impugnação contra o ato convocatório será designada nova data para realização do certame.

Art. 14. Para habilitação dos licitantes, poderá ser exigida, exclusivamente, a documentação prevista na legislação geral de licitações, relativa à:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - regularidade fiscal;

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, conforme estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Parágrafo único. A documentação prevista neste artigo poderá ser substituída, total ou parcialmente, pelo Certificado de Registro Cadastral do Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos definidos no instrumento convocatório da licitação, assegurando-se aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes.

Art. 15. Quem, convocado no prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, apresentar documentação falsa exigida para o certame, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo único. O licitante ou fornecedor que se enquadrar no caput deste artigo, será suspenso do Cadastro de Fornecedores do Município pelo mesmo prazo da penalidade aplicada.

Art. 16. É vedada a exigência de:

I - garantia de proposta;

II - aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes ao fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e trazidos ao idioma nacional por tradutor juramentado.

Parágrafo único. O licitante estrangeiro deverá ter procurador residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos

de habilitação.

Art. 18. Quando permitida a participação de empresas em consórcio, aplicar-se-ão ao pregão as seguintes normas, conforme o caso:

I - deverá ser comprovada a existência de compromissos públicos ou particulares de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, a qual deverá atender as condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o Município;

II - cada uma das empresas consorciadas deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;

III - a capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;

IV - para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital;

V - as empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

VI - as empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases da licitação e durante a vigência do contrato; e

VII - no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observando o disposto no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. Antes da celebração do contrato deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Art. 19. O Prefeito Municipal poderá revogar a licitação em fase de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 20. Nenhum contrato será celebrado sem a efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dele decorrente no exercício financeiro em curso.

Art. 21. Deverão ser publicados até o quinto dia útil do mês subsequente, na imprensa oficial do Município, o extrato dos contratos celebrados no mês anterior.

Art. 22. Os atos essenciais do pregão serão documentados ou juntados ao respectivo processo para aferição de sua regularidade, compreendendo, sem prejuízo de outros, os seguintes:

I - justificativa da contratação;

II - termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;

III - planilhas de custos, quando for o caso;

IV - garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas e fontes dos recursos;

V - autorização de abertura de licitação;

VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VII - minuta do ato convocatório aprovado por assessoria jurídica;

VIII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

IX - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;

X - pareceres técnicos ou jurídicos quando for o caso;

XI - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e lances verbais apresentados, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação;

XII - recursos interpostos e respectiva análise, se for o caso;

XIII - atos de adjudicação, homologação, anulação ou revogação da licitação, conforme o caso;

XIV - comprovantes da publicação do aviso de edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos à publicidade do certame, conforme o caso.

Art. 23. Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores.

Art. 24. O Prefeito Municipal poderá delegar, total ou parcialmente, as suas atribuições previstas neste Regulamento.

Art. 25. Compete a Secretaria Municipal de Administração estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por este Decreto.

Art. 26. Fica revogado o Decreto nº 3.275, de 29 de dezembro de 2005 e demais disposições em contrário.

Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.629, de 29 de abril de 2013)

CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS

Para efeitos da adoção da modalidade de licitação denominada Pregão consideram-se:

1. BENS COMUNS:

1.1 Bens de Consumo:

1.1.1 Água mineral.

1.1.2 Combustível e lubrificante.

1.1.3 Gás.

1.1.4 Gênero alimentício.

1.1.5 Material de expediente.

1.1.6 Material hospitalar, médico e de laboratório.

1.1.7 Medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos.

1.1.8 Material de higiene, limpeza e conservação.

1.1.9 Oxigênio.

1.1.10 Uniforme.

1.1.11 Material elétrico, hidráulico e de construção civil.

1.1.12 Peças e componentes para veículos.

1.1.13 Suprimentos de informática.

1.1.14 Publicações e impressos.

1.1.15 Passagens terrestres.

1.1.16 Insumos agrícolas.

1.1.17 Sêmen.

1.2 Bens Permanentes:

1.2.1 Mobiliário.

1.2.2 Equipamentos em geral, exceto bens de informática.

1.2.3 Utensílios de uso geral, exceto bens de informática.

1.2.4 Veículos automotivos em geral.

1.2.5 Microcomputador de mesa ou portátil ("notebook"), monitor de vídeo e impressora.

2. SERVIÇOS COMUNS:

2.1. Serviços de Apoio Administrativo.

2.2. Serviços de Apoio à Atividade de Informática:

2.2.1 Digitação.

2.2.2 Manutenção.

2.3. Serviços de Assinaturas:

2.3.1. Jornal.

2.3.2. Periódico.

- 2.3.3. Revista.
- 2.3.4. Televisão via satélite.
- 2.3.5. Televisão a cabo.
- 2.4. Serviços de Assistência:
 - 2.4.1. Hospitalar.
 - 2.4.2. Médica.
 - 2.4.3. Odontológica.
- 2.5. Serviços de Atividades Auxiliares:
 - 2.5.1. Ascensorista.
 - 2.5.2. Auxiliar de escritório.
 - 2.5.3. Copeiro.
 - 2.5.4. Garçom.
 - 2.5.5. Jardineiro.
 - 2.5.6. Mensageiro.
 - 2.5.7. Motorista.
 - 2.5.8. Secretária.
 - 2.5.9. Telefonista.
- 2.6. Serviços de Confecção de Uniformes.
- 2.7. Serviços de Copeiragem.
- 2.8. Serviços de Eventos.
- 2.9. Serviços de Filmagem.
- 2.10. Serviços de Fotografia.
- 2.11. Serviços de Gás Natural.
- 2.12. Serviços de Gás Liquefeito de Petróleo.
- 2.13. Serviços Gráficos.
- 2.14. Serviços de Hotelaria.
- 2.15. Serviços de Jardinagem.
- 2.16. Serviços de Lavanderia.
- 2.17. Serviços de Limpeza e Conservação.
- 2.18. Serviços de Locação de Bens Móveis.
- 2.19. Serviços de Manutenção de Bens Imóveis.
- 2.20. Serviços de Manutenção de Bens Móveis.
- 2.21. Serviços de Remoção de Bens Móveis.
- 2.22. Serviços de Microfilmagem.
- 2.23. Serviços de Reprografia.
- 2.24. Serviços de Seguro Saúde.
- 2.25. Serviços de Gravação.
- 2.26. Serviços de Tradução.
- 2.27. Serviços de Telecomunicações de Dados.
- 2.28. Serviços de Telecomunicações de Imagem.
- 2.29. Serviços de Telecomunicações de Voz.
- 2.30. Serviços de Telefonia Fixa.
- 2.31. Serviços de Telefonia Móvel.
- 2.32. Serviços de Transporte.
- 2.33. Serviços de Vale Refeição.
- 2.34. Serviços de Vigilância e Segurança Ostensiva.
- 2.35. Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica.
- 2.36. Serviços de Apoio Marítimo.
- 2.37. Serviços de Aperfeiçoamento, Capacitação e Treinamento.
- 2.38. Serviços de Recapagens de Pneus.
- 2.39. Seguros para Veículos.
- 2.40. Serviços de Horas Máquinas.
- 2.41. Serviços de Detonação de Rocha.
- 2.42. Serviços de Arbitragem Esportiva.
- 2.43. Serviços de Assessoria Contábil.
- 2.44. Serviços de Assessoria Jurídica.
- 2.45. Serviços de Assessoria e Consultoria Veterinária.
- 2.46. Serviços de Coleta de Lixo Reciclável.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de abril de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Anulação de Publicação do Extrato do Contrato N° 345, de 11 de Abril de 2013.

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N° 345, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Publicado no DOM/SC - Edição n° 1226 - Pág. 293, datada de 25/04/2013.

Fica anulada a publicação do extrato do termo de cessão de uso n° 345, de 11/04/2013, contendo os dados abaixo, em razão de não ter sido assinado pelo responsável legal do usuário-aluno, fato este que impede a produção de seus efeitos:

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 345, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula n° 402655818, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adair de Lima, CPF n° 042.254.869-31.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570SN27, com registro no patrimônio do Município sob o n° 9798, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso n° 345, de 11 de abril de 2013.

Data da assinatura: 11 de abril de 2013.

Signatários:

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

ADAIR DE LIMA

responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Anulação de Publicação do Extrato do Contrato N° 349, de 11 de Abril de 2013.

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO N° 349, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Publicado no DOM/SC - Edição n° 1226 - Pág. 294, datada de 25/04/2013.

Fica anulada a publicação do extrato do termo de cessão de uso n° 349, de 11/04/2013, contendo os dados abaixo, em razão de não ter sido assinado pelo responsável legal do usuário-aluno, fato este que impede a produção de seus efeitos:

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 349, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula n° 702480622, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adair De Lima, CPF n° 042.254.868-31.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564614L, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10076, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso n° 349, de 11 de abril de 2013.

Data da assinatura: 11 de abril de 2013.

Signatários:

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

ADAIR DE LIMA

responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Retificação do Extrato do Termo de Cessão de Uso N° 239, de 11/04/2013.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 239, DE 11/04/2013.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Termo de Cessão de Uso, n° 239, de 11/04/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 25/04/2013 - edição 1226 - pág. 277, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 239, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula n° 500421013, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Antonio da Cruz, CPF n° 035.660.959-66.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5703Y3E, com registro no patrimônio do Município sob o n° 9945, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso n° 239, de 11 de abril de 2013.

Data da assinatura: 11 de abril de 2013.

Signatários:

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

ANTONIO DA CRUZ

Responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Retificação do Extrato do Termo de Cessão de Uso N° 306/2013, de 11/04/2013.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 306/2013, DE 11/04/2013.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Termo de Cessão de Uso, n° 306 de 11/04/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 25/04/2013 - edição 1226 - pág. 287, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 306, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula n° 302276181, da Escola Básica Municipal Irmã Cecília.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Angelo Alcides Crescela, CPF n° 814.566.979-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5643P3V, com registro no patrimônio do Município sob o n° 10022, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso n° 306, de 11 de abril de 2013.

Data da assinatura: 11 de abril de 2013.

Signatários: GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

ANGELO ALCIDES CRESCELA

Responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Retificação do Extrato do Termo de Cessão de Uso N° 328, de 11/04/2013.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 328, DE 11/04/2013.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Termo de Cessão de Uso, n° 328, de 11/04/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 25/04/2013 - edição 1226 - pág. 290-291, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 328, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula n° 13134605048, da Escola Básica Municipal São Roque.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Cristiano Borges de Oliveira, CPF n° 056.776.119-30.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A569GX3H, com registro no patrimônio do Município sob o n° 9690, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso n° 328, de 11 de abril de 2013.

Data da assinatura: 11 de abril de 2013.

Signatários:

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste

CRISTIANO BORGES DE OLIVEIRA

responsável legal pelo Usuário-Aluno.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatório de Recebimento de Recursos Federais - 25/04/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 25/04/2013 até 25/04/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		91.757,46
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	5.987,92
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	5.987,92
4.1.7.2.1.34.03.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PTMC	1.487,92
4.1.7.2.1.34.06.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PBFI	4.500,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	85.769,54
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	85.769,54
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	51.461,72
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	34.307,82

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 29/04/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO

Schroeder

PREFEITURA

Portaria N° 5.094/2013, de 29 de Abril de 2013

PORTARIA N° 5.094/2013, de 29 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão do funcionário, senhor Alan Cesar Ghissi, em 25 de janeiro de 2013;

Considerando que o Concurso Público nº 01/2012 e o Processo Seletivo nº 03/2012 ainda estão vigentes, porém, as listas de candidatos foram exauridas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.629/2013, de 11/04/2013, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Patricia Konrad, para exercer o cargo de Médica - ESF, percebendo o nível salarial nº 01 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e suas alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, no Decreto nº 2.629/2013, de 11/04/2013, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 29 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Concorrência N°. 01/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA N°. 01/2013-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da CONCORRÊNCIA N°. 01/2013-PMS, PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 35/2013-PMS, adjudicando em favor do senhor abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: O REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de caixa de captação pluvial sifonadas localizados aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico-financeiro em anexos, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Vencedor: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 82.887.829/0001-12.

Valor da proposta vencedora: R\$ 88.354,00 (oitenta e oito mil e trezentos e cinquenta e quatro reais).

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Termo de Homologação e Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preços N°. 03/2013-FIA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS N°. 03/2013-FIA

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da Tomada de Preços nº. 03/2013-FIA, Processo de licitação nº. 03/2013-FIA, adjudicando em favor do senhor abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço item, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de prestação de serviços de profissional PSICOPEDAGOGO, a fim de atender a demanda de crianças e adolescentes que apresentam dificuldade de aprendizagem e não acompanham o processo regular de ensino, possibilitando através de um tratamento clínico um maior aproveitamento no desenvolvimento de aprendizagem com total de 600h/ano, 20h/semanais, sendo um paciente por hora da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Schroeder/SC.

Vencedor: SOLANGE EMILIA RUFGA, inscrita no CPF sob o nº 849.555.899-87.

Valor da proposta vencedora: Sendo 600 horas no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) à hora, totalizando o valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais).

Schroeder, 29 de abril de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N°. 03/2013 - FIA

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato n°. 03/2013 - FIA

Processo de licitação n°. 03/2013 - FIA - Modalidade Tomada de Preço n°. 031/2013 - FIA

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: SOLANGE EMILIA RUFGA, inscrita no CPF sob o no 849.555.899-87, e portadora da carteira de identidade n°. 3.652.285-2-SSP-PR, residente e domiciliada na Rua Presidente Epitácio Pessoa, n°. 1465, Apartamento 104, bloco 01, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-100.

Objeto: contratação de prestação de serviços de profissional PSICOPEDAGOGO, a fim de atender a demanda de crianças e adolescentes que apresentam dificuldade de aprendizagem e não acompanham o processo regular de ensino, possibilitando através de um tratamento clínico um maior aproveitamento no desenvolvimento de aprendizagem com total de 600h/ano, 20h/semanais, sendo um paciente por hora da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Schroeder/SC.

Valor do contrato: Sendo 600 horas no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) à hora, totalizando o valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais).

Data da Assinatura: 26/04/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N°. 72/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato n°. 72/2013 - PMS

Processo Licitatório n°. 47/2013-PMS - Pregão Presencial n°. 19/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: RENAULT DO BRASIL S/A, inscrita no CNPJ sob o n°. 00.913.443/0001-73, estabelecida na Avenida Renault, n° 1300, Bairro Borda do Campo, na cidade de São José de Pinhais, no Estado do Paraná, CEP: 83.070-900.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de veículo zero quilômetros, fabricação nacional, ano/modelo 2013/2013, com cinco lugares, para utilização do PROCON do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Veículo zero quilômetro, tipo automotor, fabricação nacional, ano/modelo 2013/2013, com 05 lugares, na cor branca, para-choques da mesma cor do veículo, 04 portas, de motorização 1.4 a 1.6 cilindradas, potência mínima de 95CV, porta malas com capacidade mínima de 450 litros, bi combustível (álcool e gasolina), ar-condicionado, direção hidráulica, freios ABS, airbag frontal, travas elétricas, vidros elétricos nas 04 portas, reservatório de combustível com capacidade entre 48 e 55 litros, no mínimo 01 ano de garantia, documentação e emplacamento incluso, plotagem nas duas portas frontais, com o logotipo do PROCON de Schroeder, no tamanho 30cm x 45cm.	01	Unid.	34.000,00	34.000,00

TOTAL R\$ REFERÊNCIA

34.000,00

Valor do contrato: R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais).

Data da Assinatura: 26/04/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato N°. 73/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato n°. 73/2013 - PMS

Modalidade Concorrência n°. 01/2013-PMS - Processo n°. 35/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o no 82.887.829/0001-12, estabelecida na Rua Leopoldo Sprenger, n° 280, Itapema do Norte, na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.249-000.

Objeto: O REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de caixa de captação pluvial sifonadas localizados aos bordos dos acostamentos ou meios-fios da malha viária urbana do Município de Schroeder (SC), de acordo com o projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e cronograma físico-financeiro em anexos, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

Valor do contrato: R\$ 88.354,00 (oitenta e oito mil e trezentos e cinquenta e quatro reais).

Data da Assinatura: 29/04/2013 - Vigência: 29/04/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço N° 71/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço n°. 71/2013 - PMS
 Processo de licitação n° 50/2013 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n° 22/2013 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: JULIO SILVESTRI FILHO ME, inscrita no CNPJ sob o no 15.608.150/0001-50, estabelecida na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, n° 1050, sala 01, Humaitá de Cima, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, CEP: 88708-250.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para aquisição implementos agrícola para maquinários da patrulha mecanizada da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Pontas de arado aiveca grande; Espessura: 3/8"; Altura: 6.1/2"; Comprimento: 23"	20	Peça	210,00	4.200,00
02	Pontas de arado TATU AAH, Espessura 3/8", altura 6.1/2" comprimento 21"	12	Peça	185,00	2.220,00
03	Folhas de arado aiveca grande, espessura 1/4", altura 13.1/2", comprimento 37"	10	Peça	245,00	2.450,00
04	Folhas de arado TATU AAH, espessura 1/4", altura 13.1/2", comprimento 33"	12	Unidade	114,00	1.368,00
05	Facas para rotativa MEC RULL, tipo C, aço sae/5160 espessura 1/4x3" com tratamento termico, dureza 42 a 44 - direita/esquerda	1000	Peça	12,50	12.500,00
06	Disco liso 18" furo universal para grade, aço sae1060/70 dureza minima 360 maxima 440 com tratamento termico	20	Peça	55,00	1.100,00
07	Disco recortado 18" furo universal para grade, aço sae1060/70 dureza minima 360 maxima 440 com tratamento termico	20	Peça	56,00	1.120,00
08	Disco liso de aço 18" para arado aiveca 18,5mm, furo 50mm dureza 444 a 495 com tratamento termico	12	Peça	100,00	1.200,00

09	Parafuso para faca rotativa MEC RULL, 1/2x1.1/2 rosca parcial 8.8 mb, com porca dupla e arruela de pressão	2000	Peça	1,90	3.800,00
10	Parafuso sextavado MB. 1/2 X 3.1/2 Rosca Parcial Polido - Completo: parafuso, porca e ruela	50	Peça	2,60	130,00
11	Parafuso para arado dimensão 1/2 x 2 porca	200	Peça	3,5	700,00
12	Mancal para grade s/ rolamento, mancal de atrito para grade niveladora BALDAN fixação braçadeiras p/ eixo redonde 1/4"	8	Peça	90,00	720,00
13	Cardan reforçado p/ rotativa sem embreagem comprimento 1,30mt	4	Peça	550,00	2.200,00
14	Pino quebra dedo 11mm	20	Peça	2,00	40,00
15	Guia arado de 22" de aço microligado - TATU	12	Peça	148,00	1.776,00
16	Parafuso do guia 3/8 8.8 - completo	50	Peça	2,10	105,00
17	Chapa para rotativa MEC RULL - 2,75 metros	6	Peça	395,00	2.370,00
TOTAL R\$					37.999,00

Valor do contrato: R\$37.999,00 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais).

Data da Assinatura: 26/04/2013 - Vigência: 26/04/2014

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço N° 74/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço n°. 74/2013 - PMS
 Processo de licitação n° 51/2013 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n° 23/2013 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ABS EVENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o no 10.769.410/0001-55, estabelecida na Rua Professor Egon Husmann n°. 322, sala 01, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

1.1. Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme

especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	ASTEAMENTO DA BANDEIRA : 4 Caixas de som com 3 vias, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 1 Amplificador com Potencias acima de 1000 RMS, 4 Suporte para caixa de som, 1 Mesa de som 12 Canais, 1 Microfone sem fio, 2 Micrífone com fio, 1 Pedestal (Tribuna), Fiação Completa, 1 Técnico a disposição)	1	Unidade	249,00	249,00
03	EQUIPAMENTO PARA BANDA: (1 Mesa de som 32.8 canais, 1 Mesa de som 24 canais, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 3 Equalizadores 15 e 31 Bandas, 2 Compressor de audio com gate, 1 Crossover 4 vias parametrico, 1Processador de efeitos, 6 Amplificadores, 4 Caixas de som 3 vias P.A, 4 Caixas de som sub 18X2 P.A, 4 caixas 3 vias monitor, 1 Drum fill, 2 Microfones sem fio de mão, 1 Microfone sem fio headset, 8 Microfones com fio, 1 Kit com 7 microfones para bateria, 1 Cubo de baixo, 1 Cubo de guitarra, 1 Bateria completa, 12 Canhões lâmpada par 64 gelatinas coloridas ou 12 canhões de led, 1 Super strobo via controle DMX, 1 Mesa de luz, 1 Main power AC 220v e 110v, 2 Dimmer, 1 Maquina de fumaça, 4 Set light 1000 Wats, 4 Moving head 250, 1 Trave treliça de aluminio P30 medindo 5 mts de altura por 8 mts de largura, Fiação completa, 2 Tecnicos a disposição)	2	Unidade	1.700,00	3.400,00
04	CRIANÇA EM DANÇA (1 Mesa de com 12 canais, 1 Par de CDJ 200 com mixer, 1 Equalizador, 1 Pedestal Tribuna, 2 Perifericos, 3 Amplificadores, 6 Caixas de som 3 vias, 4 Caixas de som sub 18, 6 Pedestais para caixa, 4 Microfones, 2 Microfones sem fio, 1 Microfone sem fio auricular, 24 Canhões de luz com gelatinas par 64 ou led, 12 Mts de aluminio P30, 4 Bases aluminio P30, 1 Mesa de luz, 2 Dimmer, Fiação Completa, 1 Telão com projetor 2500 lumens; 4 canhões de LED, 4 Set light, 2 Tecnico á disposição)	1	Unidade	999,00	999,00

05	SERVIÇO DE ÁUDIO FIXO E MOVÉL EM LOCAIS PRÉ DETERMINADOS: (1 Mesa de som 8 canais, 1 Pedestal Tribuna, 2 Caixas de som 3 vias com 500 RMS cada, 1 Amplificador de 1200 mms, 1 Equalizador, 2 Microfones com fio, 1 Microfone sem fio, 1 Processador de Efeitos, 1 Aparelho de Cd leitor MP3 e USB, 2 Pedestais para caixa de som, 2 Pedestais para microfone, Fiação Completa, Acompanhamento Técnico)	100	Horas	113,00	11.300,00
06	SONORIZAÇÃO FORMATURA DO PROERD (1 Mesa de som 12 canais, 1 Equalizador, 1 Pedestal tribuna, 1 Aparelho Cd MP3 e USB, 2 Perifericos, 3 Amplificadores, 6 Caixas de som 3 vias, 4 Caixas de Som Sub 18, 6 pedestais para caixa, 4 Microfones com fio, 2 Microfones sem fio, 2 Microfones sem fio auricular, 1 Telão com projetor 2500 lumens; 4 canhões de LED, 4 Set light, 1 Tecnico á disposição)	1	Unidade	649,00	649,00
07	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO MÓVEL (Carro de som, com gravação de Spot)	200	Horas	23,00	4.600,00
08	Locação de Gerador com capacidade minima de 212 KVA, para eventos da municipalidade	4	Unidade	1.649,00	6.596,00
TO-TAL R\$	27.793,00				

Valor do contrato: \$ 27.793,00 (vinte e sete mil setecentos e noventa e três reais).

Data da Assinatura: 29/04/2013 - Vigência: 29/04/2014
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preço N°. 75/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preço n°. 75/2013 - PMS
Processo de licitação n° 51/2013 - PMS - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço n° 23/2013 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EDSON LUIZ KAMER, inscrita no CNPJ sob o no 00.957.992/0001-40, estabelecida na Rua 28 de agosto n°. 298, município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Constitui objeto deste contrato o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	DESFILE CIVICO : 6 Caixas de som com 3 vias, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 2 Periféricos, 2 Amplificadores com Potencias acima de 1000 RMS, 6 Suporte para caixa de som, 1 Mesa de som 12 Canais, 1 Caixa de som 3 vias monitor, 1 Microfone sem fio, 2 Micrhone com fio, 1 Pedestal (Tribuna), Fiação Completa, 1 Técnico a disposição.	1	Unidade	698,00	698,00
TOTAL R\$ 698,00					

Valor do contrato: R\$ 698,00 (seiscentos e noventa e oito reais)

Data da Assinatura: 29/04/2013 - Vigência: 29/04/2014
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais - CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço Concorrência N° 01/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013**Número do Registro de Preços: 17/2013****Data do Registro: 29/04/2013****Válido até: 29/04/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de caixa de captação pluvial sifonadas localizados aos bordos dos acostamentos o

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Caixa de captação pluvial sifonada - Fornecimento e execução de caixa de captação pluvial sifonada; em alvenaria de tijolos maciços, assentados com argamassa de cimento e areia, paredes simples chapiscadas interna e externamente; com fundo e tampa em concreto armado na espessura de 7cm e 12 cm; incluindo 1,00m de tubo de esgoto de PVC 200mm e duas curvas PVC 200mm; mão de obra para reaterro com material de jazida em volta da caixa. Dimensões 60cm X 60cm X 60cm.	UN	DOCA CASA E JARDIM LTDA ME (10565)		0	271,8000	1
			VALDIR ABATI ME (12282)		0	280,8600	2
2	Caixa de captação pluvial sifonada - Fornecimento e execução de caixa de captação pluvial sifonada; em alvenaria de tijolos maciços, assentados com argamassa de cimento e areia, paredes simples chapiscadas interna e externamente; com fundo e tampa em concreto armado na espessura de 7cm e 12 cm; incluindo 1,00m de tubo de esgoto de PVC 200mm e duas curvas PVC 200mm; mão de obra para reaterro com material de jazida em volta da caixa. Dimensões 80cm X 80cm X 80cm.	UN	DOCA CASA E JARDIM LTDA ME (10565)		0	472,5000	1
			VALDIR ABATI ME (12282)		0	488,2500	2
3	Caixa de captação pluvial sifonada - Fornecimento e execução de caixa de captação pluvial sifonada; em alvenaria de tijolos maciços, assentados com argamassa de cimento e areia, paredes simples chapiscadas interna e externamente; com fundo e tampa em concreto armado na espessura de 7cm e 12 cm; incluindo 1,00m de tubo de esgoto de PVC 200mm e duas curvas PVC 200mm; mão de obra para reaterro com material de jazida em volta da caixa. Dimensões 100cm X 100cm X 100cm.	UN	DOCA CASA E JARDIM LTDA ME (10565)		0	748,0000	1
			VALDIR ABATI ME (12282)		0	790,5000	2
4	Fornecimento e execução de tampa de concreto armado com espessura de 7cm, com tela de aço Q283, 10cm X 10cm e diâmetro 6,0mm. Dimensões 60cm X 60cm.	UN	DOCA CASA E JARDIM LTDA ME (10565)		0	41,4000	1
			VALDIR ABATI ME (12282)		0	42,7800	2
5	Fornecimento e execução de tampa de concreto armado com espessura de 7cm, com tela de aço Q283, 10cm X 10cm e diâmetro 6,0mm. Dimensões 70cm X 70cm.	UN	DOCA CASA E JARDIM LTDA ME (10565)		0	49,0500	1
			VALDIR ABATI ME (12282)		0	50,6800	2
6	Fornecimento e execução de tampa de concreto armado com espessura de 7cm, com tela de aço Q283, 10cm X 10cm e diâmetro 6,0mm. Dimensões 80cm X 80cm.	UN	DOCA CASA E JARDIM LTDA ME (10565)		0	72,0000	1
			VALDIR ABATI ME (12282)		0	74,4000	2
7	Fornecimento, execução e fixação de grelha de ferro, diâmetro do vergalhão 5/8", soldada, nas dimensões 35cm X 65cm - malha 5cm X 10CM	UN	DOCA CASA E JARDIM LTDA ME (10565)		0	205,2000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2013**Número do Registro de Preços: 17/2013****Data do Registro: 29/04/2013****Válido até: 29/04/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) de caixa de captação pluvial sifonadas localizados aos bordos dos acostamentos o

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			VALDIR ABATI ME (12282)		0	212,0400	2

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2013****PROCESSO Nº 35/2013**

(10565) - DOCA CASA E JARDIM LTDA ME

(12282) - VALDIR ABATI ME

Schroeder, 29 de Abril de 2013.

Ata de Registro de Preço Pregão Presencial N° 22/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 1/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 16/2013**Número do Registro de Preços: 16/2013****Data do Registro: 26/04/2013****Válido até: 26/04/2014****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição implementos agrícola para maquinários da patrulha mecanizada da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pontas de arado aiveca grande, Espessura: 3/8pol Altura: 6.1/2pol, Comprimento: 23pol	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	MADOBARE	0	210,0000	1
2	Pontas de arado TATU AAH, Espessura 3/8", altura 6.1/2" comprimento 21"	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	MADOBAMAD	0	185,0000	1
3	Folhas de arado aiveca grande, espessura 1/4" , altura 13.1/2", comprimento 37"	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	MADOBARE	0	245,0000	1
4	Folhas de arado TATU AAH , espessura 1/4" , altura 13.1/2", comprimento 33"	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	MADOBARE	0	114,0000	1
5	Facas para rotativa MEC RULL, tipo C, aço sae/5160 espessura 1/4x3" com tratamento termico, dureza 42 a 44 - direita/esquerda	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	METISA	0	12,5000	1
6	Disco liso 18" furo universal para grade, aço sae1060/70 dureza minima 360 maxima 440 com tratamento termico	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	METISA	0	55,0000	1
7	Disco recortado 18" furo universal para grade, aço sae1060/70 dureza minima 360 maxima 440 com tratamento termico	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	METISA	0	56,0000	1
8	Disco liso de aço 18" para arado aiveca 18,5mm, furo 50mm dureza 444 a 495 com tratamento termico	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	METISA	0	100,0000	1
9	Parafuso para faca rotativa MEC RULL , 1/2x1.1/2 rosca parcial 8.8 mb, com porca dupla e arruela de pressão	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	FEY	0	1,9000	1
10	Parafuso sextavado MB. 1/2 X 3.1/2 Rosca Parcial Polido - Completo: parafuso, porca e ruela	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	FEY	0	2,6000	1
11	Parafuso para arado dimensão 1/2 x 2 + porca	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	FEY	0	3,5000	1
12	Mancal para grade s/ rolamento , mancal de atrito para grade niveladora BALDAN fixação braçadeiras p/ eixo redondo 1/4"	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	MARTINS	0	90,0000	1
13	Cardan reforçado p/ rotativa sem embreagem comprimento 1,30mt	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	NOBRE	0	550,0000	1
14	Pino quebra dedo 11mm.	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	FEY	0	2,0000	1
15	Guia arado de 22" de aço microligado - TATU	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	MADOBARE	0	148,0000	1
16	Parafuso do guia 3/8 8.8 - completo	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	FEY	0	2,1000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 16/2013**Número do Registro de Preços: 16/2013****Data do Registro: 26/04/2013****Válido até: 26/04/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição implementos agrícola para maquinários da patrulha mecanizada da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Chapa para rotativa MEC RULL - 2,75 metros	PC	JULIO SILVESTRI FILHO ME (12475)	MD	0	395,0000	1

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2013****PROCESSO Nº 50/2013**

(12475) - JULIO SILVESTRI FILHO ME

Schroeder, 26 de Abril de 2013.

Ata de Registro de Preços Pregão N° 23/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 1/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 18/2013

Número do Registro de Preços: 18/2013 Data do Registro: 29/04/2013 Válido até: 29/04/2014 Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pelas Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educa							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	DESFILE CIVICO : 6 Caixas de som com 3 vias, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 2 Periféricos, 2 Amplificadores com Potencias acima de 1000 RMS, 6 Suporte para caixa de som, 1 Mesa de som 12 Canais, 1 Caixa de som 3 vias monitor, 1 Microfone sem fio, 2 Micrhone com fio, 1 Pedestal (Tribuna), Fiação Completa, 1 Técnico a disposição.	UN	EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	698,0000	1
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	699,0000	2
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	700,0000	3
2	ASTEAMENTO DA BANDEIRA : 4 Caixas de som com 3 vias, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 1 Amplificador com Potencias acima de 1000 RMS, 4 Suporte para caixa de som, 1 Mesa de som 12 Canais, 1 Microfone sem fio, 2 Micrhone com fio, 1 Pedestal (Tribuna), Fiação Completa, 1 Técnico a disposição)	UN	ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	249,0000	1
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	250,0000	2
3	EQUIPAMENTO PARA BANDA: (1 Mesa de som 32.8 canais, 1 Mesa de som 24 canais, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 3 Equalizadores 15 e 31 Bandas, 2 Compressor de audio com gate, 1 Crossover 4 vias parametrico, 1Processador de efeitos, 6 Amplificadores, 4 Caixas de som 3 vias P.A, 4 Caixas de som sub 18X2 P.A, 4 caixas 3 vias monitor, 1 Drum fill, 2 Microfones sem fio de mão, 1 Microfone sem fio headset, 8 Microfones com fio, 1 Kit com 7 microfones para bateria, 1 Cubo de baixo, 1 Cubo de guitarra, 1 Bateria completa, 12 Canhões lâmpada par 64 gelatinas coloridas ou 12 canhões de led, 1 Super strobo via controle DMX, 1 Mesa de luz, 1 Main power AC 220v e 110v, 2 Dimmer, 1 Maquina de fumaça, 4 Set light 1000 Wats, 4 Moving head 250, 1 Trave treliça de aluminio P30 medindo 5 mts de altura por 8 mts de largura, Fiação completa, 2 Tecnicos a disposição)	UN	ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	1.700,0000	1
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	1.799,0000	2
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	1.900,0000	3
4	CRIANÇA EM DANÇA (1 Mesa de com 12 canais, 1 Par de CDJ 200 com mixer, 1 Equalizador, 1 Pedestal Tribuna, 2 Periféricos, 3 Amplificadores, 6 Caixas de som 3 vias, 4 Caixas de som sub 18, 6 Pedestais para caixa, 4 Microfones, 2 Microfones sem fio, 1 Microfone sem fio auricular, 24 Canhões de luz com gelatinas par 64 ou led, 12 Mts de aluminio P30, 4 Bases aluminio P30, 1 Mesa de luz, 2 Dimmer, Fiação Completa, 1 Telão com projetor 2500 lumens; 4 canhões de LED, 4 Set light, 2 Tecnico á disposição)	UN	ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	999,0000	1
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	1.000,0000	2
5	SERVIÇO DE ÁUDIO FIXO E MOVÉL EM LOCAIS PRÉ DETERMINADOS: (1 Mesa de som 8 canais, 1 Pedestal Tribuna, 2 Caixas de som 3 vias com 500 RMS cada, 1 Amplificador de 1200 mms, 1 Equalizador, 2 Microfones com fio, 1 Microfone sem fio, 1 Processador de Efeitos, 1 Aparelho de Cd leitor MP3 e USB, 2 Pedestais para caixa de som, 2 Pedestais para microfone, Fiação Completa, Acompanhamento Técnico)	H	ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	113,0000	1
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	114,0000	2
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	135,0000	3
6	SONORIZAÇÃO FORMATURA DO PROERD (1 Mesa de som 12 canais, 1 Equalizador, 1 Pedestal tribuna, 1 Aparelho Cd MP3 e USB, 2 Periféricos, 3 Amplificadores, 6 Caixas de som 3 vias, 4 Caixas de Som Sub 18, 6 pedestais para caixa, 4 Microfones com fio, 2 Microfones sem fio, 2 Microfones sem fio auricular, 1 Telão com projetor 2500 lumens; 4 canhões de LED, 4 Set light, 1 Tecnico á disposição)	UN	ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	649,0000	1
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	650,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 2/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013**Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 29/04/2013****Válido até: 29/04/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pelas Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO MÓVEL (Carro de som, com gravação de Spot)	H	ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	23,0000	1
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	24,0000	2
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	28,0000	3
8	Locação de Gerador com capacidade mínima de 212 KVA, para eventos da municipalidade	UN	ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	1.649,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Página: 3/3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 18/2013**Número do Registro de Preços: 18/2013****Data do Registro: 29/04/2013****Válido até: 29/04/2014**

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pelas Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educa

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	1.650,0000	2

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2013****PROCESSO Nº 51/2013**

(8494) - COMERCIAL MULTISOM LTDA

(10461) - EDSON LUIZ KAMER ME

(11943) - ABS EVENTOS LTDA

Schroeder, 29 de Abril de 2013.

Siderópolis

PREFEITURA

Contrato N°23

Contrato n°23/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
05/03/2013		Município de Siderópolis	INFOWAY - COMÉRCIO DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÃO LTDA - ME	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação de internet via rádio com velocidade 1M, no Ginásio de Esporte Dezenove de Dezembro.	R\$ 567,00	31/07/2013

Contrato N°24

Contrato n°24/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
05/03/2013	Processo de Licitação n°19/2013 - Carta Convite n.º 19/2013 - homologado em 26/03/2013	Município de Siderópolis	ICONP CONSULTORIA E GESTÃO PÚBLICA LTDA - ME	Contratação de serviços técnicos especializados de gestão contábil aplicada ao setor público, capacitação, acompanhamento e orientação nas áreas financeira, orçamentária, contábil, patrimonial e administrativa aos servidores e responsáveis pela administração pública da Prefeitura Municipal, que inclui, dentre outros, suporte aos sistemas de contabilidade, compras e recursos humanos, E-Sfinge, Lei de Responsabilidade Fiscal, diligências do TCE-SC e demais, conforme limites estabelecidos no Termo de Referência que é parte integrante do Edital de Convite n°19/2013.	R\$ 54.000,00	25/03/2014

Contrato N°25

Contrato n°25/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
26/03/2013	Processo de Licitação n°20/2013 - Modalidade: CV N°20/2013 - homologado em 26/03/2013	Município de Siderópolis	ANACOMIN BRESSAN EPP	fornecimento de Materiais elétricos para manutenção da iluminação pública e manutenção das repartições públicas municipais, conforme as necessidades das Secretarias Municipais	R\$ 68.695,15	31/12/2013

Contrato N°26

Contrato n°26/2013

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
06/04/2013	Município de Siderópolis	LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA	Cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município supra descrito (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos) por este fornecidos, dispostos no site www.LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município	R\$ 7.200,00	02/07/2014

Contrato N°51

Contrato FMS n°51/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
14/03/2013	PROCESSO N° 20/2013 - INEXIGIBILIDADE N° 05/2013	Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde	AMBRO-FARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	prestação de serviços credenciamento de farmácias para fornecimento de medicamentos constantes do guia da farmácia, para uso emergencial e cumprimento de mandados judiciais, perante prescrição médica, no atendimento a pessoas carentes do Município de Siderópolis, observados os prazos e procedimentos descritos neste instrumento.	R\$ 20.000,00	31/12/2013

Contrato N°52

Contrato FMS n°52/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
14/03/2013	PROCESSO N° 21/2013 - INEXIGIBILIDADE N° 06/2013	Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde	LCL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	Prestação de serviços credenciamento de farmácias para fornecimento de medicamentos constantes do guia da farmácia, para uso emergencial e cumprimento de mandados judiciais, perante prescrição médica, no atendimento a pessoas carentes do Município de Siderópolis, observados os prazos e procedimentos descritos neste instrumento.	R\$ 20.000,00	31/12/2013

Contrato N°53

Contrato FMS n°53/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
19/03/2013	Processo de Licitação n°19/2013 - Carta Convite n.º 3/2013 - homologado em:18/03/2013	Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde	ALE-XANDRE FRASSETTO	Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços de transporte dos pacientes do CAPS - Centro de Atendimento Psicológico de Siderópolis, até o limite de 22.800 km	R\$ 68.400,00	31/12/2013

Timbé do Sul**PREFEITURA****Extrato do 2º TA ao Contrato 90/2012**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

2º Termo Aditivo ao Contrato n° 90/2012

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Construtora Serrano Ltda

OBJETO: Prorroga o prazo do Contrato 90/2012

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 180 (cento e oitenta) dias, passando o prazo inicial para 270 (duzentos e setenta) dias. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 180 (cento e oitenta) dias, passando o prazo inicial do contrato para 300 (trezentos) dias.

Vigência: 23/04/2013 a 18/11/2013

Extrato do Contrato 64/2013

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato n° 64/2013

Contratante: Município de Timbé do Sul

Contratado: Mecanica Ricken Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de peças para manutenção e recuperação dos veículos leves da Administração Municipal de Timbé do Sul, para o ano de 2013

Valor: R\$ 10.217,00 (dez mil, duzentos e dezessete reais) global estimado

Vigência: de 22/04/2013 até 31/12/2013

Extrato do Contrato 65/2013

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 65/2013
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Eloi Ferro & Cia Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de peças para manutenção e recuperação das máquinas pesadas da Administração Municipal de Timbé do Sul, para o ano de 2013
Valor: R\$ 15.058,86 (quinze mil, cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos) global estimado

Vigência: de 22/04/2013 até 31/12/2013

Extrato do Contrato 66/2013

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 66/2013
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Mariano Piacecki ME

Objeto: Aquisição parcelada de peças para manutenção e recuperação dos caminhões da Administração Municipal de Timbé do Sul, para o ano de 2013
Valor: R\$ 15.254,07 (quinze mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e sete centavos) global estimado

Vigência: de 22/04/2013 até 31/12/2013

Extrato do Contrato 67/2013

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 67/2013
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Mecanica Ricken Ltda ME

Objeto: Prestação de serviços de mão-de-obra de mecânico para manutenção e recuperação dos veículos leves da Administração Municipal de Timbé do Sul
Valor: R\$ 19.950,00 (dezenove mil, novecentos e cinquenta reais) global estimado

Vigência: de 22/04/2013 até 31/12/2013

Extrato do Contrato 68/2013

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 68/2013
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Eloi Ferro & Cia Ltda ME

Objeto: prestação de serviços de mão-de-obra de mecânico para manutenção e recuperação das máquinas da Administração Municipal de Timbé do Sul
Valor: R\$ 24.825,00 (vinte e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais) global estimado

Vigência: de 22/04/2013 até 31/12/2013

Extrato do Contrato 69/2013

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 69/2013
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Mariano Piacecki ME

Objeto: Prestação de serviços de mão-de-obra de mecânico para manutenção e recuperação dos caminhões da Administração Municipal de Timbé do Sul
Valor: R\$ 19.875,00 (dezenove mil, oitocentos e setenta e cinco reais) global estimado

Vigência: de 22/04/2013 até 31/12/2013

Timbó

PREFEITURA

Lei Nº 2637, de 30 de Abril de 2013

LEI Nº 2637, DE 30 DE ABRIL DE 2013

Declara de Utilidade Pública a Associação Desportiva Olímpica do Vale.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva Olímpica do Vale, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 113.443.597/0001-08, com sede social na Rua General Osório, nº 311, sala 405, Centro, no Município de Timbó.

Art. 2º A entidade deverá encaminhar anualmente à Câmara Municipal, até dia 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º À entidade de que trata a presente Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Timbó, em 30 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto No 3094, de 25 de Março de 2013

DECRETO No 3094, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Declara inservível para uso do Município, bens móveis registrados no Patrimônio Público, autorizando sua baixa e inutilização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, Incisos II, VII e XXV, c/c art. 70, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, e fundamentado na Lei Federal nº 4.320/64, e

Considerando-se a solicitação de baixa patrimonial expedido pela Unidade responsável pela guarda e conservação de bens móveis, e o Termo de Vistoria expedido pela Comissão Especial, no âmbito do Processo nº DAP-255,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados inservíveis para o uso do Município, os bens móveis abaixo relacionados, autorizando-se sua baixa do Patrimônio Público Municipal e sua inutilização definitiva:

ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROQUE

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
x-x-x-x	01 Impressora HP Office Jet Pro K5400 (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Armário de Madeira com 10 Portas e 08 Gavetas (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	04 Calhas de Inox - tortas e quebradas (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	02 Cadeiras Giratórias na Cor Preta (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cadeira de Fórmica com Pés de Ferro (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Bebedouro Grande de Plástico (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Mesa de Informática (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Quadro Branco - quebrado (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Quadro de Janela - grande (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Quadro de Patente de Porta (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Porta - danificada (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Cadeira de Fórmica Bege (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	01 Antena Parabólica - totalmente danificada (sem identificação)	x-x-x-x
x-x-x-x	Diversos Brinquedos de Plásticos Quebrados	x-x-x-x

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARAÍSO DA CRIANÇA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
02167	01 Armário Americano em L de Madeira com 07 Portas	R\$ 15,00
02168	01 Armário Americano de Madeira com 05 Portas	R\$ 10,00
11491	01 Liquidificador - Marca Arno	R\$ 59,00
11491	01 Liquidificador - Marca Arno	R\$ 59,00
11993	01 Cadeira (linha pré-escolar) Compensado Multiplan	R\$ 17,69

UNIDADE PRÉ-ESCOLAR PRIMAVERA

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
00429	01 Estabilizador - Marca Phoenix	R\$ 20,00
00430	01 Teclado para Micro - Marca Tek	R\$ 5,00
02596	01 Mimeografo - Marca Copiatc	R\$ 70,00
03185	01 Mesa de Fórmica Infantil com Estrutura de Ferro	R\$ 6,00
03204	01 Mesa de Madeira Infantil	R\$ 60,00
03206	01 Mesa de Madeira Infantil	R\$ 60,00
03213	01 Banco de Madeira Infantil	R\$ 5,00
03226	01 Mimeografo - Marca Copiatic	R\$ 70,00

11974	01 CPU ATX de 4 Baías, Fonte no Mínimo 40W	R\$ 3.948,23
17570	01 Impressora HP Deskjet 3845	R\$ 223,74
17618	01 Microcomputador P4, Celeron D336 2.8GHZ	R\$ 1.361,78
17630	01 Monitor de 15", Tela Plana LG	R\$ 281,22
17648	01 Estabilizador 500VA	R\$ 71,58
20063	01 Microcomputador Composto de Processador 1.8GHZ	R\$ 1.470,00

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARCO-IRIS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
15917	01 Televisor de 20" com Controle Remoto - Marca CCE	R\$ 490,00
15946	01 Vídeo Cassete de 05 Cabeças	R\$ 365,00
19714	01 Aparelho de Som com CD (Micro System) de 140Wats	R\$ 159,99
19715	01 Aparelho de Som com CD (Micro System) de 140Wats	R\$ 159,99

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Nº Tombo	Descrição do Produto	Valor Contábil
23568	01 Aparelho Telefônico Fixo com Tecla Função Flash / R	R\$ 33,24
23570	01 Aparelho Telefônico Fixo com Tecla Função Flash / R	R\$ 33,24

Parágrafo único. Os bens móveis do Município relacionados no "caput" deste artigo, são declarados inservíveis por razões econômicas e sem condições de recuperação e manutenção.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 25 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3104, de 08 de Abril de 2013

DECRETO N° 3104, DE 08 DE ABRIL DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 210.700,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 210.700,00 (duzentos e dez mil e setecentos reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.1153. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
15.01.010.301.0070.1153. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BASICA
15.01.010.301.0070.1153. OBRAS E INSTALAÇÕES - AB
400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
440000.00 INVESTIMENTOS
449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
0.36400 ATENÇÃO BASICA - SUP. FINANCEIRO 80.000,00
TOTAL 80.000,00



15.01.010.301.0070.2154. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.01.010.301.0070.2154. SERVIÇOS EM SAUDE NA ATENÇÃO BASICA
 15.01.010.301.0070.2154. MANUTENÇÃO DA SAUDE BUCAL
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.36400 ATENÇÃO BASICA - SUP. FINANCEIRO 46.000,00
 TOTAL 46.000,00
 15.02.010.302.0072.2158. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.02.010.302.0072.2158. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
 15.02.010.302.0072.2158. MANUTENÇÃO POLICLINICA DE REFERENCIA E SERVIÇOS
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.30200 REC. IMP. TRANSF. IMP. SAUDE 14.700,00
 TOTAL 14.700,00
 15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
 15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.35700 SERVIÇO DE ATEND. MOVEL DE URGENCIA - SUPERAVIT 42.000,00
 TOTAL 42.000,00
 15.05.010.122.0078.2176. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
 15.05.010.122.0078.2176. GESTAO DO SUS
 15.05.010.122.0078.2176. MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO SUS
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS
 0.37000 GESTAO DO SUS 28.000,00
 TOTAL 28.000,00
 TOTAL DA SUPLEMENTACAO 210.700,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 08 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3105, de 10 de Abril de 2013

DECRETO N° 3105, DE 10 DE ABRIL DE 2013

Altera o Decreto nº 636, de 11 de agosto de 2003, que declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma área de terras com 20.368,06m², situada no lado ímpar da rua Frei Bruno, de propriedade de Maria Iracema Bonin, para conceder o uso a Associação dos Moradores do Bairro dos Estados e ao Timbó Clube de Vão Livre, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XIII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "d" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e com fundamento no art.5º, inciso XXIV da Constituição Federal e nos artigos 2º, 5º, alínea "i", do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º O art.1º do Decreto nº 636, de 11 de agosto de 2003, que declara de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma área de terras com 20.368,06m², situada no lado ímpar da rua Frei Bruno, de propriedade de Maria Iracema Bonin, para conceder o uso a Associação dos Moradores do Bairro dos Estados e ao Timbó Clube de Vão Livre, passa a vigorar com a seguinte descrição:

"Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45, e alterações posteriores, uma área de terras com 20.368,06m², destinada à concessão de uso para Associação de Moradores do Bairro dos Estados e ao Timbó Clube de Vão Livre, assim descrita: Terreno urbano, situado no lado ímpar da Rua Frei Bruno, distando pelo lado direito do imóvel, 14,65 metros da esquina formada com o lado par da Rua Amazonas, com as seguintes confrontações: frente, estrema em 101,12 metros com o lado ímpar da Rua Frei Bruno; fundos, estrema em 102,59 metros com a Área Remanescente; lado direito, estrema em 200,17 metros, sendo, em 14,12 metros com terras de propriedade de Renate Kannenberg, matrícula 18.965, livro 2, em 69,00 metros com terras de Victor Kannenberg, matrícula 6.335, livro 2, e em 117,05 metros com terras de Jorge Valt, matrícula 6.337, livro 2; e, lado esquerdo, em 200,05 metros com a Área Remanescente. O referido imóvel acha-se matriculado junto ao 1º. Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 21.550, livro 2."

Art.2º Fica revogado o art.2º do Decreto nº 636, de 11 de agosto de 2003.

Art. 3º Ficam ratificados, em todos os demais termos o Decreto nº 636, de 11 de agosto de 2003.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Decreto N° 3106, de 10 de Abril de 2013

DECRETO N° 3106, DE 10 DE ABRIL DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 124.500,00

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.607, de 10 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2013:

15.02.010.302.0072.2160. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 15.02.010.302.0072.2160. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
 15.02.010.302.0072.2160. PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE
 300000.00 DESPESAS CORRENTES
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
 335000.00 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS
 0.10200 REC. IMP. E TRANSF. SAÚDE 46.000,00
 400000.00 DESPESAS DE CAPITAL
 440000.00 INVESTIMENTOS

445000.00 TRANSF. A INST. PRIV. S/ FINS LUCRATIVOS
0.10200 REC. IMP. E TRANSF. SAÚDE 78.500,00
TOTAL 124.500,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2160. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
15.02.010.302.0072.2160. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
15.02.010.302.0072.2160. PARCERIA DE HOSPITAL DE PEQUENO PORTE
300000.00 DESPESAS CORRENTES
300000.00 DESPESAS CORRENTES
330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
0.10200 REC. IMP. E TRANSF. SAÚDE 124.500,00
TOTAL 24.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3.114 de 19 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 3.114 DE 19 DE ABRIL DE 2013.
Aprova o DESMEMBRAMENTO de área urbana.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso XXV, e art. 70, inciso I, alínea "m" da Lei Orgânica do Município e Leis Complementares n.ºs 335/2007 e 345/2007.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aprovado o DESMEMBRAMENTO denominado "FORNACE", situado no lado ímpar da Rua Peroba, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 23,78 metros da esquina formada com o lado par da Rua Tamoio, nesta Cidade, com a área de 14.826,74m² (Quatorze mil, oitocentos e vinte e seis metros e setenta e quatro decímetros quadrados), processo D- 008/2013 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente CONSTRUTORA FORNACE LTDA EPP, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 1.899, datado de 26 de março de 2013.

Artigo 2º - O desmembramento a que se refere o art. 1º deste Decreto é do imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob nº 21.674, livro 2, que encontra-se cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.09.027.0002.001 e está assim constituído:

a) Desmembrar 01 área mais uma área remanescente;

01 - Área nº 01 (um) - com área de 5.400,00m² (Cinco mil e quatrocentos metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Alexandrina Correa, esquina formada com o lado par da Rua Blumenau; estremando na frente em 94,88 metros com o lado ímpar da Rua Alexandrina Correa; fundos estrema em 14,00 metros, em linha circular em 16,69 metros e em 37,44 metros com a área remanescente; lado direito estrema em 1,49 metros com o lado par da Rua Blumenau, em 158,42 metros sendo, em 57,04 metros com terras de Maria Iracema Bonin, matrícula nº 2.493, livro 2, em 36,85 metros com terras de Jaime Tambosi, matrícula nº

15.256, livro 2, em 34,45 metros com terras de Claudio Costa Cardozo, matrícula nº 15.664, livro 2, em 15,00 metros com terras de Dominga Clara Mello Antunes Cunha, matrícula nº 1.839, livro 2, em 15,00 metros com terras de Marcelino Antonio Dallabona, matrícula nº 2.169, livro 2, e em 0,08 metros com terras de Silvio Negherbon, matrícula nº 1.815, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 64,29 metros com terras de Participações Blaese Ltda, matrícula nº 11.990, livro 2;

02 - Área Remanescente - com área de 9.426,74m² (Nove mil, quatrocentos e vinte e seis metros e setenta e quatro decímetros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Peroba, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 23,78 metros da esquina formada com o lado par da Rua Tamoio; estremando na frente em 47,31 metros com o lado ímpar da Rua Peroba;

continuação do Decreto n.º 3.114/2013, fls. 02

fundos estrema em 14,00 metros, em linha circular em 16,69 metros e em 37,44 metros com a área 01; lado direito estrema em 209,66 metros sendo, em 105,00 metros com terras de Participações Blaese Ltda, matrícula nº 1.926, livro 2, e em 104,66 metros com terras de Participações Blaese Ltda, matrícula nº 11.990, livro 2; e, lado esquerdo estrema em 195,92 metros sendo, em 36,00 metros com terras de Lilian Catia Bruseck e Ari Urbano Costa, matrícula nº 18.099, livro 2, em 21,00 metros com terras de Katia Denise Klug, matrícula nº 6.845, livro 2, em 21,00 metros com terras de Silvio Dirceu Schoen, matrícula nº 3.461, livro 2, em 21,00 metros com terras de João Alves Moraes, matrícula nº 3.460, livro 2, em 21,00 metros com terras de Almerico Lenzi, matrícula nº 3.799, livro 2, em 21,00 metros com terras de Almerico Lenzi, matrícula nº 2.930, livro 2, em 21,00 metros com terras de Fabiano Samulewske, matrícula nº 4.456, livro 2, em 21,00 metros com terras de Aldo Murara, matrícula nº 4.607, livro 2, e em 12,92 metros com terras de Silvio Negherbon, matrícula nº 1.815, livro 2;

Artigo 3º - Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas às exigências a que está sujeito, conforme Lei Complementar n.º 335/2007 e suas regulamentações, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento.

Artigo 4º - O proprietário, bem como seus herdeiros ou sucessores na titularidade do imóvel parcelado, ficam obrigados a atender o que determina a legislação Federal pertinente, mais precisamente às Leis n.ºs 4771/65 - Código Florestal, e 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano.

Artigo 5º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 19 de abril de 2013.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó

Portaria No 272, de 02 de Abril de 2013

PORTARIA No 272, DE 02 DE ABRIL DE 2013
Autoriza a contratação de Servidoras em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto

3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto n° 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1° CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Professor C10

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Sema-nal	Período
Daniela Beda Dalcortivo (Subst. Maristela Tomaselli, que se aposentou)	15/07/83	044.315.189/08	20h	04/04/2013 a 01/07/2013
Flavia Menestrina (Projeto de música e arte nas Unidades Pré-escolares)	16/10/89	069.939.199-74	40h	02/04/2013 a 01/07/2013
Jenifer Milena Pellin (Subst. Rosana Carlini que se aposentou-coord. pedagógica)	28/10/81	037.717.109/36	45h	02/04/2013 a 01/07/2013
Marcia de Andrade Gessner (Subst. Maristela Tomaselli, que se aposentou)	14/09/71	000.157.699/25	20h	04/04/2013 a 01/07/2013

Cargo: Educadora Infantil B18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Sema-nal	Período
Heltrud Schuetze Hennings (Apoio ao aluno deficiente)	15/04/51	902.394.589/15	30h	04/04/2013 a 01/07/2013

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 260, de 28 de Março de 2013

PORTARIA No 260, DE 28 DE MARÇO DE 2013

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Sueli Celestino de Matos, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de saúde), a contar de 18 de março do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1° CONCEDER EXONERAÇÃO, a Servidora Pública Municipal SUELI CELESTINO DE MATOS, contratada temporariamente para

o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria n° 239, de 18 de março de 2013, a contar de 18 de março do corrente.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 261, de 28 de Março de 2013

PORTARIA No 261, DE 28 DE MARÇO DE 2013

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Rosely Gessner Aguiar, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de saúde), a contar de 17 de março do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1° CONCEDER EXONERAÇÃO, a Servidora Pública Municipal ROSELY GESSNER AGUIAR, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria n° 034, de 02 de janeiro de 2013, a contar de 17 de março do corrente.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
 Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 262, de 28 de Março de 2013

PORTARIA No 262, DE 28 DE MARÇO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Walter Luiz Graf Hosang, ocupante do cargo de provimento efetivo de Eletricista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 19 de março do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 49 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993,

RESOLVE:

Art.1° CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal WALTER LUIZ GRAF HOSANG, do cargo de provimento efetivo de Eletricista, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria n° 080, de 30 de janeiro de 2013, a contar de 19 de março do corrente.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de

outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 263, de 28 de Março de 2013

PORTARIA No 263, DE 28 DE MARÇO DE 2013

Concede exoneração a Servidora Pública Municipal Vanessa Franciele Slomp, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 08 de março do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a Servidora Pública Municipal VANESSA FRANCIÉLE SLOMP, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 186, de 04 de março de 2013, a contar de 08 de março do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 264, de 28 de Março de 2013

PORTARIA No 264, DE 28 DE MARÇO DE 2013

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria da Servidora Pública Municipal Clari Sallete Ramos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR A CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS DE APOSENTADORIA, da Servidora Pública Municipal CLARI SALLETE RAMOS, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-23, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com base nos arts.40, § 9º, e 201, § 9º da Constituição Federal, e art.50 da Lei Complementar nº 411/2011, do tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social-RGPS, certificado pelo INSS através da certidão nº 20021070.1.00040/09-0, emitida em 19/10/2009, computando-se 3690 (três mil e seiscentos e noventa) dias, correspondendo a 10 (dez) anos, 01 (um) mês e 10 (dez) dias, conforme Processo RH13-0021.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 265, de 28 de Março de 2013

PORTARIA No 265, DE 28 DE MARÇO DE 2013

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de aposentadoria do Servidor Público Municipal Reimar Raddatz.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR A CONTAGEM RECÍPROCA DO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS DE APOSENTADORIA, do Servidor Público Municipal REIMAR RADDATZ, ocupante do cargo de Atendente de Serviços Administrativos, Referência Salarial GA-44, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, com base nos arts.40, § 9º, e 201, § 9º da Constituição Federal, e art.50 da Lei Complementar nº 411/2011, do tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social-RGPS, certificado pelo INSS através da certidão nº 20021070.1.00006/13-4, emitida em 06/03/2013, computando-se 6.128 (seis mil e cento e vinte e oito) dias, correspondendo a 16 (dezesesseis) anos, 09 (nove) meses e 18 (dezoito) dias, conforme Processo RH13-0017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 267, de 02 de Abril de 2013

PORTARIA No 267, DE 02 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Antonio Melo da Silva (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	28/02/54	533.386.939.15	44h	02/04/2013 a 31/05/2013

Ivanor José Diogo (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	29/03/75	890.065.779.87	44h	02/04/2013 a 31/05/2013
José Mauricio Alves de Souza (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc. Seletivo)	15/03/69	948.565.169.49	44h	02/04/2013 a 31/05/2013
Natal Ferreti (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc. Seletivo)	01/09/39	217.837.729.72	44h	02/04/2013 a 31/05/2013
Natalio Cordeiro (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	24/12/50	400.195.869.49	44h	02/04/2013 a 31/05/2013
Renato Lombardi (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	05/09/86	060.997.629.06	44h	02/04/2013 a 31/05/2013
Roberto Carlos Moreira Lisboa (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc. Seletivo)	15/11/65	175.241.892.04	44h	02/04/2013 a 31/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 268, de 02 de Abril de 2013

PORTARIA No 268, DE 02 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Ari Heimbrecht (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc. Seletivo)	21/05/73	936.333.0930	44h	02/04/2013 a 01/07/2013
Isaura de Fátima Ribeiro (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc. Seletivo)	10/05/65	065.556.739.90	44h	02/04/2013 a 01/07/2013
Terezinha Lombardi (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc. Seletivo)	19/02/82	038.851.219.99	44h	02/04/2013 a 01/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 269, de 02 de Abril de 2013

PORTARIA No 269, DE 02 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Elvira de Borba (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	21/01/54	558.697.269.72	44h	02/04/2013 a 31/12/2013
Francisco João Samuleski (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	23/02/62	569.761.199.49	44h	02/04/2013 a 31/12/2013

Ingelore Schuster Butzke (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	15/03/57	675.536.139-91	44h	02/04/2013 a 31/12/2013
Iris Lucia Bellarmino de Borba (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	26/11/66	658.408.109.59	44h	02/04/2013 a 31/12/2013
Ivo Andreazza (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	11/06/46	247.860.209.15	44h	02/04/2013 a 31/12/2013
Joacir Antonio Ribeiro (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	24/07/66	576.237.089.53	44h	02/04/2013 a 31/12/2013
José Antonio Fernandes (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	29/05/66	565.683.049.72	44h	02/04/2013 a 31/12/2013
José Roque Samuleski (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	21/03/58	350.939.949.87	44h	02/04/2013 a 31/12/2013
Loreni Zick (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público/Proc.Seletivo)	07/01/61	533.071.789.20	44h	02/04/2013 a 31/12/2013
Moacir Antonio Possamai (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	17/01/65	383.287.399.68	44h	02/04/2013 a 31/12/2013
Pedro Hamilton Cardoso (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	04/12/72	921.291.459.49	44h	02/04/2013 a 31/12/2013
Wilfrid Westphal (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc. Público/Proc.Seletivo)	12/01/61	539.232.609.97	44h	02/04/2013 a 31/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 270, de 02 de Abril de 2013

PORTARIA No 270, DE 02 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Procuradoria Geral do Município.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Aline Rafaela Dalpiaz (Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público. Candidata aprovada no Proc.Seletivo 01/2013)	11/02/94	093.326.559.01	44h	02/04/2013 a 02/10/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 271, de 02 de Abril de 2013

PORTARIA No 271, DE 02 DE ABRIL DE 2013

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Elisete de Borba Ferrari (Aumento do número de crianças)	08/12/64	523.128.529/34	44h	02/04/2013 a 01/07/2013
Graziela Aparecida de Souza (Subst.Dietilind Duwe, que se encontra em Lic.Para Trat.de Saúde)	24/04/85	073.518.029-63	44h	02/04/2013 a 01/07/2013
Nair João da Silva Ribeiro (Aumento do número de crianças)	09/10/62	069.809.829-31	44h	02/04/2013 a 01/07/2013
Rosane Aparecida Cardoso (Aumento do número de crianças)	01/11/80	033.127.259-84	44h	02/04/2013 a 01/07/2013
Roseli Frusina (Aumento do número de crianças)	19/07/80	041.381.149-20	44h	02/04/2013 a 01/07/2013
Rubens Zibell (Aumento do número de crianças)	02/11/56	350.933.749-20	44h	02/04/2013 a 01/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de abril de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 266, de 02 de Abril de 2013

PORTARIA Nº 266, DE 02 DE ABRIL DE 2013

Remove de Ofício Servidores Públicos Municipais lotados na Administração Direta, a contar de 1º de abril do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, combinado com o disposto no art. 70, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 51, "caput" e § Único, inciso I, e art.54, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998,

RESOLVE:

Art.1º REMOVER DE OFÍCIO os Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, a contar de 1º de abril do corrente:

NOME	DE	PARA
Ellomar Cimardi	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração	Secretaria Municipal de Assistência Social
José Roberto Kannenberg	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração
Mirian Bell	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Educação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de abril 2013; 143º ano de Fundação;

79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Aviso Pregão Presencial N.º 18 2013 SAMAE - Serviços de Socorro e Mão-de-Obra

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ - SAMAE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2013

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços de mão-de-obra para conserto, vulcanizo, balanceamento e geometria, retirada/colocação de pneus e socorro no município de Timbó para veículos de passeio, caminhões e máquinas pertencentes ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, com fornecimento de peças e acessórios necessários para a realização dos mesmos. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h20min do dia 13 de maio de 2013. ABERTURA: 13 de maio de 2013 as 14h30min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 29/04/2013.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

Notificação

Ilmo. Senhor

LOURIVALDO AMADEU SCHMITT

Representante legal da empresa MULTI CONSTRUÇÕES LTDA

Rua Luiz Franzói, nº 278, Bairro Margem Esquerda, Gaspar - SC

O Município de Timbó vem, por intermédio do presente expediente, consubstanciado nos fatos infra mencionados, ao final NOTIFICAR Vossa Senhoria acerca do seguinte:

É cediço que através de dispensa de licitação fundamentada no inciso XI do art.24 da Lei nº 8.666/93, V. Sa., firmou com esta municipalidade, na data de 19/10/2010, o Contrato Administrativo nº 2010/249, cujo objeto residia na edificação denominada NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LAR DA CRIANÇA.

A conclusão da obra estava prevista para junho de 2011, contudo, através do Primeiro Termo Aditivo, firmado em 01/07/2011, houve supressão e acréscimo ao objeto e ao preço, bem como, prorrogação do prazo de execução da obra por mais 100 (cem) dias.

Em 04/10/2011, por meio do Segundo Termo Aditivo, o prazo de conclusão da obra foi prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias.

Diante dos reiterados atrasos no andamento da obra do NEI Lar da Criança - Vila Germer, foi encaminhada a Vossa Senhoria Notificação de Advertência na data de 17/01/2012, ressaltando-se a necessidade de entrega da obra até fevereiro daquele ano.

Novamente, Vossa Senhoria não cumpriu o prazo acordado, razão pela qual foi-lhe aplicada a penalidade de multa no percentual de 10% sobre o valor total do contrato, ou seja, R\$ 115.022,90 (cento e quinze mil, vinte e dois reais e noventa centavos).

Entretanto, considerando as justificativas apresentadas pela Contratada em resposta à Notificação supra mencionada, bem como o comprometimento da empresa na conclusão imediata dos trabalhos e a necessidade de finalização da obra, em especial pelo relevante interesse público, foi determinada a suspensão da exigibilidade das penalidades de multa e declaração de inidoneidade.

Diante das novas tratativas, em 02/03/2012 foi firmado o Quinto Termo Aditivo, e em 26/07/2012 assinado o Sexto Termo Aditivo

prorrogando o prazo de execução em 90 (noventa) dias, ou seja, até 28/10/2012.

Embora Vossa Senhoria tenha se comprometido perante a municipalidade em finalizar a obra, ressalta-se que o prazo estipulado pelo Sexto Termo Aditivo expirou há mais de seis meses e até o presente momento a edificação do NEI Lar da Criança - Vila Germer não foi concluída, em completa afronta ao pactuado.

Ante o desrespeito às obrigações assumidas, mormente os prazos estipulados e defeitos na execução da obra que deveriam ser corrigidos pela empresa, decidiu-se pela revogação dos efeitos da decisão de suspensão emitida em 08/02/2012, acarretando a exigibilidade das penalidades aplicadas à Contratada através da Notificação firmada em 25/01/2012, especialmente no que se refere à penalidade de multa no importe de R\$ 115.022,90 (cento e quinze mil, vinte e dois reais e noventa centavos).

Frisa-se que vossa senhoria foi devidamente cientificado da referida decisão mediante recebimento da Notificação expedida em 21/11/2012, através da qual lhe foi concedido o prazo de 15 (quinze) dias corridos para promover o pagamento do valor correspondente à multa junto à municipalidade, sob pena de não devolução da garantia contratual no importe de R\$ 43.880,90 (quarenta e três mil oitocentos e oitenta reais e noventa centavos).

Vislumbra-se, porém, que até a presente data Vossa Senhoria não procedeu ao pagamento dos valores devidos, tampouco apresentou resposta ou quaisquer justificativas ao inadimplemento.

Além disso, através do relatório fotográfico realizado pelo Corpo Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, mediante vistoria in loco realizada na data de 14/03/2013, mostra-se evidente a negligência com que vossa empresa exerceu suas atividades durante toda a contratualidade. Aludido documento demonstra cabalmente a ausência ou baixa qualidade dos acabamentos, a inadequação das tomadas, vazamentos e válvulas danificadas, ausência de ralo no chuveiro, perfurações e instalações inadequadas, esquadrias incompletas e danificadas, janelas e portas fora de esquadro, falta de nivelamento no piso ou camadas soltas, reboco mal executado e eletro calhas inexistentes ou necessitando de ajuste.

Em virtude do acima exposto, bem como diante do término do prazo contratual e total abandono da obra no estado precário de acabamento que se encontra, o Corpo Técnico da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente procedeu ao levantamento de todos os serviços realizados até o momento em que vossa empresa executou atividades no local.

De acordo com referido levantamento vossa empresa deixou de cumprir a integralidade do objeto contratual, especificamente os serviços discriminados na Planilha 01 - ITENS NÃO CONCLUÍDOS, que totalizam o montante de R\$ 101.058,11 (cento e um mil, cinquenta e oito reais e onze centavos) do contrato original e R\$ 9.859,80 (nove mil oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos) em virtude do reajuste do Contrato Administrativo.

Como já asseverado, dentre os serviços prestados por vossa empresa, foram constatados serviços mal executados ou em desacordo com o projeto. Estes serviços, que deverão ser refeitos ou consertados pelo Município, totalizam o montante de R\$ 57.682,39 (cinquenta e sete mil seiscentos e oitenta e dois reais e trinta e nove centavos), nos termos da Planilha 02 - CORREÇÕES DOS SERVIÇOS EXECUTADOS.

Impende ressaltar que pelos serviços prestados (medições realizadas em 03/10/2012 e 10/04/2013) teria vossa empresa a receber o montante de R\$ 44.930,00 (quarenta e quatro mil novecentos e trinta reais) além da devolução da garantia contratual no valor de R\$ 43.880,90 (quarenta e três mil oitocentos e oitenta reais e noventa centavos)

Contudo, nota-se que, descontados os valores referentes aos consertos necessários à correção dos serviços executados em desacordo com o projeto e/ou mal executados (R\$ 57.682,39) e penalidade de multa aplicada (R\$ 115.022,90) a contratada encontra-se em débito com a Administração Pública no montante de R\$ 83.894,39 (oitenta e três mil, oitocentos e noventa e quatro

reais e trinta e nove centavos).

Importante esclarecer que a Contratada estava ciente de que os valores decorrentes da aplicação da penalidade de multa seriam descontados do eventual valor que a empresa teria a receber por força dos trabalhos executados e/ou garantia contratual, sendo cláusula expressa do contrato subscrito.

Diante de todo o exposto, NOTIFICAMOS a empresa MULTI CONSTRUÇÕES LTDA, através de seu representante legal, que, por força da rescisão contratual por culpa exclusiva da empresa, ocorrida em dezembro de 2012, proceda a entrega imediata de todas as chaves das portas instaladas no núcleo, e o pagamento da importância de R\$ 83.894,39 (oitenta e três mil, oitocentos e noventa e quatro mil reais e trinta e nove centavos), atinente aos valores devidos em razão do descumprimento imotivado do Contrato Administrativo n. 2010/249, sob pena de inscrição em dívida ativa e/ou cobrança judicial dos valores e obrigações não cumpridas, sem prejuízo da aplicação das demais sanções civis e penais inerentes à espécie.

Sem mais para o momento.

Timbó, 19 de abril de 2013.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Notificação

Ilmo. Senhor

LOURIVALDO AMADEU SCHMITT - Representante legal da empresa MULTI CONSTRUÇÕES LTDA.

Rua Luiz Franzói, nº 278, Bairro Margem Esquerda, Gaspar - SC

Assunto: Rescisão Contrato Administrativo nº 2010/249 - Obra NEI Lar da Criança com aplicação de multa, e declaração de inidoneidade

O Município de Timbó vem, por intermédio do presente NOTIFICAR vossa senhoria acerca do que segue:

Através de dispensa de licitação fundamentada no inciso XI do art.24 da Lei nº 8.666/93, V. Sa. firmou com a municipalidade, na data de 19/10/2010, o Contrato Administrativo nº 2010/249, cujo objeto versa acerca da construção da edificação denominada NÚCLEO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LAR DA CRIANÇA.

Através do Primeiro Termo Aditivo (firmado em 01/07/2011), houve supressão e acréscimo ao objeto e ao preço bem como prorrogação do prazo por mais 100 (cem) dias para a conclusão da obra. Em 04/10/2011, por meio do Segundo Termo Aditivo, o prazo de conclusão da obra foi prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias. Houve o Terceiro Termo Aditivo em 15/12/2011 com acréscimo ao objeto e ao preço.

O Primeiro Termo de Apostilamento ocorreu em 20/12/2011, reajustando o valor através da aplicação do INCC.

A Administração Pública e V.Sa. reuniram-se em 12/01/2012 para tratar acerca dos reiterados atrasos no andamento da obra do NEI Lar da Criança - Vila Germer, conforme relatos apresentados pela Comissão de Acompanhamento da Obra. Na oportunidade V.Sa. alegou que os atrasos ocorreram por força da contratação de empresas terceirizadas, as quais não cumpriram com o prazo estabelecido, e que iria agilizar todos os demais atos para tentar concluir a obra.

Foi reiterada, por parte da municipalidade, a necessidade da entrega da obra no máximo até fevereiro de 2012, principalmente diante do comprometimento perante o Ministério Público, do fato da obra estar em andamento há mais de um ano e dos diversos termos aditivos prorrogando o prazo de entrega, porém, V. Sa. não cumpriu com o acordado.

A empresa recebeu Notificação de Advertência em 18/01/2012. Em 27/01/2012 recebeu Notificação com aplicação da penalidade de multa.

Após novas tratativas, e levando em conta a necessidade da finalização da obra, em especial pelo relevante interesse público, em 01/03/2012 foi firmado o Quarto Termo Aditivo com a inclusão do prazo de vigência na Cláusula Sexta do Contrato nº 2010/249. Em 02/03/2012, através do Quinto Termo Aditivo, foi novamente prorrogado por 150 (cento e cinquenta) dias o prazo para conclusão da obra. Em 26/07/2012, pelo Sexto Termo Aditivo, o prazo foi prorrogado por 90 (noventa) dias, ou seja, até 28/10/2012.

Porém, embora V.Sa. tenha se comprometido perante a municipalidade em finalizar a obra, o prazo estipulado expirou e até o momento a mesma não foi concluída, o que demonstra, de forma inequívoca, o descumprimento contratual.

A inexecução parcial do contrato enseja a sua rescisão que poderá ser unilateral quando o contratado não cumprir os prazos estipulados (art. 77; 78, I e 79, I da Lei nº 8.666/93).

Diante deste fato, NOTIFICAMOS a empresa MULTI CONSTRUÇÕES LTDA, através de seu representante legal, acerca da rescisão do Contrato Administrativo nº 2010/249, com a consequente aplicação da penalidade de multa no valor de 10% sobre o valor total do contrato, que corresponde a R\$ 115.022,90 (cento e quinze mil, vinte e dois reais e noventa centavos) e de declaração de inidoneidade, em virtude do reiterado e injustificado descumprimento contratual, estabelecendo o prazo máximo e improrrogável de 05 dias corridos contados do recebimento da presente para apresentar defesa de forma expressa e fundamentada.

Informamos que a não apresentação da defesa e/ou o seu indeferimento, obriga V.Sa. a promover, no prazo máximo e improrrogável de 15 dias corridos, para promover o depositar do valor concernente à multa junto à municipalidade, sob pena de não devolução da garantia (R\$43.880,90 - quarenta e três mil, oitocentos e oitenta reais e noventa centavos) e cobrança judicial do remanescente (R\$ 71.142,00 - setenta e um mil, cento e quarenta e dois reais).

Sem mais para o momento.

Timbó, 21 de novembro de 2012.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 27 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Fornecimento de materiais de limpeza e higiene especificados no Anexo I para atender as necessidades da Prefeitura de Timbó (administração direta e indireta).

EMPRESAS FORNECEDORAS: Luiz Carlos Volkmann ME; Taf Distribuidora LTDA; J.P Lima Com. Prod. Limpeza LTDA - EPP; Superlight Alimentos LTDA; Expressão Com. Mat. Inf. Serv. LTDA; Brioville Com. Materiais Limpeza LTDA; Célia Regina W. Sani ME; Distrib. Nova Esperança LTDA ME; Blu Distribuidora de Papelaria LTDA; JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME; PKB Produtos Químicos LTDA EPP e Tayu Química LTDA ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 353.393,74 (trezentos e cinquenta e três mil trezentos e noventa e três reais e setenta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 26/04/2014

Timbó, 26/04/2013

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Tunápolis

PREFEITURA

Lei Complementar N° 37/2013 de 30 de Abril de 2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 37/2013 DE 30 DE ABRIL DE 2013.

Dá nova redação ao Anexo II - Letra B, alterando a Lei Complementar nº 025/2010, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Administração Pública do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a nomenclatura do cargo de Diretor Adjunto de Sanidade Animal, para Diretor Adjunto de Compras, cargo comissionado, alterando assim o Anexo II da Lei Complementar nº 025/2010 e suas alterações posteriores, passando a vigorar com a alteração dada pela redação definida pela presente Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, 30 de Abril de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

ANEXO II

DENOMINAÇÕES E VAGAS DOS CARGOS EM COMISSÃO

B) DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO - DAÍ

- 01 Diretor Adjunto de Departamento Agricultura e Meio Ambiente
- 02 Diretor Adjunto de Departamento de Administração, Planejamento e Finanças
- 01 Diretor Adjunto de Departamento de Transportes e Obras
- 01 Diretor Adjunto Departamento de Educação, Cultura e Esporte
- 01 Diretor Adjunto de Compras

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Lei N° 1.111/2013 de 30 de Abril de 2013.

LEI Nº 1.111/2013 DE 30 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com a Associação de Deficientes Físicos de São Miguel do Oeste e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Tunápolis autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Deficientes Físicos de São Miguel do Oeste, inscrita no CNPJ sob nº 00.719.338/0001-06, com sede na Rua Jorge Lacerda, 684, Bairro Agostini, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, objetivando a cooperação financeira do Município para a Entidade no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para despesas de manutenção da Entidade.

Art. 2º Caberá ao Município o repasse do valor acima descrito para o exercício de 2013, firmando um Termo de Convênio a ser celebrado entre as partes.

Parágrafo Único: O repasse para a Entidade fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS, INSS e a CNDT.

Art. 3º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 60 (sessenta) dias e deverá constar, além dos previstos na Lei nº 4320/64 e da IN nº 14/2012 do TCE-SC, dos seguintes documentos:

I - Balancete da Prestação de Contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;

II - Documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;

III - Extrato bancário da conta, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;

IV - Declaração do responsável, em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;

V - Declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta do orçamento do corrente exercício:

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
Em, 30 de abril de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº 1.112/2013 de 30 de Abril de 2013.

Lei nº 1.112/2013 de 30 de abril de 2013.

Institui o programa de incentivos para a construção residencial no Município de Tunápolis - SC, beneficiadas com os programas de habitação social e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído o programa de incentivos para a construção

residencial no Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, através da realização de serviços gratuitos de terraplanagem para construções de novas casas de até 70 m² (setenta metros quadrados) e de 50% dos serviços de terraplanagem gratuitos para a construção de novas casas acima de 70m² (setenta metros quadrados).

Art. 2º Somente terão benefício do incentivo previsto no artigo anterior os mutuários que estão em dia com as finanças do Município, apresentando para tanto todos os documentos exigidos pelo setor para a realização dos serviços, bem como a comprovação da inclusão do programa habitacional social onde o mutuário se enquadra.

Parágrafo único. O benefício previsto no artigo anterior somente poderá ser concedido uma única vez por mutuário, não contemplando reformas ou ampliações.

Art. 3º As despesas previstas para a execução do referido programa, correrão por conta dos orçamentos anuais previstas nas Leis Orçamentárias anuais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
Em, 30 de abril de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº 1.113/2013, de 30 de Abril de 2013.

Lei nº 1.113/2013, de 30 de abril de 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, a celebrar Convênio de Consignação, com o Banco Bradesco S/A e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, a celebrar Convênio de Consignação, com o Banco Bradesco S/A - objetivando a concessão de empréstimos, sob garantia de consignação em folha de pagamento mensal e rescisão contratual, aos funcionários e demais servidores da administração direta e indireta deste Ente Federado, ativos e inativos, na seguinte forma:

I - com mais de 6 meses de efetivo exercício;

II - aposentado por tempo de serviço, desde que seus rendimentos sejam pagos pelo Município;

III - pensionista, desde que esta condição seja decorrente de morte do funcionário e/ou servidor e que seus proventos sejam pagos pelo Município;

IV - que possuam contrato de trabalho com duração superior ao prazo previsto para a liquidação do empréstimo, depois de cumpridos os 6 meses de efetivo exercício;

V - com mandato legislativo ou executivo com prazo superior ao do empréstimo;

VI - em licença para tratamento de saúde, e que estejam recebendo rendimentos integrais e pagos pelo Município.

Art. 2º O Município de Tunápolis, não poderá assumir compromissos através do Convênio de Consignação, com o Banco Bradesco S/A, ora autorizado, em hipótese alguma, visando responsabilizar-se pela garantia da liquidação e pagamento parcial ou total de quaisquer débitos vincendos ou a vencer, relativos a créditos concedidos pela instituição financiadora, aos funcionários e demais servidores da administração direta e indireta deste Ente Federado, na forma do artigo anterior desta LEI.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC.,
Em, 12 de abril de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei N°. 1.114/2013 de 30 de Abril de 2013.

Lei nº. 1.114/2013 de 30 de abril de 2013.

Autoriza o repasse financeiro de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) para a Associação Cultural, Assistencial, Cinquentenária da Linha São Jorge, sediada neste Município e contém outras providências

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar um auxílio financeiro no valor de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) para a Associação Cultural, Assistencial, Cinquentenária da Linha São Jorge, sediada neste Município inscrita no CNPJ sob nº 78.486.883/0001-89, para custear despesas de manutenção, reformas e ampliações, em sua sede social, conforme plano de aplicação em anexo da Entidade.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente no exercício de 2013.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
Em, 30 de abril de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Aviso de Retificação CRAS Cursos

Aviso de retificação

Comunica Errata no Edital, cujo extrato foi publicado no DOM dia 29/04/2013, onde se lê : "Pregão Presencial nº 46/2013, referente "Contratação de empresa especializada em desenvolver Curso referente "Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes de 12 a 17 anos, programa de desenvolvimento de empreendedores.

com abertura para o dia 15/05/2013 às 14h45min
leia -se: "Pregão Presencial nº 45/2013, Referente "Contratação de empresa especializada em desenvolver Curso referente "Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes de 12 a 17 anos, programa de desenvolvimento de empreendedores com abertura para o dia 15/05/2013 às 14h45min
Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 21 de janeiro de 2013
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Processo de Licitação N° 54/2013 Concorrência Pública N° 01/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 54/2013
Concorrência Pública nº 01/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem por objeto a contratação de Instituição Financeira e/ou Cooperativa de Crédito, visando subsidiar por parte do Município, os juros de Financiamentos de Empresas através do Programa Pró-Empresa, apoiando os investimentos produtivos, a promoção da inclusão social e a geração de emprego e renda no Município, em conformidade com a legislação federal e conforme critérios estabelecidos na Lei 1.107/2013, de 19 de abril de 2013
Entrega das propostas até às 9h do dia 03/06/2013
Informações e íntegra do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx493)632-11-22.
Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 29 de abril de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Turvo

PREFEITURA

Decreto 21/2013

DECRETO Nº 021/13, de 24 de Abril de 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRA QUE DISCRIMINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e conforme disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, inciso XXIV, da constituição Federal, combinado com a legislação pertinente,

Art. 1º - Fica decretado de utilidade pública, o imóvel de propriedade do Senhor Mario Biz portador do CPF nº 344.810.369-15, para fins de desapropriação amigável ou judicial: Um terreno urbano com a área de 800.00 m² (oitocentos metros quadrados), sito na localidade de Linha Contessi, nesta cidade, tendo (20,00) metros de frente por (40,00) metros de fundos, confrontando Frente Oeste com Estrada Municipal Tvo 353 e as extremas Norte, Sul e Leste com Terras dos mesmos Vendedores; conforme Registro 14.749

Livro 02 folha nº 01 do Registro de Imóveis da Comarca de Turvo, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - O imóvel desapropriado terá como finalidade a construção de uma Unidade Básica de Saúde.

Art. 3º. O Município será representado nos atos expropriatórios pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 24 de Abril de 2013.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Decreto 22/2013

DECRETO Nº 022/13, de 24 de abril de 2013.
DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE TURVO

O Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal no 356/74, de 11 de fevereiro de 1974,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho Municipal de Desenvolvimento do Município de Turvo, que se relaciona com assuntos de Planejamento do Município de Turvo e que fica constituído pelos seguintes membros:

- I - NESTOR RECO - Presidente
- II - MARTA ELIZABETI RIBEIRO AVILA - Primeira Secretária
- III - ESTER ZANETTE BARP - Segunda Secretária
- IV - ANTONIO AMERICO PESCADOR - Membro
- V - MARCIO JOSE PAULINO - Membro
- VI - OSMAR PASETTI - Membro
- VII - IDE MANENTI - Membro
- VIII - ROBERTO CARLOS PATEL - Membro
- IX - RENATO MANENTI - Membro
- X - CASSIA PANATO DAGOSTIN - Membro
- XI - VALDETE CORDEIRO - Membro
- XII - ARISTIDES SPILERE - Membro
- XIII - ROGERIO BARDINI - Membro
- XIV - SELVINO LONDERO - Membro
- XV - DAVIDE TOMAZI TOMAZ - Membro
- XVI - DONATO FAVARIN - Membro
- XVII - JUCELINO JOSE DAROS - Membro
- XVIII - MOACIR DANIEL - Membro
- XIX - JOSE LUZINEI MARCON - Membro
- XX - MARCOS JOSE ROSSO - Membro
- XXI - ANTONIO ARCARO - Membro
- XXII - JOSE LUIZ BEZ BATTI - Membro
- XXIII - ELIEZER DE BETTIO - Membro
- XXIV - LUIZ ANGELO MARAGNO - Membro

Art. 2º. A duração do mandato deste conselho será pelo prazo de 01 (um) ano.

Art. 3º. O exercício da função de conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 24 de abril de 2013.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Vargeão

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial N° 019/2013

Extrato de EDITAL
Edital de Pregão Presencial nº 19/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 13 de maio de 2013 às 15 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço unitário, para contratação de empresa para locação de caminhão munck em perfeitas condições de uso, acoplado com cesto aéreo, com fornecimento de combustível e com operador/motorista, para suprir as eventuais necessidades da Administração Municipal de Vargeão ao longo do exercício 2013. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 29 de abril de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial N° 18/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, realizará no dia 13 de maio de 2013 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item e tem por objeto a aquisição de material de consumo para uso no Posto de Saúde do Município; através de fornecedor selecionado em certame licitatório de Edital de Pregão Presencial nº 18/2013 - Fundo Municipal de Saúde.

Outras informações sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax(49) 3434-0148.

Vargeão, SC, 29 de abril de 2013.
AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Registro de Preços N°. 34/2013 - Motor Caminhão 1113

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS N°. 34/2013

OBJETO: Constitui objeto do presente certame Contratação de empresa para retifica completa com mangueira, turbina nova e MONTAGEM PARCIAL PARTE BAIXO motor caminhão 1113, e fornecimento de peças para conclusão dos serviços na garagem da Prefeitura.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, e pelo seu pregoeiro designado pelo PORTARIA N°. 14/2013 de 03/01/2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL n°. 34/2013, do tipo MENOR LANCE POR LOTE ÚNICO, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei n°. 10.520, de 17/07/2002, Decreto n°. 3.555, de 08/08/2000, Decreto n°. 3.693 de 20/12/2000, Decreto n°. 3.784 de 06/04/01, Lei n°. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO N°. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, Decreto n°. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09:00 hrs do dia 08 de maio de 2013.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 09:00 hrs do dia 08 de maio de 2013, na Av. Jorge Lacerda, n°. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda n°. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 26 de abril de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Termo de Dispensa N° 31/2013 - Link de Acesso Dedicado À Internet (Ip Connect)

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO DE DISPENSA N° 31/2013

Fica inexistível o procedimento licitatório, nos termos do art 25, caput, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para a contratação da empresa OI S.A. para a prestação de serviços (link dedicado de acesso a Internet (IP CONNECT)) pelo período de 36 (trinta e seis) meses para atender PREFEITURA MUNICIPAL DE Vidal Ramos; Valor da contratação R\$ 22.368,48 (vinte e dois mil e trezentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos) por ano.

NOME DO CREDOR: OI S.A

CNPJ/CPF: 76.535.764/0001-43

VIDAL RAMOS, 26 DE ABRIL DE 2013

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Termo de Dispensa N° 32/2013 - Digitronco

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

TERMO DE DISPENSA N° 32/2013

Fica inexistível o procedimento licitatório, nos termos do art 25, caput, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para a contratação da empresa OI S.A. para a prestação de serviços 01 (um) DIGITRONCO pelo período de 36 (trinta e seis) meses para atender PREFEITURA MUNICIPAL DE Vidal Ramos;

O objeto da inexigibilidade em favor da empresa supramencionada, pelo valor estimado de R\$ 5.053,08 (cinco mil cinqüenta e três reais e oito centavos) por ano.

NOME DO CREDOR: OI S.A

CNPJ/CPF: 76.535.764/0001-43

VIDAL RAMOS, 26 DE ABRIL DE 2013

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Leilão Público 01/2013 - Alienação Kombi

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDAL RAMOS

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDAL RAMOS

LEILÃO PÚBLICO 01/2013

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação 33/2013, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:

Lote 01 - 01 (UMA) VW KOMBI, ANO DE FABRICAÇÃO 1996 MODELO 1996, COR BRANCA, PLACA LXX 6167, CAPACIDADE PARA 9P / 56CV, CHASSI 9BWZZZ231TP017454, DE USO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE VIDAL RAMOS.

O interessado deverá se cadastrar até as 10:15 horas do dia 28/05/2013, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33561122.

Vidal Ramos, 29 de abril de 2013.

Leilão Público 33/2013 - Alienação Celta e Micro Ônibus

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA VIDAL RAMOS

LEILÃO PÚBLICO 33/2013

Faz saber aos interessados que se encontra aberto o Edital de Licitação 33/2013, na modalidade LEILÃO, tendo por objeto A alienação de:

Lote 01 - 01 (UM) GM CELTA PAS/ AUTOMOVEL, ANO 2002, MODELO 2002, CAPACIDADE PARA 5 P/60 CV, PLACA MBO 7083, CHASSI 9BGRD08Z02G155580 DE COR BRANCA.

Lote 02 - 01 (UM) PAS ÔNIBUS, MODELO MERCEDES BENZ /608, CAPACIDADE PARA 25P/ 95CV DE COR BRANCA, PLACA AAZ 0771, ANO DE FABRICAÇÃO 1984, MODELO 1985, MOVIDO A DIESEL, CHASSI 30830411645961

O interessado deverá se cadastrar até as 09:30 horas do dia 28/05/2013, ocasião que será aberta a sessão de lances. A cópia

do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura, em horário de expediente pelo fone (47) 33561122.

Vidal Ramos, 29 de abril de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal.

Videira

PREFEITURA

Decreto N° 10.403/13

DECRETO N° 10.403/13, DE 22 DE ABRIL DE 2013.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, da Emenda Constitucional n° 41/2003, a servidora JUREMA MARIA DE OLIVEIRA, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID n° 009/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional n° 41/2003, a servidora JUREMA MARIA DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o n° 516.058.999-68, no RG n° 1.704.574 e no PIS/PASEP n° 170.18414.11-1, detentora da matrícula funcional n° 1231, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter integral, que corresponderá a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo a importância de R\$ 3.793,93 (três mil, setecentos e noventa e três reais e noventa e três centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal n° 130/12 - Estatuto dos Profissionais do Magistério Público.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 1º/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto N° 10.404/13

DECRETO N° 10.404/13, DE 24 DE ABRIL DE 2013

Concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal e do art. 23 da Lei Complementar n° 023/2002 e do art. 1º da Lei Federal n° 10887/04, a servidora NEIVA COELHO DE FREITAS, declara a vacância do cargo público, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, à vista do que consta do Processo Administrativo INPREVID n° 008/2013, DECRETA

Art. 1º Fica aposentada por idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal e do art. 23 da Lei Complementar n° 023/2002, a servidora NEIVA COELHO DE FREITAS, inscrita no CPF n° 579.203.469-91, no RG 1.337.135 e no PIS/PASEP n° 170.07935.36-0, detentora da matrícula funcional n° 2046, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria em caráter proporcional, que corresponderá a 90,47% (noventa vírgula quarenta e sete por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista na Lei Federal n° 10.887/04, perfazendo a importância de R\$ 1.227,50 (um mil, duzentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 3º Fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso IV do art. 100 da Lei Complementar Municipal n° 129/12 - Novo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, excluídos os servidores do Magistério.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, estabelecendo seus efeitos a partir de 30 de abril de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 24 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto N° 10.406/13

DECRETO N° 10.406/13, DE 26 DE ABRIL DE 2013.

Concede Gratificação Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como nos art. 142 e 143, da Lei Complementar n° 129/12,

Considerando a imperiosidade de realização de processo seletivo para atender às necessidades temporárias de excepcional interesse público e;

Considerando a necessidade da imediata realização de novo concurso público, tendo em vista a anulação do concurso público edital 001/2012, através do Decreto n° 10.380/13, DECRETA

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo denominados, para a execução dos serviços excepcionais estabelecidos no art. 2º deste Decreto:

- I - Dionísio Robaskewicz Neto - Analista de Nível Superior;
- II - Karolina Borsatti - Analista de Nível Superior.

Art. 2º Ficam determinadas as seguintes atribuições aos servidores acima designados:

I - Realização de todos os procedimentos necessários à realização de Processo Seletivo, para os seguintes cargos: Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, Auxiliar Operacional, Fisioterapeuta e Agente Social, sendo eles especificadamente:

- a) Edital;
- b) Inscrições;
- c) Confeção e aplicação das provas;
- d) Correção das provas;
- e) Julgamento de Recursos, em conjunto com a comissão designada para este fim;
- f) Apresentação de Resultados preliminares e oficiais.

II - Realização de todos os atos necessários a fim de possibilitar a realização do novo Concurso Público, sendo eles especificadamente:

- a) Proceder ao levantamento, junto às Secretarias Municipais, dos cargos públicos vagos para os quais deverá ser realizado concurso público;
- b) Levantamento das necessidades de adequações da legislação vigente referente aos cargos públicos e posterior encaminhamento à análise da Secretaria Municipal de Administração;
- c) Elaboração de projeto básico, contendo todos os quesitos necessários à abertura de licitação para contratação da empresa responsável pela aplicação do concurso;
- d) Encaminhamento do projeto básico ao Secretário de Administração a fim de se dar início ao procedimento de contratação da empresa.

Art. 3º O prazo de realização dos serviços excepcionais acima especificados é de 1º de maio de 2013 até 31 de setembro de 2013, devendo os trabalhos relativos à realização do processo seletivo, bem como à do concurso público serem feitos concomitantemente, sem prejuízo das atribuições inerentes aos cargos efetivos que ocupam os servidores designados.

Art. 4º Os servidores designados no art. 1º farão jus ao recebimento de gratificação mensal, pelo prazo especificado no art. 3º, equivalente ao maior valor determinado à função gratificada, em conformidade com o disposto no art. 143, da Lei Complementar nº 129/12.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2013.

Videira, 26 de abril de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Extrato Contrato N. 87/2013

Contrato nº: 87/2013

Data de Assinatura: 23/04/2013

Fornecedor : AP Oeste Distribuidora de Alimentos LTDA

Valor : R\$ 4.868,40 (quatro oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos)

Licitação : PR 04/2013 - FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NA FME.

Homologação PR Nº 02/2013 - FME

O Município de Videira no mês 04/2013, através da Fundação Municipal de Esportes, comunica a homologação dos seguintes atos: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/13

HOMOLOGAÇÃO: 12/04/13

CONTRATADO: J.A SONORIZAÇÕES LTDA - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS ESPORTIVOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.412,00 (dez mil quatrocentos e doze reais)

DATA: 26/04/13

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR Nº 04/2013 - FME

O Município de Videira no mês 04/2013, através da Fundação Municipal de Esportes, comunica a homologação dos seguintes atos: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/13

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/13

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE VIDEIRA.

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.719,79 (cinco mil setecentos e dezenove reais e setenta e nove centavos)

CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.544,80 (quatro mil quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.971,62 (cinco mil novecentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos)

CONTRATADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.408,80 (quatro mil quatrocentos e oito reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.868,40 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR Nº 05/2013 - FME

O Município de Videira no mês 04/2013, através da Fundação Municipal de Esportes, comunica a homologação dos seguintes atos: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/13

HOMOLOGAÇÃO: 23/04/13

CONTRATADO: VALERIA GRANDO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA OS ATLETAS QUE PARTICIPAM DOS JOGOS E EVENTOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.230,00 (treze mil duzentos e trinta reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 06/2013 - FME

O Município de Videira no mês 04/2013, através da Fundação Municipal de Esportes, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 06/13
HOMOLOGAÇÃO: 19/04/13

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.
CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.731,05 (um mil setecentos e trinta e um reais e cinco centavos)
CONTRATADO: CAFÉ TROPEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 08/2013 - FMAS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 08/13
HOMOLOGAÇÃO: 01/04/13
CONTRATADO: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR OS SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA NO CREAS, CRAS, CEBEM, CONSELHO TUTELAR E PETI DO BAIRRO AMARANTE E BAIRRO DE CARLI.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.736,00 (onze mil setecentos e trinta e seis reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 09/2013 - FMAS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Assistência Social, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 09/13
HOMOLOGAÇÃO: 16/04/13

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NOS NÚCLEOS DOS PETIS, CEBEM, CRAS, CREAS, PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO, CASA LAR MENINO JESUS, CONSELHO TUTELAR E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.
CONTRATADO: MERCADO RZ LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.644,06 (três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e seis centavos)
CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.453,74 (sete mil quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos)
CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.890,49 (sete mil oitocentos e noventa

reais e quarenta e nove centavos)
CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.021,60 (seis mil e vinte e um reais e sessenta centavos)
CONTRATADO: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.401,54 (sete mil quatrocentos e um reais e cinquenta e quatro centavos)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 10/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 10/13
HOMOLOGAÇÃO: 04/04/13
CONTRATADO: VIDEGRAF ARTES GRAFICAS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS IMPRESSOS PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES LABORAIS E DISTRIBUIÇÃO DE INFORMATIVOS EM EVENTOS E CAMPANHAS REALIZADAS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 21.188,50 (vinte e um mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)
CONTRATADO: GRAFISIL GRAFICA LTDA-ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.220,00 (dois mil duzentos e vinte reais)
CONTRATADO: ARTES GRAFICAS COSMOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 127,00 (cento e vinte e sete reais)
CONTRATADO: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.762,50 (quatro mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
CONTRATADO: GABRIEL LUCAS RICHARTZ EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.606,80 (dois mil seiscentos e seis reais e oitenta centavos)
CONTRATADO: GRÁFICA LUMAR LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.380,00 (oito mil trezentos e oitenta reais)
CONTRATADO: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.543,00 (um mil quinhentos e quarenta e três reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 11/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 11/13
HOMOLOGAÇÃO: 01/04/13
CONTRATADO: MUNDO DA AGUA PURIFICADORES LTDA - ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DOS BEBEDOUROS E PURIFICADORES DE ÁGUA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 18.387,20 (dezoito mil trezentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 12/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 12/13
HOMOLOGAÇÃO: 01/04/13
CONTRATADO: SUPERAR LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO COM INSTALAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 42.870,00 (quarenta e dois mil oitocentos e setenta reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 13/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 13/13
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/13

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA CONFEÇÃO DE PRÓTESES DENTAIS DO PROGRAMA DO GOVERNO FEDERAL BRASIL SORRIDENTE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
CONTRATADO: SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 746,37 (setecentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos)
CONTRATADO: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.041,29 (um mil e quarenta e um reais e vinte e nove centavos)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 14/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 14/13
HOMOLOGAÇÃO: 03/04/13
CONTRATADO: GL- LISMOTOR RETÍFICA DE MOTORES EIRELI EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO SPRINTER ODONTO MÓVEL, PLACAS MDL 2182, FROTA 120 DA SECRETARIA DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 15/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 15/13
HOMOLOGAÇÃO: 01/04/13
CONTRATADO: KHRONOS SEGURANÇA PRIVADA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA NO PAME 24 HRS, PAM, ALMOXARIFADO CENTRAL, UNIDADES DE SAÚDE, CAPS - CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL, FARMÁCIA BÁSICA, SERVIÇO

SOCIAL DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE, VIGILÂNCIA SANITÁRIA E EPIDEMIOLÓGICA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 19.390,00 (dezenove mil trezentos e noventa reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 16/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 16/13
HOMOLOGAÇÃO: 04/04/13
CONTRATADO: RETILIDER RETIFICA DE MOTORES LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO DOBLO 1.8, ANO/MODELO 2010, PLACAS MGY- 7766, FROTA 188, DE USO DA SECRETARIA DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 18/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 18/13
HOMOLOGAÇÃO: 04/04/13
CONTRATADO: RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO CAMIONETE PICK-UP MONTANA, ANO/MODELO 2004, PLACAS MCG 4664, FROTA 125, DE USO DA SECRETARIA DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.248,60 (dois mil duzentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 20/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 20/13
HOMOLOGAÇÃO: 05/04/13
CONTRATADO: D & D PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE PRODUTOS PARA HIGIENE BUCAL PARA MONTAGEM DE KITS ODONTOLÓGICOS QUE SERÃO UTILIZADOS PELO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.490,00 (vinte mil quatrocentos e noventa reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 22/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:
PREGÃO PRESENCIAL N° 22/13

HOMOLOGAÇÃO: 19/04/13

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA USO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E NO PREPARO DE LANCHES AOS PACIENTES ATENDIDOS NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS.

CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 85.969,13 (oitenta e cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e treze centavos)

CONTRATADO: CAFÉ TROPEIRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 23/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 23/13

HOMOLOGAÇÃO: 24/04/13

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, MATERIAL DE ARTESANATO E MÓVEIS PARA SER UTILIZADO NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E NAS OFICINAS DE ARTESANATO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS 1.

CONTRATADO: GRAFICA AMERICA LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.654,53 (doze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos)

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 33.687,10 (trinta e três mil seiscentos e oitenta e sete reais e dez centavos)

CONTRATADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.972,90 (dezenove mil novecentos e setenta e dois reais e noventa centavos)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 24/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 04/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 24/13

HOMOLOGAÇÃO: 25/04/13

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE BOLSAS E PRODUTOS INFANTIS PARA MONTAGEM DE KITS QUE SERÃO ENTREGUES ÀS GESTANTES QUE REALIZAM PRÉ NATAL PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E QUE PARTICIPAM DAS REUNIÕES E PALESTRAS REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TEXTIL LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.253,80 (doze mil duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos)

CONTRATADO: ZOZ SOETHE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais)

CONTRATADO: A1 COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.106,00 (seis mil cento e seis reais)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 28/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 28/13

HOMOLOGAÇÃO: 01/04/13

CONTRATADO: ASSESSORMED ASS. EM MED. E SEGUR. TRABALHO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO, PARA ATUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E SAÚDE OCUPACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 334.000,00 (trezentos e trinta e quatro mil reais)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 35/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 35/13

HOMOLOGAÇÃO: 01/04/13

CONTRATADO: ONSERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS, MUSEU DO VINHO, BIBLIOTECA PÚBLICA, OBSERVATÓRIO, DEPÓSITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CAPELAS MORTUÁRIAS DO CEMITÉRIO JARDIM DA SAUDADE, BARRAÇÃO DO DSU, AEROPORTO, PROCON, DEPARTAMENTO DE ESPORTES, ESTÁDIO LUIZ LEONI, CENTRO DE ATENDIMENTO TIAGO SCOPEL, SEDE DA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE AGRICULTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 36/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 36/13

HOMOLOGAÇÃO: 03/04/13

CONTRATADO: GL- LISMOTOR RETÍFICA DE MOTORES EIRELI EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO CAMINHÃO TRUCK VW 26.260, PLACAS MCE-2476, ANO 2002, FROTA 119 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 15.258,11 (quinze mil duzentos e cinquenta e oito reais e onze centavos)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 37/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 37/13

HOMOLOGAÇÃO: 09/04/13

CONTRATADO: MECÂNICA ZAGO SB LTDA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO DUCATO, PLACAS MCH-3216, ANO 2002, FROTA 100, DE USO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.005,25 (cinco mil e cinco reais e vinte e cinco centavos)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 38/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 38/13
HOMOLOGAÇÃO: 09/04/13
CONTRATADO: DRESCH & CIA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO TRATOR DE PNEU, FROTA 92, DE USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.039,00 (dois mil e trinta e nove reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 40/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 40/13
HOMOLOGAÇÃO: 09/04/13
CONTRATADO: MANOS IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE JATEAMENTO DAS CAÇAMBAS E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PINTURA E SUBSTITUIÇÃO DE BADANAS, FAIXAS REFLETIVAS E FAIXAS ZEBRAS DOS CAMINHÕES DAS FROTAS 164, 165, 166, 167 E 168 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.372,50 (onze mil trezentos e setenta e dois reais e cinqüenta centavos)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 41/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 41/13
HOMOLOGAÇÃO: 09/04/13
CONTRATADO: MANOS IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO CAMINHÃO BASCULANTE, PLACAS MFK 4268, FROTA 145 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.444,35 (seis mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 42/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 42/13
HOMOLOGAÇÃO: 12/04/13

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DOS ALUNOS QUE PARTICIPARÃO DA MOSTRA DO CONHECIMENTO E DOS JOGOS INTERCOLEGIAIS, NAS DIVERSAS MODALIDADES QUE SERÃO REALIZADAS DURANTE O ANO DE 2013, ENVOLVENDO TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS.

CONTRATADO: M.R.A CARTÕES E MEDALHAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.134,00 (oito mil cento e trinta e quatro reais)

CONTRATADO: JACINTA JANUARIO ANTUNES EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.770,00 (quatro mil setecentos e setenta reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 43/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 43/13
HOMOLOGAÇÃO: 11/04/13

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL PARA USO NOS APARELHOS DE SOLDA DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E DE SERVIÇOS URBANOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: VIDEMANG COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.415,00 (três mil quatrocentos e quinze reais)

CONTRATADO: OXIGENIO JOACABA COM DE GASES ATMOSFERICOS LTDA EP
VALOR DA DESPESA: R\$ 20.451,00 (vinte mil quatrocentos e cinqüenta e um reais)

CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 2.082,85 (dois mil e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 44/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 44/13
HOMOLOGAÇÃO: 12/04/13
CONTRATADO: MECÂNICA ZAGO SB LTDA-ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO CAMINHÃO BOMBEIRO, VW 11140, PLACAS LZT 7958, FROTA 49 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.570,30 (dez mil quinhentos e setenta reais e trinta centavos)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 45/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 45/13

HOMOLOGAÇÃO: 16/04/13

CONTRATADO: F & L DECORAÇÕES LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DE PAREDES DIVISÓRIAS E CORTINAS PERSIANAS PARA SALAS ADMINISTRATIVAS DO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR E SALA DE ALOJAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.615,40 (dez mil seiscentos e quinze reais e quarenta centavos)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 46/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 46/13

HOMOLOGAÇÃO: 18/04/13

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TUBOS E CONEXÕES EM PVC PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATADO: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.667,82 (três mil seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos)

CONTRATADO: TIGRE S/A TUBOS E CONEXÕES

VALOR DA DESPESA: R\$ 57.909,40 (cinquenta e sete mil novecentos e nove reais e quarenta centavos)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 48/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 48/13

HOMOLOGAÇÃO: 22/04/13

CONTRATADO: BAGATOLI COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRATELEIRAS DE AÇO PARA SEREM UTILIZADAS NO ARQUIVO MORTO PARA ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 49/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 49/13

HOMOLOGAÇÃO: 26/04/13

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.464,09 (nove mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e nove centavos)

CONTRATADO: MERCADO R.Z. LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.629,53 (oito mil seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos)

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 11.663,35 (onze mil seiscentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos)

CONTRATADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.055,49 (nove mil e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)

CONTRATADO: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.727,70 (seis mil setecentos e vinte e sete reais e setenta centavos)

CONTRATADO: SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.901,95 (três mil novecentos e um reais e noventa e cinco centavos)

CONTRATADO: AIRTON SILVA DA MOTTA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.504,84 (cinco mil quinhentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 50/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 50/13

HOMOLOGAÇÃO: 15/04/13

CONTRATADO: MERCANTIL CATARINENSE DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO BRITADOR PRIMÁRIO MUNICIPAL MARCA FAÇO 6240, REBRITADOR 60 TS, ALIMENTADOR VIBRATÓRIO AV27060 FAÇO E GRUPO GERADOR 150KVA, DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 28.602,00 (vinte e oito mil seiscentos e dois reais)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 55/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 55/13

HOMOLOGAÇÃO: 15/04/13

CONTRATADO: MERCADO R.Z. LTDA EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, ADMINISTRAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON, AEROPORTO, POLÍCIA CIVIL E MILITAR.

VALOR DA DESPESA: R\$ 107.901,75 (cento e sete mil novecentos um reais e setenta e cinco centavos)

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino.

Homologação PR N° 56/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 56/13

HOMOLOGAÇÃO: 22/04/13

CONTRATADO: VIAN & CIA LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE ÓLEO DIESEL PARA AS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 831.600,00 (oitocentos e trinta e um mil e seiscentos reais)

LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino.

PR 68/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2013 - PMV

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 68/2013 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA CONserto DO TRATOR DE ESTEIRA FD9 FROTA 94, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 15 de Maio de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 29 de Abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Pregão Presencial Nº 67/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2013 - PMV

O Prefeito Municipal Interino torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 67/2013 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE JARDINAGEM PARA SEREM UTILIZADOS PELA EQUIPE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 15 de Maio de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 29 de Abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Extrato Contrato N. 77/2013

Contrato nº: 77/2013

Data de Assinatura: 12/04/2013

Fornecedor: M.R.A. Cartões e Medalhas Ltda

Valor: R\$ 8.134,00 (oito mil, cento e trinta e quatro reais)

Licitação : PR 42/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DOS ALUNOS QUE PARTICIPARÃO DA MOSTRA DO CONHECIMENTO E DOS JOGOS INTERCOLEGIAIS, NAS DIVERSAS

MODALIDADES QUE SERÃO REALIZADAS DURANTE O ANO DE 2013, ENVOLVENDO TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Extrato Contrato N. 78/2013

Contrato nº: 78/2013

Data de Assinatura: 12/04/2013

Fornecedor : Jacinta Januário Antunes Ltda

Valor : R\$ 4.770,00 (quatro mil, setecentos e setenta reais)

Licitação : PR 42/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DOS ALUNOS QUE PARTICIPARÃO DA MOSTRA DO CONHECIMENTO E DOS JOGOS INTERCOLEGIAIS, NAS DIVERSAS MODALIDADES QUE SERÃO REALIZADAS DURANTE O ANO DE 2013, ENVOLVENDO TODAS AS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Extrato Contrato N. 79/2013

Contrato nº: 79/2013

Data de Assinatura: 12/04/2013

Fornecedor : IEAS - Hospital Divino Salvador

Valor : R\$ 1.849.514,52 (um milhão oitocentos e quarenta e nove mil quinhentos e quatorze reais e cinquenta e dois centavos)

Licitação : IL 02/2013 - FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS A NÍVEL HOSPITALAR PARA ATENDIMENTO NAS SITUAÇÕES DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA, ATENDIMENTO NAS ESPECIALIDADES MÉDICAS, REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RAIOS-X, ULTRASSONOGRAFIA, TOMOGRAFIA, MAMOGRAFIA, GASOMETRIA, ANGIOTOMOGRAFIA E LABORATORIAIS, ATENDIMENTOS/ PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS, ATENDIMENTO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA E ATENDIMENTO EM REGIME DE SOBREAVISO, PROCEDIMENTO/ EXAME DE CORE-BIÓPSY, BIÓPSIA GUIADA POR ULTRASSON E BIÓPSIA GUIADA POR TOMOGRAFIA.

Extrato Contrato N. 80/2013

Contrato nº: 80/2013

Data de Assinatura: 12/04/2013

Fornecedor : Mecânica Zago S.B. Ltda

Valor : R\$ 10.570,00 (dez mil quinhentos e setenta reais)

Licitação : PR 44/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO CAMINHÃO BOMBEIRO VW 11140, PLACAS LZT 7958, FROTA 49 DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato Contrato N. 81/2013

Contrato nº: 81/2013

Data de Assinatura: 15/04/2013

Fornecedor : Mercantil Catarinense de Equipamentos EIRELI

Valor : R\$ 28.602,00 (vinte e oito mil seiscentos e dois reais)

Licitação : PR 50/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO BRITADOR PRIMÁRIO MUNICIPAL MARCA FAÇO 3240, REBRITADOR 60 TS, ALIMENTADOR VIBRATÓRIO AV 27060 FAÇO E GRUPO GERADOR 150KVA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Extrato Contrato N. 82/2013

Contrato nº: 82/2013

Data de Assinatura: 16/04/2013
Fornecedor : F e L Decorações Ltda
Valor : R\$ 10.615,40 (dez mil seiscentos e quinze reais e quarenta centavos)
Licitação : PR 45/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA COLOCAÇÃO DE PAREDES DIVISÓRIAS E CORTINAS PERSIANAS PARA AS SALAS ADMINISTRATIVAS DO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR E SALA DE ALOJAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS.

Extrato Contrato N. 83/2013

Contrato nº: 83/2013
Data de Assinatura: 19/04/2013
Fornecedor : Comercial Atacadista Sol Mio Ltda
Valor : R\$ 1.731,05 (um mil setecentos e trinta e um reais e cinco centavos)
Licitação : PR 06/2013 - FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato Contrato N. 84/2013

Contrato nº: 84/2013
Data de Assinatura: 19/04/2013
Fornecedor : Café Tropeiro Indústria e Comércio de Café Ltda
Valor : R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais)
Licitação : PR 06/2013 - FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Extrato Contrato N. 85/2013

Contrato nº: 85/2013
Data de Assinatura: 22/04/2013
Fornecedor : Bagatoli Comércio de Móveis Ltda
Valor : R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)
Licitação : PR 48/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE PRATELEIRAS DE AÇO PARA SEREM UTILIZADAS NO ARQUIVO MORTO PARA ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DA SECRETARIA DE FINANÇAS.

Extrato Contrato N. 86/2013

Contrato nº: 86/2013
Data de Assinatura: 23/04/2013
Fornecedor : Valéria Grando
Valor : R\$ 13.230,00 (treze mil duzentos e trinta reais)
Licitação : PR 05/2013 - FME

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA OS ATLETAS QUE PARTICIPAM DE JOGOS E EVENTOS DA FME.

Extrato Contrato N. 88/2013

Contrato nº: 88/2013
Data de Assinatura: 23/04/2013
Fornecedor : Comercial Atacadista Sol Mio LTDA
Valor : R\$ 5.971,62 (cinco mil novecentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos)
Licitação : PR 04/2013 - FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NA FME.

Extrato Contrato N. 89/2013

Contrato nº: 89/2013
Data de Assinatura: 23/04/2013
Fornecedor : Mercado RZ LTDA
Valor : R\$ 4.544,80 (quatro mil quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)
Licitação : PR 04/2013 - FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NA FME.

Extrato Contrato N.90/2013

Contrato nº: 90/2013
Data de Assinatura: 23/04/2013
Fornecedor : Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda.
Valor : R\$ 4.408,80 (quatro mil quatrocentos e oito reais e oitenta centavos)
Licitação : PR 04/2013 - FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NA FME.

Extrato Contrato N.91/2013

Contrato nº: 91/2013
Data de Assinatura: 23/04/2013
Fornecedor : Roberto Tessaro e Cia Ltda.
Valor : R\$ 5.719,79 (cinco mil setecentos e dezenove reais e setenta e nove centavos)
Licitação : PR 04/2013 - FME

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SEREM UTILIZADOS NA FME.

Extrato Contrato N.92/2013

Contrato nº: 92/2013
Data de Assinatura: 23/04/2013
Fornecedor : Reunidas Turismo S.A.
Valor : R\$ 20.453,19 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos)
Licitação : IL 05/2013 - FMAS

Objeto : AQUISIÇÃO DE PASSAGENS P/ RETORNO DAS PESSOAS QUE VEM DE OUTROS MUNICÍPIOS A PROCURA D E EMPREGO E ACABAM FICANDO PELAS RUAS PASSANDO POR MUITOS RISCOS SOCIAIS.

Extrato Contrato N.93/2013

Contrato nº: 93/2013
Data de Assinatura: 26/04/2013
Fornecedor : Roberto Tessaro e Cia Ltda.
Valor : R\$ 9.464,09 (nove mil quatrocentos sessenta e quatro reais e nove centavos)
Licitação : PR 49/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRAESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.

Extrato Contrato N.94/2013

Contrato nº: 94/2013

Data de Assinatura: 26/04/2013

Fornecedor : Mercado RZ Ltda.

Valor : R\$ 8.629,53 (oito mil seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos)

Licitação : PR 49/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRA-ESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.

Extrato Contrato N.95/2013

Contrato nº: 95/2013

Data de Assinatura: 26/04/2013

Fornecedor : AP Oeste Distribuidora de Alimentos Ltda.

Valor : R\$ 11.663,35 (onze mil seiscentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos)

Licitação : PR 49/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRA-ESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.

Extrato Contrato N.96/2013

Contrato nº: 96/2013

Data de Assinatura: 26/04/2013

Fornecedor : Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda.

Valor : R\$ 9.055,49 (nove cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)

Licitação : PR 49/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRA-ESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.

Extrato Contrato N.97/2013

Contrato nº: 97/2013

Data de Assinatura: 26/04/2013

Fornecedor : Comercial Atacadista Sol Mio Ltda.

Valor : R\$ 6.727,70 (seis mil setecentos e vinte e sete reais e setenta centavos)

Licitação : PR 49/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRA-ESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.

Extrato Contrato N.98/2013

Contrato nº: 98/2013

Data de Assinatura: 26/04/2013

Fornecedor : Simionato Produtos de Limpeza Ltda.

Valor : R\$ 3.901,95 (três mil novecentos e um reais e noventa e cinco centavos)

Licitação : PR 49/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRA-ESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.

Extrato Contrato N.99/2013

Contrato nº: 99/2013

Data de Assinatura: 26/04/2013

Fornecedor : Airton da Silva ME.

Valor : R\$ 5.504,84 (cinco mil quinhentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos)

Licitação : PR 49/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, INFRA-ESTRUTURA, AGRICULTURA, TURISMO E CULTURA, PROCON, BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR.

Extrato do Aditivo N° 124/2013

Aditivo nº: 124/2013.

Contrato/Ata nº: 80/2012.

Licitação: PR 29/2013.

Contratada: ARENA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 01 de abril de 2013 até 30 de abril de 2013.

Data: 01.04.2013.

Extrato do Aditivo N° 125/2013

Aditivo nº: 125/2013.

Contrato/Ata nº: 155/2012.

Licitação: CC 02/2012.

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo para entrega da obra, previsto na Cláusula 4ª, por mais 150 (cento e cinquenta) dias consecutivos a partir de 17/11/2012 e adequar o material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria de Planejamento, ocasionando custos adicionais de 16,63% do valor do contrato original.

Valor: R\$ 598.736,53

Data: 03.04.2013.

Extrato do Aditivo N° 127/2013

Aditivo nº: 127/2013.

Contrato/Ata nº: 255/2012.

Licitação: TP 27/2012.

Contratada: IPM INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA.

Objeto: Supressão do serviço LOCAÇÃO DE SISTEMA DE PROGRAMAS DE PROCURADORIA JURÍDICA (ASSESSORIA JURÍDICA) discriminado no item 14.

Valor: R\$ 965,00.

Data: 05.04.2013.

Extrato do Aditivo N° 128/2013

Aditivo nº: 128/2013.

Contrato/Ata nº: 128/2012.

Licitação: CC 01/2012.

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A..

Objeto: Suprimir do contrato original o valor de R\$ 47.269,53 (quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos), conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria de Planejamento.

Data: 09.04.2013.

Extrato do Aditivo N° 129/2013

Aditivo nº: 129/2013.

Contrato/Ata nº: 128/2012.

Licitação: CC 01/2012.

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A..

Objeto: Prorrogar o prazo para entrega da obra, previsto na Cláusula 4ª, por mais 180 (cento e oitenta) dias consecutivos a partir de 12/11/2012; Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto da Cláusula 5ª, com efeitos a partir de 03/05/2013 até 31/12/2013; Adequar o material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria de Planejamento, ocasionando custos adicionais de 12,88% do valor do contrato original.

Valor: R\$ 461.135,34.

Data: 09.04.2013.

Extrato do Aditivo N° 130/2013

Aditivo nº: 130/2013.

Contrato/Ata nº: 100/2012.

Licitação: CC 01/2012-FMS.

Contratada: GL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, previsto da Cláusula 6ª, por mais 365 dias, com efeitos a partir de 19 de abril de 2013 até 19 de abril de 2014.

Data: 09.04.2013.

Extrato do Aditivo N° 135/2013

Aditivo nº: 135/2013.

Contrato/Ata nº: 154/2008.

Licitação: TP 02/2008-FMS.

Contratada: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

Objeto: prorrogar seu prazo de vigência por mais 04 (quatro) meses, com efeitos a partir de 15 de abril de 2013 até 15 de agosto de 2013, ou, até a homologação de novo processo licitatório.

Valor: R\$ 14.135,04

Data: 24/04/2013

Extrato do Aditivo N° 136/2013

Aditivo nº: 136/2013.

Contrato/Ata nº: 62/2012.

Licitação: PR 23/2012-FMS.

Contratada: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.

Objeto: Aumentar o quantitativo do item 02, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Saúde.

Valor: R\$ 4.128,00

Data: 24/04/2013

Extrato do Aditivo N° 138/2013

Aditivo nº: 138/2013.

Contrato/Ata nº: 34/2013.

Licitação: PR 18/2013.

Contratada: GL LISMOTOR RETÍFICA DE MOTORES LTDA.

Objeto: Inclusão de item no contrato conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Autorização do Sr. Prefeito Municipal.

Valor: R\$ 1.695,00.

Data: 25/04/2013.

Extrato do Aditivo N° 139/2013

Aditivo nº: 139/2013.

Contrato/Ata nº: 16/2010.

Licitação: PR 10/2010.

Contratada: CHM TRANSPORTES ESCOLAR LTDA.

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,18%, através do IPCA-E acumulado dos últimos 12 meses (fevereiro/2012 a fevereiro/2013), conforme parecer jurídico e autorização do Sr. Prefeito Municipal.

Valor: R\$ 11.265,39.

Data: 26/04/2013.

Extrato do Aditivo N° 140/2013

Aditivo nº: 140/2013.

Contrato/Ata nº: 11/2010.

Licitação: PR 10/2010.

Contratada: EUGÊNIO FERREIRA DA SILVA TRANSPORTES ME.

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,18%, através do IPCA-E acumulado dos últimos 12 meses (fevereiro/2012 a fevereiro/2013), conforme parecer jurídico e autorização do Sr. Prefeito Municipal.

Valor: R\$ 6.567,68.

Data: 26/04/2013.

Extrato do Aditivo N° 141/2013

Aditivo nº: 141/2013.

Contrato/Ata nº: 12/2010.

Licitação: PR 10/2010.

Contratada: VIAÇÃO PETRÓPOLIS LTDA ME.

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro, reajustando o preço do quilômetro rodado do transporte escolar em 6,18%, através do IPCA-E acumulado dos últimos 12 meses (fevereiro/2012 a fevereiro/2013), conforme parecer jurídico e autorização do Sr. Prefeito Municipal.

Valor: R\$ 1.257,12.

Data: 26/04/2013.

Edital de Convocação N° 019/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 019/2013

PROCESSO SELETIVO N° 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADOS CARGO

1 - Gilmar Werle Agente Administrativo II

2 - Elisabete Noll Auxiliar de Serviços Gerais

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;

- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 29 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Extrato do Aditivo N° 131/2013

Aditivo nº: 131/2013.

Contrato/Ata nº: 80/2012.

Licitação: PR 29/2012-FMS.

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHIO LTDA.

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato com o ajuste no preço da gasolina comum passando para R\$ 2,77 (dois reais e setenta e sete centavos) o litro.

Data: 22/04/2013.

Extrato Ata N. 41/2013

Ata de Registro de Preços nº: 41/2013

Data de Assinatura: 11/04/2013

Fornecedor : PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

Valor : R\$ 2.082,85 (dois mil oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 43/2013

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de material para uso nos aparelhos de solda do Departamento de Obras e de Serviços Urbanos da Secretaria de Infraestrutura.

Extrato Ata N. 42/2013

Ata de Registro de Preços nº: 42/2013

Data de Assinatura: 11/04/2013

Fornecedor : VIDEMANG COMÉRCIO DE MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA

Valor : R\$ 3.415,00 (três mil quatrocentos e quinze reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 43/2013

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de material para uso nos aparelhos de solda do Departamento de Obras e de Serviços Urbanos da Secretaria de Infraestrutura.

Extrato Ata N. 43/2013

Ata de Registro de Preços nº: 43/2013

Data de Assinatura: 12/04/2013

Fornecedor : J.A. SONORIZAÇÕES LTDA

Valor : R\$ 10.412,50 (dez mil quatrocentos e doze reais e cinquenta

centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 02/2013 - FME

Objeto : Registro de Preço para contratação futura de empresa para serviço de locação de sistema de sonorização para os eventos esportivos da FME.

Extrato Ata N. 44/2013

Ata de Registro de Preços nº: 44/2013

Data de Assinatura: 15/04/2013

Fornecedor: MERCADO RZ LTDA

Valor: R\$ 107.901,75 (cento e sete mil novecentos e um reais e setenta e cinco centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 55/2013

Objeto: Registro de Preço para aquisição futura de gêneros alimentícios para as Secretarias de Educação, Infraestrutura, Administração, Turismo e cultura, PROCON, Aeroporto, Polícia Civil e Militar.

Extrato Ata N. 45/2013

Ata de Registro de Preços nº: 45/2013

Data de Assinatura: 16/04/2013

Fornecedor : AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Valor : R\$ 7.890,49 (sete mil oitocentos e noventa reais e quarenta e nove centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2013 - FMAS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de material de higiene e limpeza para ser utilizados nos Núcleos do PETI, CEBEM, CRAS, CREAS, programa de Atenção ao Idoso, Casa Lar Menino Jesus, Conselho Tutelar e Departamento de Ação Social.

Extrato Ata N. 46/2013

Ata de Registro de Preços nº: 46/2013

Data de Assinatura: 16/04/2013

Fornecedor : COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA

Valor : R\$ 6.021,60 (seis mil vinte e um reais e sessenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2013 - FMAS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de material de higiene e limpeza para ser utilizados nos Núcleos do PETI, CEBEM, CRAS, CREAS, programa de Atenção ao Idoso, Casa Lar Menino Jesus, Conselho Tutelar e Departamento de Ação Social.

Extrato Ata N. 47/2013

Ata de Registro de Preços nº: 47/2013

Data de Assinatura: 16/04/2013

Fornecedor : MERCADO RZ LTDA

Valor : R\$ 3.644,06 (três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e seis centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2013 - FMAS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de material de higiene e limpeza para ser utilizados nos Núcleos do PETI, CEBEM, CRAS, CREAS, programa de Atenção ao Idoso, Casa Lar Menino Jesus, Conselho Tutelar e Departamento de Ação Social.

Extrato Ata N. 48/2013

Ata de Registro de Preços nº: 48/2013

Data de Assinatura: 16/04/2013

Fornecedor : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 7.401,54 (sete mil quatrocentos e um reais e cinquenta

e quatro centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2013 - FMAS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de material de higiene e limpeza para ser utilizados nos Núcleos do PETI, CEBEM, CRAS, CREAS, programa de Atenção ao Idoso, Casa Lar Menino Jesus, Conselho Tutelar e Departamento de Ação Social.

Extrato Ata N. 49/2013

Ata de Registro de Preços nº: 49/2013

Data de Assinatura: 16/04/2013

Fornecedor : ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

Valor : R\$ 7.453,74 (sete mil quatrocentos e cinquenta e três reais e setenta e quatro centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 09/2013 - FMAS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de material de higiene e limpeza para ser utilizados nos Núcleos do PETI, CEBEM, CRAS, CREAS, programa de Atenção ao Idoso, Casa Lar Menino Jesus, Conselho Tutelar e Departamento de Ação Social.

Extrato Ata N. 50/2013

Ata de Registro de Preços nº: 50/2013

Data de Assinatura: 18/04/2013

Fornecedor : PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

Valor : R\$ 3.667,82 (três mil seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 46/2013

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura tubos e conexões de PVC para a Secretaria de Infraestrutura.

Extrato Ata N. 51/2013

Ata de Registro de Preços nº: 51/2013

Data de Assinatura: 18/04/2013

Fornecedor : TIGRE S/A TUBOS E CONEXÕES

Valor : R\$ 57.909,40 (cinquenta e sete mil novecentos e nove reais e quarenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 46/2013

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura tubos e conexões de PVC para a Secretaria de Infraestrutura.

Extrato Ata N. 52/2013

Ata de Registro de Preços nº: 52/2013

Data de Assinatura: 19/04/2013

Fornecedor : COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA ME

Valor : R\$ 85.969,13 (oitenta e cinco mil novecentos e sessenta e nove reais e treze centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 22/2013 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de gêneros alimentícios para uso nas Unidades Básicas de Saúde e no preparo de lanches aos pacientes atendidos no CAPS.

Extrato Ata N. 53/2013

Ata de Registro de Preços nº: 53/2013

Data de Assinatura: 19/04/2013

Fornecedor : CAFÉ TROPEIRO IND. E COM. DE CAFÉ LTDA

Valor : R\$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 22/2013 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de gêneros

alimentícios para uso nas Unidades Básicas de Saúde e no preparo de lanches aos pacientes atendidos no CAPS.

Extrato Ata N. 54/2013

Ata de Registro de Preços nº: 54/2013

Data de Assinatura: 22/04/2013

Fornecedor : VIAN E CIA LTDA

Valor : R\$ 831.600,00 (oitocentos e trinta e um mil e seiscentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 56/2013

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de óleo diesel para as Secretarias de Infraestrutura e Agricultura e Meio Ambiente.

Extrato Ata N. 55/2013

Ata de Registro de Preços nº: 55/2013

Data de Assinatura: 24/04/2013

Fornecedor : GRÁFICA AMÉRICA LTDA

Valor : R\$ 12.654,53 (doze mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e três centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 23/2013 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de material de expediente, de artesanato e móveis para uso nas Unidades Básicas de Saúde e nas Oficinas de artesanato do CAPS.

Extrato Ata N. 56/2013

Ata de Registro de Preços nº: 56/2013

Data de Assinatura: 24/04/2013

Fornecedor : ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

Valor : R\$ 33.687,10 (trinta e três mil seiscentos e oitenta e sete reais e dez centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 23/2013 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de material de expediente, de artesanato e móveis para uso nas Unidades Básicas de Saúde e nas Oficinas de artesanato do CAPS.

Extrato Ata N. 57/2013

Ata de Registro de Preços nº: 57/2013

Data de Assinatura: 24/04/2013

Fornecedor : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 19.972,90 (dezenove mil novecentos e setenta e dois reais e noventa centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 23/2013 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de material de expediente, de artesanato e móveis para uso nas Unidades Básicas de Saúde e nas Oficinas de artesanato do CAPS.

Extrato Ata N. 58/2013

Ata de Registro de Preços nº: 58/2013

Data de Assinatura: 25/04/2013

Fornecedor : HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA

Valor : R\$ 12.253,80 (doze mil duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2013 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de bolsas e produtos infantis para montagem de kits que serão entregues às gestantes que realizam pré-natal pelo SUS e que participam das reuniões e palestras realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Extrato Ata N. 59/2013

Ata de Registro de Preços nº: 59/2013

Data de Assinatura: 25/04/2013

Fornecedor : ZOZ Soethe Indústria e Comércio LTDA

Valor : R\$ 4.920,00 (quatro mil novecentos e vinte reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2013 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de bolsas e produtos infantis para montagem de kits que serão entregues às gestantes que realizam pré-natal pelo SUS e que participam das reuniões e palestras realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Extrato Ata N. 60/2013

Ata de Registro de Preços nº: 60/2013

Data de Assinatura: 25/04/2013

Fornecedor : A1 Comércio e Serviços LTDA

Valor : R\$ 6.106,00 (seis mil cento e seis reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 24/2013 - FMS

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de bolsas e produtos infantis para montagem de kits que serão entregues às gestantes que realizam pré-natal pelo SUS e que participam das reuniões e palestras realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Extrato Ata Registro de Preço 40/13

Ata de Registro de Preços nº: 40/2013

Data de Assinatura: 11/04/2013

Fornecedor : OXIGÊNIO JOAÇABA DE GASES ATMOSFÉRICOS LTDA

Valor : R\$ 20.451,00 (vinte mil quatrocentos e cinquenta e um reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 43/2013

Objeto : Registro de Preço para aquisição futura de material para uso nos aparelhos de solda do Departamento de Obras e de Serviços Urbanos da Secretaria de Infraestrutura.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 61/2013

Ata de Registro de Preços nº: 61/2013

Data de Assinatura: 29/04/2013

Fornecedor : HARMONIZE INDÚSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA

Valor: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 25/2013-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE SUTIÃS PARA AMAMENTAÇÃO QUE SERÃO ENTREGUES ÀS MÃES PUÉRPERAS QUE PARTICIPAM DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE GESTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE.

Extrato do Aditivo N° 126/2013

Aditivo nº: 126/2013.

Contrato/Ata nº: 80/2012-FMS.

Licitação: PR 29/2012.

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHLO LTDA.

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro com o ajuste no preço da gasolina comum passando para R\$ 2,66 (dois reais e sessenta e seis centavos) o litro.

Data: 03.04.2013.

Extrato do Aditivo N° 132/2013

Aditivo nº: 132/2013.

Contrato/Ata nº: 03/2013.

Licitação: PR 01/2013-PMV.

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHLO LTDA.

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato com o ajuste no preço da gasolina comum passando para R\$ 2,77 (dois reais e setenta e sete centavos) o litro.

Data: 22/04/2013.

Extrato do Aditivo N° 133/2013

Aditivo nº: 133/2013.

Contrato/Ata nº: 06/2013.

Licitação: PR 01/2013-FME.

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHLO LTDA.

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato com o ajuste no preço da gasolina comum passando para R\$ 2,77 (dois reais e setenta e sete centavos) o litro.

Data: 22/04/2013.

Extrato do Aditivo N° 134/2013

Aditivo nº: 134/2013.

Contrato/Ata nº: 05/2013.

Licitação: PR 01/2013-FMAS.

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHLO LTDA.

Objeto: Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato com o ajuste no preço da gasolina comum passando para R\$ 2,77 (dois reais e setenta e sete centavos) o litro.

Data: 22/04/2013.

Extrato do Aditivo N° 137/2013

Aditivo nº: 137/2013.

Contrato/Ata nº: 118/2012.

Licitação: PR 102/2012.

Contratada: WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA.

Objeto: Aumentar o quantitativo do item 04, lote 02, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Valor: R\$ 6.390,00

Data: 25/04/2013

Retificação do Termo Aditivo N°: 122/2013

Retificação do Termo Aditivo nº: 122/2013.

(Publicado no dia 28/03/2013)

Contrato/Ata nº: 06/2013.

Licitação: PR 01/2013-FME.

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHLO LTDA.

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro com o ajuste no preço da gasolina passando para R\$ 2,66 o litro.

Data: 26.03.2013.

Retificação do Termo Aditivo N°: 123/2013

Retificação do Termo Aditivo nº: 123/2013.

(Publicado em 28/03/2013)

Contrato/Ata nº: 05/2013.

Licitação: PR 01/2013-FMAS.

Contratada: AUTO POSTO CAPRICHLO LTDA.

Objeto: Recompôr o equilíbrio econômico-financeiro com o ajuste no preço da gasolina passando para R\$ 2,66 o litro.

Data: 26.03.2013.

Associações

AMOSC

Resolução N.º 02/2013

RESOLUÇÃO N.º 02/2013

Dispõe sobre a Comissão Central Organizadora - CCO dos Jogos de Integração dos Servidores Municipais da Microrregião da AMOSC e dá outras providências.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta e Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelo art. 26, incisos VIII e XIII do Estatuto Social,

RESOLVE

Art. 1º Instituir a Comissão Central Organizadora - CCO dos XLII Jogos de Integração dos Servidores Municipais da Microrregião da AMOSC - JISMA, a ser realizado no dia 04 de maio de 2013, no Município de Formosa do Sul, composta pelos seguintes integrantes:

- I. Presidente: Paulo Utzig
- II. Coordenador Local: Andréia Viana Amorim de Moraes
- III. Coordenador Futebol Suíço: Luciano Deon
- IV. Coordenador Bocha: Erli Terezinha de Abreu
- V. Coordenador Futebol de Salão Feminino: Locenir Tereza de Moura
- VI. Coordenador Vôlei de Areia: Jorge César Drews
- VII. Coordenador Canastrão: Sonia Damião Bresolin
- VIII. Coordenador Truco: Leandro Schafer
- IX. Coordenador Truco Prefeitos: Vera Rosa Back Sartoretto
- X. Coordenador Bocha 48 Masculino: Roberto Delavi de Araujo
- XI. Coordenador Bocha 48 Feminino: Veridiane Felippi Chiela
- XII. Coordenador Sinuca: Israel dos Santos
- XIII. Coordenador Dominó: Claudete Skowronski Canal
- XIV. Coordenador Pênalti Prefeitos: Fernando Lothário Becker

Art. 2º Esta Resolução passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Chapecó, SC, 26 de abril de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito de Cordilheira Alta

Presidente da AMOSC

EGEM

Edital 42/2013 - Pregoeiro 2 Turma

EDITAL Nº 042/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO DE PREGOEIROS

1. OBJETIVO DO CURSO

O tema licitações públicas é de suma importância para a Gestão Pública, revelando-se um dos grandes ramos do direito administrativo. Guarda inúmeras complexidades e especificidades, que à luz dos princípios norteadores da Administração Pública precisam ser avaliadas e compreendidas.

Assim, justifica-se a realização do presente curso, que almeja apresentar e debater a licitação pública na modalidade Pregão, a fim de capacitar os servidores públicos que exercerão as funções

de pregoeiro, em suas formas, presencial e eletrônica.

Ao final do curso, os participantes receberão certificado de Formação de Pregoeiro, estando aptos a realizar licitações nesta modalidade, nos termos do art. 7º, Parágrafo Único, do Decreto Federal nº 3.555/00.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos que exerçam função de pregoeiro, presidentes e membros de comissão de licitação, membros de equipe de apoio, chefes de departamento de compras, assessores jurídicos e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I - das Edições

Cidade/Local

Grande Florianópolis (a definir, acompanhar site da EGEM)

Período das inscrições 30/04/2013 a 26/08/2013

Vencimento do boleto de cobrança 26/08/2013

Homologação das inscrições 28/08/2013

Período de realização 12 e 13 de setembro de 2013

Carga horária total 15 horas/aula

Quantidade de vagas 100 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA Valor (por inscrição)

Servidores de municípios filiados à FECAM R\$ 250,00

Demais participantes R\$ 350,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia

do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;

d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia

08h30 às 12h Pregão Presencial e Eletrônico

Conceito de Pregão

Cabimento do Pregão: bens e serviços comuns

Pregão para serviços de engenharia e obras públicas

Obrigatoriedade do Pregão

Agentes públicos envolvidos no pregão

Pregoeiro: perfil, atribuições

Membros da equipe de apoio: perfil e atribuições

Autoridade competente: atribuições

Edital do Pregão

Termo de Referência

13h30 às 17h30 Sessão Pública do Pregão

Fase de credenciamento

Amostras e pré-qualificação de produtos

Etapa de Lances

Habilitação

Benefícios para Pequenas Empresas (Lei Complementar nº 123/06)

Recursos Administrativos

Adjudicação e Homologação

Procedimentos especiais do Pregão Eletrônico

Saneamento de processos licitatórios

Contratos Administrativos decorrentes do Pregão

Formalização

Duração e Execução

Aditivos quantitativos e qualitativos

Revisão, reajuste e repactuação

Rescisão

Sanções Administrativas em Pregão

Segundo Dia

08h30 às 12h Sistema de Registro de Preços (SRP)

Cabimento

Licitação para SRP: Pregão ou Concorrência

Edital de licitação para SRP

Ata de Registro de Preços

Prazo de validade da ata

Reajuste de preços no SRP

Aditivo quantitativo à Ata de Registro de Preços

Contratos administrativos decorrentes do SRP

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do

portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. PALESTRANTES

Edinando Luiz Brustolin

Advogado inscrito na OAB/SC nº 21.087. Consultor Jurídico da FECAM. Mestre em Direito, Estado e Sociedade pela UFSC. Professor convidado em cursos de especialização e pós-graduação. Tem experiência na área de Direito Administrativo, com ênfase em Licitações Públicas e Contratos Administrativos.

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito de Forquilha

Presidente da EGEM

Edital N° 43/2013 - Obtv e Utilização de Rendimentos de Aplicação

EDITAL N° 043/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

SICONV: OBTVS E UTILIZAÇÃO DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO

1. OBJETIVOS DO CURSO

O curso pretende abordar dois tópicos especiais relativos ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV):

1) a utilização de Ordens Bancárias de Transferência Voluntária (OBTVs) para realizar movimentações financeiras (pagamentos, aplicações, etc.)

2) a utilização de rendimentos de aplicação financeira em convênios e contratos de repasse.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores municipais responsáveis SICONV e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local

Chapecó - SC

Auditório da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC

Av: Getúlio Vargas, 571

Bairro : Centro

Período das inscrições 30/04/2013 a 08/07/2013

Vencimento do boleto de cobrança 08/07/2013

Homologação das inscrições 10/07/2013

Período de realização 24/07/2013

Carga horária total 10h/a

Quantidade de vagas 100 vagas

Cidade/Local

Grande Florianópolis (a definir, acompanhar site da EGEM)

Período das inscrições 30/04/2013 a 08/07/2013

Vencimento do boleto de cobrança 08/07/2013

Homologação das inscrições 10/07/2013

Período de realização 25/07/2013

Carga horária total 10h/a

Quantidade de vagas 100 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I - Dos Valores**

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA Valor (por inscrição)

Servidores de municípios filiados à FECAM R\$ 300,00

Demais participantes R\$ 500,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3

deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

8h30 às 12h

ORDENS BANCÁRIAS DE TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA (OBTVs)

Visão Geral

Cadastramento de ordenador de despesa

Entrega para instituição financeira de lista de possíveis ordenadores de despesa

Cadastramento de ordenador de despesa no SICONV

Cadastramento de credor de transferência voluntária

Cadastramento de credor

Autorização de cadastramento de credor

Preparação de movimentação financeira por Meio de Ordem Bancária de Transferência Voluntária

Preparação de "OBTV Pagamento a Fornecedor - Transferência Bancária"

Preparação de "OBTV Pagamento a Fornecedor - Pagamento no Caixa até R\$ 800,00"

Preparação de "OBTV Conveniente"

Preparação de "OBTV Câmbio"

Preparação de "OBTV Tributos"

Aplicação em Poupança

Preparação de "OBTV Devolução de Recursos para a Conta Única do Tesouro"

Autorização para realização de movimentação financeira por Meio de Ordem Bancária de Transferência Voluntária

Autorização do gestor financeiro

Autorização do ordenador de despesa

Cancelamento de autorização

Conciliação bancária com Ordem Bancária de Transferência Voluntária

Classificação de ingresso de recursos

Classificação de ingresso de recursos decorrente de depósito de contrapartida

Classificação de ingresso de recursos decorrente de devolução de pagamento

Discriminação de Ordem Bancária de Transferência Voluntária para o Conveniente

13h30 às 17h30

UTILIZAÇÃO DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA

Registro de rendimento de aplicação

Inclusão de solicitação para utilização de rendimento de aplicação

Envio para análise de solicitação para utilização de rendimento de aplicação

Ajuste do plano de trabalho

Ajuste do cronograma físico

Ajuste do cronograma de desembolso

Ajuste do plano de aplicação detalhado

Envio do ajuste do plano de trabalho para aprovação

Registro do documento de liquidação após utilização de rendimentos

Geração de relatório "Receita e Despesa do Plano de Trabalho"

7. PALESTRANTES**SÉRGIO PAVAN MARGARIDO**

Economista formado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Teoria Econômica. Foi Diretor Tributário e Secretário de Fazenda da Prefeitura Municipal de Maringá (PR) e Supervisor do Departamento da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Campinas (SP). Vem trabalhando como consultor de órgãos públicos, desde 2005, especificamente com o SICONV, desde 2008.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!**7. ANEXOS**

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até

05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito de Forquilha

Presidente da EGEM

Consórcios

ARIS

Aviso de Licitação 18/2013 - Pregão 08/2013

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 18/2013

Processo Licitatório nº 08/2013

O Diretor Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, Sr. Adir Faccio, torna público que fará realizar no dia 10 de maio de 2013, às 13:30h, licitação na modalidade pregão, forma presencial, com a finalidade de selecionar propostas para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Início do recebimento das propostas: 13:30h do dia 30/04/2013.
- Prazo final para entrega dos envelopes de proposta e de habilitação: 13h25min do dia 10/05/2013.
- Limite para impugnação ao edital: 13:00h do dia 08/05/2013.
- Abertura da sessão pública do pregão: 13:30h do dia 10/05/2013.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes neste edital.

As dúvidas poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

- Telefone/fax: (48) 3248.0263
- E-mail: compras@aris.sc.gov.br
- Site: www.aris.sc.gov.br
- Endereço: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-101

Florianópolis 29/04/2013.

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

CIDEMA**Resolução N° 01/2013**

RESOLUÇÃO N° 01/2013

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI, Prefeito de Chapecó, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 17 inciso I e art. 26 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art.1º Designar Comissão do Concurso Público, que terá por objetivo e finalidade o auxílio para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do processo, instaurado através do Edital de Concurso Público nº 001/2013.

I. Paulo Utzig - Diretor Executivo

II. Juliana Salete Guarda - Engenheira Química

III. Cristina Santos de Castro - Nutricionista

Art. 2º Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto a publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do Presidente da Entidade.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 05 de março de 2013.

JOSÉ CLAUDIO CARAMORI

Prefeito de Chapecó

Presidente do CIDEMA

Classificação do Resultado Final dos Candidatos Aprovados No Concurso Público N° 001/2013 do CIDEMA

EDITAL 08/2013

CLASSIFICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO N° 001/2013 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA.

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente - CIDEMA, o uso das atribuições concedidas pelo Edital N°. 001/2013, vem, após a publicação do gabarito definitivo e julgamento dos recursos dos candidatos edital 07/2013, apresentar Edital com resultado final dos candidatos aprovados no concurso público 001/2013 e suas respectivas notas referente ao Emprego Público de Engenheiro Agrônomo e Médico Veterinário, nos termos que seguem conforme anexo único.

Chapecó SC, 26 de abril de 2013.

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI

Presidente do CIDEMA

ANEXO ÚNICO

CONCURSO PÚBLICO N° 01/2013

CANDIDATO ----- P R O V A S -----

Nº.	IDENT NOME	OBJ. I	OBJ. II	OBJ. III	FINAL	CLASSIFICAÇÃO
CARGO : ENGENHEIRO AGRÔNOMO						
024	LUIZ CARLOS JORNADA DO AMARAL	1,60	2,00	4,80	8,40	1 ° CLASSIFICADO
128	DIOGO ANTONIO DEOTI	1,20	2,00	5,20	8,40	2 ° CLASSIFICADO
108	JULIA DA SILVA MACHADO	1,00	1,80	4,80	7,60	3 ° CLASSIFICADO
083	SILVIA CONTE	1,00	1,60	4,80	7,40	4 ° CLASSIFICADO
037	RUAN MATHEUS BENVENUTTI	1,40	1,60	4,40	7,40	5 ° CLASSIFICADO
004	TIAGO MARCHI	1,00	2,00	4,40	7,40	6 ° CLASSIFICADO
010	RUDINÉIA MARIA LAZAROTO	1,20	1,20	4,80	7,20	7 ° CLASSIFICADO
059	DANIEL BORSOI	1,00	1,40	4,80	7,20	8 ° CLASSIFICADO
071	FABIANO GRIE-SANG	0,80	2,00	4,40	7,20	9 ° CLASSIFICADO
119	KELI MICHELINA HOSS	1,40	1,80	3,60	6,80	10 ° CLASSIFICADO
107	ELIZANGELA FRANZON	1,80	1,80	3,20	6,80	11 ° CLASSIFICADO
050	GUILHERME DO-NEDA ZANINI	1,20	2,00	3,60	6,80	12 ° CLASSIFICADO
006	SIMONI PAULA RITTER CALVI	1,40	1,80	3,60	6,80	13 ° CLASSIFICADO
053	VITOR SILVEIRA INÁCIO	1,40	1,80	3,60	6,80	14 ° CLASSIFICADO
027	MATHEUS COLLET TAMBOSI	1,40	1,80	3,60	6,80	15 ° CLASSIFICADO
129	GILBERTO DE ALMEIDA	1,20	1,80	3,60	6,60	16 ° CLASSIFICADO
049	GRACE KELLY ZANELLA	1,00	1,60	4,00	6,60	17 ° CLASSIFICADO
091	DIOGO LUIZ MENEGASSO	1,00	1,60	4,00	6,60	18 ° CLASSIFICADO
115	ROGER HENRI-QUE TESTA	1,00	1,60	4,00	6,60	19 ° CLASSIFICADO
079	RUDIARD MUNIZ NETO	1,20	1,80	3,60	6,60	20 ° CLASSIFICADO
056	CINÉZIO LEPCHACKI	1,20	1,60	3,60	6,40	21 ° CLASSIFICADO
124	CRISTIANA CORTI	1,60	1,60	3,20	6,40	22 ° CLASSIFICADO
009	ADAIR MAGNAGUACHO	1,20	1,60	3,60	6,40	23 ° CLASSIFICADO
138	DANIEL RODRIGO BIAZUSSI MACHADO	1,40	1,80	3,20	6,40	24 ° CLASSIFICADO
066	DAYSE CRISTINA SCHEMES	1,00	1,80	3,60	6,40	25 ° CLASSIFICADO
117	MARCELA PADILHA	1,00	1,80	3,60	6,40	26 ° CLASSIFICADO
094	JUNIOR ETTORE PICCINI	0,80	2,00	3,60	6,40	27 ° CLASSIFICADO
089	JEFFERSON WELLINGTON VOLPATTO JEDE	1,20	1,80	3,20	6,20	28 ° CLASSIFICADO
044	CARLA CRISTINA SOLDÁ	1,40	1,60	3,20	6,20	29 ° CLASSIFICADO
036	JONAS SELIVAN	1,40	1,40	3,20	6,00	30 ° CLASSIFICADO

085	CRISTIANO CE-SAR ASSMANN	1,00	1,00	4,00	6,00	31 ° CLASSIFICADO
018	DAIANE SARTORI ANDREOLA	1,00	1,00	4,00	6,00	32 ° CLASSIFICADO
007	ELISA MARIA BOSETTI	0,80	1,60	3,60	6,00	33 ° CLASSIFICADO
021	PRISCILA FAVERO	1,00	1,40	3,60	6,00	34 ° CLASSIFICADO
034	CRISTIANO RODRIGUES MACIEL	1,00	1,80	3,20	6,00	35 ° CLASSIFICADO
067	ANELIZE NUNES JUNGES	1,00	1,20	3,60	5,80	36 ° CLASSIFICADO
112	ANDRÉ LUIZ DE MORAIS SBARDELOTTO	1,00	1,60	3,20	5,80	37 ° CLASSIFICADO
082	JONATHAN HART	1,00	1,60	3,20	5,80	38 ° CLASSIFICADO
125	GLEISON RICARDO PEREIRA	1,20	1,40	3,20	5,80	39 ° CLASSIFICADO
092	SYLVIO LUIZ ROMAN TRENTIN	1,20	1,80	2,80	5,80	40 ° CLASSIFICADO
100	EVERTON GIACOMIN	1,20	1,40	3,20	5,80	41 ° CLASSIFICADO
120	FELIPE MINETTO RUBIN	0,80	1,40	3,60	5,80	42 ° CLASSIFICADO
134	EVALDO ALVES DOS SANTOS	1,40	1,80	2,40	5,60	43 ° CLASSIFICADO
130	LUIZ ALVARO SIMON	1,20	1,60	2,80	5,60	44 ° CLASSIFICADO
135	EDNILSON ANGO-NESE	0,80	1,60	3,20	5,60	45 ° CLASSIFICADO
029	NATALIA MASSAROLLO	1,40	1,40	2,80	5,60	46 ° CLASSIFICADO
087	JOAO VICENTE DEZAN	1,20	1,80	2,40	5,40	47 ° CLASSIFICADO
131	RAQUEL REGINA CHIARELLO	1,00	1,60	2,80	5,40	48 ° CLASSIFICADO
058	MARCOS ANTONIO VANIN	0,60	1,60	3,20	5,40	49 ° CLASSIFICADO
011	MAIRA MAIER	1,00	1,00	3,20	5,20	50 ° CLASSIFICADO
116	EDILZA FRISON	0,80	1,00	3,20	5,00	51 ° CLASSIFICADO
008	EDINALDO DORNELLES	1,20	1,40	2,40	5,00	52 ° CLASSIFICADO
038	RAFAELA ROMAN	0,60	1,20	3,20	5,00	53 ° CLASSIFICADO

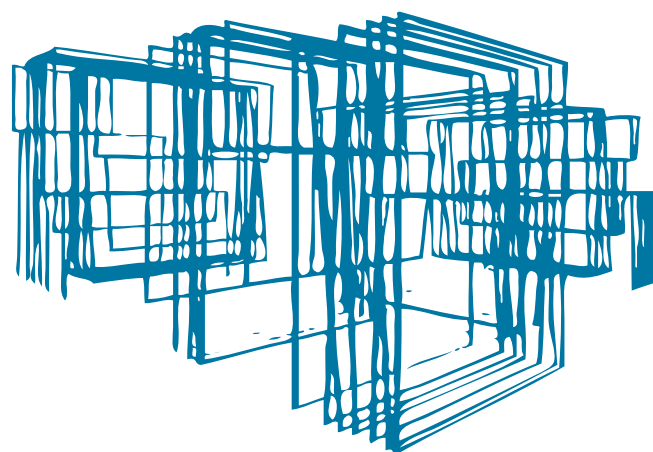
CARGO : MÉDICO VETERINÁRIO

103	JOSÉ PAOLO CAMILLO	1,60	2,00	4,80	8,40	1 ° CLASSIFICADO
040	MATEUS DOACIR GIRARDELLO	1,40	1,80	5,20	8,40	2 ° CLASSIFICADO
020	ALANA CIPRANDI	1,80	1,80	4,80	8,40	3 ° CLASSIFICADO
106	HELLY HOFFMANN	1,40	1,80	5,20	8,40	4 ° CLASSIFICADO
016	ALAN DINIS MICHELS	1,60	2,00	4,40	8,00	5 ° CLASSIFICADO
052	MAYCON BENETTI	1,20	2,00	4,80	8,00	6 ° CLASSIFICADO
102	CARLISE REGINA NILLES	1,60	1,60	4,80	8,00	7 ° CLASSIFICADO
132	GABRIELE LUNELLI	1,40	2,00	4,40	7,80	8 ° CLASSIFICADO
030	MARCIO VARGAS RAMELLA	1,20	1,80	4,80	7,80	9 ° CLASSIFICADO

114	BRUNA SCHNEIDER	1,40	2,00	4,40	7,80	10 ° CLASSIFICADO
101	CARLA LUANA FAVERO	1,60	1,80	4,40	7,80	11 ° CLASSIFICADO
031	HELENA ELLER HAVERROTH	1,40	1,80	4,40	7,60	12 ° CLASSIFICADO
098	JULIANA ZENATTI VALENDOLF	1,20	1,60	4,80	7,60	13 ° CLASSIFICADO
019	ANA CAROLINA B. QUEIROGA	1,40	1,40	4,40	7,20	14 ° CLASSIFICADO
043	KATIA LUCENA ALVES DE OLIVEIRA	1,00	1,60	4,40	7,00	15 ° CLASSIFICADO
126	TAYSE BURGER NETO ZANIN	1,40	1,60	4,00	7,00	16 ° CLASSIFICADO
023	GLAUCIA BRAVO GONÇALVES	1,20	1,80	4,00	7,00	17 ° CLASSIFICADO
003	MIRLEY ANIBAL-LETO	1,20	1,40	4,40	7,00	18 ° CLASSIFICADO
013	EVELIN SEBBEN DA SILVA	0,80	1,80	4,40	7,00	19 ° CLASSIFICADO
122	CRISTINA MARIA JURASKI	1,60	1,80	3,60	7,00	20 ° CLASSIFICADO
104	GIANCARLO MANFRIN	0,80	1,80	4,40	7,00	21 ° CLASSIFICADO
057	JULIANA KIST	1,00	1,60	4,40	7,00	22 ° CLASSIFICADO
060	CARLOS KRZYZANIAK	1,20	1,40	4,40	7,00	23 ° CLASSIFICADO
088	JOSÉ ALIXANDRE TURETA	1,40	1,40	4,00	6,80	24 ° CLASSIFICADO
001	CARLA FERNANDA SANDRI	1,00	1,80	4,00	6,80	25 ° CLASSIFICADO
002	DOUGLAS DEBONA	1,20	1,60	4,00	6,80	26 ° CLASSIFICADO
041	MANUELA BRANCALIONE MENEGATTI	1,20	1,60	4,00	6,80	27 ° CLASSIFICADO
095	MICAEL MIGNONI	0,60	1,40	4,80	6,80	28 ° CLASSIFICADO
026	GABRIELA CASAROTTO DANIEL	1,40	0,80	4,40	6,60	29 ° CLASSIFICADO
072	ALEXANDRE LUIZ SIMON	1,00	1,80	3,60	6,40	30 ° CLASSIFICADO
105	NERISSA ALBINO	0,80	1,20	4,40	6,40	31 ° CLASSIFICADO
121	LARIANE STRACK	1,40	1,80	3,20	6,40	32 ° CLASSIFICADO
047	DÉBORA CRISTINA LAUXEN	1,40	1,40	3,60	6,40	33 ° CLASSIFICADO
086	TAINÁ CAROLINA BORÇA	1,20	1,60	3,60	6,40	34 ° CLASSIFICADO
133	ALEXANDRE PRESTES DE SOUZA	1,00	0,80	4,40	6,20	35 ° CLASSIFICADO
068	LYVIA FERNANDA BENEDET DOS SANTOS	1,60	1,80	2,80	6,20	36 ° CLASSIFICADO
090	ARIANE HAHN BIAZUS	1,20	1,80	3,20	6,20	37 ° CLASSIFICADO
055	BRUNA BENDER PRANDO	1,20	1,40	3,60	6,20	38 ° CLASSIFICADO
064	FRANCISCO ELIAS VENDRUSCOLO	1,20	1,80	3,20	6,20	39 ° CLASSIFICADO
028	EVANDRO FRANCISCHETT	1,40	1,00	3,60	6,00	40 ° CLASSIFICADO

109	ELIS FERNANDA ARCHER	0,60	0,60	4,80	6,00	41 ° CLASSIFICADO
033	LUCIELE FRAZÃO DE SOUZA	1,40	1,40	3,20	6,00	42 ° CLASSIFICADO
123	LEONARDO BRUSTOLIN SUPTITZ	0,60	1,00	4,40	6,00	43 ° CLASSIFICADO
127	ANA MAIRA DE CEZARO	1,60	1,60	2,80	6,00	44 ° CLASSIFICADO
022	MAURICIO FAVARETTO	1,20	1,60	3,20	6,00	45 ° CLASSIFICADO
039	JANAINA MORETTO	0,80	1,20	4,00	6,00	46 ° CLASSIFICADO
093	GIOVANNA GAVAZZONI	1,00	1,40	3,60	6,00	47 ° CLASSIFICADO
078	FABIANA KALICHAK	1,20	1,40	3,20	5,80	48 ° CLASSIFICADO
137	ELENITA JUNG BARBOSA	1,20	1,20	3,20	5,60	49 ° CLASSIFICADO
110	EDUARDO GIUNTA	0,80	1,60	3,20	5,60	50 ° CLASSIFICADO
080	MARKELI FORESTER GOSCH	1,20	1,20	3,20	5,60	51 ° CLASSIFICADO
063	ANDRESSA ANTUNES	1,00	1,40	3,20	5,60	52 ° CLASSIFICADO
073	VANESSA DANIEL GRINGS	1,20	1,20	3,20	5,60	53 ° CLASSIFICADO
070	LUIS ALBERTO RIGOTTI FRANTZ	0,60	1,20	3,60	5,40	54 ° CLASSIFICADO
118	RODRIGO COSTA FERREIRA	0,80	1,60	2,80	5,20	55 ° CLASSIFICADO
061	INDIANE BIANCA BORDIN	1,00	1,80	2,40	5,20	56 ° CLASSIFICADO
075	ATAIDE MAI	0,80	1,60	2,80	5,20	57 ° CLASSIFICADO
113	CIBELI GRADE VILLA	0,60	1,40	3,20	5,20	58 ° CLASSIFICADO
084	ALINE SARTORETTO	1,00	0,80	3,20	5,00	59 ° CLASSIFICADO
048	CRISTIANE BIRCK	0,80	1,00	3,20	5,00	60 ° CLASSIFICADO
069	BRUNA JULKOVSKI	0,80	1,00	3,20	5,00	61 ° CLASSIFICADO

Legenda: OBJ. I=Português, OBJ. II=Matemática, OBJ. III=Conhecimentos Específicos



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Gabarito Oficial Definitivo - Todos Os Cargos - Prova Objetiva

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE – CIDEMA
CONCURSO PÚBLICO N° 01/2013

ANEXO ÚNICO**GABARITO OFICIAL DEFINITIVO - TODOS OS CARGOS - PROVA OBJETIVA****EMPREGO PÚBLICO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

QT*	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
RP**	C	N	D	D	B	N	C	D	B	D	B	A	C	D	D	C	B	A	A	B	C	C	D	D	B	C	A	D	A	N	D	C	C	C	C

EMPREGO PÚBLICO: MÉDICO VETERINÁRIO

QT*	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35
RP**	C	N	D	D	B	N	C	D	B	D	B	A	C	D	D	C	B	A	A	B	D	C	D	B	D	C	C	B	A	N	C	C	D	C	A

QT* Questão

RP** Resposta

OBS: As questões que contiverem a letra "N" na resposta no gabarito, serão consideradas como nulas e contando pontos para todos os candidatos.

RETIFICAÇÃO 1: As questões 26 e 34 do gabarito provisório para o Emprego Público: MÉDICO VETERINÁRIO, foram retificadas por erro de digitação. Passando a valer as seguintes respostas: Questão 26 resposta correta letra "C" e questão 34 resposta correta letra "C". retificado e publicado em 19/03/2013.

RETIFICAÇÃO 2: As questões 06 e 30 ambos os cargos foram anuladas cfe. edital 07/2013 dos recursos.

Publicação do Resultado dos Recursos Relativos a Formulação das Questões da Prova Objetiva e Gabarito Provisório

EDITAL 07/2013

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DOS RECURSOS RELATIVOS A FORMULAÇÃO DAS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA E GABARITO PROVISÓRIO.

A Comissão de Acompanhamento do Concurso Público do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente - CIDEMA e IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., no uso de suas atribuições, nos termos do item 8, subitem 8.1 do Edital 01/2013, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que após a análise dos recursos interpostos pelos candidatos, quanto ao conteúdo das provas e gabarito provisório, a banca examinadora prolatou as seguintes decisões:

1º. DEFERIR os seguintes requerimentos:

INSCRIÇÃO	EMPREGO PÚBLICO/QUESTÃO	DECISÃO
0101	Médico Veterinário	- Questão 06 Anulada em virtude de haver mais de uma alternativa correta (letras A e B).
0016	Médico Veterinário	- Questão 26 alterada a alternativa correta de "B" para "C", na republicação do gabarito provisório em virtude de erro de digitação.
0016	Médico Veterinário	- Questão 34 alterada a alternativa correta de "B" para "C", na republicação do gabarito provisório em virtude de erro de digitação.
0030,0061 e 0101	Médico Veterinário	- Questão 30 Anulada em virtude de não haver nenhuma alternativa correta; pois "a triagem tem que ser sensível, para detectar o máximo de amostras reagentes. Já provas confirmatórias devem ser específicas, para evitar a detecção de falsos positivos".
0128	Engenheiro Agrônomo	- Questão 30 Anulada em decorrência do nome científico apresentar erro de digitação, onde deveria ser <i>Nomurea rileyi</i> constava <i>Nomurea riley</i> .

2º. INDEFERIR os seguintes requerimentos:

INSCRIÇÃO	EMPREGO PÚBLICO/QUESTÃO	DECISÃO
0106	Médico Veterinário	Classificação mantida em virtude de estar de acordo com edital 01/2013, item 6 e seus subitens.
0101	Médico Veterinário	- Questão 04. Os pronomes de tratamento que possuem "VOSSA" são empregados corretamente em relação à pessoa com quem falamos e não de quem falamos, como na alternativa "C".
0101	Médico Veterinário	- Questão 22: "O PNCRH (Plano Nacional de Combate à Raiva dos Herbívoros) estabelece suas ações visando ao efetivo controle da ocorrência da Raiva dos Herbívoros no Brasil e não à convivência com a doença. Esse objetivo é alcançado por meio da vacinação estratégica de espécies susceptíveis (ou seja, somente em áreas endêmicas) e do controle populacional de seu principal transmissor, o <i>Desmodus rotundus</i> , associados a outras medidas profiláticas e de vigilância." Fonte: Manual Técnico Mapa - 2009 - Controle da Raiva dos Herbívoros.

0106	Médico Veterinário	- Questão 24. Quanto ao questionamento da palavra susceptível não estar adequada para a afirmativa. Susceptível aplicado em medicina veterinária indica organismo ou população que apresenta susceptibilidade à ação de determinado fator. Pensando em agente infeccioso, seria o indivíduo (população) que não possui resistência a determinado agente patogênico, podendo contrair a doença. É válido também lembrar que quando se fala em população trata-se de um grupo de indivíduos que convivem em determinado local, em veterinária grupo de animais. Então a partir destes conceitos, população de risco é sim uma população considerada susceptível de adquirir uma doença.
0128	Engenheiro Agrônomo	- Questão 29 - Quanto ao destaque de nomes científicos (negrito, itálico ou sublinhado) é uma norma da ABNT válida para textos científicos (artigos, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso). No caso de uma questão de concurso público, embora seja salutar que essa norma seja seguida, não segui-la não é motivo suficiente para anular uma questão. Quanto à alternativa "A", esta indica que os machos da espécie <i>Pinnaspis aspidistrae</i> (Signoret) "apresentam escudos alongados e cobertos por uma camada de cera branca ()" e não que a espécie em questão apresenta cera branca.
0056	Engenheiro Agrônomo	- Questão 31 a forma como foram apresentadas as opções de respostas permite a interpretação correta das opções de resposta e identificação da opção correta.
0056	Engenheiro Agrônomo	Quanto a marcações no CARTÃO-RESPONDA, em primeiro lugar o candidato não aponta qual candidato teria marcado indevidamente as respostas no gabarito o que prejudica a análise do recurso. Ademais, a marcação da resposta tem por objetivo o processamento/correção da prova que, no caso é feita mediante digitação manual para cada questão, de forma que independente de marcação ser por "X" ou extrapolação da forma ortográfica do "X", desde que a mesma não contenha emendas, rasuras, mais de uma alternativa assinalada e não causar prejuízo para a correção das provas.

3º. Em razão de recurso interposto por candidato do cargo de médico veterinário fica anulada a questão 06 do cargo de engenheiro agrônomo em virtude das questões serem comuns aos 2 (dois) cargos.

4º. Nos termos do edital, não cabem recursos administrativamente das decisões da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

Chapecó (SC), 26 de abril de 2013.

JOSÉ CLÁUDIO CARAMORI
Presidente do CIDEMA

CIGA**Extrato Contrato 131 - PGT - Chapecó**

Extrato de Contrato nº 131/2013

Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Chapecó

CONTRATANTE: Município de Chapecó

CNPJ: 83.021.808/0001-82

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 142/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 1.775,00 (um mil e setecentos e setenta e cinco reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 25 de abril de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**14ª Assembleia Geral Ordinária**

Ata da 14ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e treze, no aterro sanitário, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070, Araponguinhas, Município de Timbó, às dez horas, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 14ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Informes; 2) Aterro Sanitário; 3) Mineração; 4) Conselhos Intermunicipais; e 5) Assuntos Gerais. O Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, saudou os presentes e, constatando quorum legal, deu por aberta a Assembleia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia, item 1) Informes - a) Recursos do Consórcio - apresentadas planilhas de controle das obrigações financeiras dos municípios, de inadimplência, e os saldos em contas correntes e aplicações; b) Aterro sanitário - apresentado planilha de controle mensal e anual de disposição de resíduos no aterro sanitário; segundo o Eng.º Jorge do SAMAE, esta em fase final o processo licitatório levado a termo pela autarquia para reconformação dos taludes devido a falhas operacionais e implantação de sistema de drenagem pluvial no setor A do aterro sanitário; c) Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos - após os trâmites foi homologado como vencedor do certame a empresa Flora Tecnologia e Assessoria Ambiental Ltda.; em razão do trabalho conjunto com a AMMVI na área de saneamento básico e de orçamento fornecido pela empresa vencedora considerando a elaboração do plano com os 14 municípios, foi enviado ao MMA e à CEF consulta acerca da

possibilidade de inclusão dos Municípios de Blumenau, Botuverá, Brusque, Gaspar e Guabiruba no plano intermunicipal considerando a utilização de parte da diferença de valor entre o valor creditado e o valor da proposta vencedora; dando sequência à pauta, item 2) Aterro Sanitário - o Diretor Executivo discorreu sobre a situação do aterro sanitário e acerca das principais providências tomadas, quais sejam: requerimento junto à Administração de Timbó para obtenção de Certidão de Demolição e Alvará de Habite-se para regularizar as informações constantes na Matrícula do Imóvel, e alinhamento da Rua Tupiniquim em razão de parte desta estar sobre o imóvel; contratação de projeto para edificação de galpão com estrutura de madeira, contíguo ao existente, para organização do espaço e instalação do escritório do Consórcio; solicitação de proposta ao SAMAE para operação da disposição de resíduos no aterro sanitário; contratação de serviços de supressão de vegetação com vistas à ampliação da área de disposição de resíduos; levantamento de divisas do imóvel com o intuito de elaboração de novo lay out da entrada do aterro, para implantação de portaria, balança, cercas, iluminação e sistemas de controle; implantação de sistema de medição de vazão de chorume para dimensionamento de novo sistema de tratamento de efluente; envio de ofício ao SAMAE, com cópia à Administração do Município de Timbó, solicitando iniciar o processo de alienação em favor do CIMVI do imóvel adquirido em nome daquela autarquia para ampliação da área do aterro sanitário; e, contactado a FATMA sobre a situação do licenciamento ambiental, doo processo de transição da administração do aterro, e da responsabilidade técnica pela sua operação; dando continuidade à pauta, item 3) Mineração - o Diretor Executivo relacionou problemas da atividade de extração de macadame realizada pelos municípios: a) Registro de Extração - para a atividade há necessidade de registro de extração junto ao DNPM, entretanto o prazo do registro é de 5 anos "admitida uma única prorrogação"; a resolução da questão esta na alteração do texto do art. 6º do Decreto nº 3.358/00 suprimindo a expressão "uma única", o que já foi proposto em Assembleia da AMMVI, que por sua vez acionou a FECAM, a qual emitiu ofício solicitando informações; igualmente, por intermédio do Deputado Federal João Pizzolatti, foi realizado consulta ao Diretor Geral do DNPM, se porventura encontra-se em andamento proposta de alteração do referido decreto, porém até o presente não houve respostas; b) Licença Ambiental - o órgão licenciador não possui estrutura técnica adequada em face da demanda de pedidos engendrando trâmites morosos; ocorrência de extravio de autos de processos de licenciamento; segundo a técnica da FATMA responsável pela atividade o mais prático é entrar com pedido de LAO corretiva, o que significa serviços e custos iguais ao de um novo processo; uma possível solução para estes entraves é a estruturação de órgão licenciador municipal ou regional, tendo por fundamento a Lei Complementar nº 140/2011, art. 9º, XIV, que diz que o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto de âmbito local é ação administrativa do Município; c) Custos para Licenciamento Ambiental - segundo levantamentos o custo para promover o licenciamento ambiental de uma mina, considerando levantamento planialtimétrico, custos das licenças prévia, de instalação e de operação, e serviços técnicos para elaboração do EAS - Estudo Ambiental Simplificado, do PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada, do Plano de Lavra, e do processo de licenciamento em si, é de aproximadamente R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais); uma forma de redução do custo seria a alteração do texto do parágrafo único, do art. 3º, da Lei nº 14.262/07, que dispõe sobre a Taxa de Prestação de Serviços Ambientais, incluindo no final da redação original do parágrafo "O pagamento da Taxa de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos órgãos da administração direta do Estado", a expressão "e dos Municípios". Tal alteração, igualmente proposta em Assembleia da AMMVI, foi solicitada ao Governo do Estado através FECAM, mas não houve resposta até o presente momento; d) Localização das Minas - com a mudança de gestões e consequente mudança de agentes administrativos, ou mesmo durante uma

mesma gestão, é comum e recorrente a mudança dos locais de extração por razões tais como a localização das minas, a qualidade do material, a propriedade do imóvel, etc., o que prejudica a regularidade das licenças e registros; minas regulares são deixadas de lado e retomadas tempos depois, ou é iniciado o processo de regularização e a mina é deixada de lado; adequado seria definir, com base na demanda, na malha viária do município e com vistas a otimização do transporte de material, a melhor localização para uma mina, para a partir daí realizar prospecção, e, no caso de material adequado prosseguir com os trâmites para licenciamento; e) Controle - não há controle quantitativo e de uso do material por parte das Administrações; sem um controle de dados adequado não há base para planejamento de extração e uso; Após os esclarecimentos e debates sobre a questão, deliberou-se por unanimidade que o Consórcio contratará, condicionado a disponibilidade de recursos, os serviços necessários para a implantação de até três minas por município, podendo ser regularização de mina existente ou desenvolvimento de mina nova; em sequência à pauta, item 4) Conselhos Intermunicipais - por decisão da Assembleia, os conselhos intermunicipais tratados na 13ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI serão denominados de "Núcleos"; e, além das atribuições já definidas anteriormente, farão o acompanhamento e o controle da execução do plano anual de trabalho e respectivo orçamento. Os Núcleos serão compostos por dois membros indicados pela Administração de cada município consorciado, um titular e um suplente, sendo que necessariamente um deve ser efetivo; Poderão participar das reuniões dos Núcleos, representantes de municípios conveniados com o CIMVI e de instituições de empreendedores e empresários nas áreas afins. Em sequência à pauta, item 5) Assuntos Gerais - a) Homologação do parecer do Conselho Fiscal referente às contas do exercício de 2012- em conformidade com os art. 21, VII, e 39, § 3º do Estatuto, deliberado pela homologação do parecer do Conselho Fiscal da prestação de contas do exercício de 2012; b) Orçamento - exercício 2013 - o Prefeito do Município de Indaial informou que a Administração esta com dificuldades para o cumprimento das obrigações financeiras assumidas através do contrato de rateio com o Consórcio; sugeriu limitação de gastos do orçamento aprovado para o exercício; protestou que Indaial dispende muitos recursos na área de turismo e a Administração não percebe retorno do investido; após o debate da questão pela Assembleia, deliberou-se que a Diretoria Executiva apresentará em Assembleia próxima, relatório detalhado com as ações programadas para 2013 na área de Gestão de Turismo e seus respectivos custos; Igualmente foi reivindicado que os saldos de cada exercício sejam devolvidos, na mesma proporcionalidade do repasse realizado, aos municípios consorciados. O Diretor Executivo informou que esta é a regra de Consórcio Público, ou seja, que os recursos contratados por meio de contrato de rateio e não utilizados devam ser devolvidos ou abatidos dos valores a ser repassados em exercício seguintes; entretanto, ponderou que o Consórcio não pode iniciar exercício fiscal com caixa zero, que deve haver uma reserva financeira em caixa para não inadimplir com suas obrigações, e, em análise a situação financeira no início do exercício de 2013, levantou-se que a inadimplência dos consorciados referente a exercícios anteriores foi de R\$384.743,00, e que a situação não mudou no final do março do corrente, onde a inadimplência referente ao exercício de 2013 já era de R\$370.253,00; demonstrando assim necessidade de reserva. Diante do exposto deliberou-se que a Diretoria apresentará proximo relatório contendo os saldos de exercícios e o levantamento das obrigações pendentes para embasamento de deliberações. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Hartwig Persuhn, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Valter Conrado de Araújo, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

HARTWIG PERSUHN
Presidente

VALTER CONRADO DE ARAÚJO
Diretor Executivo

CINCO

Resolução N° 018 _2013

Resolução n. 018/2013

Dispõe sobre o Regulamento do Registro de Preços no âmbito do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, da Lei Federal 11.107/05, Decreto Federal 6.017/05 e Resolução n. 013/2012;

RESOLVE:

Art. 1º. O Sistema de Registro de Preços visando a aquisição de bens e serviços para o Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, inclusive, através de licitação compartilhada com os municípios consorciados, seus órgãos e entidades, obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Art. 2º. Para os efeitos desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - SRP: conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de Registro de Preços: documento de caráter obrigacional em que são averbados os órgãos participantes, os preços, os fornecedores de bens ou prestadores de serviços e as quantidades e condições a serem observadas nas futuras contratações;

III - Órgão Gerenciador: o Consórcio Integrado do Contestado - CINCO é o responsável pelo gerenciamento do SRP, inclusive a condução da licitação;

IV - Órgão Participante: os municípios, seus órgãos ou entidades que, participam dos procedimentos iniciais do SRP, integram a Ata de Registro de Preços ou estão devidamente relacionados no edital de licitação.

V - Órgão não participante: os municípios, seus órgãos ou entidades que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, fazem adesão à ata de registro de preços.

Art. 3º. Será adotado, preferencialmente, o Sistema de Registro de Preços nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços necessários ao Consórcio Público para o desempenho de seus objetivos e finalidades;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um município, órgão, entidade, ou a programas; e

IV - quando pela natureza do objeto não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pelo Consórcio Público ou municípios consorciados.

Art. 4º. As licitações para o Sistema de Registro de Preços - SRP serão realizadas nas modalidades Pregão e Concorrência, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, respectivamente,

adotando-se o tipo menor preço.

§ 1º. O Sistema de Registro de Preços - SRP será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º. Fica autorizado também o emprego do tipo de licitação "menor preço" para contratação de bens e serviços de informática, respeitadas as condições de dispensas e inexigibilidades previstas em Lei.

§ 3º. A utilização do tipo de licitação "menor preço" será autorizada no ato convocatório para a contratação de bens e serviços de informática, o que não impede que sejam realizadas exigências de habilitação técnica, de acordo com o objeto licitado.

§ 4º. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 5º. Caberá ao Órgão Gerenciador a prática dos atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços - SRP, em especial:

I - consolidar todas as informações relativas à estimativa individual e total de consumo, bem como promover as devidas adequações com vistas à definição das especificações técnicas ou dos projetos básicos para atender aos requisitos de padronização;

II - realizar ampla pesquisa de mercado visando aferir os preços efetivamente praticados antes da realização do certame e após, sempre que julgar necessário, para aferir a compatibilidade dos preços registrados com os efetivamente praticados;

III - obter a concordância dos órgãos participantes em relação às especificações e aos quantitativos do objeto a ser licitado ou o projeto básico, quando for o caso;

IV - realizar o procedimento licitatório pertinente;

V - indicar os fornecedores, sempre que solicitado, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes do Sistema de Registro de Preços - SRP;

VI - conduzir os procedimentos relativos à revisão dos preços registrados e à aplicação de penalidades;

Art. 6º. Caberá aos municípios, seus órgãos ou entidades participantes:

I - manifestar interesse em participar do Sistema de Registro de Preços - SRP, informando ao Órgão Gerenciador a sua estimativa de consumo e suas pretensões quanto às especificações técnicas ou quanto ao projeto básico ou termo de referência, conforme o caso;

II - assegurar que todos os atos para sua inclusão no Sistema de Registro de Preços - SRP estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

III - manifestar ao Órgão Gerenciador sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório, quando for o caso;

IV - manter-se informado sobre o andamento do Sistema de Registro de Preços - SRP, inclusive em relação às alterações porventura ocorridas, com o objetivo de dar correto cumprimento às suas disposições;

V - indicar o gestor do contrato;

VI - informar o Órgão Gerenciador a respeito, dos procedimentos relativos à aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais.

Art. 7º. Além das atribuições previstas no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, caberá ao gestor do contrato:

I - consultar o Órgão Gerenciador quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados;

II - assegurar-se de que a contratação a ser celebrada atende aos seus interesses, sobretudo quanto aos preços registrados, informando ao Órgão Gerenciador eventual desvantagem quanto à sua utilização;

III - encaminhar ao Órgão Gerenciador as informações sobre a

contratação efetivamente realizada;

IV - zelar pelo cumprimento das obrigações contratualmente assumidas;

V - informar ao Órgão Gerenciador quando o fornecedor não atender as condições estabelecidas no edital ou recusar-se a firmar o contrato.

Art. 8º. O Consórcio Público, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º. No caso de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada município, seus órgãos ou entidades participantes do certame.

§ 2º. Nos casos previstos no parágrafo primeiro, deverá ser evitada a contratação, num mesmo município, órgão ou entidade, de mais de uma empresa para a execução de um mesmo serviço em uma mesma localidade, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

§ 3º. Na previsão editalícia não será admitida cotação de quantidades inferiores às demandadas na licitação.

Art. 9º. Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

I - o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial do Consórcio Público e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

II - quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata; e

III - os municípios, seus órgãos ou entidades participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda a indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

Art. 10. A existência de preços registrados não obriga o Consórcio Público, os municípios, seus órgãos e entidades, a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Art. 11. O prazo de validade da Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a um ano, computadas neste as eventuais prorrogações.

Parágrafo único. As contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observado o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 12. O edital de licitação para o Sistema de Registro de Preços - SRP observará, no que couber, as disposições do artigo 40 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e do artigo 4º, inciso I, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e sua regulamentação, e indicará:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o

conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - a estimativa de quantidades a serem contratadas no prazo de validade do registro;

III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 17, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - a quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - o prazo de validade do registro de preços;

VI - os órgãos participantes do respectivo SRP;

VII - os locais e prazos de entrega e de execução do objeto.

VIII - os modelos de planilhas de custo, quando cabíveis;

IX - as penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

X - definição de índice econômico adequado ao objeto da licitação e que será utilizado nos eventuais reajustes;

XI - critérios econômicos adotados como parâmetros para evolução dos custos;

XII - critérios para deliberação e periodicidade dos reajustes;

§ 1º. O edital poderá admitir, como critério de adjudicação, a oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, nos casos de peças de veículos, medicamentos, passagens aéreas, manutenções e outros similares.

§ 2º. Quando o edital prever o fornecimento de bens ou prestação de serviços em locais diferentes, é facultada a exigência de apresentação de proposta diferenciada por região, de modo que aos preços sejam acrescidos os respectivos custos, variáveis por região.

Art. 13. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

§ 1º. A apresentação de novas propostas na forma do caput não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

§ 2º. Do licitante mais bem classificado e de todos os licitantes que reduziram seus preços ao valor da proposta daquele, antes da análise da habilitação, poderão ser exigidas apresentação de amostras para comprovarem o preenchimento dos requisitos do edital.

Art. 14. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão gerenciador.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

Art. 15. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

§ 1º. O primeiro colocado e os licitantes que concordarem em executar o objeto da licitação pelo preço do primeiro colocado serão convocados para assinar a ata de registro de preços.

§ 2º. O licitante que, convocado para assinar a ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

§ 3º. Colhidas as assinaturas, o Órgão Gerenciador providenciará a publicação da Ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o parágrafo anterior.

Art. 16. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa, autorização

de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 17. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer município, seus órgãos ou entidades, que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º. Os municípios, seus órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por município, seus órgãos ou entidades, a cem por cento do total dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º. O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo total de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Art. 18. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Art. 19. O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo Consórcio Público, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

IV - tiver presentes razões de interesse público.

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio

Público ou com os municípios consorciados ao CINCO, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Público e municípios consorciados ao CINCO, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

Art. 20. Aplicam-se ao Sistema de Registro de Preços - SRP e às contratações dele decorrentes as penalidades previstas nas Leis Federais nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, conforme o caso.

Art. 21. O Sistema de Registro de Preços - SRP poderá ser realizado com a utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.

Art. 22. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo SC, 29 de abril de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

CIS/AMMVI

Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - Cisamvi

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI FIRMAM OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, BLUMENAU, BRUSQUE, DOUTOR PEDRINHO, GASPAR, GUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ VISANDO A ADAPTAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIS AMMVI, À NORMATIVA DA LEI FEDERAL Nº. 11.107/05.

PREÂMBULO

A possibilidade de incremento das atividades de cooperação através de consórcio intermunicipal está em franca expansão, pois após a Lei nº. 8.080/90 - Lei Orgânica da Saúde, a Lei nº 9.433/97 e outros instrumentos jurídicos contemplaram expressamente tal forma de organização para atendimento das necessidades de interesse público.

Por tais fundamentos e preceitos, em meados de 1998 foi constituído o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - CIS AMMVI.

Naquela ocasião, todos os Municípios situados no Médio Vale do Itajaí, em razão das dificuldades enfrentadas na área de saúde, reuniram-se na cidade de Blumenau, onde ajustaram à intenção de cooperação mútua e constituição de Pessoa Jurídica, sem fins econômicos para promover a compra de serviços na área da saúde (consultas e procedimentos em médica e alta complexidade), através da gestão consorciada junto à iniciativa privada existente.

Tal intento restou efetivado em 29 de julho de 1998, quando os Municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, embasados no artigo 10 da Lei nº. 8080/90 (Lei Orgânica da Saúde), constituíram o Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMMVI - CIS AMMVI, sob a forma de associação civil, tendo como finalidade precípua assegurar a prestação de serviços especializados de saúde (consultas e procedimentos), em média e alta complexidade, de nível ambulatorial, à população dos municípios consorciados.

Assim, o atendimento às necessidades individuais, gerando uma demanda única e conjunta, através do Consórcio, tornou patente a viabilidade da procura pelos serviços junto à iniciativa privada, com qualidade, eficiência e economia em virtude da grande quantidade.

Entretanto, pelo fato do artigo 241 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, ditar que os Entes federados disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos, foi sancionada a Lei nº 11.107, de 06/04/2005, que dispôs sobre normas de contratação de consórcios públicos, cuja regulamentação somente ocorreu com o Decreto nº 6.017, de 17/01/2007.

Por isso, com vistas à continuidade e ampliação do Consórcio Intermunicipal, hoje classificado como associação administrativa, imperativo se faz sua adequação às normas editadas e, para tanto, os membros consorciados, reunidos em assembléia realizada no dia 14 de setembro de 2007, na Cidade de Rodeio, assistidos pelo serviço jurídico da AMMVI, aprovaram por unanimidade, a conversão da instituição em Consórcio Público, de acordo com a Lei nº 11.107/05, sob a forma de associação pública de natureza autárquica interfederativa.

Este novo modelo do Consórcio Público, além de cumprir a nova disciplina legal (Lei nº 11.107/05 e Decreto nº 6.017/07), também permitirá que o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - CIS AMMVI esteja em condições de receber recursos voluntários decorrentes de convênios com as demais esferas de Governo (Estado e União), e usufrua da imunidade tributária constitucional (art. 150, VI, "a", e § 2º, da CF) e dos privilégios processuais (artigos 188, 475 e 730 do CPC) próprios dos Entes Federativos, além do tratamento diferenciado para seus procedimentos licitatórios.

Por outro lado, deste novo ordenamento jurídico despontará a necessidade de realização de Concurso Público para contratação de pessoal, de Prestação de Contas ao TCE/SC, de uso da contabilidade pública para registro de receitas e despesas e da consolidação destas com a contabilidade dos Municípios integrantes, para apuração dos limites legais, além de outros instrumentos de gestão e de transparência na atuação dos Consórcios Públicos.

Além disso, considerando o interesse majoritário dos Municípios, sua sede jurídica e administrativa será mantida em Blumenau, junto da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI (Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, Cidade de Blumenau/SC) oportunizando a utilização das instalações físicas e dos recursos humanos disponíveis (Assessoria Jurídica, Assessoria Contábil e serviços administrativos), com a finalidade de melhorar suas atividades e reduzir o custo de manutenção.

Destarte, com a aprovação destas medidas, posteriormente a Assembléia Geral poderá admitir o ingresso de outros municípios não pertencentes à AMMVI, promovendo-se as competentes alterações no Contrato de Consórcio Público.

Deste modo, na esteira desta evolução, a cooperação interfederativa

tem demonstrado sua importância, com relevantes ganhos para a população, pois, a conjugação de esforços dos diferentes Municípios (Entes federativos), possibilita a implementação de políticas públicas, que individualmente, nenhum deles teria condições plenas de realizar com eficácia.

Pelo exposto, e:

- Considerando que serão observados, para os fins deste protocolo e de todos os atos emanados ou subscritos pelo Consórcio Público ou pelos Entes consorciados, os seguintes conceitos:

I - área de atuação: área correspondente à soma dos territórios dos Municípios que tenham ratificado por lei o protocolo de intenções e/ou firmado convênio com o Consórcio Público;

II - contrato de gestão: instrumento firmado entre o Consórcio Público e autarquia ou fundação qualificada como Agência Executiva, por meio do qual se estabelecem objetivos, metas e respectivos indicadores de desempenho da entidade, bem como os recursos necessários e os critérios e instrumentos para a avaliação do seu cumprimento;

III - contrato de programa: instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um Ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro Ente da Federação, ou para com o Consórcio Público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de gestão associada ou cooperação institucional;

IV - contrato de rateio: contrato por meio do qual os Entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público;

V - convênio de cooperação: pacto firmado por Entes da Federação e o Consórcio Público, com o objetivo de promover atividades, ações e serviços de interesse público e/ou autorizar a gestão associada de serviços públicos;

VI - fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir eficiência na execução e/ou a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;

VII - gestão associada de serviços públicos: exercício das atividades de planejamento, administração e execução de serviços públicos por meio do Consórcio Público, conforme contrato de programa ou convênio de cooperação, acompanhadas ou não da prestação direta de serviços públicos ou da transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

VIII - planejamento: as atividades atinentes à identificação, qualificação, quantificação, organização e orientação de todas as ações, públicas e privadas, por meio das quais um serviço público deve ser prestado ou colocado à disposição de forma adequada;

IX - prestação de serviço público em regime de gestão associada: execução, por meio de cooperação federativa, de toda e qualquer atividade ou obra com o objetivo de permitir aos usuários o acesso a um serviço público com características e padrões de qualidade determinados pela regulação ou pelo contrato de programa, inclusive quando operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos;

X - protocolo de intenções: contrato preliminar que, ratificado pelos Entes da Federação interessados, converte-se em contrato de consórcio público;

XI - ratificação: aprovação pelo Ente da Federação, mediante lei, do protocolo de intenções ou do ato de retirada do consórcio público;

XII - regulação: todo e qualquer ato, normativo ou não, que discipline ou organize um determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto sócio-econômico, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos;

XIII - reserva: ato pelo qual Ente da Federação não ratifica, ou condiciona a ratificação, de determinado dispositivo de protocolo de intenções;

XIV - retirada: saída de Ente da Federação de consórcio público, por ato formal de sua vontade;

XV - serviços administrativos: serviços que o Poder Público executa para atender a suas necessidades internas ou preparar outros serviços que serão prestados ao público;

XVI - serviço público na área de saúde: atividade ou comodidade material fruível diretamente pelo usuário, em atenção aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS;

XVII - termo de parceria: instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público, previstas no art. 3º da Lei nº 9.790, de 23/03/1999; e

XVIII - titular de serviço público: Ente da Federação a quem compete prover o serviço público, especialmente por meio de planejamento, regulação, fiscalização e prestação direta ou indireta;

Os Municípios de APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BLUMENAU, BOTUVERÁ, BRUSQUE, DOUTOR PEDRINHO, GASPARGUABIRUBA, INDAIAL, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO e TIMBÓ, de comum acordo, firmam o presente PROTOCOLO DE INTENÇÕES, visando integrar e constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, a partir da adaptação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - CIS AMMVI, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07) e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

1.1 - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

1.1.1 - O Consórcio adquire personalidade jurídica de direito público mediante a vigência das leis de ratificação dos Entes consorciados, na forma deste Protocolo de Intenções, da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento.

1.1.2 - Ficam preservadas as situações jurídicas consolidadas sob a atuação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - CIS AMMVI - CNPJ nº

03.269.695/0001-08, de direito privado, de forma que o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI o sucederá de pleno direito, na forma deste Protocolo de Intenções e das Leis que o ratificarem.

1.1.3 - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS FINALIDADES

2.1 - São finalidades do Consórcio:

I - a representação do conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - a gestão associada de serviços públicos ou de interesse público na área de saúde;

III - a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade, a nível ambulatorial, para a população dos municípios consorciados, observados os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência, eficiente e eficaz, como também, serviços de assistência técnica e fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados;

IV - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;

V - a produção de informações ou de estudos técnicos, inclusive os de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

VI - a promoção do uso racional dos recursos técnicos e financeiros da rede municipal de saúde, gerenciando-os, juntamente com as secretarias de saúde dos municípios consorciados, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde;

VII - a execução de programas de saúde pública e o exercício de funções e competências dos Entes da Federação consorciados, no âmbito da atenção básica do Sistema Único de Saúde, que lhe tenham sido delegadas, transferidas ou autorizadas, obedecidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o SUS;

VIII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados;

IX - a criação de instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços de saúde prestados à população regional;

X - o fornecimento de assistência técnica, treinamento, pesquisa e desenvolvimento dos profissionais e dos serviços de saúde pública;

XI - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

XII - a aquisição ou administração de bens para uso compartilhado dos Municípios consorciados, bem como de medicamentos, serviços e materiais utilizados pela atenção básica do SUS;

XIII - a realização de licitação compartilhada da qual, nos termos

do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos Municípios consorciados;

XIV - o desenvolvimento de planos, programas e projetos destinados à promoção, recuperação, preservação e melhoria das condições da saúde da população dos municípios consorciados, observados os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS;

XV - a prestação de serviços, dentro do âmbito de sua atuação, em relação a pessoas jurídicas de direito público não-consorciadas e pessoas jurídicas de direito privado, sendo que, nesses casos, os serviços deverão ser oferecidos em condições de mercado, de modo que seu produto reverterá para o Consórcio como um todo;

XVI - viabilizar ações conjuntas na área de compra, suprimento e/ou produção de materiais, medicamentos e outros insumos;

XVII - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;

XVIII - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a universalidade e a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;

XIX - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;

XX - representar municípios que o integram, nos assuntos atinentes às finalidades do Consórcio, perante quaisquer autoridades ou instituições;

XXI - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que, por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

XXII - viabilizar a existência de infra-estrutura de saúde regional na área territorial do consórcio;

XXIII - o apoio, a instituição e o funcionamento de escolas de formação, treinamento e aperfeiçoamento na área de saúde, ou de estabelecimentos congêneres.

2.1.1 - Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio poderá:

I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

II - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

III - realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

IV - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio.

2.1.2 - O desenvolvimento de ações e de serviços de saúde pelo Consórcio Público, deve obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS.

2.2 - Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas as finalidades objeto da instituição do Consórcio ou apenas em relação à parcela destas.

2.3 - Mediante aprovação da Assembléia Geral, que fixará os valores dos respectivos preços públicos em similaridade de condições com o mercado, o Consórcio poderá prestar serviços a outras pessoas jurídicas de direito público e privado, sendo que os recursos obtidos reverterão em prol do próprio Consórcio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

3.1 - O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, vigorará por prazo indeterminado.

3.1.1 - A alteração ou a extinção do contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, previamente autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os Entes consorciados.

3.2 - O Consórcio terá sede na Rua Alberto Stein, nº 466 - Bairro Velha, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

3.2.1 - Os serviços administrativos, contábeis e jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, por seus próprios meios e sem ônus para este.

3.2.2 - A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os Entes consorciados.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBSCRIÇÃO

4.1 - São subscritores do presente protocolo de intenções:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiuva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JAMIR MARCELO SCHMIDT, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 834.515.019-53, domiciliado e residente na Rua Camboriú, nº 93, na cidade de Apiúna, Estado de Santa Catarina;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por sua Prefeita Municipal em Exercício, MARIA NORILLER FISTAROL, brasileira, casada, doméstica, CPF nº 487.890.119-53, domiciliada e residente na Rua Vergílio Beber, nº 95, na cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, CARLINDO ALBERTO PERSUHN, brasileiro, casado, notário, CPF nº 381.246.619-87, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 482, na cidade de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina;

IV - MUNICÍPIO DE BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.108.357/0001-15, com sede na Praça Victor Konder, nº 02, na cidade de Blumenau, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JOÃO PAULO KLEINUBING, brasileiro, casado, administrador, CPF nº 901.403.629-91, domiciliado e residente na Rua Doutor Luis de Freitas Melro, nº 202, na cidade de

Blumenau, Estado de Santa Catarina;

V - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MOACIR MERÍZIO, brasileiro, casado, professor, CPF nº 226.888.119-91, domiciliado e residente na Estrada Geral Águas Negras, na cidade de Botuverá, Estado de Santa Catarina;

VI - MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, nº 77, na cidade de Brusque, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, CIRO MARCIAL ROZA, brasileiro, casado, técnico têxtil, CPF nº 183.733.727-68, domiciliado e residente na Rua Orlando José Schasser, nº 123, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina;

VII - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, ERCIDES GIACOMOZZI, brasileiro, casado, despachante, CPF nº 049.606.709-59, domiciliado e residente na Rua Brasília, nº 1.130, na cidade de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina;

VIII - MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, ADILSON LUIS SCHMITT, brasileiro, casado, médico veterinário, CPF nº 622.122.149-87, domiciliado e residente na Rua Isidoro Correia, nº 113, na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina;

IX - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, ORIDES KORMANN, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 309.655.519-20, domiciliado e residente na Brusque, nº 1433, na cidade de Guabiruba, Estado de Santa Catarina;

X - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, OLÍPIO JOSÉ TOMIO, brasileiro, casado, professor, CPF nº 501.157.239-00, domiciliado e residente na Rua Lajes, nº 125, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina;

XI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, ERCIO KRIEK, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 605.728.259-00, domiciliado e residente na Rua Hermann Guenther, nº 1.047, na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina;

XII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, HIDERALDO JOSÉ GIAMPICCOLO, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 311.484.849-49, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 187, na cidade de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina;

XIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, CARLOS ALBERTO PEGORETTI, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 419.729.969, domiciliado e residente na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.356, na cidade de

Rodeio, Estado de Santa Catarina; e,

XIV - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, OSCAR SCHNEIDER, brasileiro, casado, técnico agrícola, CPF nº 415.032.879-04, domiciliado e residente na Rua Luiz Adam, nº 586, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina.

4.1.1 - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos oito dos Municípios que o subscrevem, converter-se-á no Contrato de Consórcio Público.

4.1.2 - Somente será considerado consorciado o Ente da federação subscritor do protocolo de intenções que o ratificar por lei.

4.1.3 - Será automaticamente admitido no consórcio o Ente da Federação que efetuar a ratificação em até 2 (dois) anos da sua assinatura.

4.1.4 - A ratificação realizada após 2 (dois) anos da subscrição do protocolo de intenções dependerá de homologação da Assembléia Geral do Consórcio Público.

4.2 - Consideram-se subscritores todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do item 4.1 (caput) desta cláusula, desde que o seu representante legal tenha firmado o presente protocolo de intenções.

4.3 - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovada na Assembléia Geral e atendidos os requisitos legais e do estatuto do consórcio, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

4.3.1 - Aprovado o consorciado, este providenciará a Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público, celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa, inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público, efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembléias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

4.4 - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, o consorciamento do Município dependerá de que as reservas sejam aceitas pelos demais Entes da Federação subscritores.

CLÁUSULA QUINTA - DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO

5.1 - A área de atuação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

5.2 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembléia Geral, o Consórcio poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

6.1 - Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembléias Gerais e discutir os assuntos

submetidos à apreciação dos consorciados;

II - votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio;

IV - compor a Diretoria ou Conselho Fiscal do Consórcio nas condições estabelecidas pelo Estatuto.

6.1.1 - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Protocolo de Intenções ou no Contrato do Consórcio Público.

6.2 - Constituem deveres sociais:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Protocolo, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no "Contrato de Rateio";

II - acatar as determinações da Assembléia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio, em especial ao que determina o "Contrato de Programa" e o "Contrato de Rateio";

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades do Consórcio, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados e colaboradores;

IV - participar ativamente das reuniões e assembléias gerais do Consórcio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO

7.1 - O Consórcio será organizado por estatutos cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas deste Protocolo de Intenções e do respectivo Contrato de Consórcio.

7.2 - O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - (revogado)

III - Diretoria;

IV - Conselho Fiscal.

CLÁUSULA OITAVA - DA ASSEMBLÉIA GERAL

8.1 - A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os Entes consorciados.

8.1.1 - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

8.1.2 - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembléia Geral.

8.2 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alteração estatutária.

8.2.1 - A forma de convocação das assembléias gerais ordinárias e

extraordinárias será definida nos estatutos.

8.3 - Cada consorciado terá direito a um voto na Assembléia Geral.

8.3.1 - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a ente consorciado.

8.3.2 - O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quorum qualificado, votará apenas para desempatar.

8.4 - Os estatutos deliberarão sobre o número de presenças necessárias para a instalação da Assembléia e para que sejam válidas suas deliberações e, ainda, o número de votos necessários à apreciação de determinadas matérias.

8.5 - Compete à Assembléia Geral:

I - homologar o ingresso no Consórcio de Ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II - aplicar a pena de exclusão do Consórcio;

III - elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI - aprovar:

- a) orçamento plurianual de investimentos;
- b) programa anual de trabalho;
- c) o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;
- d) a realização de operações de crédito;
- e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;
- f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII - homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII - aceitar a cessão de servidores por Ente federativo consorciado ou conveniado ao Consórcio;

IX - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

X - aprovar a celebração de convênios e contratos de programa;

XI - apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
- b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

8.5.1 - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presentes pelo menos 2/3 (dois terços) dos membros consorciados. No caso de o ônus da cessão ficar com o consorciado, exigir-se-á, para a aprovação, 2/3 (dois terços) dos votos dos membros presentes.

8.5.2 - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

8.5.3 - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido por quem preencha essa condição.

8.6 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado.

8.6.1 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal.

8.6.2 - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

8.6.3 - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

8.6.4 - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

8.7 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada a palavra para que indique o Diretor Executivo ou o confirme na função.

8.7.1 - Uma vez indicado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

8.7.2 - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

8.7.3 - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados.

8.8 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembléia Geral especificamente convocada.

8.8.1 - Em qualquer Assembléia Geral donde conste na pauta o item "assuntos gerais", poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o item anterior.

8.8.2 - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembléia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

8.8.3 - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

8.8.4 - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

8.8.5 - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato.

8.8.6 - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

8.8.7 - Aprovada moção de censura apresentada em face de Diretor Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio, para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembléia Geral.

8.8.8 - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembléias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

8.9 - Será convocada Assembléia Geral específica para a elaboração e/ou alteração dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente Protocolo de Intenções, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembléia anterior.

8.9.1 - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I - o texto básico do projeto de estatutos e/ou de alteração que norteará os trabalhos;

II - o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao projeto de estatutos.

8.9.2 - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

8.9.3 - Da nova sessão poderão comparecer os Entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham também ratificado o Protocolo de Intenções.

8.9.4 - Os estatutos preverão as formalidades e quorum para a alteração de seus dispositivos.

8.9.5 - Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

8.10 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os Entes federativos representados na Assembléia Geral;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

8.10.1 - No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

8.10.2 - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

8.10.3 - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

8.11 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até dez dias após a aprovação, publicada no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores - internet.

8.11.1 - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

CLÁUSULA NONA - DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

9.1 - Sem prejuízo do que previrem os estatutos do Consórcio, incumbe ao Presidente:

I - representar o consórcio judicial e extrajudicialmente;

II - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III - convocar as Assembléias Gerais;

IV - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio;

V - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

9.1.1 - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

9.1.2 - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

9.2 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente.

9.3 - O substituto ou sucessor do Prefeito o substituirá na Presidência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DIRETORIA E DO DIRETOR EXECUTIVO

10.1 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Diretor Executivo.

10.1.1 - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público. O Diretor Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente federado ou de Município consorciado.

10.1.2 - A disciplina da posse do Presidente e a forma de nomeação e posse do Diretor Executivo serão fixadas nos estatutos.

10.2 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada pela Assembléia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

10.3 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembléia Geral.

10.3.1 - (revogado).

10.3.2 - As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução.

10.4 - Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria:

I - julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do consórcio;

II - autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III - autorizar a contratação, dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio.

10.5 - Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONSELHO FISCAL

11.1 - O Conselho Fiscal é composto por cinco Conselheiros, sendo três secretários municipais de saúde indicados por seus pares e dois Prefeitos eleitos pela Assembléia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil. Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

11.1.1 - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença de 3/5 de Entes consorciados.

11.2 - A Assembléia Geral reunir-se-á mediante convocação para eleição do Conselho Fiscal.

11.2.1 - Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos três secretários municipais de saúde que integrarão o Conselho Fiscal, bem como as candidaturas dos prefeitos interessados para as duas vagas em disputa.

11.2.2 - As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição ou apresentação de chapas.

11.2.3 - Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante de Ente consorciado.

11.2.4 - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato.

11.2.5 - Consideram-se eleitos membros efetivos os dois candidatos com maior número de votos e, como membros suplentes, os dois candidatos que se seguirem em número de votos. Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

11.3 - Além do previsto nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

11.3.1 - O disposto no item 11.3 não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada Ente consorciado e nem a fiscalização dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.

11.4 - Os estatutos deliberarão sobre o funcionamento do Conselho Fiscal.

11.4.1 - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS HUMANOS

12.1 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos Anexos 1 ou 2 deste Protocolo de Intenções, bem como, em havendo necessidade e interesse, pessoas físicas ou jurídicas contratadas conforme dispuser a lei.

12.1.1 - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos ou por deliberação da Assembléia Geral, bem como a participação dos representantes dos entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

12.1.2 - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio, em razão do exercício dessa função, ressalvado o disposto na primeira parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções.

12.1.3 - O Diretor Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto na segunda parte do item 10.1.1 deste Protocolo de Intenções, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

12.2 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social

12.2.1 - (revogado).

12.2.2 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral, obedecendo ao disposto neste Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e no Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

12.2.3 - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais

formalidades legais.

12.2.4 - Os empregados do Consorcio não poderão ser cedidos, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consorcio Público.

12.2.5 - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores, na forma e condições da legislação de cada um.

12.2.5.1 - Os servidores efetivos recebidos em cessão permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, podendo, a critério da Assembléia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da função que venham a desempenhar no CISAMVI, no percentual de 20%, 30% ou 50% sobre o salário ou vencimento mensal.

12.2.5.2 - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.

12.2.5.3 - Na hipótese do item 12.2.5 deste Protocolo de Intenções, o Ente da Federação consorciado cedente deverá assumir a manutenção da remuneração regular do servidor, donde tais pagamentos serão contabilizados como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no contrato de rateio.

12.3 - O quadro de pessoal do Consórcio é composto pelos empregados públicos constantes no anexo próprio deste Protocolo de Intenções.

12.3.1 - Os empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exceto os de Diretor Executivo e de Gestor de Serviços, que serão de livre nomeação e exoneração. Os empregos públicos de livre nomeação e exoneração são regidos pelo critério de confiança e obrigados ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderão ser convocados a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

12.3.2 - A remuneração dos empregos públicos é a definida no anexo próprio deste Protocolo de Intenções. Após deliberação da Assembléia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

12.3.3 - (revogado).

12.3.4 - A contratação de profissionais para os empregos de confiança, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificação da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembléia Geral.

12.3.5 - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CISAMVI em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na condição de portador de necessidades especiais.

12.3.6 - As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do item 12.2.2 deste Protocolo de Intenções.

12.3.7 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

12.3.7.1 - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CISAMVI através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

12.3.7.2 - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

12.3.7.3 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o item anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais.

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

12.3.7.4 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio

não-obrigatório.

12.4 - Os editais de concurso público do Consórcio Público deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serem subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

12.4.1 - Cópia do edital será entregue a todos os Entes consorciados, para fins de conhecimento e divulgação.

12.4.2 - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial.

12.4.3 - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no item anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão serão publicadas no sítio que o Consórcio manter na rede mundial de computadores - internet.

12.5 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

12.5.1 - (revogado).

12.5.2 - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

12.6 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições previstas no Estatuto do Consórcio Público.

12.6.1 - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

12.6.2 - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o item anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

12.6.3 - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará inclusive a contratação temporária.

12.7 - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta, no interesse do serviço e de comum acordo com o empregado, poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

12.7.1 - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações;

IV - adicionais.

12.7.1.1 - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

12.7.1.2 - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, no Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

12.7.1.3 - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

12.7.1.4 - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

12.7.2 - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de ¼ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II - Diária de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, exceto para países do mercado comum do sul - MERCOSUL, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

12.7.2.1 - A diária corresponderá ao valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), independentemente do roteiro de viagem, considerados para período de 24 horas, ou proporcional nos demais casos;

12.7.2.2 - Nenhum empregado pode receber, a título de diárias, quantia mensal de valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da respectiva remuneração.

12.7.2.3 - A diária será concedida por dia de afastamento (período de vinte e quatro horas, contadas da partida do empregado), não podendo ser superior a metade, quando o deslocamento não exigir custeio de pernoite.

12.7.2.4 - Na hipótese do empregado receber diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo.

12.7.2.5 - As diárias serão requeridas em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento de diárias observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

12.7.2.6 - Aplica-se o disposto nos itens 12.7.2 e 12.7.3 aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou para-estatal, e aos contratados temporariamente.

12.7.3 - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

12.7.4 - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas no

estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

12.7.5 - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou no estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em LEI;

II - gratificação complementar, na forma estabelecida no item 12.2.5.1 deste Protocolo de Intenções;

III - adicional por serviço extraordinário, na forma da LEI;

IV - adicional de férias, na forma da LEI;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da LEI;

VI - adicional noturno, na forma da LEI;

VII - adicional por qualificação.

12.7.5.1 - O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II do item anterior poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

12.7.6 - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

12.7.6.1 - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II - ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

12.7.6.2 - Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofre penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

12.7.6.3 - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

12.8 - Os empregos públicos de que trata o item 12.3 deste Protocolo de Intenções terão suas atribuições e descrições disciplinadas

pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I - Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gerenciamento e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

II - Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

III - Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CISAMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CISAMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

IV - Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Executar os serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Ensino médio completo.

V - Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controle interno, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

VI - Para o emprego de CONTADOR:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balance-tes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

VII - Para o emprego de MÉDICO AUDITOR:

a) **DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE:** Realizar o controle, avaliação e auditoria e executar a revisão técnica das faturas dos prestadores de serviços médicos públicos, privados e/ou conveniados ao SUS; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) **REQUISITO/FORMAÇÃO:** Curso de Nível Superior em Medicina; Habilitação através de curso de formação específico de Auditoria Médica, reconhecido pelo Ministério da Saúde e/ou experiência mínima de 02 (dois) anos comprovada de execução de auditorias médicas em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais; Inscrição e registro junto ao CREMESC.

12.9 - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Diretor Executivo e demais Chefes.

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

12.10 - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

12.10.1 - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

12.11 - A reparação de eventual prejuízo é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

12.11.1 - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

12.11.2 - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

12.12 - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

12.13 - São penalidades disciplinares:

I - advertência.

II - repreensão.

III - suspensão.

IV - demissão.

12.13.1 - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Diretor Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

12.13.2 - A pena de repreensão será aplicada pelo Diretor Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

12.13.3 - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou

culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

12.13.4 - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

12.13.5 - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

12.13.6 - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

12.13.7 - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

12.13.8 - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

12.14 - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

12.14.1 - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

12.14.2 - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

12.15 - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

12.15.1 - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

12.15.2 - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

12.16 - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

12.16.1 - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

12.17 - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no

exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

12.17.1 - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

12.17.2 - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

12.17.3 - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

12.17.4 - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

12.17.5 - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

12.17.6 - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

12.17.7 - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

12.17.8 - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

12.18 - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

12.19 - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

12.19.1 - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

12.19.2 - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

12.19.3 - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

12.19.4 - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

12.19.5 - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

12.19.6 - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

12.19.7 - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

12.19.8 - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

12.19.9 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

12.19.10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

12.19.11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

12.19.12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

12.19.13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

12.19.14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

12.19.15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

12.19.16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

12.20 - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicição do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

12.20.1 - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

12.20.2 - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

12.20.3 - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

12.20.4 - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

12.20.5 - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na

localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

12.20.6 - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

12.20.7 - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

12.20.8 - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

12.21 - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

12.21.1 - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

12.21.2 - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.21.3 - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

12.22 - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

12.22.1 - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

12.22.2 - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

12.22.3 - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

12.22.4 - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

12.23 - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

12.23.1 - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

12.23.2 - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos atos anulados, suprimindo as irregularidades.

12.23.3 - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

12.23.4 - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

12.23.5 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

12.24 - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

12.25 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

12.25.1 - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

12.25.2 - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

12.25.3 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

12.25.4 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

12.25.5 - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

12.25.6 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

12.25.7 - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

12.25.8 - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

12.25.9 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

12.26 - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

12.26.1 - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

12.26.2 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

12.26.3 - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

13.1 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

13.1.1 - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei nº 8.666, de 21/06/1993.

13.1.2 - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no parágrafo anterior.

13.2 - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

13.3 - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

13.4 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

13.5 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio.

13.6 - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PATRIMÔNIO

14.1 - O patrimônio do Consórcio será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

14.2 - A Alienação dos Bens Imóveis que integram o patrimônio do Consórcio será submetida à apreciação da Assembléia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

14.2.1 - A Alienação de Bens Móveis dependerão unicamente de aprovação da Diretoria Executiva, quando inservíveis para os fins do Consórcio público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

15.1 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

15.2 - Constituem recursos financeiros do Consórcio:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a LEI;

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços;

XI - as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

15.2.1 - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CISAMVI, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

15.2.2 - O Consórcio Público poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou, no caso de específica autorização, serviços ou bens de Ente da Federação consorciado

15.3 - Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Contrato, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o Consórcio para a prestação de serviços na forma deste Contrato;

III - na forma do respectivo contrato de rateio.

15.3.1 - Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.

15.4 - O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos que os Entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

15.5 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

15.5.1 - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

15.5.2 - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio mantiver na rede mundial de computadores - internet.

15.6 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou

privadas, nacionais ou estrangeiras.

15.7 - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

16.1 - Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipais e/ou regionais.

16.2 - A Diretoria deverá relatar em Assembleia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata o item anterior, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA SAÍDA DO CONSÓRCIO

17.1 - A retirada de membro do Consórcio dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

17.2 - A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio.

17.2.1 - Os bens destinados ao Consórcio pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio, manifestada em Assembleia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

II - reserva da lei de ratificação que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do Consórcio.

17.2.2 - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CISAMVI, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

17.3 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio ou deliberação da Assembleia Geral;

II - a subscrição de protocolo de intenções para constituição de outro consórcio com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

17.3.1 - A exclusão prevista no inciso I do item 17.3 somente ocorrerá após prévia suspensão, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

17.3.2 - Os estatutos poderão prever outras hipóteses de exclusão.

17.4 - Os estatutos estabelecerão o procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

17.4.1 - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos.

17.4.2 - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

17.4.3 - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

18.1 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos de saúde na forma deste protocolo de intenções, os quais serão prestados conforme o contrato de programa.

18.1.1 - Será objeto de gestão associada, parcial ou totalmente, os:

I - Serviços especializados de saúde;

II - Serviços básicos de saúde, inclusive programas como o ESF e outros;

III - Serviços de aquisição de medicamentos;

IV - Serviços de auditoria médica e administrativa;

V - Serviços de assessoria em programas de saúde.

18.1.2 - O contrato de programa poderá autorizar o Consórcio a emitir documentos de cobrança pelos serviços públicos prestados para os Entes consorciados.

18.1.3 - A Assembleia Geral aprovará o regulamento que estabeleça também os critérios de cálculo do valor das tarifas ou do preço público dos serviços na gestão associada, quando o Consórcio Público assumir a cobrança pela prestação do serviço.

18.2 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos.

18.2.1 - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;

III - a elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;

IV - o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;

V - o apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:

- a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais e medicamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;
- b) a manutenção de média e alta complexidade;
- c) o controle de qualidade e monitoramento;
- d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

18.3 - Fica o Consórcio autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

18.4 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

18.5 - Os estatutos preverão normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO CONTRATO DE PROGRAMA

19.1 - Ao Consórcio somente é permitido firmar contrato de programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado subrogar ou transferir direitos ou obrigações.

19.1.1 - O Consórcio também poderá celebrar contrato de programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos Entes consorciados.

19.1.2 - O disposto no item 19.1 desta cláusula não prejudica que, nos contratos de programa celebrados pelo Consórcio, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

19.2 - São cláusulas necessárias do contrato de programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

V - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VI - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização

dos serviços;

VII - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VIII - as penalidades e sua forma de aplicação;

IX - os casos de extinção;

X - os bens reversíveis;

XI - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio ao titular dos serviços;

XIII - a periodicidade em que o Consórcio deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XIV - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

19.2.1 - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferidas e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

19.2.2 - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio pelo período em que vigor o contrato de programa.

19.2.3 - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

19.2.4 - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregues como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

19.2.5 - A extinção do contrato de programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio, por razões de economia de escala ou

de escopo.

19.2.6 - O contrato de programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do Consórcio ou da gestão associada;

II - extinção do consórcio.

19.2.7 - Os contratos de programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

19.2.8 - (revogado)

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

20.1 - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

20.1.1 - Os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes iguais aos consorciados.

20.1.2 - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

20.1.3 - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.

20.2 - A alteração do contrato de consórcio público observará o procedimento estabelecido neste Protocolo de Intenções, no estatuto e na legislação aplicável.

20.2.1 - (revogado).

20.2.2 - (revogado).

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, por seu regulamento, por este Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos Entes federativos que as emanaram.

21.1.1 - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CISAMVI, observando-se que:

I - O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II - A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

III - Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

IV - Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados a partir da adaptação do Consórcio aos ditames da Lei nº 11.197/05;

V - A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

21.2 - A interpretação do disposto neste Protocolo de Intenções deverá ser compatível com o exposto em seu Preâmbulo e, bem como, com os seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos Entes federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do consórcio depende apenas da vontade de cada Ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do consórcio;

III - eletividade de todos os órgãos dirigentes do consórcio;

IV - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do consórcio;

V - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do consórcio tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

21.3 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio.

21.3.1 - Em razão da presente adaptação do Consórcio às regras da Lei nº. 11.107/05, a contabilidade pública será adotada somente a partir do início do próximo exercício, sem prejuízo da Prestação de Contas legalmente exigível.

21.4 - O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial.

21.4.1 - A publicação do protocolo de intenções poderá dar-se de forma resumida, desde que a publicação indique o local e o sítio da rede mundial de computadores - internet, em que se poderá obter seu texto integral.

21.5 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo de Intenções.

21.5.1 - (revogado)

21.6 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável aos consórcios públicos e a Administração Pública em geral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 - Para dirimir eventuais controvérsias deste Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro da Comarca de Blumenau, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Blumenau, aos 11 de Dezembro de 2007.

JAMIR MARCELO SCHMIDT
Município de Apiúna

MARIA NORILLER FISTAROL
Município de Acurra

CARLINDO ALBERTO PERSUHN

Município de Benedito Novo
JOÃO PAULO KLEINUBING
Município de Blumenau

MOACIR MERÍZIOCIRO
Município de Botuverá

MARCIAL ROZA
Município de Brusque

ERCIDES GIACOMOZZI
Município de Doutor Pedrinho

ADILSON LUIS SCHMITT
Município de Gaspar

ORIDES KORMANN
Município de Guabiruba

OLÍMPIO JOSÉ TOMIO
Município de Indaial

ERCIO KRIEK
Município de Pomerode

HIDERALDO JOSÉ GIAMPICCOLO
Município de Rio dos Cedros

CARLOS ALBERTO PEGORETTI
Município de Rodeio

OSCAR SCHNEIDER
Município de Timbó

LUIZ CLÁUDIO KADES
OAB/SC 17.692
Assessor Jurídico da AMMVI

CARLOS CÉSAR DA SILVA
CPF nº 312.767.419-87
Diretor Executivo do CISAMVI

ANEXO 1 - DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE CONFIANÇA

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
1	Diretor Executivo	40 hs	R\$ 8.675,99
2	Gestor de Serviços	40 hs	R\$ 4.337,99

ANEXO 2 - DOS EMPREGOS PÚBLICOS PERMANENTES

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês
01	Advogado	20 horas	R\$ 2.995,86
02	Agente Administrativo	40 horas	R\$ 1.933,80
01	Agente Controle Interno	20 horas	R\$ 1.651,57
01	Contador	20 horas	R\$ 1.651,57
01	Médico Auditor	20 horas	R\$ 5.000,00

ANEXO 3 - (revogado)

ANEXO 4 - (revogado)

Publicação Consolidada do Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - Cisamvi

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO E NATUREZA JURÍDICA

Art. 1º - O consórcio público será denominado CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, e constitui-se sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, integrando, nos termos da lei, a administração indireta dos Entes consorciados.

§ 1º - O Consórcio adquiriu personalidade jurídica de direito público, na forma da Lei nº 11.107/05 e do seu regulamento, com a publicação e vigência das leis editadas pelos Entes consorciados para ratificação do Protocolo de Intenções, identificadas nos incisos do art. 7º deste Estatuto.

§ 2º - As publicações das Leis de que trata o parágrafo anterior ocorreram no exercício de 2008 e a publicação resumida do Protocolo de Intenções ocorreu em 29 de janeiro de 2009 no Diário Oficial - SC - nº 18.537, páginas 62, 63 e 64, resultando no Contrato de Consórcio Público firmado em 30 de Janeiro de 2009.

§ 3º - Ficam preservadas as situações jurídicas consolidadas sob a atuação do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - CIS AMMVI, CNPJ nº. 03.269.695/0001-08, então de direito privado, de forma que o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI o sucederá de pleno direito, na forma do Protocolo de Intenções, das Leis que o ratificaram, do Contrato de Consórcio Público e deste Estatuto.

§ 4º - O Consórcio Público gozará da imunidade tributária de que trata o art. 150, VI, "a", e § 2º, da Constituição Federal, bem como da isenção dos demais tributos instituídos pelos Municípios consorciados.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art. 2º - São finalidades deste Consórcio Público:

I - a representação do conjunto de Municípios que o integram em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

II - a gestão associada de serviços públicos ou de interesse público na área de saúde;

III - a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade, a nível ambulatorial, para a população dos municípios consorciados, observados os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência, eficiente e eficaz, como também, serviços de assistência técnica e fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados;

IV - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;

V - a produção de informações ou de estudos técnicos, inclusive

os de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

VI - a promoção do uso racional dos recursos técnicos e financeiros da rede municipal de saúde, gerenciando-os, juntamente com as secretarias de saúde dos municípios consorciados, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde;

VII - a execução de programas de saúde pública e o exercício de funções e competências dos Entes da Federação consorciados, no âmbito da atenção básica do Sistema Único de Saúde, que lhe tenham sido delegadas, transferidas ou autorizadas, obedecidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o SUS;

VIII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados;

IX - a criação de instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços de saúde prestados à população regional;

X - o fornecimento de assistência técnica, treinamento, pesquisa e desenvolvimento dos profissionais e dos serviços de saúde pública;

XI - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

XII - a aquisição ou administração de bens para uso compartilhado dos Municípios consorciados, bem como de medicamentos, serviços e materiais utilizados pela atenção básica do SUS;

XIII - a realização de licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos Municípios consorciados;

XIV - o desenvolvimento de planos, programas e projetos destinados à promoção, recuperação, preservação e melhoria das condições da saúde da população dos municípios consorciados, observados os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS;

XV - a prestação de serviços, dentro do âmbito de sua atuação, em relação a pessoas jurídicas de direito público não-consorciadas e pessoas jurídicas de direito privado, sendo que, nesses casos, os serviços deverão ser oferecidos em condições de mercado, de modo que seu produto reverterá para o Consórcio Público como um todo;

XVI - viabilizar ações conjuntas na área de compra, suprimento e/ou produção de materiais, medicamentos e outros insumos;

XVII - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;

XVIII - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a universalidade e a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio Público;

XIX - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;

XX - representar municípios que o integram, nos assuntos atinentes às finalidades do Consórcio Público, perante quaisquer

autoridades ou instituições;

XXI - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que, por sua localização, no âmbito macro-regional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

XXII - viabilizar a existência de infra-estrutura de saúde regional na área territorial do Consórcio Público;

XXIII - o apoio, a instituição e o funcionamento de escolas de formação, treinamento e aperfeiçoamento na área de saúde, ou de estabelecimentos congêneres.

§ 1º - Para cumprimento de suas finalidades, o Consórcio Público poderá:

I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos governamentais ou não-governamentais;

II - ser contratado pela administração direta ou indireta dos Municípios consorciados, dispensada a licitação;

III - realizar licitações compartilhadas e promover desapropriações ou instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social;

IV - adquirir e ou receber em doação ou cessão de uso, os bens que entender necessários, os quais integrarão seu patrimônio.

§ 2º - O desenvolvimento de ações e de serviços de saúde pelo Consórcio Público, deve obedecer aos princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 3º - Os Municípios poderão se consorciar em relação a todas ou apenas à parcela das finalidades objeto da instituição do Consórcio Público.

§ 1º - Para o Município se consorciar apenas em relação a parcela das finalidades objeto de instituição do Consórcio, a sua lei de ratificação do Protocolo de Intenções deve constar expressamente tal limitação ou ressalva.

§ 2º - Após a ratificação do Protocolo de Intenções, não será admitida nenhuma limitação posterior a qualquer uma das finalidades objeto da instituição do Consórcio Público.

Art. 4º - Mediante aprovação da Assembléia Geral, que fixará os valores dos respectivos preços públicos em similaridade de condições com o mercado, o Consórcio Público poderá prestar serviços a outras pessoas jurídicas de direito público e privado, sendo que os recursos obtidos reverterão em prol do próprio Consórcio.

CAPÍTULO III DO PRAZO DE DURAÇÃO E DA SEDE

Art. 5º - O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, vigorará por prazo indeterminado.

Parágrafo Único - A alteração ou a extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, estando autorizado, ou sendo ratificado, através de lei por todos os Entes consorciados.

Art. 6º - O Consórcio Público terá sede na Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, CEP. 89036-200, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

§ 1º - Os serviços administrativos, contábeis e jurídicos do Consórcio Público poderão ser realizados, a título de cooperação, pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro Velha, no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, por seus próprios meios e sem ônus para este.

§ 2º - A Assembléia Geral do Consórcio, mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos consorciados, poderá alterar a sede, dispensando-se, para este fim, a ratificação mediante lei por todos os Entes consorciados.

CAPÍTULO IV

DOS ENTES SUBSCRITORES E INTEGRANTES DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 7º - São subscritores do Protocolo de Intenções, ratificado por Lei, e do Contrato de Consórcio Público, e integrante do CISAMVI, os seguintes Entes Federados:

I - MUNICÍPIO DE APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.767/0001-16, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JAMIR MARCELO SCHMIDT, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 834.515.019-53, domiciliado e residente na Rua Camboriú, nº 93, na cidade de Apiúna, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 96, de 18/09/2008;

II - MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, MOACIR POLIDORO, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 293.339.209-78, domiciliado e residente na Rua Benjamin Constant, nº 174, Bairro Centro, na cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 84, de 19/09/2008;

III - MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.780/0001-08, com sede na Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, LAURINO DALKE, brasileiro, casado, aposentado, CPF nº 247.857.339-34, domiciliado e residente na Rua Celso Ramos, nº 7.280, Bairro Centro, na cidade de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 62, de 03/10/2008;

IV - MUNICÍPIO DE BLUMENAU, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.108.357/0001-15, com sede na Praça Victor Konder, nº 02, na cidade de Blumenau, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, JOÃO PAULO KARAM KLEINUBING, brasileiro, casado, administrador, CPF nº 901.403.629-91, domiciliado e residente na Rua Doutor Luis de Freitas Melro, nº 202, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Municipal nº 7363, de 18/12/2008;

V - MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, ZENOR FRANCISCO SGROTT, brasileiro, casado, comerciante, CPF nº 033.241.519-06, domiciliado e residente na Rua João Morelli, nº 60, Bairro Centro, na cidade de Botuverá, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 04, de 17/12/2008;

VI - MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede na Praça das Bandeiras, nº 77, na cidade de Brusque, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, PAULO ROBERTO ECCEL, brasileiro, casado,

advogado, CPF nº 455.188.319-00, domiciliado e residente na Rua Ipiranga, nº 171, Bairro Souza Cruz, na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 134, de 23/12/2008;

VII - MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, HARTWIG PERSUHN, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 382.825.699-68, domiciliado e residente na Rua Fritz Donner, nº 387, Bairro Centro, na cidade de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 77, de 08/10/2008;

VIII - MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, na cidade de Gaspar, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, PEDRO CELSO ZUCHI, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 181.649.359-72, domiciliado e residente na Rodovia Ivo Silveira, nº 8.810, Bairro Bateias, na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 40, de 10/11/2008;

IX - MUNICÍPIO DE GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, ORIDES KORMANN, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 309.655.519-20, domiciliado e residente na Brusque, nº 1433, na cidade de Guabiruba, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Municipal nº 1.134, de 22/12/2008;

X - MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 383.728.439-53, domiciliado e residente na Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 3.830, de 22/12/2008;

XI - MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, PAULO MAURICIO PIZZOLATTI, brasileiro, casado, médico, CPF nº 381.988.869-15, domiciliado e residente na Rua Boa Vista, nº 222, Bairro Centro, na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 159, de 26/09/2008;

XII - MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.806/0001-18, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, FERNANDO TOMASELLI, brasileiro, casado, professor, CPF nº 016.637.969-71, domiciliado e residente na Avenida Tiradentes, nº 1831, Bairro Centro, na cidade de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 150, de 29/09/2008;

XIII - MUNICÍPIO DE RODEIO, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, CARLOS ALBERTO PEGORETTI, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 419.729.969, domiciliado e residente na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.356, na cidade de Rodeio, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 18, de 09/09/2008; e

XIV - MUNICÍPIO DE TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio

Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, brasileiro, casado, cartorário, CPF nº 003.860.349-74, domiciliado e residente na Avenida Getulio Vargas, nº 816, Edifício Fernanda, ap 803, Bairro Centro, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, conforme Lei Complementar Municipal nº 360, de 20/10/2008.

Parágrafo único - Os Entes consorciados serão representados nos atos do Consórcio Público pela autoridade que estiver no exercício das funções de Prefeito Municipal, ressalvado o disposto no § 1º do art. 17 deste Estatuto.

Art. 8º - Considerar-se-ão subscritores do Protocolo de Intenções e admitidos no Consórcio Público todos os Municípios criados por desmembramento ou fusão de quaisquer dos Municípios mencionados nos incisos do artigo anterior, observada, no que couber, a regra do artigo subsequente.

Art. 9º - É facultado o ingresso de novos municípios participantes no Consórcio Público a qualquer momento, o que se fará com o pedido formal à Diretoria, a qual, uma vez aprovado na Assembleia Geral e atendidos os requisitos legais e os deste Estatuto de Consórcio Público, informará da aceitação ou não do novo consorciado.

§ 1º - Aprovado o ingresso do Ente no Consórcio Público, este providenciará a:

I - Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções consolidado e de autorização para adesão ao Contrato de Consórcio Público;

II - celebração do Contrato de Rateio e subscrição de Contrato de Programa;

III - inclusão da dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual, para destinação de recursos financeiros ao Consórcio Público;

IV - efetiva participação nas atividades do Consórcio Público e nas Assembleias Gerais, com colaboração para ações de fortalecimento e defesa da Entidade e de suas prerrogativas.

§ 2º - O Ente admitido passará a integrar o Contrato de Rateio, assumindo compromisso de repasse de recursos financeiros ao Consórcio Público, a partir do início do exercício seguinte ao cumprimento do estabelecido no inciso I do parágrafo anterior, ou seja, a partir de 1º de janeiro do ano posterior à promulgação da Lei Municipal de ratificação do Protocolo de Intenções.

§ 3º - A efetivação do ingresso do Ente no Consórcio Público se dará com assinatura de:

I - adendo ao protocolo de intenções para adesão a este pelo Ente ingressante, e anuência expressa dos demais consorciados, antes da ratificação legislativa;

II - aditivo ao Contrato de Consórcio, após o cumprimento da etapa estabelecida no inciso I do § 1º deste artigo;

III - adendo ao artigo 7º do Estatuto do Consórcio Público, com inclusão dos incisos correspondentes a identificação do Ente admitido.

Art. 10 - Na hipótese da lei de ratificação prever reservas para afastar ou condicionar a vigência de cláusulas, capítulos, artigos, parágrafos, incisos ou alíneas do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público ou deste Estatuto, o consorciamento do Município interessado dependerá da aceitação das reservas

previstas pelos Entes Federados que já compõe o CISAMVI.

Parágrafo Único - Não será admitida nenhuma reserva ou limitação posterior ao ingresso do Município a qualquer uma das finalidades objeto da instituição do Consórcio Público.

CAPÍTULO V DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 11 - A área de atuação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI será a área correspondente à soma dos territórios dos Municípios consorciados.

Art. 12 - Em caso de interesse dos Municípios Consorciados, condicionado a aprovação da Assembleia Geral, o Consórcio Público poderá exercer atividades fora de sua área de atuação.

Parágrafo Único - Quando a atuação do Consórcio Público importar em atos e ações afetos a própria autonomia dos demais Entes, ela será precedida da formalização de convênio para delegação de competência.

CAPÍTULO VI DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONSORCIADOS

Art. 13 - Constituem direitos dos consorciados:

I - participar das Assembleias Gerais e discutir os assuntos submetidos à apreciação dos consorciados;

II - votar e ser votado para os cargos de Presidente, de Vice-Presidente ou do Conselho Fiscal;

III - propor medidas que visem atender aos objetivos e interesses dos Municípios e ao aprimoramento do Consórcio Público;

IV - compor a Diretoria ou o Conselho Fiscal do Consórcio Público nas condições estabelecidas neste Estatuto.

Parágrafo Único - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Ente consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das disposições estabelecidas no Contrato do Consórcio Público e neste Estatuto.

Art. 14 - Constituem deveres sociais dos Entes consorciados:

I - cumprir e fazer cumprir o Contrato de Consórcio Público, em especial, quanto ao pagamento das contribuições previstas no "Contrato de Rateio";

II - acatar as determinações da Assembleia Geral, cumprindo com as deliberações e obrigações do Consórcio Público, em especial ao que determinam o "Contrato de Programa" e o "Contrato de Rateio";

III - cooperar para o desenvolvimento das atividades e a efetividade dos atos, ações e metas do Consórcio Público;

IV - atuar pelo fortalecimento do Consórcio Público, bem como, contribuir com a ordem e a harmonia entre os consorciados, conveniados e/ou colaboradores;

V - participar ativamente das reuniões e Assembleias Gerais do Consórcio Público.

CAPÍTULO VII DA ORGANIZAÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 15 - O Consórcio será organizado por este Estatuto e pelas

Resoluções que o regulamentam, cujas disposições, sob pena de nulidade, deverão atender a todas as cláusulas do Contrato de Consórcio Público.

Art. 16 - O Consórcio Público é composto dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Geral;

II - (revogado);

III - Diretoria;

IV - Conselho Fiscal;

Parágrafo Único - A Assembléia Geral poderá autorizar a formação de grupos ou comissões especiais para propósitos específicos, delimitando sua atuação e competência.

CAPÍTULO VIII DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 17 - A Assembléia Geral, instância máxima do Consórcio Público, é órgão colegiado composto pelos Chefes dos Poderes Executivos de todos os Entes consorciados.

§ 1º - No caso de impedimento ou ausência do Chefe do Poder Executivo, este poderá delegar expressamente competência ao Vice-Prefeito para representá-lo na Assembléia Geral, praticando todos os atos.

§ 2º - Ninguém poderá representar dois consorciados na Assembléia Geral, ou seja, para preservação da autonomia dos Entes consorciados não será admitida a representação de um Município por servidor, dirigente ou Chefe de Poder de outro Município.

§ 3º - Acaso o Chefe do Poder Executivo se faça representar por outro servidor municipal ou dirigente de algum Órgão ou Unidade Administrativa do Município, este não terá direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Art. 18 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente três vezes por ano, em datas a serem definidas pela Diretoria, e, extraordinariamente, sempre que convocada, inclusive, neste último caso, para deliberar sobre a destituição de membros da Diretoria ou sobre alterações estatutárias

§ 1º - As assembleias gerais ordinárias e extraordinárias serão convocadas pelo Presidente do CISAMVI, aquelas com antecedência mínima de cinco (05) dias e estas com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, mediante comunicação direta ao Chefe do Poder Executivo de cada Município consorciado e publicação de Edital no site mantido na internet.

§ 2º - (revogado).

§ 3º - Em casos excepcionais, devidamente justificados no ato de convocação, as Assembleias Gerais extraordinárias poderão ser convocadas sem a antecedência mínima estabelecida no § 1º, observadas as demais condições.

Art. 19 - Cada consorciado, devidamente representado na forma deste Estatuto, terá direito a um voto na Assembléia Geral.

§ 1º - O voto será público e nominal, inclusive nos casos de julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio Público ou a Ente consorciado.

§ 2º - O Presidente do Consórcio Público, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quorum qualificado, votará

apenas para desempatar.

Art. 20 - Para instalação da Assembléia e validade de suas deliberações será necessária a presença de mais de cinquenta por cento da representação dos consorciados.

§ 1º - Acaso a Assembléia se inicie sem o quorum mínimo estabelecido, ela não terá validade e as eventuais deliberações adotadas não terão nenhuma eficácia.

§ 2º - Verificado a inexistência de quorum legal, o Presidente do Consórcio poderá retardar o início da Assembléia por até uma hora.

§ 3º - Instalado validamente a Assembléia somente se admitirão deliberações se mantido o quorum mínimo necessário.

§ 4º - A aprovação das matérias postas à deliberação da Assembléia Geral depende do voto favorável da maioria simples dos representantes dos Municípios consorciados, presentes e em condições de votar, exceto para as decisões que exijam quorum qualificado.

§ 5º - O quorum qualificado corresponderá ao voto favorável de dois terços (2/3) dos representantes dos Entes Consorciados, sendo que, neste caso, o Presidente votará pela representação do Ente que lhe corresponda, em igualdade de condições aos representantes dos demais.

§ 6º - Se exigirá quorum qualificado para deliberação a respeito das matérias de que trata os incisos I, II, III e VI e § 1º do artigo 21 deste Estatuto, podendo, por deliberação da maioria dos representantes dos Municípios reunidos em Assembléia Geral, ser estendido tal exigência para outras matérias de interesse do Consórcio Público.

Art. 21 - Compete à Assembléia Geral:

I - homologar o ingresso no Consórcio Público de Ente federativo que não tenha sido subscritor inicial do Protocolo de Intenções;

II - aplicar a pena de exclusão do Consórcio Público;

III - aprovar o Estatuto do Consórcio Público e as suas alterações;

IV - eleger ou destituir o Presidente e o Vice-Presidente do Consórcio Público, cujos mandatos serão de 1 (um) ano, permitida a reeleição para um único período subsequente;

V - ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria;

VI - aprovar:

a) orçamento plurianual de investimentos;

b) programa anual de trabalho;

c) o orçamento anual do Consórcio Público, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos do Contrato de Rateio;

d) a realização de operações de crédito;

e) a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos, bem como de outros valores devidos ao Consórcio Público pelos consorciados, por particulares ou pelos usuários;

f) a alienação e a oneração de bens do Consórcio Público ou daqueles que, nos termos de Contrato de Programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;

VII - homologar as decisões do Conselho Fiscal;

VIII - aceitar a cessão de servidores por Ente federativo consorciado

ou conveniado ao Consórcio Público;

IX - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos;

X - aprovar a celebração de convênios e Contratos de Programa;

XI - apreciar e sugerir medidas sobre:

- a) a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio Público;
- b) o aperfeiçoamento das relações do Consórcio Público com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.

§ 1º - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio Público mediante decisão unânime da Assembléia Geral, presente pelo menos dois terços (2/3) dos membros consorciados.

§ 2º - As competências arroladas neste artigo não prejudicam que outras sejam reconhecidas por deliberação da Assembléia Geral.

§ 3º - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido por quem preencha essa condição.

Art. 22 - Os membros da Diretoria poderão ser destituídos mediante aprovação de moção de censura apresentado com apoio de pelo menos dois terços dos Consorciados, em Assembléia Geral especificamente convocada.

§ 1º - Em qualquer Assembléia Geral donde conste na pauta o item "assuntos gerais", poderá ser apresentado eventuais moções de censura ao final da reunião, observando-se a subscrição qualificada de que trata o "caput" deste artigo.

§ 2º - Recebida moção de censura, sua discussão e apreciação será objeto da primeira Assembléia Geral Extraordinária que se seguir, vedada a deliberação de qualquer outro item de pauta.

§ 3º - A votação da moção de censura será efetuada depois de facultada a palavra, por quinze minutos, ao seu primeiro subscritor e, caso presente, ao membro da Diretoria que se pretenda destituir.

§ 4º - Será considerada aprovada a moção de censura se obter voto favorável de 2/3 (dois terços) dos representantes presentes à Assembléia Geral, em votação pública e nominal.

§ 5º - Caso aprovada moção de censura do Presidente do Consórcio Público, ele estará automaticamente destituído, procedendo-se, na mesma Assembléia, à eleição do Presidente para completar o período remanescente de mandato, observados as disposições do artigo 26 deste Estatuto, no que couber.

§ 6º - Na hipótese de não se viabilizar a eleição de novo Presidente, o Vice-Presidente assumirá esta função até a próxima Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias.

§ 7º - Aprovada moção de censura apresentada em face do Diretor Executivo, ele será automaticamente exonerado, aguardando-se indicação do Presidente do Consórcio Público para nomeação de seu substituto, após homologação da Assembléia Geral.

§ 8º - Rejeitada moção de censura, nenhuma outra, de igual teor, poderá ser apresentada nas Assembléias que se realizarem nos sessenta (60) dias seguintes.

Art. 23 - A alteração deste Estatuto, mediante proposição justificada de iniciativa da Diretoria, depende de deliberação favorável, aprovada pela maioria dos representantes dos Municípios

consorciados, reunidos em Assembléia Geral.

§ 1º - Para alteração deste Estatuto será convocada Assembléia Geral Extraordinária, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público, acaso não tenha ocorrido à convocação específica durante a realização da Assembléia anterior.

§ 2º - Confirmado o quorum de instalação, a Assembléia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Comissão Especial que dirigirá a Assembléia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

I - o texto básico do projeto de Alteração do Estatuto, proposto pela Assessoria Jurídica do Consórcio Público, que norteará os trabalhos da Comissão Especial;

II - o prazo para apresentação de emendas e de destaques para votação em separado;

III - o número de votos necessários para aprovação de emendas ao Projeto de Alteração do Estatuto.

§ 3º - A Comissão Especial de que trata o § 2º deste artigo, proporrá alterações ao texto básico e/ou receberá propostas de emendas, apresentadas pelos representantes dos Municípios Consorciados, até o prazo estabelecido.

§ 4º - Findo o prazo de que trata o inciso II do § 2º deste artigo, a Comissão Especial deverá consolidar as propostas, elaborando o projeto final de alteração do Estatuto a ser apresentado na Assembléia Geral.

§ 5º - As emendas apresentadas somente serão recebidas para integrar o texto do projeto final de alteração do Estatuto, se obtiverem a aprovação em voto favorável da maioria (2/3) dos membros da Comissão Especial.

§ 6º - Apresentado o projeto de alteração do Estatuto pela Comissão Especial, o Presidente do CISAMVI convocará Assembléia Geral Extraordinária para sua apreciação.

§ 7º - Na reunião da Assembléia será apresentado o projeto de alteração do Estatuto pelos membros da Comissão Especial ou pela Assessoria designada, passando-se a deliberação prévia de admissibilidade.

§ 8º - Havendo consenso sobre a admissibilidade do Projeto de alteração do Estatuto, este será posto em votação, necessitando do voto favorável por quorum qualificado de dois terços (2/3) dos representantes dos Municípios Consorciados para sua aprovação.

§ 9º - Ocorrendo votos contrários a admissibilidade do Projeto de alteração do Estatuto ou este não recebendo a votação necessária para sua aprovação, será aberto prazo de trinta dias para apresentação de novas Emendas pelos representantes dos Municípios consorciados.

§ 10 - Findo o prazo para Emendas, a Comissão Especial será convocada para apresentar parecer sobre as mesmas, no prazo de quinze dias.

§ 11 - Apresentado o parecer de que trata o § 10 deste artigo, o Presidente do CISAMVI convocará Assembléia Geral Extraordinária para deliberação, a qual funcionará da seguinte forma:

I - As Emendas individuais apresentadas pelos representantes dos Municípios serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, passando-se a deliberação sobre sua

admissibilidade pela Assembléia Geral, e, após, pela sua aprovação ou rejeição, observados o quorum qualificado de que trata o § 8º deste artigo;

II - As Emendas subscritas por representantes de dois ou mais Municípios consorciados serão lidas pela Comissão Especial, seguidas da leitura do parecer exarado, sendo automaticamente admitidas como destaque para votação em separado, após a deliberação sobre as Emendas individuais;

III - As Emendas admitidas como destaques serão postas à deliberação após a concessão da palavra a um dos subscritores para sua defesa, necessitando do voto favorável, por quorum qualificado de dois terços (2/3) dos representantes dos Municípios Consorciados, para sua aprovação.

§ 12 - Aprovado o Projeto de alteração do Estatuto com Emendas, a Comissão Especial ficará encarregada de apresentar a redação final para assinatura e publicação.

§ 13 - Sempre que recomendar o adiantado da hora, os trabalhos serão suspensos para recomeçarem em dia, horário e local, anunciados antes do término da sessão.

§ 14 - Da nova sessão poderão comparecer os Entes que tenham faltado à sessão anterior, bem como os que, no interregno entre uma e outra sessão, tenham sido admitidos no Consórcio Público, após o cumprimento de todas as formalidades estabelecidas.

§ 15 - As alterações ao Estatuto do Consórcio Público entrarão em vigor após publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Art. 24 - Nas atas da Assembléia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os Entes Federativos representados na Assembléia Geral;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembléia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembléia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - No caso de votação secreta, será registrada em ata a expressão motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembléia Geral mediante decisão na qual se indiquem expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada por 2/3 (dois terços) dos votos dos presentes e a ata deverá indicar expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembléia Geral.

Art. 25 - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembléia Geral será, em até dez dias, publicada no sítio que o Consórcio Público deve manter na rede mundial de computadores - internet.

Parágrafo Único - Mediante requerimento e pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer interessado.

CAPÍTULO IX

DA DIRETORIA (PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTE)

Art. 26 - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos em Assembléia especialmente convocada, no mês de dezembro de cada ano, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos. Somente será aceita a candidatura de Chefe de Poder Executivo de Ente consorciado, ou seja, de Prefeito titular.

§ 1º - O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos mediante voto público e nominal. Havendo apenas um candidato para cada função, a eleição poderá se dar por aclamação, mediante deliberação da Assembléia Geral.

§ 2º - Será considerado eleito o candidato que obtiver ao menos 2/3 (dois terços) dos votos, não podendo ocorrer à eleição sem a presença de pelo menos 2/3 (dois terços) dos consorciados.

§ 3º - Caso nenhum dos candidatos tenha alcançado 2/3 dos votos, realizar-se-á segundo turno de eleição na mesma Assembléia Geral, cujos candidatos serão os dois candidatos mais votados para cada função. No segundo turno será considerado eleito o candidato que obtiver metade mais um dos votos, excetuados os votos brancos.

§ 4º - Não obtido o número de votos mínimo mesmo em segundo turno, será convocada nova Assembléia Geral, a se realizar em até 30 (trinta) dias, caso necessário, prorrogando-se pro tempore o mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício.

§ 5º - Na ocorrência de prorrogação pro tempore do mandato do Presidente ou do Vice-Presidente em exercício, o mandato do novo Presidente e Vice-Presidente se iniciará um dia após a eleição, se estendendo até o final do exercício.

§ 6º - Os novos Presidente e Vice-Presidente eleitos terão livre acesso aos documentos e informações do Consórcio Público para fins de transição administrativa e continuidade dos serviços públicos, a partir da eleição até o início de seu mandato, cabendo ao Diretor Executivo zelar pelo atendimento desta disposição.

Art. 27 - Proclamado eleito candidato a Presidente, a ele será dada à palavra para que indique o Diretor Executivo ou o confirme na função.

§ 1º - Uma vez indicado, o Presidente da Assembléia indagará, caso presente, se o mesmo aceita a função. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por qualquer meio idôneo.

§ 2º - Caso haja recusa da indicação, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova indicação.

§ 3º - Estabelecida indicação válida, esta somente produzirá efeito caso aprovada por 2/3 (dois terços) dos votos, exigida a presença da maioria absoluta dos consorciados. Após a aprovação, o indicado será nomeado e deverá tomar posse e entrar em exercício na forma disciplinada neste Estatuto e no regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral.

§ 4º - Caso ocorra apenas à confirmação na função, ou seja, a manutenção do então ocupante do emprego de Diretor Executivo, sua contratação não sofrerá solução de continuidade.

Art. 28 - Sem prejuízo de outras competências estabelecidas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, incumbe ao Presidente:

I - representar o Consórcio Público judicial e extrajudicialmente;

II - ordenar as despesas do Consórcio Público e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

III - convocar as Assembléias Gerais;

IV - zelar pelos interesses do Consórcio Público, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas pelo Contrato ou por esse Estatuto a outro órgão do CISAMVI;

V - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

§ 1º - Com exceção da competência prevista no inciso I, todas as demais poderão ser delegadas ao Diretor Executivo.

§ 2º - Por razões de urgência ou para permitir a celeridade na condução administrativa do Consórcio Público, o Diretor Executivo poderá ser autorizado a praticar atos ad referendum do Presidente.

Art. 29 - Na ausência eventual ou impedimento temporário do Presidente, assumirá o Vice-Presidente, exercendo todas as competências daquele, mediante ratificação da Assembléia Geral, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 1º - O substituto ou sucessor do Prefeito na direção do Município consorciado o substituirá automaticamente na Presidência ou Vice-Presidência do Consórcio Público, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 2º - O término de mandato político junto ao Ente consorciado não será impedimento para candidatura e eleição de representante de Ente Consorciado, caso em que se aplicará o disposto no § 1º deste artigo.

§ 3º - O mandato do Presidente e/ou do Vice-Presidente cessará automaticamente no caso de o eleito não mais ocupar a Chefia do Poder Executivo do Ente consorciado que representa na Assembléia Geral, hipótese em que será sucedido automaticamente por quem preencha essa condição, sem prejuízo do disposto no § 1º do artigo 30 deste Estatuto.

§ 4º - No caso de renúncia conjunta do mandato de Presidente e de Vice-Presidente, o exercício interino da função de Presidente caberá ao Chefe do Poder Executivo de maior idade, dentre todos os demais representantes dos Entes consorciados, ao qual compete convocar novas eleições, para término do mandato objeto de renúncia, observados as disposições do artigo 26 deste Estatuto, no que couber.

Art. 30 - O mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Consórcio Público será de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do mesmo exercício, excetuadas as demais situações excepcionais previstas neste Estatuto, permitido a reeleição para um único mandato subsequente.

§ 1º - O Presidente eleito assinará termo de posse na data de início de seu mandato, apresentando os demais documentos necessários para o fiel desempenho de seus encargos, dentre estes a cópia de seus documentos pessoais e o termo de posse nas funções de Prefeito titular do Ente consorciado representado. O Vice-Presidente adotará igual procedimento, na hipótese de assunção das funções de Presidente.

§ 2º - O Vice-Presidente eleito será empossado na mesma data e local da posse do Presidente.

§ 3º - O Vice-Presidente poderá se candidatar para a função de Presidente sem a desincompatibilização da função ocupada, desde

que não tenha substituído o titular nos últimos seis meses.

CAPÍTULO X DA DIRETORIA E DO DIRETOR EXECUTIVO

Art. 31 - A Diretoria é órgão executivo e de gestão das atividades do Consórcio Público, composta por dois membros que exercerão funções próprias, sendo um o Presidente do Consórcio Público e outro o Diretor Executivo.

§ 1º - Não haverá percepção de remuneração ou quaisquer espécies de verba indenizatória por parte do Presidente, sem prejuízo do pagamento das despesas de locomoção, transporte, hospedagem e/ou alimentação quando em deslocamento no interesse exclusivo do Consórcio Público.

§ 2º - O Diretor Executivo perceberá a remuneração estabelecida para a função, acaso não perceba qualquer outro tipo de vencimento, salário ou subsídio de qualquer outro órgão de Ente Federado ou de Município consorciado.

§ 3º - O ocupante do emprego de Diretor Executivo será nomeado por resolução do Presidente do Consórcio Público, observadas as disposições deste Estatuto, devendo tomar posse e entrar em exercício na forma do regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público.

Art. 32 - Mediante proposta do Presidente do Consórcio Público, aprovada pela Assembléia Geral, poderá haver redesignação interna de funções na Diretoria e/ou delegação de competência.

Art. 33 - A Diretoria deliberará sobre atos de gestão do Consórcio Público e executará todas as deliberações da Assembléia Geral.

§ 1º - (revogado).

§ 2º - As deliberações da Diretoria serão externadas na forma de Resolução, numeradas sequencialmente.

Art. 34 - Sem prejuízo de outras atribuições contempladas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, compete à Diretoria:

I - julgar recursos relativos à:

- a) homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b) impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c) aplicação de penalidades a servidores do Consórcio Público;

II - autorizar que o Consórcio Público ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgentes;

III - autorizar a contratação, a dispensa ou a exoneração de empregados e de servidores temporários;

IV - promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio Público.

Art. 35 - Para exercício da função de Diretor Executivo ou de qualquer outro emprego de confiança no Consórcio Público será exigida experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

CAPÍTULO XI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 36 - O Conselho Fiscal é composto por cinco Conselheiros, sendo três secretários municipais de saúde indicados por seus pares e dois Prefeitos eleitos pela Assembléia Geral realizada no mês de dezembro de cada ano, para mandato de um ano, o qual coincidirá com o ano civil.

§ 1º - Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob pretexto ou forma alguma, sendo, entretanto, o exercício do mandato considerado serviço público relevante.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembléia Geral, exigida a presença de 3/5 dos representantes dos Entes consorciados.

Art. 37 - A Assembléia Geral reunir-se-á mediante convocação para eleição do Conselho Fiscal.

§ 1º - Nos primeiros trinta minutos de reunião serão apresentadas as indicações dos três secretários municipais de saúde que integrarão o Conselho Fiscal, bem como as candidaturas dos prefeitos interessados para as duas vagas em disputa.

§ 2º - As candidaturas serão sempre pessoais, vedada à inscrição ou apresentação de chapas.

§ 3º - Poderá se candidatar ao Conselho Fiscal qualquer representante de Ente consorciado.

§ 4º - A eleição do Conselho Fiscal realizar-se-á por meio de voto aberto sendo que cada eleitor somente poderá votar em um candidato para cada vaga efetiva.

§ 5º - Consideram-se eleitos e membros efetivos os dois candidatos com maior número de votos e, como membros suplentes, os dois candidatos que se seguirem em número de votos.

§ 6º - Em caso de empate, será considerado eleito o candidato de maior idade.

§ 7º - Na inexistência de candidatos, serão indicados tantos nomes quanto necessários, dentre os representantes dos Entes consorciados não atingidos pelo impedimento de que trata o § 8º deste artigo, passando-se a eleição por aclamação na mesma Assembléia Geral.

§ 8º - Não poderá participar do Conselho Fiscal o representante de Ente consorciado que for eleito para Presidente ou Vice-Presidente do Consórcio Público.

Art. 38 - Sem prejuízo de outras atribuições contempladas neste Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio Público, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único - O disposto no "caput" deste artigo, não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada Ente consorciado e nem a fiscalização dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio Público.

Art. 39 - O Conselho Fiscal será presidido pelo membro mais idoso, ao qual compete convocar as reuniões, com antecedência mínima de vinte e quatro (24) horas, mediante comunicação direta aos demais Conselheiros.

§ 1º - Os trabalhos do Conselho Fiscal do Consórcio Público serão secretariados por empregado ou servidor designado pela Diretoria, registrando-se em ata as deliberações adotadas.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá convocar membro da Diretoria para esclarecer a motivação dos atos administrativos ou justificar os procedimentos seguidos na administração dos interesses do Consórcio Público.

§ 3º - As decisões do Conselho Fiscal serão submetidas à homologação da Assembléia Geral.

**CAPÍTULO XII
DOS RECURSOS HUMANOS****SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 40 - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio Público os contratados para ocupar os empregos públicos previstos nos artigos 46 e 47 deste Estatuto e os servidores cedidos pelos Entes consorciados, bem como, em caso de necessidade motivada, pessoas físicas ou jurídicas contratadas por meio de licitação, na forma da lei.

§ 1º - A participação do Conselho Fiscal ou de outros órgãos diretivos que sejam criados pelo Estatuto ou por deliberação da Assembléia Geral, bem como a participação dos representantes dos Entes consorciados na Assembléia Geral e em outras atividades do Consórcio Público não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.

§ 2º - O Presidente não será remunerado e não poderá receber qualquer quantia do Consórcio Público, em razão do exercício dessa função, observando-se o disposto no § 1º do artigo 31 deste Estatuto.

§ 3º - O Diretor Executivo perceberá o salário estabelecido para o emprego, observando-se o disposto no § 2º do artigo 31 deste Estatuto, bem como as demais vantagens estabelecidas em Lei ou no Protocolo de Intenções ratificado.

Art. 41 - Os empregados públicos efetivos, comissionados ou contratados temporariamente pelo Consórcio Público são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e estarão submetidos ao Regime Geral de Previdência Social.

§ 1º - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público, a ser definido por resolução aprovada pela Assembléia Geral, obedecendo ao disposto no Protocolo de Intenções, no Contrato de consórcio e neste Estatuto, tratará especialmente da descrição das funções, dos requisitos para ocupação dos empregos públicos, da forma de recrutamento, dos benefícios funcionais, da jornada de trabalho, dos direitos e deveres e do regime disciplinar.

§ 2º - A exoneração ou demissão de empregados públicos dependerá de ato administrativo da Diretoria, motivado no caso de dispensa por iniciativa do Consórcio Público, observada as demais formalidades legais.

§ 3º - Os empregados não poderão ser cedidos para nenhuma entidade ou organização, inclusive para os próprios Entes consorciados, sem prejuízo da possibilidade de prestação de serviços na sua área de atuação, através do Consórcio Público.

§ 4º - Os Entes da Federação consorciados, ou os com eles conveniados, poderão ceder-lhe servidores efetivos, na forma e condições da legislação de cada um, observado o disposto no § 1º do artigo 21 deste Estatuto.

§ 5º - Os servidores efetivos recebidos em cessão, na forma do § 4º deste artigo, permanecerão no seu regime jurídico e previdenciário originário, podendo, a critério da Assembléia Geral, ser-lhes concedida gratificação complementar em razão da função que venham a desempenhar no CISAMVI, no percentual de 20%, 30% ou 50% sobre o salário ou vencimento mensal

§ 6º - O pagamento de gratificação complementar na forma prevista no § 5º deste artigo, não configura vínculo novo do servidor cedido.

§ 7º - Na hipótese do § 4º deste artigo, o Ente da Federação consorciada cedente deverá assumir a manutenção da remuneração regular do servidor, donde tais despesas serão contabilizadas como créditos hábeis para operar compensação com obrigações previstas no Contrato de Rateio.

§ 8º - (revogado)

§ 9º - (revogado)

Art. 42 - O quadro de pessoal do Consórcio Público é composto pelos empregos públicos constantes dos artigos 46 e 47 deste Estatuto, remunerados em conformidade com o Protocolo de Intenções, com o Contrato de consórcio e com este Estatuto.

§ 1º - Os empregos permanentes do Consórcio Público serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma do regulamento do quadro de pessoal do CISAMVI.

§ 2º - Os empregos previstos no artigo 46 deste Estatuto serão de livre nomeação e exoneração.

§ 3º - (revogado)

§ 4º - A remuneração dos empregos públicos é a definida nos artigos 46 a 48 deste Estatuto, observadas as condições de desenvolvimento funcional estabelecidas no artigo 48-E para os empregos permanentes.

§ 5º - Após deliberação da Assembléia Geral, a Diretoria poderá conceder revisão geral anual de remuneração aos empregados do Consórcio Público no mês de janeiro de cada ano, utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) acumulado no ano anterior.

§ 6º - (revogado)

§ 7º - O aumento do número de vagas, o reenquadramento salarial ou a criação de novos empregos públicos depende de prévia deliberação da Assembléia Geral, da alteração do Protocolo de Intenções e do presente Estatuto, de autorização legislativa própria editada por todos os Entes consorciados e do aditamento ao Contrato de Consórcio.

§ 8º - A contratação de profissionais para os empregos de que trata o artigo 46, bem como a declaração de abertura de vagas e a autorização para início do processo de recrutamento para os empregos de provimento efetivo ou para as contratações temporárias, depende de prévia justificação da necessidade, da demonstração da viabilidade financeira e da aprovação em Assembléia Geral.

§ 9º - São requisitos básicos para ingresso no Quadro Funcional do Consórcio Público:

I - a nacionalidade brasileira.

II - o gozo dos direitos políticos.

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais.

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do emprego, e/ou os requisitos especiais para o seu desempenho.

V - idade mínima de 18 (dezoito) anos.

VI - aptidão física e mental.

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), inclusive para eventual condução de veículos do CISAMVI em deslocamentos a serviço, exceto se contratado na forma estabelecida no § 5º do art. 47 deste estatuto.

§ 10 - As atribuições do emprego podem justificar a exigência de outros requisitos, estabelecidos na forma do § 1º do artigo anterior.

§ 11 - Sem prejuízo das atribuições do quadro funcional, fica instituído o Programa de Concessão de Estágio Não-Obrigatório aplicado ao estágio de estudantes, na forma da legislação federal específica, com disponibilidade de vagas em igual número de Entes Federados que integre o Consórcio Público.

§ 12 - O recrutamento de candidatos para as vagas de estágio, dentre o contingente de alunos das instituições de ensino conveniadas, será feito:

I - diretamente pelo CISAMVI através de processo seletivo simplificado, de provas ou de provas e títulos, após prévia convocação por edital divulgado no site do Consórcio Público, no Diário Oficial dos Municípios e junto as Instituições de Ensino conveniadas;

II - em caso de urgência ou necessidade imediata, diretamente pela Instituição de Ensino ou pelos Agentes de Integração, através de processo seletivo ou cadastro.

§ 13 - A carga horária de estágio ficará estabelecida em 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais ou em 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) semanais, remuneradas através de bolsa-estágio nos seguintes valores:

I - R\$ 433,80 (quatrocentos e trinta e três reais e oitenta centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 04 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais.

II - R\$ 648,09 (seiscentos e quarenta e oito reais e nove centavos) mensais, no caso de estudantes do ensino superior, para jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 14 - Sem prejuízo da contratação em favor do estagiário de seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e do pagamento da remuneração de que trata o parágrafo anterior, lhe será concedido:

I - auxílio-transporte mensal, consistente no fornecimento de vale-transporte, conforme estabelece a legislação federal específica e de acordo com as normas municipais.

II - auxílio-alimentação, na forma concedida aos empregados em geral, proporcionalmente a jornada diária de estágio.

III - período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares e antes do encerramento do contrato, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, ou proporcional nos demais casos, vedado sua indenização.

§ 15 - O Consórcio Público poderá, também, celebrar convênio de concessão de estágio obrigatório com Instituições de Ensino, assumindo responsabilidade pela contratação do seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, e mediante remuneração equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido para contraprestação do estágio não-obrigatório.

Art. 43 - Os editais de concurso público do CISAMVI deverão atender ao contido no regulamento do quadro de pessoal, e serão subscritos pelo Presidente e/ou pelo Diretor Executivo.

§ 1º - Será encaminhada cópia do edital de concurso público para conhecimento em todos os Entes consorciados, mediante divulgação pelos meios regulamentares.

§ 2º - O edital, em sua íntegra, será publicado em sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet - bem como, na forma de extrato, será publicado na imprensa oficial e em jornal de circulação regional.

§ 3º - Nos quinze primeiros dias que decorrerem da publicação do extrato mencionado no parágrafo anterior, poderá ser apresentadas impugnações ao edital, as quais deverão ser decididas em sete dias. A íntegra da impugnação e de sua decisão será publicada no sítio que o Consórcio Público manter na rede mundial de computadores - internet.

Art. 44 - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público consistente na substituição de empregado público afastado temporariamente de suas funções por motivo de doença ou outro afastamento legal, e desde que imprescindível para continuidade dos serviços do Consórcio Público.

§ 1º - (revogado)

§ 2º - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público do titular afastado, percebendo a remuneração para ele prevista.

§ 3º - A contratação de que trata este artigo, será precedida de processo seletivo de provas ou de provas e títulos.

Art. 45 - As contratações temporárias observarão as disposições estabelecidas no art. 37, IX, da Constituição Federal, artigos 443, 445, 451 e 452 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e demais disposições deste Estatuto.

§ 1º - As contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público terão prazo de até um ano, podendo ser prorrogado justificadamente uma única vez até atingir o prazo máximo total de dois anos.

§ 2º - O retorno do servidor titular ao exercício de suas funções ou o alcance do prazo máximo de que trata o parágrafo anterior faz cessar automaticamente a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sem qualquer indenização.

§ 3º - O regulamento do quadro de pessoal do Consórcio Público disciplinará a contratação temporária de que trata este Estatuto.

SEÇÃO II DOS EMPREGOS PÚBLICOS DE CONFIANÇA

Art. 46 - O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI terá os seguintes empregos públicos de confiança em sua estrutura funcional:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária	Se- manal	Salário/mês
1	Diretor Executivo	40 hs		R\$ 8.675,99
2	Gestor de Serviços	40 hs		R\$ 4.337,99

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo são de livre nomeação e exoneração, regidos pelo critério de confiança e obrigados ao regime de dedicação integral ao serviço, donde poderão ser convocados a trabalhos excepcionais além da carga horária regulamentar, sem remuneração adicional.

§ 2º - A nomeação será feita pelo Presidente do CISAMVI, após regular aprovação da escolha pela Assembléia Geral do Consórcio Público, ao qual compete dar posse e fiscalizar o exercício funcional, observadas as disposições deste Estatuto e do regulamento do quadro de pessoal.

SEÇÃO III DOS EMPREGOS PÚBLICOS PERMANENTES

Art. 47 - O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI terá os seguintes empregos públicos permanentes em sua estrutura funcional:

Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária	Se- manal	Salário/mês
01	Advogado	20 horas		R\$ 2.995,86
02	Agente Administrativo	40 horas		R\$ 1.933,80
01	Agente Controle Interno	20 horas		R\$ 1.651,57
01	Contador	20 horas		R\$ 1.651,57
01	Médico Auditor	20 horas		R\$ 5.000,00

§ 1º - Os empregos públicos de que trata o "caput" deste artigo serão acessados, na forma do regulamento do quadro de pessoal, por meio de:

I - concurso público no caso de provimento efetivo;

II - por processo seletivo no caso de contratação temporária.

§ 2º - Os atos de nomeação e posse, e os de contratação serão expedidos pela Diretoria, observados os procedimentos legais.

§ 3º - Além do pessoal referido neste artigo e no antecedente, o Consórcio Público poderá receber servidores efetivos que lhe forem colocados à disposição, nos termos deste Estatuto.

§ 4º - Compete a Diretoria dar posse ao empregado efetivo, bem como proporcionar treinamento e fiscalizar o exercício funcional dos integrantes do quadro de pessoal, zelando pela pontualidade, assiduidade e eficiência dos empregados e colaboradores do Consórcio Público.

§ 5º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem em concurso público para provimento de emprego cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, na forma estabelecida no regulamento do quadro de pessoal, para as quais serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 6º - O concurso público será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em 02 (duas) etapas, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento de "preço público" fixado em Resolução, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.

§ 7º - O concurso público terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da sua homologação, prorrogável uma vez, por igual

período, a critério da Diretoria.

§ 8º - Para coordenar todas as etapas do concurso público, inclusive proceder ao julgamento de quaisquer recursos, a autoridade competente designará Comissão Especial composta de 03 (três) servidores do CISAMVI, facultada, em caso de necessidade, a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes Consorciados.

§ 9º - A Comissão Especial de que trata o parágrafo anterior, mediante autorização do Presidente do Consórcio Público, poderá contratar instituição especializada ou confiar a uma instituição de ensino, a elaboração, aplicação e correção das provas.

§ 10 - Observar-se-ão, na realização dos concursos as seguintes normas:

I - a abertura de concurso se dará por edital, cujo extrato será publicado na imprensa local por 02 (duas) vezes e afixado em mural público de fácil acesso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias entre a última divulgação e a primeira etapa/prova a ser realizada, de que constem:

- a) o número de vagas oferecidas, denominação dos empregos e respectivos salários;
- b) o tipo de concurso, se de provas ou de provas e títulos, e, se for o caso, os títulos exigidos;
- c) as condições para inscrição e provimento do emprego;
- d) tipo, natureza e programa das provas;
- e) a forma de julgamento das provas e dos títulos;
- f) os limites de pontos atribuíveis a cada prova e aos títulos;
- g) os critérios e os níveis de habilitação, classificação e desempate;
- h) o prazo das inscrições;
- i) a forma de comprovação dos requisitos para a inscrição;
- j) a época da:

- 1 - realização das provas constando o dia, horário e local;
- 2 - publicação nominal das inscrições homologadas com o número da inscrição;
- 3 - publicação dos aprovados por ordem de classificação, constando o número da inscrição e o nome do candidato;
- 4 - o prazo de validade do concurso, que não excederá de dois anos, prorrogável por igual período.

II - o limite mínimo de idade para inscrição em concurso será de 18 (dezoito) anos, completados até a data limite para inscrição.

III - Aos candidatos serão assegurados amplos meios de recursos, nas fases de homologação das inscrições, publicações de resultados parciais ou globais, homologação do concurso e contratação de candidatos.

IV - Interposto recurso, o candidato poderá participar condicionalmente das provas que se realizarem, e no caso do não provimento do recurso, as provas serão anuladas e desconsideradas.

V - Terá preferência para a contratação, em caso de empate na classificação, sucessivamente, o candidato:

- a) que tiver obtido melhor grau na matéria de peso mais elevado,

estabelecida no edital.

- b) que tiver maior idade, considerando-se a data de nascimento.
- c) que tiver maior número de dependentes, observada a legislação previdenciária.

IV - Os critérios e demais condições mencionadas neste parágrafo serão estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal do CISAMVI.

SEÇÃO IV DOS SALÁRIOS E DA REMUNERAÇÃO

Art. 48 - Salário é a retribuição pecuniária pelo exercício do emprego público, com valor fixado na forma do "caput" dos artigos 46 e 47 deste Estatuto.

§ 1º - O valor dos salários será alterado uniformemente, através de Resolução da Diretoria do CISAMVI, em face da Revisão Geral Anual.

§ 2º - (revogado)

§ 3º - Remuneração é o salário do emprego público, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas neste Estatuto ou em lei.

§ 4º - O valor dos salários mensais guarda correlação com o cumprimento integral da carga de trabalho regular estabelecida para o emprego, sendo que esta poderá ser aumentada até o limite de 40 (quarenta) horas semanais ou reduzida em até 50% (cinquenta por cento), com o respectivo aumento ou redução proporcional da remuneração.

§ 5º - Além do salário, poderá ser pago ao empregado as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações;

IV - adicionais.

§ 6º - As indenizações e os auxílios pecuniários não se incorporam ao salário para qualquer efeito.

§ 7º - As gratificações e os adicionais integram a remuneração do empregado, nos casos e condições indicados em Lei, neste Estatuto ou no regulamento do quadro de pessoal, devendo ser nominalmente identificado e destacado.

§ 8º - As vantagens pecuniárias não serão acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 9º - Os adicionais e gratificações devidos aos empregados em razão do exercício do emprego serão calculadas na forma da lei ou do regulamento do quadro de pessoal, atendendo as situações específicas de sua aplicabilidade e incidirão sempre tão somente sobre o salário atribuído ao empregado.

SUBSEÇÃO I DAS INDENIZAÇÕES

Art. 48-A - Conceder-se-á:

I - Indenização de transporte ao empregado que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do emprego, conforme dispuser o regulamento do quadro de pessoal, observado o limite de $\frac{1}{4}$ do valor do litro do combustível gasolina, por quilometro.

II - Diária de viagem ao empregado que se deslocar, em caráter eventual ou transitório, ao exterior, exceto para países do mercado comum do sul - MERCOSUL, em objeto de serviço, para custeio das despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - A diária corresponderá ao valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), independentemente do roteiro de viagem, considerados para período de 24 horas, ou proporcional nos demais casos.

§ 2º - Nenhum empregado pode receber, a título de diárias, quantia mensal de valor igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da respectiva remuneração.

§ 3º - A diária será concedida por dia de afastamento (período de vinte e quatro horas, contadas da partida do empregado), não podendo ser superior a metade, quando o deslocamento não exigir custeio de pernoite.

§ 4º - Na hipótese do empregado receber diárias e não realizar o deslocamento internacional, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de cinco (5) dias, e na hipótese de o empregado retornar ao país em prazo menor que o previsto, restituirá as diárias recebidas em excesso, no mesmo prazo.

§ 5º - As diárias serão requeridas em formulário próprio, onde será qualificado o beneficiário e identificado à data de afastamento, trajeto e motivo da viagem. O processamento contábil para pagamento de diárias observará ao disposto na Lei nº 4.320/64.

§ 6º - Aplica-se o disposto nesta subseção, e seus regulamentos, aos servidores públicos colocados à disposição do Consórcio Público por qualquer outra entidade estatal, fundacional, autárquica ou paraestatal, e aos contratados temporariamente.

Art. 48-B - Será concedido vale transporte na forma da legislação federal específica ao empregado ou estagiário que o requerer, para deslocamento residência/local de trabalho e vice-versa.

SUBSEÇÃO II DOS AUXÍLIOS PECUNIÁRIOS

Art. 48-C - Sem prejuízo das demais vantagens estabelecidas neste Estatuto, a Diretoria poderá conceder aos empregados efetivos, comissionados ou temporários e aos estagiários, o auxílio alimentação, proporcional a carga horária mensal, na forma e condições estabelecidas no regulamento do quadro de pessoal, limitado ao valor máximo diário de R\$ 20,00 (vinte reais).

SUBSEÇÃO III DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS

Art. 48-D - Além do salário e das demais vantagens previstas em lei ou neste Estatuto, poderá ser deferido aos empregados as seguintes gratificações e adicionais:

I - gratificação natalina, na forma estabelecida em LEI;

II - gratificação complementar, na forma estabelecida no § 5º do artigo 41 deste Estatuto;

III - adicional por serviço extraordinário, na forma da LEI;

IV - adicional de férias, na forma da LEI;

V - adicional pelo trabalho insalubre ou perigoso, na forma da LEI;

VI - adicional noturno, na forma da LEI;

VII - adicional por qualificação.

Parágrafo único - O valor da gratificação complementar de que trata o inciso II deste artigo poderá ser reduzido nos casos em que sua aplicação integral acarrete o pagamento de remuneração superior ao valor do salário estabelecido para o emprego de Diretor Executivo.

Art. 48-E - O adicional por qualificação corresponderá a um acréscimo de 5% (cinco por cento) sobre o salário do empregado efetivo, limitado ao máximo de 30% (trinta por cento), por força da qualificação profissional obtida além daquela prevista para ocupação do emprego e que guarde correlação direta com as atribuições deste, observado interstício de cinco anos de exercício no emprego para cada período aquisitivo.

§ 1º - Para habilitar-se ao adicional por qualificação o empregado deverá atender, cumulativamente, as seguintes condições:

I - ter concluído curso de pós-graduação, especialização, mestrado ou doutorado ou ter completado 150 (cento e cinquenta) horas de cursos/seminários/palestras, dentre outros, sempre em temas correlatos com o emprego ocupado.

II - ter completado 05 (cinco) anos de serviço no Consórcio, ininterruptos ou não, ou interstício de igual tempo para os períodos aquisitivos subsequentes.

§ 2º - Fica prejudicada a contagem regular do período aquisitivo para o adicional de que trata este artigo, se o empregado apresentar qualquer uma das seguintes ocorrências em sua vida funcional:

I - tiver sido condenado em processo criminal, por decisão definitiva, ou sofre penalidade disciplinar de suspensão;

II - tiver mais de 05 (cinco) faltas injustificadas no período aquisitivo;

III - tiver se afastado de suas funções por período contínuo superior a trinta dias, independentemente de percepção ou não de remuneração, exceto se para exercício de emprego de confiança no próprio Consórcio Público ou em Ente consorciado.

§ 3º - O empregado que no decorrer do período aquisitivo incidir nas hipóteses do parágrafo anterior, perderá o tempo decorrido, iniciando-se novo período aquisitivo quinquenal após a cessação do impedimento.

SEÇÃO V DAS ATRIBUIÇÕES E DESCRIÇÕES DOS EMPREGOS

Art. 49 - Os empregos públicos de que tratam os artigos 46 e 47 deste Estatuto terão suas atribuições e descrições disciplinadas pelo regulamento do quadro de pessoal, observadas as seguintes diretrizes mínimas:

I - Para o emprego de DIRETOR EXECUTIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Desempenhar as atribuições de gerenciamento e controle das atividades, recursos financeiros e pessoal do Consórcio Público, zelando pelo cumprimento das normas estatutárias e regimentais e dos contratos celebrados; Representar o Consórcio Público conforme poderes outorgados pelo Presidente; Prestar todas as informações necessárias aos consorciados e aos órgãos públicos; Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio; Desenvolver outras atribuições correlatas a função, além das demais previstas no Protocolo de

Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

II - Para o emprego de GESTOR DE SERVIÇOS:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar a execução de todas as atividades operacionais exercidas pelo Consórcio Público; Relatar e prestar contas aos consorciados e à Diretoria das ações executadas pelo Consórcio Público; Zelar pelo cumprimento da legislação, apontando alternativas sustentáveis para a execução dos serviços; Dar cumprimento às metas e ações estabelecidas nos contratos firmados pelo Consórcio Público; Promover e integração dos Entes consorciados e a defesa das ações integradas, ressaltando a eficiência dos serviços e/ou programas desenvolvidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Experiência e formação profissional em nível superior, com especialização em áreas afins com a Administração Pública e com as finalidades do CISAMVI.

III - Para o emprego de ADVOGADO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Prestar assessoria jurídica ao Consórcio, para plena eficácia jurídica dos atos administrativos, através de emissão de pareceres e resposta a consultas formais e informais, sugerindo, quando necessário, a alteração dos conteúdos; Representar o Consórcio, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, seja como autor, réu, litisconsorte, oponente, ou terceiro interessado, perante o Poder Judiciário e demais órgãos públicos, para assegurar a observância do direito em favor do CISAMVI; Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios e outros ajustes de interesse do Consórcio Público, para assegurar a formalidade dos atos administrativos; Elaborar projetos de documentos normativos do CISAMVI, realizar avaliação jurídica sobre licitações públicas, contratos administrativos e concursos públicos, subsidiando seus órgãos e dirigentes, bem como atuar, judicialmente e extrajudicialmente, na defesa dos interesses do Consórcio; Demais atividades correlatas a função, além das previstas neste Protocolo de Intenções e no Estatuto; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Direito, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

IV - Para o emprego de AGENTE ADMINISTRATIVO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Executar os serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; Dar cumprimento aos contratos e convênios celebrados com entidades públicas ou privadas; Atender os representantes dos Entes consorciados, fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre atividades, programas, produtos e serviços; Tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos; Preparar relatórios e planilhas; Executar serviços gerais de escritório; Auxiliar no controle da prestação de serviços e na legalidade da aplicação dos recursos auferidos pelo Consórcio Público; Executar tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela

chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Ensino médio completo.

V - Para o emprego de AGENTE CONTROLE INTERNO:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar a fiscalização, controle e auditoria dos atos do Consórcio Público; Elaborar relatórios de controle interno; Prestar orientações e apontar sugestões às atividades administrativas e de gestão; Instaurar processos administrativos para apuração de indícios de descumprimento de normas aplicáveis ao Consórcio Público; Executar os demais serviços inerentes à atividade de controle-doria interna, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de Ciências Contábeis, Direito ou Administração.

VI - Para o emprego de CONTADOR:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Supervisionar, coordenar e orientar e realizar a escrituração dos atos ou fatos contábeis; Exercer o controle e registro de contratos e convênios, compras e licitações; Examinar e elaborar processos de prestação de contas; Auxiliar na elaboração do plano de aplicação e da proposta orçamentária; Examinar e realizar empenhos de despesas, verificando sua classificação e a existência de saldo nas dotações orçamentárias; Exercer o controle da liquidação das despesas e elaborar os pagamentos; Informar, através de relatórios sobre a situação financeira e patrimonial do consórcio; Elaborar e publicar os balanços, balancetes e demais relatórios patrimoniais, de execução orçamentária ou financeiros; Prestar informações da área contábil e realizar serviços de assessoramento superior e gerencial à Diretoria; Orientar o registro e controle do patrimônio; Promover a observância das normas e preceitos da contabilidade pública; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior, na área de atuação, com devido registro no Órgão fiscalizador da profissão.

VII - Para o emprego de MÉDICO AUDITOR:

a) DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA ATIVIDADE: Realizar o controle, avaliação e auditoria e executar a revisão técnica das faturas dos prestadores de serviços médicos públicos, privados e/ou conveniados ao SUS; Executar outras atribuições correlatas a função, além de tarefas e serviços determinados e excepcionais, fora das atribuições normais, por força das necessidades circunstanciais e determinadas pela chefia imediata ou pela Diretoria do CISAMVI.

b) REQUISITO/FORMAÇÃO: Curso de Nível Superior em Medicina; Habilitação através de curso de formação específico de Auditoria Médica, reconhecido pelo Ministério da Saúde e/ou experiência mínima de 02 (dois) anos comprovada de execução de auditorias médicas em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais; Inscrição e registro junto ao CREMESC.

SUBSEÇÃO I DOS DEVERES

Art. 49-A - São deveres do empregado, além de outras obrigações expressas que lhe sejam impostas por lei ou pelo regulamento do quadro de pessoal:

I - Respeitar o regime de horário de trabalho que lhe for estabelecido bem como o registro de entradas e saídas, horas extras e autorização para tal e ainda proceder a anotação do registro do ponto.

II - Acatar com presteza e boa vontade as ordens que lhe forem dadas pelo Presidente, Diretor Executivo e demais Chefes.

III - Desempenhar suas atribuições com honestidade, atenção e critério, visando sempre o atendimento dos objetivos do Consórcio Público e cooperando para o perfeito andamento dos serviços.

IV - Comportar-se com ordem, disciplina e urbanidade no trato com os colegas de trabalho e com os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores e servidores dos Municípios Consorciados, para que seja mantido o espírito de cordialidade e cooperação indispensável ao desempenho das tarefas.

V - Apresentar-se ao trabalho adequadamente trajado.

VI - Guardar segredo, quando necessário, sobre fatos que lhe chegam ao conhecimento em virtude do seu constante relacionamento com os representantes dos Municípios Consorciados.

VII - Comunicar ao Chefe imediato quaisquer fatos ou informações que possam interessar ao Consórcio Público e ao serviço.

VIII - Oferecer, quando pedidas ou espontaneamente, quaisquer sugestões que possam representar melhoria dos serviços.

IX - Atender, na forma das disposições legais, a prorrogação do horário de trabalho quando exigir o serviço e a juízo do Diretor Executivo.

X - Devotar-se, inteiramente, aos encargos que lhe forem delegados, não aceitando atribuições estranhas que possam influir na sua produtividade e que provoquem incompatibilidade de horário, sobrepondo os interesses do Consórcio a quaisquer outros de ordem pessoal.

SUBSEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 49-B - Ao empregado é especialmente proibido:

I - Referir-se de modo depreciativo aos superiores ou a seus atos, bem como aos colegas e representantes dos Municípios.

II - Promover, nas dependências do Consórcio, manifestação de apreço ou desapeço a pessoas ou a entidades, propaganda política ou aliciamento partidário.

III - Receber propinas, comissões ou vantagens indevidas de qualquer espécie, em razão do emprego.

IV - Fornecer informações que possam comprometer o Consórcio ou os Municípios consorciados.

V - Executar, durante o expediente, serviços estranhos ao Consórcio, sendo, também, proibido o uso de material do Consórcio para fins particulares.

VI - Retirar-se do trabalho durante as horas de expediente, sem permissão, ou perturbar os colegas de trabalho com conversas estranhas ao serviço.

VII - Utilizar-se de aparelhos, equipamentos e veículos do Consórcio no interesse particular próprio ou de terceiros.

VIII - Ocupar concomitantemente ao emprego do Consórcio qualquer cargo ou emprego remunerado no serviço público, exceto nos casos de acumulação permitida pela Constituição Federal e mediante comprovada compatibilidade de horários.

IX - Prestar serviços particulares aos Municípios consorciados, diretamente ou através de interposta pessoa, mediante o recebimento de remuneração ou vantagem, ou exercer atividades incompatíveis com as atividades do Consórcio Público.

SUBSEÇÃO III DAS RESPONSABILIDADES

Art. 49-C - Pelo exercício irregular de suas atribuições, o empregado está sujeito às sanções disciplinares e outras de caráter trabalhista, bem como à responsabilização civil e criminal.

§ 1º - A reparação de eventual prejuízo é feita, parceladamente, mediante desconto na folha de pagamento, limitado ao percentual de 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, abstraidos os descontos legais.

§ 2º - Quando necessário, o Consórcio deve promover ação regressiva contra o empregado.

§ 3º - As multas de trânsito são de responsabilidade do empregado que estiver utilizando o veículo, podendo ser pagas pelo Consórcio e descontadas da remuneração do empregado em até 03 (três) parcelas, mediante requerimento do interessado.

§ 4º - Sem prejuízo das sanções disciplinares, o empregado pode ser responsabilizado por:

I - Sonegação de valores, objetos, aparelhos e equipamentos confiados a sua guarda e responsabilidade;

II - Faltas, danos, avarias e quaisquer prejuízos que venham a sofrer os bens e os materiais sob sua guarda ou sujeitos a sua fiscalização, exame ou conferência;

III - Qualquer prejuízo que causar ao patrimônio ou a quaisquer bens e direitos do Consórcio Público, dos Municípios consorciados ou de terceiros, por culpa, dolo, ignorância, indolência, negligência ou omissão.

SUBSEÇÃO IV DAS PENALIDADES

Art. 49-D - São penalidades disciplinares:

I - advertência.

II - repreensão.

III - suspensão.

IV - demissão.

§ 1º - A pena de advertência será aplicada verbalmente pelo Diretor Executivo, quando o empregado deixar de cumprir os deveres funcionais.

§ 2º - A pena de repreensão será aplicada pelo Diretor Executivo quando o empregado for reincidente na falta de cumprimento de seus deveres, devendo ser escrita e anotada em sua ficha funcional e garantido ao empregado o pleno direito de defesa.

§ 3º - A pena de suspensão ocorre quando houver dolo, ou culpa na falta de cumprimento dos deveres pelo empregado ou por

reincidência na falta de cumprimento de seus deveres pela qual já tenha sido repreendido.

§ 4º - A pena de suspensão, aplicada pelo Presidente ou pelo Diretor Executivo, deve ser graduada em períodos de 03 (três), 07 (sete) ou 15 (quinze) dias, conforme a gravidade da infração cometida e dos danos acarretados aos serviços do Consórcio Público.

§ 5º - A demissão deve ser aplicada nos casos definidos como falta grave.

§ 6º - Na aplicação das penalidades deve ser considerada a vida funcional do empregado, a natureza e gravidade da falta e os danos que dela decorrerem para o Consórcio ou para terceiros.

§ 7º - As penalidades de advertência e de repreensão terão seus registros cancelados, após o decurso de três e cinco anos de efetivo exercício, respectivamente, se o empregado não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

§ 8º - Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de salário ou remuneração, ficando o empregado obrigado a permanecer em serviço.

SEÇÃO VII DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 49-E - A autoridade ou chefia que tiver ciência de irregularidade praticada por qualquer empregado do Consórcio é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

§ 1º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

§ 2º - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 49-F - Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo.

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão.

III - instauração de processo disciplinar.

§ 1º - O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente.

§ 2º - Sempre que o ilícito praticado pelo empregado ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 07 (sete) dias, de demissão do emprego efetivo ou destituição do emprego em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

SUBSEÇÃO I DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 49-G - Como medida cautelar e a fim de que o empregado não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do emprego, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual

prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

SUBSEÇÃO II DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 49-H - O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de empregado por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do emprego em que se encontre investido.

§ 1º - O processo disciplinar será conduzido por comissão processante especial composta de três empregados, designados pela autoridade competente que indicará, dentre eles, o seu presidente.

§ 2º - A comissão terá como secretário, empregado designado pelo seu presidente, podendo a designação recair em um dos seus membros.

§ 3º - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 4º - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse do Consórcio.

§ 5º - O prazo para conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 6º - Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 7º - Será assegurado transporte aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

§ 8º - As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado, e serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

Art. 49-I - O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.

III - julgamento.

SUBSEÇÃO III DO INQUÉRITO

Art. 49-J - O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

§ 1º - Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

§ 2º - Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

§ 3º - Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

§ 4º - É assegurado ao empregado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 5º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 6º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

§ 7º - As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

§ 8º - Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

§ 9º - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 10 - As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 11 - Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

§ 12 - Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado.

§ 13 - No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 14 - O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

§ 15 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos 01 (um) médico psiquiatra.

§ 16 - O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição de laudo pericial.

Art. 49-K - Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do empregado, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1º - O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na secretaria do Consórcio.

§ 2º - Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte dias).

§ 3º - No caso de recusa do indiciado em exarar o ciente na cópia do mandado, a recusa não lhe aproveitará, e o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que procedeu ao ato de citação.

§ 4º - O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

§ 5º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

§ 6º - Na hipótese do parágrafo anterior, o prazo para defesa será de dez dias, contados do dia útil seguinte a publicação do edital.

§ 7º - Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 8º - A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo.

Art. 49-L - Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do empregado.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do empregado, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

SUBSEÇÃO IV DO JULGAMENTO

Art. 49-M - No prazo de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1º - Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3º - Reconhecida pela comissão a inocência do empregado, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.

§ 4º - Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando transladado na repartição.

Art. 49-N - O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

§ 1º - Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la, ou isentar o empregado de responsabilidade.

§ 2º - Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, o saneamento do processo, com o refazimento dos

atos anulados, suprimindo as irregularidades.

§ 3º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 4º - A autoridade julgadora que der causa à prescrição, será responsabilizada na forma deste regulamento.

§ 5º - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do empregado.

Art. 49-O - O empregado que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

SUBSEÇÃO V DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 49-P - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do empregado, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do empregado, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

§ 3º - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

§ 4º - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

§ 5º - O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Presidente do Consórcio que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido a autoridade competente para providenciar a constituição de nova comissão processante, na forma deste regulamento.

§ 6º - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

§ 7º - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 8º - A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

§ 9º - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 49-Q - O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º - O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

§ 2º - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do empregado, exceto em relação à destituição do emprego em comissão, que será convertida em exoneração.

§ 3º - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CAPÍTULO XIII DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS

Art. 50 - Sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade de quem lhe deu causa, todas as contratações do Consórcio Público observarão ao disposto na legislação de licitações e contratos administrativos.

§ 1º - O Consórcio Público poderá realizar licitação cujo edital preveja contratos a serem celebrados pela Administração direta ou indireta dos Entes da Federação consorciados, nos termos do § 1º do art. 112 da Lei no 8.666, de 21/06/1993.

§ 2º - O Consórcio Público poderá manter sistema de registro de preços, observado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 51 - Todas as licitações terão publicidade nos casos e formas previstos na legislação federal respectiva.

Art. 52 - (revogado).

Parágrafo Único - Acaso o Consórcio Público não possua empregados públicos permanentes para integrarem a Comissão de Licitações, esta poderá funcionar com a designação de servidores efetivos de qualquer um dos Entes consorciados.

Art. 53 - Todos os contratos serão publicados conforme dispuser a legislação federal respectiva.

Art. 54 - Qualquer cidadão, independentemente de demonstração de interesse, tem o direito de ter acesso aos documentos sobre a execução e pagamento de contratos celebrados pelo Consórcio Público.

Art. 55 - O Conselho Fiscal poderá, em qualquer fase do procedimento, solicitar esclarecimentos e, por maioria de dois terços de seus membros, poderá determinar que a execução do contrato seja suspensa, até que os esclarecimentos sejam considerados satisfatórios.

CAPÍTULO XIV DO PATRIMÔNIO

Art. 56 - O patrimônio do Consórcio Público será constituído:

I - pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II - pelos bens e direitos que lhe forem transferidas por entidades públicas ou privadas.

Art. 57 - A Alienação dos Bens Imóveis que integram o patrimônio do Consórcio Público será submetida à apreciação da Assembléia Geral, que a aprovará pelo voto de 2/3 (dois terços) dos prefeitos dos municípios consorciados presentes na Assembléia Geral convocada para este fim.

Parágrafo Único - A Alienação de Bens Móveis dependerá unicamente de aprovação da Diretoria, quando inservíveis para os fins do Consórcio Público.

CAPÍTULO XV DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

Art. 58 - A execução das receitas e das despesas do Consórcio Público obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

Art. 59 - Constituem recursos financeiros do Consórcio Público:

I - as contribuições mensais dos municípios consorciados aprovadas pela Assembléia Geral, expressas em "Contrato de Rateio", de acordo com a LEI.

II - a remuneração de outros serviços prestados pelo Consórcio Público aos consorciados ou para terceiros;

III - os auxílios, contribuições e subvenções concedidas por entidades públicas ou privadas;

IV - os saldos do exercício;

V - as doações e legados;

VI - o produto de alienação de seus bens livres;

VII - o produto de operações de crédito;

VIII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósito e de aplicação financeira;

IX - os créditos e ações;

X - o produto da arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou serviços.

XI - as transferências voluntárias decorrentes de convênios, ajustes, termos de cooperação ou programas.

§ 1º - O produto da arrecadação do imposto de renda retido na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelo Consórcio Público, será repassado aos Entes consorciados na proporção de sua participação para manutenção do CISAMVI, podendo haver compensação contábil com as obrigações estabelecidas no contrato de rateio.

§ 2º - O Consórcio Público poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos ou, no caso de específica autorização, serviços ou bens de Ente da Federação consorciado.

Art. 60 - Os Entes consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio Público:

I - para o cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Estatuto e no Contrato de Consórcio Público, devidamente especificados;

II - quando tenham contratado o Consórcio Público para a prestação, direta ou indireta, de serviços na forma de Contrato de Prestação de Serviço ou por meio de Contrato de Programa;

III - na forma do respectivo Contrato de Rateio.

§ 1º - Os Entes consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio Público.

§ 2º - Até o final do exercício financeiro em que se concluir a adaptação do Consórcio Público às normativas da Lei nº 11.107/05 e seu regulamento, os Entes consorciados continuarão contribuindo para manutenção das atividades do CISAMVI na forma definida em Assembléia Geral.

Art. 61 - O Consórcio Público estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de

cada um dos contratos que os Entes da Federação consorciados vierem a celebrar com o Consórcio.

Art. 62 - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio Público deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares.

§ 1º - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:

I - o investido e arrecadado em cada serviço, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;

II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.

§ 2º - Todas as demonstrações financeiras serão publicadas no sítio que o Consórcio Público mantiver na rede mundial de computadores - internet.

Art. 63 - Com o objetivo de receber transferência de recursos ou realizar atividades e serviços de interesse público, o Consórcio Público fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 64 - Fica o Consórcio Público autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Entes consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos, executar obras ou programas e/ou prestar serviços.

CAPÍTULO XVI

DA REPRESENTAÇÃO DOS ENTES CONSORCIADOS

Art. 65 - Em assuntos de interesse comum dos Municípios ou de maior repercussão para as atividades do Consórcio Público, a Diretoria fica autorizada a representar os Entes da Federação consorciados perante outras esferas de governo, inclusive com o objetivo de celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, receber transferências e/ou aplicar recursos, efetuar Prestação de Contas, e defender as causas municipalistas e/ou regionais.

Parágrafo Único - A Diretoria deverá relatar em Assembléia Geral todas as ações e providências adotadas com base na autorização de que trata este artigo, evitando interferência injustificada ou prejudicial aos interesses de Municípios consorciados.

CAPÍTULO XVII

DA SAÍDA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 66 - A retirada de Ente Federado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembléia Geral, e somente se concretizará após a apresentação de lei local específica que autorize ou ratifique o ato de saída.

Art. 67 - A saída não prejudicará as obrigações já constituídas entre o consorciado que se retira e o Consórcio Público.

§ 1º - Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se retira não serão revertidos ou retrocedidos, excetuadas as hipóteses de:

I - decisão de 2/3 (dois terços) dos Entes federativos consorciados do Consórcio Público, manifestada em Assembléia Geral;

II - expressa previsão no instrumento de transferência ou de alienação;

III - reserva da lei de ratificação do Protocolo de Intenções que tenha sido regularmente aprovada pelos demais subscritores do Contrato de Consórcio Público ou pela Assembleia Geral do Consórcio Público.

§ 2º - A saída do Ente Federado detentor de condição essencial ou em cujo território o Consórcio Público tenha instalações e/ou serviços implantados não poderá impedir ou inviabilizar a continuidade de atuação do CISAMVI, nem prejudicar os demais Municípios consorciados.

Art. 68 - São hipóteses de exclusão de Ente consorciado, observada, necessariamente, a legislação respectiva:

I - a não inclusão, pelo Ente consorciado, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, de dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio ou deliberação da Assembleia Geral;

II - a subscrição de Protocolo de Intenções para constituição de outro Consórcio Público com finalidades iguais ou, a juízo da maioria da Assembleia Geral, assemelhadas ou incompatíveis;

III - a existência de motivos graves, reconhecidos, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

§ 1º - A exclusão prevista no inciso I do "caput" deste artigo somente ocorrerá após prévia suspensão, por prazo de até noventa (90) dias, período em que o Ente consorciado poderá se reabilitar.

§ 2º - As hipóteses de exclusão de que trata este artigo, não excluem outras disciplinadas em lei ou neste Estatuto.

Art. 69 - O procedimento administrativo para a aplicação da pena de exclusão observará o seguinte trâmite:

I - apresentação e leitura da denúncia em Assembleia Geral, a qual poderá ser apresentada oralmente ou por escrito por qualquer outro representante de Ente consorciado ou por membro da Diretoria, contendo a descrição da falta cometida pelo Ente consorciado;

II - concessão de direito a defesa prévia oral pelo representante do Ente consorciado denunciado, na mesma Assembleia Geral em que ocorrer a leitura da denúncia ou na Assembleia Geral seguinte, mediante citação pessoal;

III - deliberação da Assembleia Geral, por maioria simples de votos, pela admissibilidade ou não da denúncia;

IV - intimação do representante do Ente consorciado denunciado para apresentação de defesa escrita no prazo de quinze (15) dias corridos, contados da intimação, no caso de admissibilidade da denúncia, assegurando-se o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa;

V - emissão de parecer jurídico conclusivo sobre os fatos da denúncia e os elementos da defesa;

VI - deliberação da Assembleia Geral, por maioria de votos, pela aplicação ou não da pena de exclusão, ou pela suspensão de que trata o § 1º do artigo anterior.

§ 1º - A aplicação da pena de exclusão dar-se-á por meio de decisão da Assembleia Geral, exigido o mínimo de metade mais um dos votos, sem prejuízo da exigibilidade das obrigações já

constituídas entre o consorciado apenado e o Consórcio Público.

§ 2º - Nos casos omissos, e subsidiariamente, será aplicado o procedimento previsto na legislação própria.

§ 3º - Da decisão que decretar a exclusão caberá recurso de reconsideração dirigido à Assembleia Geral, o qual não terá efeito suspensivo, e será interposto no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência da decisão.

CAPÍTULO XVIII

DA GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 70 - Os Municípios consorciados autorizam a gestão associada dos serviços públicos de saúde na forma deste Estatuto e do Contrato de Consórcio Público, os quais serão prestados em conformidade com os respectivos Contratos de Programa.

§ 1º - Será objeto de gestão associada, parcial ou totalmente, os:

I - Serviços especializados de saúde;

II - Serviços básicos de saúde, inclusive programas como o ESF e outros;

III - Serviços de aquisição de medicamentos;

IV - Serviços de auditoria médica e administrativa;

V - Serviços de assessoria em programas de saúde.

§ 2º - O Contrato de Programa poderá autorizar o Consórcio Público a emitir documentos de cobrança pelos serviços públicos prestados para os Entes consorciados.

Art. 71 - Para a consecução da gestão associada, os Municípios consorciados podem transferir ao Consórcio Público o exercício das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução dos serviços públicos de saúde.

§ 1º - As competências cujo exercício poderá se transferir, incluem, dentre outras atividades:

I - a elaboração, a avaliação, a auditoria e o monitoramento de planos de trabalho, bem como de programas e seus respectivos orçamentos e especificações;

II - a elaboração de planos de investimentos para a expansão, a manutenção e a modernização dos sistemas e serviços em saúde;

III - a elaboração de planos de redução dos custos dos serviços em saúde;

IV - o acompanhamento e a avaliação das condições de prestação dos serviços em saúde;

V - o apoio à prestação dos serviços em saúde, destacando-se:

- a) a aquisição, a guarda e a distribuição de materiais e medicamentos para a manutenção, a reposição, a expansão e a operação dos sistemas;
- b) a manutenção de média e alta complexidade;
- c) o controle de qualidade e monitoramento;
- d) demais serviços de cunho administrativo e financeiro que se fizerem necessários.

§ 2º - Fica o Consórcio Público autorizado a receber a transferência do exercício de outras competências referentes ao planejamento, a gestão e a execução de serviços públicos.

Art. 72 - O Consórcio Público poderá conceder, permitir ou autorizar a particular a prestação dos serviços públicos objeto da gestão associada, seja em nome próprio, seja em nome de Entes consorciados, ficando também permitido estabelecer termo de parceria ou contrato de gestão que tenha por objeto quaisquer dos serviços sob regime de gestão associada.

Parágrafo Único - Não será proibida a prestação de serviços públicos, objeto da gestão associada, pelo Consórcio Público através de administração indireta, desde que observado a aplicação da legislação de licitações e contratos administrativos.

Art. 73 - Será editada resolução específica para estabelecer normas complementares para o procedimento administrativo do Consórcio Público que tenha por objeto a elaboração de planos ou regulamentos de serviços públicos, bem como a atividade de fiscalização e exercício do poder disciplinar, hierárquico e de polícia.

CAPÍTULO XIX DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 74 - Ao Consórcio Público somente é permitido comparecer a Contrato de Programa para prestar serviços públicos por meios próprios ou sob sua gestão administrativa ou contratual, sendo-lhe vedado sub-rogar ou transferir direitos ou obrigações.

§ 1º - O Consórcio Público também poderá celebrar Contrato de Programa com as Autarquias, Fundações e demais órgãos da administração indireta dos Entes consorciados.

§ 2º - O disposto no "caput" deste artigo não prejudica que, nos Contratos de Programa celebrados pelo Consórcio Público, se estabeleça a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal ou de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.

Art. 75 - São cláusulas necessárias do Contrato de Programa celebrado pelo Consórcio Público, observando-se necessariamente a legislação correspondente, as que estabeleçam:

I - o objeto, a área e o prazo da gestão associada de serviços públicos, inclusive a operada com transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços;

II - o modo, forma e condições de prestação dos serviços;

III - os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;

IV - procedimentos que garantam transparência da gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um de seus titulares, especialmente no que se refere aos subsídios cruzados;

V - os direitos, garantias e obrigações do titular e do Consórcio Público, inclusive os relacionados às previsíveis necessidades de futura alteração e expansão dos serviços e conseqüente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações;

VI - os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços;

VII - a forma de fiscalização das instalações, dos equipamentos, dos métodos e das práticas de execução dos serviços, bem como a indicação dos órgãos competentes para exercê-las;

VIII - as penalidades e sua forma de aplicação;

IX - os casos de extinção;

X - os bens reversíveis;

XI - os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas ao Consórcio Público relativas aos investimentos que não foram amortizados por receitas emergentes da prestação dos serviços;

XII - a obrigatoriedade, forma e periodicidade da prestação de contas do Consórcio Público ao titular dos serviços;

XIII - a periodicidade em que o Consórcio Público deverá publicar demonstrações financeiras sobre a execução do contrato;

XIV - o foro e o modo amigável de solução das controvérsias contratuais.

§ 1º - No caso de a prestação de serviços ser operada por transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, também são necessárias as cláusulas que estabeleçam:

I - os encargos transferidos e a responsabilidade subsidiária da entidade que os transferiu;

II - as penalidades no caso de inadimplência em relação aos encargos transferidos;

III - o momento de transferência dos serviços e os deveres relativos à sua continuidade;

IV - a indicação de quem arcará com o ônus e os passivos do pessoal transferido;

V - a identificação dos bens que terão apenas a sua gestão e administração transferida e o preço dos que sejam efetivamente alienados ao contratado;

VI - o procedimento para o levantamento, cadastro e avaliação dos bens reversíveis que vierem a ser amortizados mediante receitas emergentes da prestação dos serviços.

§ 2º - Os bens vinculados aos serviços públicos serão de propriedade do Município contratante, sendo onerados por direitos de exploração que serão exercidos pelo Consórcio Público pelo período em que vigor o Contrato de Programa.

§ 3º - Nas operações de crédito contratadas pelo Consórcio Público para investimentos nos serviços públicos deverá se indicar o quanto corresponde aos serviços de cada titular, para fins de contabilização e controle.

§ 4º - Receitas futuras da prestação de serviços poderão ser entregue como pagamento ou como garantia de operações de crédito ou financeiras para a execução dos investimentos previstos no contrato.

§ 5º - A extinção do Contrato de Programa dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas, especialmente das referentes à economicidade e viabilidade da prestação dos serviços pelo Consórcio Público, por razões de economia de escala ou de escopo.

§ 6º - O Contrato de Programa continuará vigente nos casos de:

I - o titular se retirar do Consórcio Público ou da gestão associada;

II - extinção do Consórcio Público.

§ 7º - Os Contratos de Programa serão celebrados mediante dispensa de licitação, incumbindo ao Município contratante obedecer fielmente às condições e procedimento previstos na legislação.

§ 8º - (revogado).

CAPÍTULO XX DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO

Art. 76 - A extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembléia Geral, autorizado ou ratificado mediante lei por todos os Entes consorciados.

§ 1º - No caso de extinção do Consórcio Público, os bens, direitos, encargos e obrigações decorrentes da gestão associada de serviços públicos serão atribuídos aos titulares dos respectivos serviços, sendo que os demais bens, mediante deliberação da Assembléia Geral, serão alienados, se possível, e seus produtos rateados em cotas partes aos consorciados, observado a proporcionalidade do coeficiente populacional de cada um.

§ 2º - Até que haja decisão que indique os responsáveis para cada obrigação, os Entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantidos o direito de regresso em face dos Entes beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.

§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao Consórcio Público retornará aos seus órgãos de origem.

Art. 77 - A alteração do Consórcio Público ou de seus instrumentos observará o procedimento estabelecido no Contrato de Consórcio, neste Estatuto e na legislação aplicável.

CAPÍTULO XXI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 78 - O Consórcio Público será regido pelo disposto na Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, por seu regulamento, pelo Contrato de Consórcio, por este Estatuto e pelas leis de ratificação do Protocolo de Intenções que o precedeu, as quais se aplicam somente aos Entes federativos que as emanaram.

Parágrafo Único - Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos do CISAMVI, observando-se que:

I - O Diário Oficial dos Municípios substitui a publicação impressa e será veiculado gratuitamente no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br;

II - A publicação atenderá os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil;

III - Os prazos, para todos os efeitos, serão contados a partir da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

IV - Serão publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos editados a partir de 1º de janeiro de 2009;

V - A Diretoria observará a necessidade de publicação também por outros meios, quando necessário para atendimento de disposição específica de lei.

Art. 79 - A interpretação do disposto neste Estatuto e no Contrato de Consórcio Público deverá ser compatível com o exposto no preâmbulo do Protocolo de Intenções, bem como, com os seguintes princípios:

I - respeito à autonomia dos Entes Federativos consorciados, pelo que o ingresso ou retirada do Consórcio Público depende apenas da vontade de cada Ente federativo, sendo vedado que se lhe ofereça incentivos para o ingresso;

II - solidariedade, em razão da qual os Entes consorciados se comprometem a não praticar qualquer ato, comissivo ou omissivo, que venha a prejudicar a boa implementação de qualquer dos objetivos do Consórcio Público;

III - eletividade de todos os órgãos dirigentes do Consórcio Público;

IV - transparência, pelo que não se poderá negar que o Poder Executivo ou Legislativo de Ente federativo consorciado tenha o acesso a qualquer reunião ou documento do Consórcio Público;

V - eficiência, o que exigirá que todas as decisões do Consórcio Público tenham explícita e prévia fundamentação técnica que demonstrem sua viabilidade e economicidade.

Art. 80 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil para efeitos de atendimento às normas de contabilização do Consórcio Público.

§ 1º - Em razão da adaptação do Consórcio Público às regras da Lei nº. 11.107/05, a contabilidade pública será adotada a partir do início do exercício de 2009, sem prejuízo da Prestação de Contas legalmente exigível.

§ 2º - A partir do início do mês seguinte a assinatura do Contrato de Consórcio Público será indevida o recolhimento à Fazenda Nacional do imposto de renda retido na fonte sobre os pagamentos feitos pelo CISAMVI, aplicando-se as disposições estabelecidas pelo artigo 158, I, da Constituição Federal e pelo § 4º do artigo 3º das Leis dos Municípios consorciados que ratificaram o Protocolo de Intenções.

§ 3º - Além do estabelecido em Lei e nos regulamentos, o Consórcio Público observará as regras editadas pela Secretaria do tesouro Nacional - STN e pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC para recebimento, contabilização e aplicação de receitas, assunção, liquidação e pagamento de despesas, e Prestação de Contas.

Art. 81 - Este Estatuto e/ou suas alterações entrarão em vigor a partir da publicação na imprensa oficial, na forma legal.

Parágrafo Único - Este Estatuto será publicado no sítio da rede mundial de computadores - internet, indicado quando da publicação do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio, donde se poderá obter texto integral de todos os dispositivos que regem a atuação do CISAMVI.

Art. 82 - A Diretoria, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Estatuto de Consórcio Público.

§ 1º - (revogado).

§ 2º - (revogado).

Art. 83 - Os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, observando-se os princípios da legislação aplicável ao Consórcio Público e a Administração Pública em geral.

Blumenau, aos 28 de Julho de 2009.

JAMIR MARCELO SCHMIDT
Município de Apiúna

MOACIR POLIDORO
Município de Ascurra

LAURINO DALKE
Município de Benedito Novo

JOÃO PAULO KARAM KLEINUBING
Município de Blumenau

ZENOR FRANCISCO SGROTT
Município de Botuverá

PAULO ROBERTO ECCEL
Município de Brusque

HARTWIG PERSUHN
Município de Doutor Pedrinho

PEDRO CELSO ZUCHI
Município de Gaspar

ORIDES KORMANN
Município de Guabiruba

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Município de Indaial

PAULO MAURICIO PIZZOLATTI
Município de Pomerode

FERNANDO TOMASELLI
Município de Rio dos Cedros

CARLOS ALBERTO PEGORETTI
Município de Rodeio

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Município de Timbó

LUIZ CLÁUDIO KADES
OAB/SC 17.692
Assessor Jurídico da AMMVI

CARLOS CÉSAR DA SILVA
CPF nº 312.767.419-87
Diretor Executivo do CISAMVI

CVC

Edital de Convocação N. 004/2013

Edital de Convocação n. 004/2013

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 13 do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC,

Convoca:

Os senhores membros da Diretoria do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como todos os Prefeitos dos municípios associados, para a assembléia geral extraordinária, com fundamento no artigo 13 do Protocolo de Intenções do CVC, a ser realizada no dia 03 de abril de 2013 (sexta-feira), na cidade de Coronel Freitas, com a seguinte ordem do dia:

Data: 03 de abril de 2013

Horário: Início às 09:00 (quatorze horas)

Local: Sala de Reuniões do Centro de Eventos, no Município de Coronel Freitas/SC.

Ordem do dia:

- 1º) Apresentação do Plano de Ação para 2013
- 2º) Contratação do Engenheiro e Operado do SICONV
- 3º) Consolidação dos Municípios ao Consórcio
- 4º) Orçamento para 2013
- 5º) Alteração de endereço da sede do Consórcio
- 6º) Retirada do Município de São Carlos
- 7º) Adesão de novos Municípios ao Consórcio
- 8º) Assuntos Gerais.

Coronel Freitas, SC, 25 de março de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Presidente do CVC.



Programa de Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br